



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAMEDE QUEIROZ DIAS

SI UNUS IMPERITET
COMPORTAMENTO SENATORIAL NO ANFITEATRO DA POLÍTICA DE
TÁCITO

MARIANA * MINAS GERAIS * BRASIL
2014

MAMEDE QUEIROZ DIAS

SI UNUS IMPERITET

COMPORTAMENTO SENATORIAL NO ANFITEATRO DA POLÍTICA DE
TÁCITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito final à obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagem e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fav ersani

MEMBROS DA BANCA:

*FÁBIO FAVERSANI (UFOP)

*FÁBIO JOLY (UFOP)

*NORBERTO LUIZ GUARINELLO (USP)

MARIANA * MINAS GERAIS * BRASIL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
2014

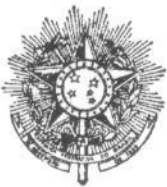
D541s Dias, Mamede Queiroz.
Si unus imperitet: comportamento senatorial no anfiteatro da política de
Tácito [manuscrito] / Mamede Queiroz Dias. - 2014.
205f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Favarsani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-
Graduação em História.
Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Tática política. 2. Tácito, Cornélio. 3. Senadores. 4. Roma - História. I.
Favarsani, Fábio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 94(37)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata da reunião da banca examinadora da dissertação de **mestrado** “*Si unus imperitet: comportamento senatorial no anfiteatro da política de Tácito.*”

Às quinze horas do dia vinte e oito de novembro de 2014, na sala de Reuniões, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), teve início a defesa pública da dissertação acima referida pelo candidato ao grau de mestre Mamede Queiroz Dias. Após a apresentação do trabalho, passou-se à argüição realizada pelos membros da banca examinadora abaixo relacionados, durante a qual o candidato demonstrou domínio do tema e nível de conhecimento compatível com a titulação pretendida.

Considerações adicionais (opcional):

A banca destaca a clareza do texto, sua boa organização estrutural, o tratamento competente da documentação e a cuidadosa sistematização do debate historiográfico acerca das relações entre imperador e aristocracia no Império Romano.

De acordo com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), o candidato, para o recebimento do grau de mestre, deverá apresentar ao orientador, num prazo de trinta dias, os volumes finais da dissertação com os ajustes sugeridos pelos membros da banca examinadora, bem como a versão digital em formato PDF.

Banca examinadora

Prof. Dr. Fábio Faversoni (orientador) - UFOP _____

Prof. Dr. Fabio Duarte Joly (membro) - UFOP _____

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello (membro) - USP _____

Prof. Dr. Marco Antonio Silveira
Coordenador do PPGHIS

- *A meus pais, Heloisa e Mamede*

Agradecimentos

Agradecer sempre me pareceu uma tarefa ao mesmo tempo fácil e difícil sob tais circunstâncias. Fácil porque são muitos os nomes que, ao longo desses quase oito anos de vivência na Universidade Federal de Ouro Preto, fizeram e ainda fazem parte de minha formação como professor e historiador. Difícil pois, infelizmente, muitos desses nomes inconscientemente e arbitrariamente ficarão de fora dessas poucas páginas iniciais.

Indiscutivelmente, cursar História na cidade de Mariana tem sido um aprendizado para muito além das fronteiras da Universidade. Juntas, Mariana e UFOP, passam ao largo do que poderíamos considerar um *exemplum* para uma ótima experiência universitária. Agradeço imensamente aos meus mestres que lecionaram e aos que ainda lecionam no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, com especial destaque aos professores do curso de História.

Ingressar no mestrado em 2012 foi fundamental para dar rumo à embarcação, que nos anos finais da graduação parecia estar à deriva em meio a um oceano de (ou falta de) possibilidades. Mesmo sem ter a segurança de quais ventos seguir, devo, sem nenhuma sombra de dúvidas, agradecer ao meu orientador e amigo, Fábio Faversoni, que me acompanha e me atura desde 2009. É realmente muito difícil sintetizar esses longos cinco anos, momentos em que oscilei frequentemente a respeito de continuar ou não como pesquisador de História Antiga. O papel do Fábio foi realmente importante até aqui. Não posso deixar também de agradecer enormemente aos dois professores que chegaram depois no Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR-UFOP), sem os quais dificilmente poderia ter realizado essa pesquisa: o professor Alexandre Agnolon e o professor Fábio Joly.

Ao professor Alexandre, cabe realmente agradecer o esforço contínuo com um aluno que sempre fez e refez os anos iniciais do Latim. O auxílio do professor Alexandre foi muito importante para tradução dos trechos em língua latina dessa dissertação. Definitivamente aprendi que, sem o estudo do latim e do grego, apenas poderíamos brincar de História Antiga. Continuo tentando sair do playground. Ao professor Joly agradeço imensamente as leituras e os comentários que, desde o projeto de mestrado, sem nenhuma exceção, foram sempre muito

precisos e extremamente eficientes. Destaco hierarquicamente dois momentos cruciais que mudaram a direção da pesquisa, me fazendo ver que determinados caminhos não levariam a lugar nenhum. O primeiro e decisivo ocorreu na arguição elaborada pelo professor Matheus Pereira em sua disciplina, no segundo semestre do 2012, cuja participação e comentários do professor Joly foram cruciais para a alteração desta pesquisa; o segundo momento foi durante a qualificação, cujas arguições dos professores Celso Taveira e, mais uma vez, Fábio Joly, foram deveras importante.

Não poderia deixar de registrar aqui o apoio fundamental da minha mãe, Heloisa, e do meu pai, Mamede. Ao longo de minha graduação, eles sempre estiveram presentes e dispostos a ajudar. Ao meu irmão, Maique, agradeço imensamente a amizade e a ajuda, principalmente, nas revisões de tradução do inglês na primeira fase do mestrado.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho do Laboratório de Estudo sobre o Império Romano (LEIR-UFOP), pelas discussões, traduções, leituras e viagens aos congressos: Ana Paula Carvalho, Annelizi Fermino, Daniela Barbosa da Silva, Caroline Morato, Lucas Almeida de Souza, Mariana Alves Aguiar, Prema Hari Perroni Campos, Thiago Pascoal, Vinícius Albano Blanc Farias, Willian Mancini Vieira, Ygor Klain Belchior e, em especial, Sarah Fernandes Lino de Azevedo e João Victor Lanna de Freitas. À Sarah, pela companhia e ajuda desde a época de graduação; ao João, pelos comentários e leituras nas horas mais curtas.

Aos amigos da grande e gloriosa alviverde da UFOP: a República Calangos. Casa em que aprendi muito sobre a vida acadêmica, mas não apenas sobre ela. Faço um destaque especial ao Paulo Henrique Araújo, ao Nicolas Totti Leite e ao Rodrigo Machado da Silva, grandes amigos e intelectuais dessa vida marianense.

Após a graduação, nessa nova fase como mestrando, não posso deixar de sobressaltar a importância das novas pessoas que surgiram no meio do caminho. A minha professora de inglês/psicóloga, Andréa Costa, pela ajuda fundamental com a língua inglesa, pela paciência com os *feedback* referentes aos problemas de mestrado e pelo incentivo nos momentos mais conturbados. A uma grande amiga que apareceu nos últimos anos, Flávia Moreira, agradeço as longas conversas e cafés, as hospedagens em Belo Horizonte e as reflexões sobre temas diversos. Ao ex-calango, que não contente, voltou a dividir casa comigo após a vida republicana, agradeço à amizade e à cumplicidade nessa estrada penosa. Eles

foram pessoas importantes, pois, para além da vida acadêmica, dividiram muitas tristezas e alegrias da vida cotidiana. Por último, agradeço a uma pessoa que apareceu em meados de 2014, mas que teve um peso decisivo nesse final de mestrado e na minha vida. Agradeço a Natasha Castro Silva, pela companhia, carinho, atenção e paciência por aturar os momentos mais graves e desgastantes desse capítulo quase interminável do mestrado: o fim.

Logicamente, não poderia deixar de agradecer o apoio indispensável para o meu mestrado da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES).

Mamede Queiroz Dias

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2014.

Quem quer que ingressasse na esfera política deveria, em primeiro lugar, estar disposto a arriscar a própria vida; o excessivo amor à vida era um obstáculo à liberdade e sinal inconfundível de servilismo.
(ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**).¹

Ninguna actividad social, ningún enfrentamiento político y ningún intercambio comercial son posibles sin un discurso y una respuesta, sin una planificación dialogada, sin un debate público o una conversación privada, sin una orden - y su obediencia -, sin el consenso de los implicados o el disenso articulado de los partidos en conflicto.
(KOSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos**).²

¹ ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 45.

² KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos*. Madrid: Editorial Trotta, 2012b, p. 13.

Resumo

Esta dissertação tem o objetivo de estudar o comportamento político dos senadores romanos no Principado por meio das obras de Cornélio Tácito, senador e historiador romano que escreveu entre 98 e 120 de nossa era. Tácito concentra em sua figura a experiência política partilhada pelos aristocratas no mundo público romano assim como a narrativa literária sobre a matéria política. Por meio de seus escritos, buscamos analisar a constituição retórica de sua narrativa e como esta liga-se diretamente à utilização dos *exempla* senatorias. Foi circunscrito nessa pesquisa o espaço público do Senado como o palco das atuações e dos comportamentos das personagens que analisamos. Sob essa ótica, buscamos investigar os conflitos interaristocráticos revelados na prática política senatorial, mitigando a polarização frequentemente contruída pela historiografia moderna entre o *princeps* e a aristocracia como foco de análise. Dessa maneira, ao destacarmos algumas personagens consideradas elucidativas para o nosso tema, buscamos apresentar uma tipologia em torno dos comportamentos dos senadores taciteanos. Com isso, apresentamos um quadro político complexo e heterogêneo em torno de seus representantes. Um panorama da vida pública de Roma sob o olhar de Tácito, que nos possibilita entrever um mundo romano arriscado, porém, necessário à formação e vivência aristocrática de Roma.

Palavras-Chave

Principado romano; Espaço público; Comportamento político; Senadores;
Cornélio Tácito.

Abstract

This Dissertation aims to study the political behavior of Roman senators in the Principate through the Cornelius Tacitus' works, Roman senator and historian who wrote between 98 and 120 of our era. Tacitus embodies himself the political experience shared by aristocrats in the Roman public world as well as the literary narrative on political matters. Through his writings, we analyze the rhetorical constitution of his narrative and how it is connected directly to the use of senatorial *exempla*. This study circumscribes the public space of the Senate as the stage of actions and behavior of the characters we analyze. We investigate the inter-aristocratic conflicts revealed in the senatorial political practice, mitigating the polarization often built by modern historiography between the *princeps* and aristocracy. Thus, by drafting some characters considered elucidative to our theme, we present a typology of different kinds of behavior adopted by senators as presented by Tacitus. Such analysis shows a complex and heterogeneous political framework around its representatives. This overview of public life in Rome through the Tacitus' gaze allows us to glimpse a dangerous Roman political world in which skill and experience are necessary to survive.

Keywords

Roman Principate; Public space; Political behavior; Senators; Cornelius Tacitus

Abreviaturas

Autores antigos e obras

[Arist.] Aristóteles

Po. = Poética

Rh. = Retórica

[August.] Augusto

Anc. = Feitos do Divino Augusto

[Cic.] Cícero

Inv. = Da invenção

Orat. = Do orador.

Rhet. Her. = Retórica a Herênio

[Hor.] Horácio

Ars. = Arte Poética

[Lucianus] Luciano

Hist. Conscr. = Como se deve escrever a História

[Mart.] Marcial

Ep. = Epigramas

[Plin.] Plínio, o jovem

Ep. = Epístulas

Pan. = Panegírico

[Plut.] Plutarco

Moralia.

Adul. = Da maneira de distinguir o bajulador do amigo

Vit. = Vida dos homens ilustres

[Quint.] Quintiliano

Inst. = Instituição Oratória

[Suet.] Suetônio

Vit. = Vida dos Doze Césares

[Tac.] Tácito

Ag. = Vida de Agrícola

Ger. = Germânia

Dial. = Diálogo dos Oradores

Ann. = Anais

His. = Histórias

[Theon] Teão

Prog. = Progminasta

[Verg] Virgílio

A. = Eneida

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. <i>SI UNUS IMPERITET</i>	27
1.1. A política, o público e o anfiteatro da política	30
1.2. Teorias e formas historiográficas sobre a atuação política das elites no Principado.....	37
1.2.1. O Estado romano entre a lei e a prática.....	40
1.2.2. O patronato e as oligarquias imperiais	46
1.2.3. A corte imperial e a competição aristocrática	51
2. <i>ITA EX SENATORIBUS PRINCIPES NASCUNTUR</i>.....	66
2.1. Entre o <i>verbum</i> e o <i>actus</i> : comportamento senatorial na política taciteana.....	86
2.2. Entre a <i>narratio</i> e o <i>exemplum</i> : representação histórica e narrativa vívida em Tácito.....	81
3. <i>EXEMPLA SENATORUM</i>	103
3.1. Primeiro Grupo.....	107
3.1.1. Trasea Peto.....	107
3.1.2. Helvídio Prisco.....	129
3.2. Segundo Grupo.....	145
3.2.1. Júlio Agrícola.....	145
3.2.2. Marco Lépidio.....	156

3.3. Terceiro Grupo	166
1.2.1. Delatores e acusadores	170
1.2.1. Aduladores	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
ANEXO 1: QUADRO DE REFERÊNCIAS.....	200
ANEXO 2: TABELAS DE LÉXICO	201

Introdução

Na tarde de 24 de março do ano de 2010, a deputada estadual Cidinha Campos encerrava com a última fala a sessão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).³ Aproveitando a discussão sobre o leite em pauta, a deputada anuncia que gostaria de tratar daqueles que “mamam”. O decoro formal da reunião é rompido. As risadas iniciais logo se encerram, pois Cidinha seguia dizendo que não falaria das crianças que mamam, pois essas têm o direito, “mas dos marmanjos safados, sem vergonha, cafajestes que infestam a política nacional e infestam essa casa.”

Um clima pesado e um silêncio constrangedor tomam conta do recinto. Todos os olhares se voltaram para a deputada. Em tons acalorados, a parlamentar protestava contra a candidatura do deputado José Nader ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Indignada, diz a respeito de Nader: “eu vejo aqui nessa casa o cinismo dos ladrões! Vi ontem aqui nessa tribuna um deputado [Nader] falar em moral e bons costumes quando o pai dele está preso, o tio está preso e ele é laranja dos dois. Roubando o quê? Vacina e remédio de criança.”

Formação de quadrilha (art. 288), corrupção passiva (art. 317) e advocacia administrativa (art. 321) eram os três crimes sob os quais o candidato estava sendo processado pela Polícia Federal, e que a deputada expõe diretamente. Ganhando volume a repulsa, a deputada gesticulava e falava com força: “ele não sabe que para ser conselheiro do Tribunal de Contas tem que ter notório saber e reputação ilibada.” Questionando em alto tom: “Isso é uma reputação ilibada?” Dando prosseguimento ao seu discurso, informa ainda que, na mesma Assembleia, havia um pedido de cassação contra esse deputado. Revoltada com o cinismo de Nader em lançar-se candidato sob tais circunstâncias, diz: “que se lance do vão da ponte Rio-Niterói. É o único lugar que ele merece.” Questionava igualmente a letargia dos demais parlamentares presentes: “Na cara da gente! Como se ninguém soubesse e ninguém ouvisse.”

Caminhando para o fim de sua fala: “Eu estou indignada, senhor Presidente! Esta casa não pode aceitar a inscrição desse homem! Porque o requisito

³ O discurso da deputada do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Cidinha Campos, encontra-se disponível na internet. Ver: http://www.youtube.com/watch?v=q21rM03_R18. Acessado dia 9 de agosto de 2014.

fundamental é reputação ilibada!” Acrescentando à trama mais um personagem, diz: “E o outro candidato fraudou bolsa família”, “todo mundo ficou quieto aqui. Ninguém se dispôs a levantar a podridão do seu comportamento roubando escola de criança”. E finaliza explicando que há uma quadrilha dentro da Assembleia, pois mantendo-se em inércia os deputados protegem os criminosos: “vamos parar com essa palhaçada! Isso aqui não é uma casa de santos, mas também não pode se transformar numa casa de canalhas consagrados, canalhas corruptos, vagabundos, que todo mundo sabe que são,” e apontando para os presentes no auditório, “mas que merece um voto da outra canalhada toda. Eu vou dar o nome dos deputados associados a essa camarilha, e acho que vão sobrar poucos. Obrigada.”

A eloquência política da deputada fluminense é retoricamente exemplar. A voz é firme. Expõe claramente o problema central sobre o qual vai se debruçar. Utiliza-se de imagens para reforçar o caráter vicioso daqueles que denuncia. Convenhamos, saltar da ponte Rio-Niterói seria uma bela cena para a ocasião. Altera o tom de voz, embravece e gesticula para amplificar e dar maior vigor a sua argumentação. Demonstra conhecimento das leis, retoma outras denúncias para embasar seu argumento e cita nomes dos ali presentes. Uma oradora experiente, utilizando-se do discurso para denunciar e para persuadir seu público de que o deputado citado, indigno, deveria ser impedido de se candidatar como membro do Tribunal de Contas do Estado.

Poderíamos construir um paralelo com esse caso, apresentando uma realidade histórica temporalmente bastante distante dessa. Vejamos um exemplo similar no Principado romano. No ano 62, o então senador Trasea Peto discursava no Senado diante de seus pares. Trasea falava a respeito do cretense Cláudio Timarco, provincial poderoso cujo comentário havia injuriado o Senado. Timarco havia dito em outra ocasião que dependia dele para que se negassem ou concedessem os agradecimentos aos proconsules na província de Creta. Valendo-se desse comentário de Timarco, Peto fez sua fala diante dos senadores: “Tem se provado pela experiência, padres conscritos, que leis excepcionais e honráveis precedentes são geradas entre os bons homens pelos delitos dos outros”.⁴ Elencando uma série de crimes que, conseqüentemente, geraram novas leis, o senador afirmava: “a

⁴ Tac. *Ann.*, XV, 20, 3: “*usu probatum est, patres conscripti, leges egregias, exempla honesta apud bonos ex delictis aliorum gigni.*”

culpa sempre precede ao castigo, assim como a reforma sempre nasce dos abusos”.⁵

O senador romano, nesse momento, propôs contra esse novo abuso a criação de uma nova resolução legal. Uma lei que findasse de uma vez por todas com a possibilidade de que um aliado proferisse uma falsa acusação contra um romano, fazendo com que, assim, apenas um romano pudesse julgar outro romano. Prosseguindo, sua fala discorria sobre a antiga autoridade de um romano nas províncias, cuja presença outrora fazia tremer qualquer indivíduo. Agora, dizia Peto: “somos nós os que adulamos e procuramos a estima dos estrangeiros”.⁶ A crítica se voltava aos próprios concidadãos, que se curvavam à perfídia da adulação. E reforçava: “Ordinariamente se cometem mais crimes quando se quer agradar do que quando se busca ofender”.⁷ Depois de fazer a denúncia contra os estrangeiros e a autocrítica sobre os próprios costumes de sua época, finalizou com uma proposição forte e sintética: “Acabemos portanto de uma vez com estes abusos e a administração das províncias se fará com mais inteireza e regularidade”.⁸

A fala do senador romano é imponente. Tácito nos diz que ela foi unanimemente celebrada: *Magno adsensu celebrata sententia*.⁹ Grande orador, Peto resgatava exemplos antigos, demonstrava conhecimento das leis e propunha soluções de forma clara e precisa. Fez a crítica dos maus costumes, como a *adulatio*, assim como elogiou a *seueritas* dos magistrados responsáveis. No entanto, falar com tamanha eloquência em meio aos senadores romanos requeria uma longa e laboriosa formação. Para os romanos, essa preocupação com o falar começava bem cedo. O cuidado com a erudição e a capacidade oratória perpassava toda a sua formação, desde jovem até a idade adulta, quando era chegado então o momento de iniciar-se na carreira das honras públicas, ou, como os romanos chamavam, o *cursus honorum*.

Guardadas as devidas diferenças, que são muitas, o exercício imaginativo que aproxima as duas realidades históricas tão distintas nos parece eficaz para

⁵ Tac. *Ann.*, XV, 20, 3: “*nam culpa quam poena tempore prior, emendari quam peccare posterius est.*”

⁶ Tac. *Ann.*, XV, 21, 1: “*at nunc colimus externos et adulamur, et quo modo ad nutum alicuius grates*”.

⁷ Tac. *Ann.*, XV, 21, 2: “*plura saepe peccantur, dum demeremur quam dum offendimus.*”

⁸ Tac. *Ann.*, XV, 21, 4: “*quae si arceantur, aequalibus atque constantius provinciae regentur.*”

⁹ Tac. *Ann.*, XV, 22, 1.

apresentarmos nosso objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, nos dois casos há um espaço público organizado em função da administração do Estado, isto é, uma área que é comum a todos e que possui uma finalidade particular. Nesses locais são tratados leis, processos, penas, nomeações de cargos, segurança pública etc. Em segundo, tanto a ALERJ quanto o Senado romano foram construídos especialmente para o exercício da política, deste modo, se tornam palcos da ação pública que era encenada por determinados indivíduos.

O objeto desta pesquisa consiste, portanto, na análise do comportamento político dos senadores romanos a partir das obras de Cornélio Tácito, que foram escritas entre 98 e 120 d.C. Senadores estes que atuavam, sobretudo, neste palco constitutivo da vida pública do Principado, isto é, o Senado. Por meio dos escritos taciteanos, analisaremos como o historiador latino construiu essas personagens, reapresentou as falas e os comportamentos desses homens da aristocracia de Roma. Todavia, cabe sempre lembrar, a Roma dos primeiros séculos, ao contrário de nossos Estados modernos atuais, possuía um agente político ímpar, e este não poderia ser negligenciado no fazer político. Estamos falando do imperador romano, ou, como aparece em nossas fontes, o *princeps*.¹⁰ Em outras palavras, buscaremos compreender como Tácito entendia e qualificava a atuação política desses senadores e qual era a importância deles para o Principado.

Em 1981, em obra intitulada *Tacitus*, o latinista Ronald Martin propunha a seguinte pergunta: “Como deveria ser o comportamento público de um Romano sob o que é nomeadamente uma República, mas de fato é uma autocracia?”¹¹ Segundo Martin, teria sido essa uma das questões centrais sob a qual Tácito se debruçara em seu tempo. Partindo dessa interrogação, deste modo, entendemos

¹⁰ O termo *princeps* advém de um contexto bastante peculiar da história romana, um momento social e político de crise pelo qual a cidade passou. Longos períodos de guerra civil assolaram a *urbs* romana durante o século I a.C. Os romanos tentariam reestabelecer a ordem política dividindo o governo entre os três membros mais poderosos de sua aristocracia. Essa manobra política, chamada Triunvirato, teve duas edições. O segundo Triunvirato foi composto por Marco Antônio, Júlio Otaviano e Marco Emílio Lépidio. Um esforço final entre a elite romana para reestabelecer a ordem política e social dentro da *urbs*. Sem sucesso, a falência do Triunvirato deu novamente lugar à guerra civil. O confronto entre Marco Antônio e Otaviano desferiu o golpe final sobre um antigo sistema político que não conseguia mais gerir um império tão extenso e rico. A vitória de Otaviano em 31 a.C., na famosa batalha naval do Ácio, colocaria fim a um longo período de guerras internas. Otaviano então tornou-se Caio César Augusto. Caio César, herdeiro de seu tio Júlio César; Augusto, título que lhe fora concedido pelo Senado em 27 e que consagrava sua ascendência divina. O *primus inter pares*, ou seja, o primeiro entre os iguais, como seria assim reconhecida a posição daquele que recebesse o título de *princeps*. A partir de Augusto, portanto, o *princeps* seria uma figura importante para a consolidação do Principado.

¹¹ “What is to be the public behaviour of a Roman under what is nominally a republic, but in fact an autocracy?” (MARTIN: 1981, p. 9).

que os desígnos do senador e historiador Tácito, com seus escritos, intentavam revelar duas esferas da experiência aristocrática: por um lado, apresentar a necessidade da vida pública, que mesmo na era dos imperadores ainda se mostrava fundamental para a gestão da *urbs*; por outro, apresentar juntamente as consequências inevitáveis derivadas do *cursus honorum*, como o *honus* e a *fama*, pois colocar-se em público era arriscar-se diante do *princeps* e dos demais aristocratas.

Esse dilema foi provavelmente enfrentado pelo próprio Tácito junto à dinastia dos *principes* flavianos. Por um lado, se foi no governo do último *princeps* dessa dinastia, Domiciano, que o historiador latino alcançou ainda mais *honus*, como referido pelo próprio autor no primeiro capítulo das *Histórias*: “Quanto a mim, Galba, Oto e Vitélio não me fizeram nem bem nem mal. Com Vespasiano começou a minha fortuna, com Tito ela aumentou, com Domiciano elevou-se muito mais alto”.¹² Por outro lado, o mesmo Domiciano foi severamente criticado pelo próprio Tácito logo após a morte do imperador.

Conhecedor da vivência pública no Principado, o senador e historiador latino nos apresentou, por meio de um estilo literário sintético e elegante, as nuances que atravessavam os conflitos da aristocracia de Roma. Ao nos depararmos com suas obras, identificamos, *a priori*, dois grandes grupos que compunham essa aristocracia cidadina: os de comportamento execrável e os dignos de elogio. Sendo o último grupo subdividido em mais outros dois menores: os virtuosos que levaram tal conduta ao limite, e assim acabaram vítimas dos rivais políticos; e aqueles virtuosos que souberam mediar a *fama*, a *honus* e o *silentium* em favor de uma utilidade pública futura. Notadamente, referente ao grupo que nomeamos *virtuosos*, não há uma rigorosa triagem estabelecida por Tácito que classificaria os homens mais ousados, que por isso tiveram a morte precipitada, e os mais resguardados, que habilmente preservaram sua vida. Apenas os contextos específicos de cada personagem nos possibilita medir cada grau de atuação desses indivíduos na leitura taciteana. Veremos detalhadamente, no decorrer desse

¹² Tac. *His.*, I, 1, 3: “*mihi Galba Otho Vitellius nec beneficio nec iniuria cogniti. dignitatem nostram a Vespasiano inchoatam, a Tito auctam, a Domitiano longius propectam non abnuerim.*” Sua carreira teve início, provavelmente, em 75, sob Vespasiano (69-79); no governo de Tito (79-81) é presumível que tenha tido seu primeiro cargo senatorial, como questor, e em 97 chegou a posição de consul suplente com provável apoio de Domiciano (81-96).

trabalho, exemplos de cada um desses comportamentos inseridos cada qual em seus respectivos panos de fundo.

Dessa maneira, ao narrar e se preocupar em descrever as personagens aristocráticas, com especial destaque aos senadores, Tácito buscava explicar a importância da atuação desses indivíduos em meio à política do Principado. Como historiador, procurava, ao mesmo tempo, legitimar sua própria posição de senador em meio a um quadro moral que ele inúmeras vezes classificava como decadente. No entanto, como veremos ao longo dos seus trabalhos, nem todos os casos eram dignos de serem condenados. Por isso, daremos destaque às personagens senatoriais de forma mais ampla, dando ênfase tanto aos exemplos negativos quanto aos positivos, pois, como o próprio Tácito justificava em uma de suas obras de gênero histórico, os *Anais*, “estes exemplos narrados e aqui reunidos serão úteis, haja vista que poucos, por prudência, são capazes de discernir as coisas honestas das vis; as úteis, das nocivas, muitos, porém, aprendem com os eventos alheios”.¹³

Aprender com os eventos alheios (*aliorum euentis docentur*), como esclarecido pelo autor, se refere a uma narrativa que fornecia os exemplos necessários para que os outros pudessem assim discernir as coisas honestas das vis. Isto é, Tácito buscou apresentar ao leitor/ouvinte arquétipos morais, os *exempla*, que servissem como parâmetros de comparação. A *historia magistratae* ensinava ao presente e também ao futuro. Tendo em vista a importância desses *exempla*, exploraremos aqueles de vertente senatorial, cujos espaços de experiência eram os da vida pública.¹⁴ A partir dos casos analisados, na medida em que Tácito apresentava aos seus leitores intrigas e rivalidades dessa restrita elite romana, será possível entrevermos a heterogeneidade política desse grupo social. Pretendemos, portanto, com o estudo mais vertical de tais *exempla senatorum*, ampliar especialmente a nossa compreensão de como Tácito percebia a elite senatorial na *urbs*.

Desse modo, o objetivo da pesquisa nos impõe um duplo desafio. Por um lado, delimitar, na medida do possível, a atuação dos senadores dentro desse

¹³ Tac. *Ann.*, IV, 33, 1-2: “*haec conquiri tradique in rem fuerit, quia pauci prudentia honesta ab deterioribus, utilia ab noxiis discernunt, plures aliorum euentis docentur.*”

¹⁴ Utilizamos a categoria *espaço de experiência* à maneira de Reinhart Koselleck, pois, de acordo com o historiador alemão, é na exegese do texto, em meio aos conceitos político-sociais, que a história social e a história dos conceitos reciprocamente auxiliam uma a outra (KOSELLECK, 2012a).

ambiente específico da atuação política, ou seja, o Senado; por outro lado, exige que entendamos a construção da narrativa taciteana, tendo em vista os elementos retóricos utilizados por Tácito para ambientação e caracterização dessas personagens, e, por conseguinte, a construção de um decoro senatorial verossímil.

Tendo em vista tais objetivos, nossas personagens serão aquelas compostas por senadores residentes em Roma. O recorte exclui conscientemente uma série de outras possibilidades que não nos caberia investigar por agora no mestrado: agentes, espaços e comportamentos políticos de outras categorias. No entanto, ressaltamos que tais possibilidades existem mesmo em Tácito. Para citarmos dois outros casos, apresentamos brevemente um episódio sobre o exército e outro sobre a plebe.

No ano 14, logo após a morte de Augusto, um grande número de legiões da Germânia se revoltou reclamando diminuição dos anos de serviço para os veteranos, aumento do soldo para os mais novos e garantia dos benefícios prometidos por Augusto a um exército que havia feito muito pela República. Narrado por Tácito, esse levante, que eliminou os centuriões em comando, aconteceu de forma perfeitamente organizada e só foi contido devido à autoridade de Germânico, que foi aos acampamentos negociar com os militares.¹⁵ No ano 31, Tácito relatou que a plebe, dentro do teatro, protestou abertamente contra Tibério devido à escassez de trigo pela qual a cidade de Roma sofria.¹⁶

Tendo em mente a vasta possibilidade de análise, porém, nosso recorte é mais modesto. Para investigarmos então o comportamento político da elite romana em Tácito, trabalhamos por meio da confluência de duas dimensões analíticas: por um lado, os atores políticos – os senadores; por outro, os espaços de experiência em que esses atuam – espaços públicos, com especial destaque ao Senado. A ideia de comportamento político, portanto, está associada à posição política em que esse indivíduo se encontrava no mundo em que vivia. Para os romanos, entretanto não qualquer romano, mas sim aquele da aristocracia, isso significava dizer que havia um vínculo indissociável entre a posição política e o *status* derivado dela. Como propõe Aloys Winterling, em *Politics and society in imperial Rome*, tal conexão era estabelecida devido à *integração política da sociedade*, que ao longo da história de Roma foi responsável pela estratificação política e social das formas de

¹⁵ Tac., *Ann.*, I, 34-44.

¹⁶ Tac., *Ann.*, VI, 13.

pensar e viver no mundo antigo. Esse vínculo, no caso romano, estaria bem representado por meio da palavra latina *honos*, que semanticamente carregava consigo um duplo significado: tanto o cargo público quanto o reconhecimento social derivado dele. Esse raciocínio nos será importante para entendermos o funcionamento da vida pública e sua gravidade para o Principado.

A documentação dessa pesquisa concentra-se nas obras de Cornélio Tácito. Cinco obras foram produzidas por este senador latino. A primeira delas, do ano 98, chama-se *Vida de Agrícola*. Escrito consagrado ao elogio de seu sogro, Júlio Agrícola, senador e general insigne que viveu sob o Principado de Domiciano. Insere-se no gênero das *laudationes funebris*. Do mesmo ano, temos também *Germânia*, obra na qual Tácito narrava os povos germânicos, fazendo uma comparação entre os valores destes com os dos romanos. Em 102, temos o *Diálogo dos Oradores*, obra em que Tácito reconstrói o colóquio entre quatro senadores, cujo tema versava sobre o suposto declínio da oratória no Principado. As *Histórias* e os *Anais* foram suas duas obras de maior extensão, ambas de gênero historiográfico. A publicação das *Histórias* data entre 108 ou 109. A escritura dos *Anais* entre 115 e 120. As duas correspondem, respectivamente, às narrativas das dinastias Flaviana e Júlio-Claudiana. No geral, entende-se que o conjunto das obras taciteanas foi composto, quase por completo, sob o Principado de Trajano, que vai de 98 a 117 d.C.

As obras do gênero História, que seguiam a tradição analítica historiográfica dos Pontífices romanos da República,¹⁷ buscavam narrar a vida dos *principes*, da morte de Augusto à ascensão de Trajano. Tais obras nos serão de grande relevância neste estudo devido ao número elevado de discursos e atuações dentro do Senado. Como observou Ronald Syme em seu referencial estudo sobre o historiador latino, o objetivo principal de Tácito foi narrar a relação dos imperadores com os senadores, ou seja, concentrando seus esforços analíticos sobre a política na cidade de Roma.¹⁸

A escolha da documentação taciteana revela-se produtiva tendo em vista nosso objeto de pesquisa, pois, como destacamos, o autor latino conhecia muito

¹⁷ Segundo Martine Chassignet, a tradição analítica romana emulava a forma historiográfica analítica, que fora produzida pelos Pontífices romanos dos tempos da República, chefes religiosos que também eram encarregados de registrarem os fatos. Essa historiografia tinha como características a cronologia e uma narrativa de ano a ano dos acontecimentos. (CHASSIGNET, Martine. *L'Annalistique Romaine*, 2003, p. VII e VIII)

¹⁸ SYME, R. 1967, p. 443

bem as sinuosidades da carreira política romana. Cornélio Tácito nasceu por volta de 55/57, época do Principado de Nero (54 a 68 d.C.). Percorreu todo o *cursus honorum*, o que significava dizer que ocupou os mais altos cargos políticos da política romana. Obteve o consulado como suplente em 97, após a morte de Virgínio Rufo. Em homenagem ao cônsul falecido, proferiu um discurso laudatório que foi comentado por Plínio o Jovem da seguinte maneira: Rufo “foi elogiado pelo cônsul Cornélio Tácito, pois aqui alcançou a sua merecida glória: [de fato] o mais eloquente panegirista”.¹⁹

Em 98, por volta dos seus 40 anos, publicou sua primeira obra que nos foi legada: *Vida de Agrícola*, em honra à memória de seu sogro que morrera dois anos antes. Entre 98 e 100, como narra Plínio, atuou como advogado de defesa de Mário Prisco, um antigo procônsul da província da África. Segundo Plínio, esse processo teve a presença do *princeps* Trajano; por fim, Prisco fora absolvido das acusações. Em seu último trabalho literário, os *Anais*, Tácito já possuía por volta de 65 anos. Como é possível notar, o arco cronológico da produção taciteana preservada conta com mais ou menos 20 anos de trabalho literário. Percurso iniciado depois de já ter o autor alcançado um dos cargos mais desejados da política de Roma, o consulado em 97. Em 105, Tácito chegaria a um dos mais altos degraus na escadaria das honras públicas romanas tornando-se procônsul da Ásia.

Como destacou Ronald Syme, Tácito correspondia à condição de *nouus homo*, ou seja, aquele homem que não era oriundo das elites ancestrais da cidade de Roma.²⁰ Porém, mesmo de origem provincial, chegou a ocupar os cargos mais célebres da política na *urbs*, e tais feitos não podem ser desvinculados de sua produção literária. Veremos traços marcantes dessa característica provincial de um *nouus homo* em seus escritos. Se hoje os historiadores são formados em Universidades, sob os parâmetros científicos que delimitam os métodos do saber historiográfico; na antiguidade, por sua vez, cabia ao historiador, em primeiro lugar, ser um homem de experiência pública. Isto significa dizer que a *auctoritas* do historiador romano vinculava-se ao conhecimento prático como um cidadão, ocupando assim funções políticas, militares e religiosas que davam solidez ao seu

¹⁹ Plín, *Ep.*, II, 1, 6: “*Laudatus est a consule Cornelio Tacito; nam hic supremus felicitati eius cumulus accessit, laudator eloquentissimus.*”

²⁰ SYME, R. *Tacitus*, 1958.

cursus honorum.²¹ Tácito não escapou à regra. Logo, isso o torna uma fonte imprescindível para os estudos sobre o comportamento político senatorial no Principado.

Acerca das pesquisas sobre a atuação das elites no Império Romano, a historiografia vem dando destaque, principalmente a partir dos anos de 1960, à posição central do *princeps* como elemento estruturante da sociedade romana. Funcionando como o centro de gravidade de um universo imperial, logo, ressalta-se na figura do *princeps* e sua *domus Caesaris* a concentração dos poderes político e militar, bem como dos benefícios materiais e simbólicos. Demais setores da sociedade, como, por exemplo, aqueles compostos por senadores, ficam em larga medida subordinados a esse centro de poder, apenas gravitando, abatidos em volta de sua órbita. Dentro desse entendimento do Principado, quanto mais próximo desse centro de poder, ou seja, quanto mais estreita fosse a relação com o *princeps*, maior a possibilidade de angariar dos benefícios imperiais. Abordagens como a do historiador inglês Andrew Wallace-Hadrill são categóricas quanto a esse entendimento sobre o Império Romano.²²

Vemos um limite analítico quando o *princeps* e sua *domus* se tornam os elementos centrais da organização social e política do Principado. No entanto, atualmente essa historiografia possui grande importância nos estudos sobre o Império Romano e insere-se em um quadro mais amplo dos estudos sobre o mundo antigo. Em grande medida, ela é devedora das abordagens teóricas sobre a Antiguidade que ganharam força a partir do século XX. Obras como *Die Nobilität der römischen Republik* em 1912, do alemão Mathias Gelzer, e *The Roman Revolution* em 1939, do neozelandês Ronald Syme, romperam com uma antiga forma historiográfica do século XIX. O antigo paradigma constitucionalista dos

²¹ Tácito foi pretor augustano e sacerdote quindécenviral sob o Principado de Domiciano, em 88, como atestado pelo próprio autor nos *Anais*: “Também este [Domiciano] mandou celebrar os mesmos jogos [seculares], aos quais eu muito particularmente assisti como sacerdote quindécenviral, e pretor, que então era: o que não digo aqui por vaidade, mas por que ao colégio quindécenviral pertencia em outros tempos o cuidado destas festas; e os pretores eram os que muito principalmente tinham a seu cargo a execução de todas as cerimônias” (Trad. de Carvalho, 1957. *Tac. Ann.*, VI, 11, 1: “*nam is quoque edidit ludos saecularis iisque intentius adfui sacerdotio quindécimviri praeditus ac tunc praetor; quod non iactantia refero sed quia collegio quindécimvirum antiquitus ea cura et magistratus potissimum exequabantur officia caerimoniarum.*”).

²² WALLACE-HADRILL, Andrew. “The Emperor and His Virtues.” In *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, 1981; WALLACE-HADRILL, A. “The imperial court.” In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

oitocentos, que se preocupava em pensar o conjunto de leis que davam forma às Cidades-Estados antigas, foi substituído por outro que colocava em evidência as relações de poder entre os indivíduos que constituíam aquelas sociedades. Foi a partir dessa nova ótica interpessoal que os estudos sobre patronato antigo começaram a ganhar relevo. Uma preocupação linguística foi adotada para o tratamento das fontes, dando maior atenção aos conceitos e ao vocabulário partilhado pelos antigos. Para o mundo romano, essa visão ganhou força e sistematização com a obra de Richard Saller, *Personal patronage under the Early Empire*, de 1982.

A mudança de enfoque logo trouxe consigo novas leituras sobre o fazer político da aristocracia. No caso romano, se na República acreditava-se que a política era realizada por meio de sua oligarquia, senadores e cavaleiros, com o advento do Principado o *princeps* sustentaria o monopólio da decisão, rebaixando os demais agentes. Essa foi uma visão defendida pelo historiador Moses Finley em *Politics in the Ancient World*, que tem forte impacto sobre os estudos da política na antiguidade. Obviamente, quando percebemos tal mudança do foco analítico, tal deslocamento do poder, notamos também uma reconfiguração dos espaços em que cada um desses atores sociais, em tese, agia. Uma nova geografia do poder político advém dessa nova leitura do mundo antigo.

Na República, poderíamos supor que o Senado constituía-se como aquele ambiente típico da realização política e da atuação aristocrática. No Principado, por sua vez, a *domus Caesaris* assumiria essa função deliberativa. E, dentro da *domus*, os integrantes eram restritos, selecionados e, acima de tudo, subordinados ao seu *pater familias*, isto é, ao imperador. Se o poder político afasta-se de um campo tipicamente público, o Senado, um espaço de deliberação entre os pares, e passa para outro tipicamente privado, a *domus Caesaris*, onde a desigualdade é o princípio de sua constituição, como então sustentar a existência da política? Para tal questão, Finley responde que não haveria política no Principado, pois o Senado estava reduzido a uma instituição de caráter apenas consultivo, sem participação efetiva, que seguia o princípio do *quod principi placuit legis habet vigorem* (O que o imperador decide tem força de lei).

Não estamos de acordo com esse entendimento que encerra a política nos moldes rígidos do Principado finleyniano. Com o estudo da documentação taciteana temos o objetivo de repensar, em certo sentido, tal reconfiguração do

poder de decisão no Império Romano e apresentar um espaço público ainda efetivo, mesmo que limitado. Para isso, retomaremos a apreciação de Theodor Mommsen, do final do século XIX, e seu desdobramento ao longo do século XX, com a mudança do paradigma de análise constitucionalista para aquele que preza as relações diretas de poder. Entendemos que Mommsen contribui de maneira significativa para se pensar a relação dos senadores com o *princeps* e do Senado com a *domus Caesaris*. Seus pressupostos ainda hoje funcionam como uma importante chave de leitura. Essa chave se estabelece com a atribuição de um paradoxo criado a partir da coexistência de duas realidades temporais conflitantes, o que o historiador Reinhart Koselleck classificaria como “a contemporaneidade do não contemporâneo”.²³ Ou seja, o Principado dos primeiros dois séculos reunia em si dois momentos temporais distintos, um republicano e outro imperial. Essa coexistência, conflitante e paradoxal, está presente nas leituras desde Mommsen, com sua teoria da Diarquia, e chega até análises mais recentes.

O próprio Wallace-Hadrill, em 1982, não desconsiderava tal paradoxo ao definir sua ideia de *aula*, a corte imperial. O autor afirma que a “corte e seus membros não tinham definição ‘oficial’, por isso foi uma instituição social, não legal, privada em sua composição, mas pública em sua importância”.²⁴ Outro exemplo é do próprio historiador alemão Aloys Winterling. Retomando diretamente a teoria mommseniana, Winterling, em 1988, busca pensar o comportamento dessa elite romana no Principado de forma paradoxal em sua essência, uma conduta que estaria refletida na comunicação – manifesta ou latente – dos agentes históricos. Outras abordagens, como a “psicologia histórica” de Vasily Rudich,²⁵ em *Political Dissidence Under Nero: The price of dissimulation*, de 1993, almeja compreender as motivações fundamentais para os entendimentos das ações dos indivíduos. Rudich pensa o Principado através de uma disjunção entre *verba* e *acta*. Isto é, há dissintonia entre a enunciação e ação. O resultado dessa disjunção, paradoxal e ambígua, tem um efeito direto nos comportamentos dessa elite romana. Isso acarretaria na *dissimulatio*, um comportamento que,

²³ KOSELLECK, R. 2012a.

²⁴ WALLACE-HADRILL, A. “The imperial court.” In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 285.

²⁵ RUDICH, Vasily. *Political Dissidence Under Nero: The price of dissimulation*. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2005, pp. 245.

segundo Rudich, se mostraria como ferramenta capital para a sobrevivência desses homens frente ao *princeps* tirano.

Portanto, nos apropriando dessa chave de leitura paradoxal da realidade do Principado, que perpassa grande parte da historiografia, buscamos investigar os senadores de Roma nos escritos taciteanos. Destacamos, nas obras de Tácito, para além da *seruitus* aristocrática ressaltada pela crítica moderna, uma possibilidade para o comportamento virtuoso e elogiável. Assim, nossa hipótese é a de que Tácito apresentaria leituras alternativas sobre a atuação política de seus contemporâneos com o advento do Principado, mesmo sob as vistas de um imperador tirano. A aristocracia de Roma não estava completamente subjugada ao *princeps*, mesmo porque ele se mantinha dependente desses homens para a administração do império, em especial para o governo das províncias e para o comando das legiões. Talvez Tácito estivesse procurando, com seu trabalho literário e político, resignificar um antigo vocabulário político romano. Léxico que ainda vigorava em sua época, porém, por meio de uma nova roupagem, já que as experiências políticas se mostravam cada vez mais arriscadas, todavia, ainda fundamentais à manutenção do Império Romano. Portanto, destacaremos, por um lado, os arquétipos de conduta moral, isto é, os *exempla* pelos quais Tácito descrevia o comportamento e atuação política positivos dos senadores em meio ao Senado; por outro, apresentaremos também os *exempla* abominados pelo historiador, responsáveis esses pela degeneração dos costumes e da vida pública.

Quando o holofote das análises está voltado unicamente para o *princeps*, a casa imperial e sua corte, isso deixa na penumbra uma instituição pública importante da história de Roma: o Senado. Marginalizando o Senado e seus integrantes, perdemos a dimensão do próprio conflito estabelecido dentro deste espaço público, entre os membros da própria aristocracia senatorial da cidade de Roma. Desta maneira, outro problema emerge dessa reduzida importância política atribuída ao Senado, pois é característico dessa historiografia centrada no *princeps* atribuir superficialmente uma forma demasiada homogênea à elite senatorial, muitas vezes como um reflexo de seu governante, sofrendo as consequências positivas ou negativas de um bom ou mal imperador.

Ora, se o imperador tem grande importância na história do Império Romano, não encontramos em Tácito a desvalorização completa dos senadores. O Senado não poderia assim ser desprezado, fazendo com que seus membros se tornassem

uma massa homogênea e servil. Em Tácito, ao contrário, encontramos uma pluralidade e, conseqüentemente, um número elevado de conflitos políticos que diziam respeito a esses homens da *urbs*. Isso nos conduz a um caminho contrário àquele destacado pela historiografia, que sim, preza a heterogeneidade e o conflito e reduz a homogeneidade e a dependência. Tendo sido estabelecidos tais pressupostos, os aristocratas que compartilhavam o cenário político romano das obras taciteanas possuíam interesses divergentes entre si, e isso era fundamental na constituição da própria elite, assim como a nomeação dos *principes* sucessores. Afinal, como já destacava Mommsen, “o Principado morre junto com o *princeps*”.²⁶ E toda nomeação de um novo *princeps*, assim como a preservação ou destruição da memória do antecedente, estavam sujeitos aos rearranjos da elite imperial. Os senadores jamais estariam privados desse jogo político, ao contrário, eles eram fundamentais para a construção e a reconstrução desse panorama social na diacronia. Vale lembrar, como nos diz Tácito por meio do *princeps* Galba: “porque de vós, romanos, saem os senadores e dos senadores os *príncipes*”.²⁷

“Quando um historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender”.²⁸

A imagem koselleckiana é bastante expressiva. Ao dedicar-se à história, o historiador precisa mergulhar em um mar de vestígios que lhes foram legados de uma experiência pretérita do tempo. Esses resquícios não são o passado em si, mas, longe disso, constituem uma substância disforme e caótica. Os historiadores, através de seus métodos, atribuem sentido a esse conjunto de vestígios desorganizados e incoerentes e os transformam em fontes.²⁹ Neste sentido, ao tomarmos as fontes taciteanas como o *corpus* principal dessa dissertação, precisamos estar cientes do limite dessa *forma*. Tais formas, ou contextos, como define o historiador Norberto Guarinello, são resultados de um processo de

²⁶ MOMMSEN, Theodor *apud* WINTERLING, Aloys. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 12.

²⁷ Tac. *His.*, I, 84, 4: “*nam ut ex vobis senatores, ita ex senatoribus principes nascuntur.*”

²⁸ KOSELLECK, R. 2012a, p. 306.

²⁹ GUARINELLO, Norberto. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. In. *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003.

generalização estabelecido pelo historiador para colocar em diálogo e assim atribuir sentido a um certo número de vestígios incoerentes que sobreviveram no transcurso do tempo.³⁰

Com isso, aplicar-se ao estudo das obras compostas por Cornélio Tácito requer que expliquemos as opções teóricas que nos servirão de aporte para lermos e interpretarmos tal documentação. Como pressuposto inicial, ressaltamos a ligação fundamental entre a linguagem e a sociedade. Partimos da abordagem da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, na qual: “Sem formações sociais e seus contextos, mediante os quais as primeiras - reflexivas ou autorreflexivas - definem e procuram resolver os desafios aos que se enfrentam, não se pode haver nenhuma história, não se pode experimentar nem interpretar, não se pode descrever ou narrar. Nesse sentido, a sociedade e a linguagem formam parte dos requisitos metahistóricos sem os quais nenhuma história [*Geschichte*] e nenhuma História [*Historie*] são concebíveis”.³¹

Na esteira koselleckiana, entendemos que a duração, a alteração e a futuridade contidas em um contexto político são apreendidas na utilização linguística, ou seja, na utilização dos conceitos em seu tempo histórico específico. Portanto, para pensarmos as questões em torno do comportamento e da atuação política das elites na *urbs* romana, vamos nos ater aos conceitos utilizados por Tácito para narrar sua história e qualificar a ação de suas personagens. Por meio do vocabulário taciteano, nos aproximamos das experiências e expectativas do autor e dos homens de seu tempo. Entendemos que cada temporalidade carrega consigo uma sintaxe social particular.

Ícone dos estudos taciteanos, o historiador Ronald Syme assim caracterizou o autor de nossas fontes: “Tácito foi um orador magnífico e ele escreveu em meio a uma tradição distinta. Mas ele não foi apenas um orador eloquente. Ele foi um senador romano, cônsul e procônsul da Ásia. [...] a história política não poderia ser apreendida e dominada se o homem não fosse senador. Nem pode o

³⁰ GUARINELLO, Norberto. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. In. *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003, n.1, p. 45.

³¹ KOSELLECK, Reinhart. *Historias de conceptos*. Madrid: Editorial Trotta, 2012b, p. 12. (“Sin formaciones sociales y sus conceptos, mediante los cuales las primeras – reflexiva o autorreflexivamente – definen e intentan solucionar los desafíos a los que se enfrentan, no hay ninguna historia, no puede experimentarse ni interpretarse, no puede describirse o narrarse. En este sentido, la sociedad y el lenguaje forman parte de los requisitos metahistoricos sin los cuales ninguna historia [*Geschichte*] y ninguna Historia [*Historie*] son concebibles.”).

historiador da política ser entendido isoladamente”.³² Como ressaltava Syme, o fazer literário taciteano estava diretamente enredado com sua experiência política, ou melhor, o *status* crível de sua narrativa era dependente do seu fazer político.³³ Mesmo imerso em uma longa tradição literária clássica, Tácito foi, além disso, um representante ativo de seu tempo. Aqui nos deparamos com o confronto entre a dimensão sincrônica da formação literária, estruturante, e a dimensão diacrônica da ação dos homens no presente, do passar do tempo. Como aponta Koselleck, é nessa tensão contínua entre a sincronia e a diacronia que as dimensões temporais se entrelaçam *in actus*: “A partir de um ponto de vista puramente teórico, a história pode definir-se como um presente permanente no qual o passado e o futuro estão interligados, ou como um constante entrelaçamento entre o passado e o futuro que faz com que todo o presente desapareça continuamente”.³⁴

Tendo em vista, portanto, uma metodologia que melhor amparasse nossas análises, que nos ajudasse a lidar com essas duas dimensões temporais que se entrelaçam *in actu*, dividimos o texto em três capítulos. Os dois primeiros sob uma dimensão predominantemente sincrônica; o terceiro e último por meio de um olhar diacrônico.

O primeiro capítulo tem uma preocupação dupla. Em primeiro lugar, a de apresentar algumas categorias analíticas importantes para a pesquisa, tendo em vista o nosso objetivo que é o de estudar o comportamento político dos senadores romanos em Tácito. Provindas de um debate por nós estabelecido entre a filósofa

³² SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 v. London: Oxford University Press, 1967, p. 1. (“Tacitus had been a magnificent orator, and he wrote in a proud tradition. But he was not a mere eloquent expositor. He was a Roman senator, consul and proconsul of Asia. [...] Political history could not be grasped and mastered if a man was not a senator. Nor can the political historian be understood in isolation.”).

³³ Em autores mais recentes, seguindo o mesmo raciocínio, temos: PELLING, Christopher. *Tacitus Personal Voice*. In: *The Cambridge Companion of Tacitus*; org: WOODMAN, A. J., 2009, p. 149: “It makes a point about Tacitus to that there is a case to answer, because of successful career he has enjoyed under the Flavians: a point is insinuated here about his political experience and the insight he will have gained, and this builds his authority with his readers even as it may arouse their suspicions.”; SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*, 2008, p. 9: “But there is another sense in which a historiographical career, in particular Tacitus’ career, could affect his repute. If we accept the proposition that Roman readers would have read his work as a reflection of him, then we can also legitimately see his writing as a medium for managing his reputation not just as an author but also more generally as a social agent.”; MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*, 1997, p. 6: “to believe an historical account, it was necessary to believe the historian himself”;

³⁴ KOSSELECK, Reinhart. *Historias de conceptos*. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 19. (“Desde un punto de vista puramente teórico, la historia puede definirse como un presente permanente en que el pasado y el futuro están integrados, o como un constante entrelazamiento entre el pasado y el futuro que hace que todo presente desaparezca continuamente.”).

Hannah Arendt e o historiador Moses Finley, categorias como *política*, *público* e *anfiteatro da política* foram ferramentas de relevância para erigir as bases de nosso raciocínio. Em segundo lugar, apresentaremos um panorama de como a crítica moderna percebeu e vem percebendo a atuação das elites senatorias no Império Romano. Retomaremos uma discussão acerca dos estudos sobre a política e o Estado romanos, partindo do historiador alemão Theodor Mommsen, passando por autores centrais como Mathias Gelzer e Ronald Syme, até as análises mais recentes sobre o patronato imperial e a corte de Richard Saller e de Andrew Wallace Hadrill. Notamos que, na medida em que a historiografia se utilizava de novas teorias e modelos para analisar o período imperial, novas formas mais ou menos amplas foram sendo delineadas a partir de outros olhares sobre as fontes antigas. Dentro desse fluxo de transformações, o nosso objetivo é o de destacar o movimento historiográfico que deixou de privilegiar o espaço público como aquele lugar típico do fazer político e passou a dar maior importância às lógicas privadas, essas circunscritas ao *princeps* e à *domus Caesaris*. Sob esse novo olhar historiográfico, o Senado perdeu completamente sua força política? Os senadores estariam todos submetidos ao poder imperial? São essas nossas questões centrais nesse primeiro momento.

O segundo capítulo também é subdividido em dois tempos. No primeiro, buscaremos apontar algumas alternativas para as interrogações levantadas no capítulo anterior. Por meio do estudo de Tácito, veremos em que medida podemos reestabelecer um novo debate sobre a política no Principado. Repensando as ideias de *política* e de *anfiteatro da política*, veremos como a vida pública pode ser lida metaforicamente como uma atuação em um teatro. Assim, semelhante aos atores e aos músicos, os senadores taciteanos ganhavam destaque ao interpretar e representar seus papéis no palco senatorial. Em meio a uma realidade pública perigosa, porém imprescindível, essa atuação deveria ser feita por meio da *dissimulatio*, ferramenta crucial para a sobrevivência do aristocrata. Para que sua performance fosse então bem executada, o senador precisaria lidar com a disjunção paradoxal entre *verba* e *acta*. Nesse sentido, o pensamento de Aloys Winterling entende uma sobreposição – coexistente e conflitante – entre uma ordem antiga, republicana, e uma nova, imperial. Compartilhamos desse pressuposto. O paradoxo identificado por Winterling, que retoma Theodor Mommsen, tem relação direta com os comportamentos dos atores sociais, sejam

eles senadores ou imperadores. O objetivo que temos com tal esforço de repensar o Principado em seu âmbito político é o de apresentar, a partir da ótica taciteana, um mundo público ainda existente e necessário.

No segundo momento deste capítulo, analisaremos os aspectos textuais da construção da narrativa taciteana. Se antes estávamos preocupados em apresentar Tácito e o seu contexto, agora precisamos entender como a literatura era pensada e qual a relação dela com a posição política do autor. Portanto, neste segmento apresentaremos as bases para entendermos os *exempla* nas obras de Tácito. Consideramos os *exempla* como arquétipos morais. Inseridos na *narratio*, os *exempla* consolidavam os argumentos do autor latino, visto que a ação individual para os romanos era entendida como um motor das transformações sociais, a explicação causal para os feitos históricos. Destacaremos também como as estratégias de (re)apresentar o passado foram importantes para a consolidação da *narratio* e para sua credibilidade. Dar vivacidade ao passado, fazer com que os leitores e ouvintes vissem por meio da narrativa, foram todas estratégias retóricas necessárias ao autor da antiguidade para construir uma verossimilhança imprescindível à argumentação. Os parâmetros da descrição (*ἔκφρασις*), da persuasão (*πειθός*) e da vivacidade (*ἐνάργεια*) na *narratio* taciteana serão apresentados nesse momento. No capítulo seguinte, veremos como estes requisitos retóricos funcionavam a partir dos *exempla* que destacaremos. Tais elementos linguísticos são fundamentais para compreendermos a estrutura argumentativa de Tácito, e assim conseguirmos atingir o nosso objetivo de pensar a diversidade dos comportamentos senatoriais, bem como a heterogeneidade da aristocracia cidadina.

Estabelecidos os parâmetros analíticos, logo, o terceiro capítulo é dedicado exclusivamente às análises dos *exempla*. Com o objetivo de identificar as transformações no comportamento da elite de Roma observadas por Tácito ao longo dos anos, dividiremos este capítulo em três seções. As duas primeiras referentes aos senadores que foram em grande medida elogiados por Tácito. Trataremos assim das representações de Trasea Peto e de Helvídio Prisco, no grupo 1, e de Marco Lépido e Júlio Agrícola, no grupo 2. A terceira e última seção será reservada aos *exempla* dignos de vitupério pelo historiador latino. Eles compreendem, de um lado, os *delatores* e *accusatores*, e do outro, os *baiulatores* e *adulatores*. Com uma análise mais detalhada da construção dessas personagens

temos o objetivo de explicar e provar como a política ainda fazia parte do mundo público, como os comportamentos senatoriais eram diversificados e conflitantes, mesmo em meio aos riscos latentes e manifestos proporcionados pelos *principes* e aristocratas do Principado

Portanto, a conclusão busca articular, na diacronia, os modelos comportamentais apresentados na narrativa taciteana, os *exempla*, tendo em vista as discussões sobre a política, o público e a construção narrativa, destacando o posicionamento de Tácito frente ao seu momento político coetâneo. Como chamou atenção a filósofa Hannah Arendt, quem quisesse ingressar na vida política deveria, antes de tudo, estar disposto a arriscar a própria vida. Mesmo hoje, poderíamos facilmente afirmar que discursar em público fazendo frente aos homens poderosos de nossa política brasileira, como atestado pela deputada carioca, é tarefa bastante arriscada. No Principado, como veremos nesta pesquisa, esse risco era muito maior. Tácito parecia entender muito bem a lógica desse funcionamento.

1. *Si unus imperitet*

Sobre o início do ano 22, Tácito narrou que o senador C. Bíbulo tomou a frente no Senado para clamar por maior severidade contra o luxo (*luxus*), que já havia chegado “ao último excesso em todas as coisas”.³⁵ Com apoio dos ediles, Bíbulo apontava o desrespeito às leis sumptuárias (*leges sumptuariae*).³⁶ Durante a assembleia, depois de consultados os senadores, chegou-se então à conclusão de que remédios comuns (*remedium mediocris*) não seriam mais capazes de conter tais desprezos (*sperno*). Portanto, a questão foi remetida à responsabilidade de Tibério. Os senadores, desejosos de que o *princeps* interviesse com maior vigor a esse respeito, assim como Augusto o fizera em seu tempo,³⁷ transferem a responsabilidade da decisão deles mesmos para o *princeps*. A resposta do sucessor de Augusto, que não estava presente na sessão senatorial, veio depois em forma de carta. Tácito, nos capítulos 53 e 54 do livro terceiro dos *Anais*, relatou da seguinte maneira a epistola tiberiana endereçada ao Senado:

Sobre outros quaisquer objetos mais conviria certamente, padres conscritos, que eu fosse interrogado na vossa presença (*cora*), e aí dissesse os meus sentimentos a favor da República; mas agora vejo que muito melhor foi que eu não tivesse assistido (*subtrahō oculis*) a esta deliberação; porque, reparando vós no pavor (*metus*) dos semblantes (*os*) dos que mais são arguidos de um luxo excessivo, eu também não poderia deixar de vê-los (*video*), e isso já seria, fazer os mesmos reparos contra eles. Se esses ousados e vigorosos ediles tivessem de antemão consultado comigo este caso, não sei se antes lhe aconselharia que ignorassem (*omitto*) tais crimes tão

³⁵ Tac. *Ann.*, III, 52, 1: “*qui immensum proruperat ad cuncta*”.

³⁶ Segundo *The Oxford Classical Dictionary*, as *leges sumptuariae* buscavam regular o consumo e o gasto (HORNBLLOWER e SPAWFORTH, 1996, p. 849). Já o verbete *sumptuarius* no *Oxford Latin Dictionary* indica: 1) gasto excessivo de dinheiro; 2) lei que limita a despesa pessoal; 3) um servente responsável pelos gastos da casa. (GLARE, 2007, p. 1871).

³⁷ O primeiro *princeps* da dinastia Júlio-Claudiana, Augusto, foi responsável por uma série de leis de caráter moral. Essas interferiram diretamente no âmbito privado da *domus*, especialmente no que diz respeito ao círculo aristocrático. Foram tais leis: *Lex Iulia de maritandis ordinibus*, *Lex Iulia de adulteriis* e *Lex Papia-Poppaea*. Na *Res Gestae Divi Augusti*, o próprio Augusto registrou a criação dessas leis e sua importância como *exempla*: “Promulgadas novas leis de minha autoria, reintroduzi muitos parâmetros ancestrais, que já vinham caindo em desuso em nossa época, e eu mesmo deixei aos pósteros parâmetros a imitar.” (Aug. *Res Ges.*, VIII: “*Legibus novis me auctore latis multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi et ipse multarum rerum exempla imitanda posteris tradidi*”). Para a definição das três leis, ver GRUBBS, Judith E. *Women and the Law in the Roman Empire*. London: Routledge, 2002, pp. 83-87. Para a discussão sobre a interferência de Augusto na *domus*, ver MILNOR, Kristina. *Gender, domesticity, and the age of Augustus*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

inveterados e tão fortes, do que se expusessem a um final e triste conhecimento, que nós já não temos forças bastantes para podermos remediar. (Tac. *Ann.*, III, 53, 1-2).³⁸

Como podemos observar nesse trecho, a ausência de Tibério na sessão senatorial foi um fator preponderante para a forma de argumentação do imperador, pois, se estivesse presente, seus olhos veriam o pavor nos semblantes dos acusados, e não poderia ele ignorar tais crimes. O problema do *luxus* se mostrava de difícil solução. Diante de tal situação, o *princeps* habilmente posiciona-se por carta, confirmando uma competente oratória política. Um discurso ambíguo e evasivo, que buscava evitar inimizades. Ao mesmo tempo em que considera a gravidade do tema, juntamente apontava para sua insolubilidade. Em público e diante dos senadores, porém, seria obrigado a tomar as medidas necessárias contra o *luxus pudendus* e, se esse reparo fosse efetivado, a atitude constrangeria grande parte dos senadores ali presentes, atingindo mesmo aqueles que, na ocasião, alçavam tais acusações. O problema do *luxus* estava generalizado entre os aristocratas. O *princeps* sabia disso, todavia, confessava não ter forças para remediar vício (*vitium*) tão forte e inveterado (*praevalidus et adultus*).

No entanto, a crítica tiberiana foi além da insolubilidade dessa questão. O imperador questionava com seu discurso as obrigações dos magistrados. Afirmava que os ediles cumpriram bem suas funções, “e seria de desejar que os outros magistrados fossem tão exatos nas suas obrigações”.³⁹ De forma irônica, Tibério destacava com tais palavras a responsabilidade, ou a sua falta, com que cada senador e magistrado teria ao cumprir seu papel no governo. Em seguida, conjectura sobre sua própria posição delicada de *princeps*, pois exigem dele, que não é edil, pretor ou cônsul, “vistas muito mais profundas e elevadas”.⁴⁰ No entanto, se ele faz alguma boa ação, todos querem tomar parte. Em contrapartida, se algo de ruim acontece, todos lhe atribuem a culpa. A posição de *princeps* seria então arriscada e ingrata. Em seguida, Tibério levanta uma série de interrogações, desferindo com elas críticas severas aos costumes da aristocracia romana:

³⁸ Tac. *Ann.*, III, 53, 1-2: “*Ceteris forsitan in rebus, patres conscripti, magis expediat me coram interrogari et dicere quid e re publica censeam: in hac relatione subtrahi oculos meos melius fuit, ne, denotantibus vobis ora ac metum singulorum qui pudendi luxus arguerentur, ipse etiam viderem eos ac velut deprenderem. quod si mecum ante viri strenui, aediles, consilium habuissent, nescio an suasurus fuerim omittere potius praevalida et adulta vitia quam hoc adsequi, ut palam fieret quibus flagitiis impares essemus.*”

³⁹ Tac. *Ann.*, III, 53, 3: “*ut ceteros quoque magistratus sua munia implere velim*”.

⁴⁰ Tac. *Ann.*, III, 53, 3: “*maius aliquid et excelsius a principe postulatur*”.

Por onde principiarei eu pois a reformar? Será pelas inumeráveis e extensíssimas casas de campo? Pelo grande número dos escravos, e até de diferentes nações? Pela infinita baixela de ouro e de prata? Pelas belas e maravilhosas estátuas de bronze, e ricos painéis? Pela sumptuosidade dos vestidos, que hoje é igual tanto nas mulheres como nos homens? Ou tão somente pelos atavios feminis que, pela sua muita e preciosa pedraria, fazem correr todo o nosso dinheiro para os países estrangeiros, e até para os inimigos? (Tac. *Ann.*, III, 53, 4).⁴¹

Como poderia o *princeps* reformar tão drásticas e disseminadas práticas sociais? No capítulo seguinte, dando continuidade à carta, o *princeps* foi ainda mais incisivo em sua reprovação. Afirmava que não “basta fazer uma lei, é preciso impor penas; e estes mesmos, que agora tanto censuram, também serão os primeiros a gritar depois”.⁴² Portanto, se fossem tomadas tais medidas contra o *luxus*, “ninguém estaria isento da acusação”.⁴³ Faltava parcimônia (*parsimonia*) à aristocracia, dizia Tibério. Consequência da falta de um comportamento mais moderado (*moderor*), cujos exageros se tornavam evidentes no dia-a-dia da *domus*. Segundo o *princeps*, isso tudo estava relacionado à expansão de Roma, com a conquista de novos domínios para além da Itália e com a ganância por novas riquezas, porque os romanos, depois de explorarem as riquezas do estrangeiro, voltaram-se contra os próprios concidadãos.

No trecho seguinte da carta, Tibério deprecia o problema do *luxus*, apontando o que seriam então os reais problemas da República: a subsistência de Roma, que estava totalmente à mercê do estrangeiro; as incertezas das viagens marítimas; e o sustento das províncias. Seriam essas “as verdadeiras providências que competem ao *princeps*, porque desprezadas elas, acabou-se de todo a República”.⁴⁴ No entanto, o imperador ainda chegou a propor uma solução acerca do problema levantado por Bíbulo. Seria ela por meio de uma mudança da conduta individual:

⁴¹ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, III, 53, 4: “*quid enim primum prohibere et priscum ad morem recidere adgrediar? villarumne infinita spatia? familiarum numerum et nationes? argenti et auri pondus? aeris tabularumque miracula? promiscas viris et feminis vestis atque illa feminarum propria, quis lapidum causa pecuniae nostrae ad externas aut hostilis gentis transferuntur?*”

⁴² Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, III, 54, I: “*set si quis legem sanciat, poenas indicat, idem illi civitatem verti, splendidissimo cuique exitium parari, neminem criminis expertem clamitabunt.*”

⁴³ Tac. *Ann.*, III, 54, 1: “*nisi per dura et aspera coerceas.*”

⁴⁴ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, III, 54, 5: “*curam sustinet princeps; haec omissa funditus rem publicam trahet.*”

“Quanto ao mais, só poderemos achar o remédio dentro de nós mesmos”.⁴⁵ Termina sua epístola, portanto, devolvendo a responsabilidade aos magistrados e aos senadores no Senado. Com isso, o *princeps* desafiava: pois se houver algum magistrado capaz de colocar em prática tal reforma moral, que o fizesse. No entanto, Tibério fez uma ressalva considerável dizendo que, se esses magistrados apenas desejassem censurar os vícios, e “se depois de terem conseguido esta glória, e com ela terem igualmente fomentado ódios infinitos, pretendem ainda fazer recair os mesmos ódios sobre mim; sabeis, padres conscritos, que eu também não folgo de ser alvo de inimizades”.⁴⁶ Com tais palavras, o *princeps* foi enfático ao expor que não era do seu interesse fomentar o conflito interaristocrático, pois agir de tal forma não seria nada útil à República, ao contrário, promoveria o ódio entre seus membros.

1.1. A política, o público e o anfiteatro da política

[...] tendo perguntado aos amigos presentes se acaso lhes parecia que tinha desempenhado convenientemente o mimo da vida, acrescentou ainda um epílogo: ‘Como muito bem se atuou, aplaudi, / e despedi-nos vós todos com alegria’. (Suet. *Vida de Augusto*. XCIX, 1).⁴⁷

Narrada por Tácito no terceiro livro dos *Anais*,⁴⁸ a contenda senatorial apresentada acima nos servirá para explorar dois conceitos basilares para esta dissertação. São eles os conceitos de *política* e de *público*. Os dois serão os grandes fios condutores, costurando, ao longo do texto, o pano de fundo onde as discussões em torno do comportamento político senatorial serão exploradas.

⁴⁵ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, III, 54, 5: “*reliquis intra animum medendum est*”.

⁴⁶ Tac. *Ann.*, III, 54, 6: “*dein, cum gloriam eius rei adepti sunt, simultates faciunt ac mihi relinquunt, credite, patres conscripti, me quoque non esse offensionum avidum*”.

⁴⁷ Suet. *Vit. Aug.*, XCIX, 1: “ [...] *et admissos amicos percontatus, ecquid iis videretur mimum vitae commode transegisse, adiecit et clausulam: εὐ δὲ τι Ἐπεὶ δὲ πάνυ καλῶς πέπαισται, δότε κρότον Καὶ πάντες ἡμᾶς μετὰ χαρᾶς προπέμψατε.*”

⁴⁸ Na historiografia da cidade de Roma, a luxúria se mostrava como tema assaz recorrente. A tópica já havia sido levantada por muitos outros autores anteriores à Tácito. Na medida em que a *urbs* expandia suas fronteiras, a luxúria, e o discurso sobre ela, igualmente ganhavam maior corpo. Além da passagem *Ann.*, III, 52, ver também *Ann.*, II, 33.

Em primeiro lugar, a política. Uma obra de grande autoridade nos estudos sobre a política na antiguidade clássica é a de Sir Moses I. Finley, *Politics in the Ancient World*, publicada em 1983. Penúltimo trabalho do historiador americano, Finley nos apresenta nesse livro uma instigante definição sobre política. Sua definição parte de três princípios. Em primeiro lugar, é necessário diferenciar “os Estados dos inúmeros agrupamentos que existem dentro de um Estado: sociais, econômicos, educativos ou de qualquer tipo”. Em segundo lugar, é ao mesmo tempo importante distinguir os Estados, “onde as decisões são vinculativas e executórias”, daquelas instituições cujas estruturas são pré-estatais, “onde isso não acontece”. Em terceiro lugar, Finley apresentava a diferença entre um Estado “onde um homem ou uma junta detêm o absoluto poder de decisão independentemente do somatório de consultas feitas de antemão e aqueles onde se tomam as decisões vinculativas depois discutidas, argumentadas e, por último, votadas”.⁴⁹

O historiador fez uma ressalva quanto ao terceiro ponto. Vamos nos ater a esse ponto. Ele afirma que a discussão política poderia se restringir a setores específicos da comunidade, assim como em uma oligarquia, ou em uma comunidade onde seus representantes eram eleitos. No entanto e sobretudo, Finley destacava que, mesmo nas oligarquias, era preciso que as decisões em jogo fossem “mais do que apenas um parecer”. Portanto, partindo especialmente desse terceiro ponto, Finley desconsiderava assim o fazer político no Império Romano:

São essas as razões dos meus limites cronológicos e, em particular, para excluir a Roma dos imperadores. Onde prevalecer o princípio de que *Quod principi placuit legis habet vigorem* (“O que o imperador decide tem força de lei”), mesmo que apenas em espírito, haverá governo de antecâmara, não de câmara, e, portanto, não se praticará política no sentido que lhe atribuo. Quer isso isto dizer que, embora houvesse discussão no Principado, o poder deliberativo último e efetivamente ilimitado em matéria política residia num só homem e não nos votantes (nem nas centenas de membros que o Senado abrangia).⁵⁰

Portanto, para Finley não havia política no Principado. O monopólio da decisão estava concentrado nas mãos de um único homem: o *princeps*. Entendido assim, o Senado perdia força como espaço deliberativo na Roma dos imperadores.

⁴⁹ FINLEY, M. *Política no Mundo Antigo*, 1997, pp. 68-9.

⁵⁰ *Idem*, p. 69.

Aos olhos de Finley, o espaço público senatorial funcionaria apenas com um caráter consultivo, subjugado às vontades deste único mandante. No entanto, tal abordagem finleyniana possui alguns limites que gostaríamos de explorar.

Em primeiro lugar, quando falamos em “o Senado”, corremos um risco frequente de generalizarmos a instituição senatorial, o seu espaço físico, em si, como igual a uma soma homogênea das partes que o integram, isto é, os senadores. No entanto, ao contrário disso, esse espaço era composto por diversos indivíduos, provindos de regiões diferentes do império e com intenções políticas distintas. No Principado, senadores não formavam - e talvez nunca formaram anteriormente - um corpo completamente homogêneo. Na contramão da análise finleyniana, iremos destacar o conflito interno dessa aristocracia romana, principalmente no que se refere aos julgamentos travados dentro do Senado.

Como podemos observar na carta de Tibério aos senadores, mesmo o imperador se mostrava receoso em promover os conflitos internos, para além dos já existentes. Tibério não procurava inimizades porque isso colocava em jogo a administração do império e a sua própria posição como *princeps*. Evitando o confronto, a crítica tiberiana segue no sentido inverso. Não a de concentrar todas as funções em si, mas sim a de cobrar o exercício das funções alheias. Denunciava a falta de responsabilidade dos senadores ao não cumprirem suas públicas funções. Nem tudo caberia ao *princeps*. O Tibério narrado por Tácito estava ciente de que jamais poderia governar sozinho um império de proporções continentais simplesmente por meio de sua *domus Caesaris*. Essa ideia centralizadora nos parece muito mais uma leitura historiográfica moderna do que, de fato, uma constatação documental.⁵¹ O *corpus* documental taciteano nos será útil para contrapor essa visão centralizadora e homogeneizadora, principalmente no que tange ao Senado de Roma.

O segundo ponto que a abordagem finleyniana não nos deixa ver é o de que decisões foram muitas vezes tomadas no Senado a contragosto dos imperadores. Em Tácito, poderemos observar casos onde os senadores tomaram medidas contrárias à vontade do *princeps*. O comportamento de ambos, senadores e *principes*, necessitavam estar de acordo com um decoro típico do mundo público romano. E esse decoro era constituído através de uma longa formação política do

⁵¹ O destaque atribuído à *domus Caesaris* foi bastante explorado por Andrew Wallace-Hadrill. Veremos adiante na seção “1.2.3. A corte imperial e a competição aristocrática”.

aristocrata romano. Já que, para se tornar senador, o aristocrata precisaria cumprir um longo processo formativo, desde a infância até a vida adulta, percorrendo assim etapas da carreira política romana, o chamado *cursus honorum*. Atingir os postos mais altos da administração pública significava, ao mesmo tempo, conseguir maior prestígio social e maior número de riquezas dentro de um cenário de competições interaristocráticas acirradas.

Como nos lembra Tácito no livro I das *Histórias*: “Porque de vós, romanos, saem os senadores e dos senadores os *príncipes*”.⁵² Esse raciocínio, que nos parece um tanto óbvio, muitas vezes é desconsiderado por parte da historiografia moderna. Portanto, todo *princeps* foi antes um senador e, logicamente, nunca o deixaria de ser. Nem mesmo o Principado foi capaz de reestabelecer novas regras para esse jogo da política romana. A política integrava a sociedade romana na medida em que estabelecia os parâmetros da competição pública da administração do Estado e juntamente promovia o *status* das elites.⁵³ Portanto, a partir dessa conexão entre a carreira política e o seu espaço de atuação, o Senado, trazemos à tona o segundo conceito que nos é caro: o de *público*.

Para pensarmos o conceito de público no Principado, resgatamos o pensamento de Hannah Arendt. De acordo com a filósofa, para os antigos, o termo público (*publicus*) nos possibilita entender a esfera pública sob dois aspectos similares, mas não idênticos. *Publicus* “significa, em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”.⁵⁴ Em segundo lugar, *publicus* diz respeito ao próprio “mundo”, na medida em que todos nós cabemos dentro dele, porém, esse mundo não é nem o da natureza e nem o da vida orgânica, mas um mundo produto das mãos humanas, um artefato humano. É esse mundo que nos une e nos separa, “como uma mesa que se interpõe entre os que se sentam ao seu redor”.⁵⁵ Essa ‘mesa’ de negociação é o que compreendia o mundo público.

O Senado era uma das mesas de negociação mais importantes da Roma Antiga, espaço tipicamente público. Destacamos dessa definição arendtiana dois

⁵² Tac. *His.*, I, 84, 4: “*nam ut ex vobis senatores, ita ex senatoribus principes nascuntur.*”

⁵³ Como veremos mais adiante, essa conexão entre a política e o status social, articulada através do conceito latino de *honor*, se constituía como um dos elementos centrais da sociedade romana na República e ainda sob o Principado. Utilizamos a categoria de análise “integração política da sociedade” formulado por Aloys Winterling, em *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

⁵⁴ ARENDT, H. 2007, p. 59.

⁵⁵ *Idem*, p. 62.

aspectos importantes. Um deles é o da visibilidade. Estar visível em público e, principalmente, falar em público era um pressuposto básico para a atuação política e o desenvolvimento do *cursus honorum*. Dentro do Senado, portanto, esse romano precisaria se comportar de acordo com as regras impostas por esse mundo público romano. No trecho que destacamos acima, a ausência de Tibério no momento da sessão senatorial foi um elemento crucial. Tibério alertava com sua carta que se estivesse presente agiria de forma diferente: “se eu fosse interrogado na vossa presença (*cora*), e aí dissesse os meus sentimentos a favor da República”. Todavia, ausente, ele tomou outra postura. O *princeps* diz que foi muito melhor não ter assistido a tal deliberação, pois se estivesse ali presente, repararia nos semblantes (*os*) amedrontados (*metus*) daqueles que eram interrogados contra o *luxus*. Desta forma, Tibério afirma que “também não poderia deixar de vê-los (*video*), e isso já seria, fazer os mesmos reparos contra eles”.⁵⁶

O verbo latino *video* (ver) é crucial para o entendimento do funcionamento desse espaço público. Como Arendt destacava, tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por um maior número de pessoas. Na ocasião, caso Tibério estivesse presente, em público e diante de um público, isso implicaria em toda uma forma diferente de comportamento por parte do *princeps* e, certamente, também por parte dos senadores. Estar presente é estar visível. E, para além da visibilidade, presente nesse espaço deliberativo, você precisaria tomar decisões, cumprir os encargos impostos ao homem público. Seja votando, acusando, defendendo, argumentando ou mesmo ficando em silêncio. Agir nesse espaço significava tomar uma decisão. A ação era um elemento constitutivo da política.⁵⁷

É partindo dessa compreensão de público, destacando o caráter da presença e da ação, que desenvolvemos o nosso entendimento de política. Afastamo-nos da abordagem de Finley, pois ainda compreendemos que dentro do Senado, mesmo com uma maior concentração do poder político nas mãos do *princeps*, havia espaço para a política. A política como entendemos aqui segue, mais uma vez, o raciocínio de Arendt. A autora, para pensar a política nas *poleis*, desenvolveu a ideia de *anfiteatro da liberdade*.

⁵⁶ Tac. *Ann.*, III, 53, 1: “*ipse etiam viderem eos ac velut deprenderem.*”

⁵⁷ Para uma abordagem filosófica sobre a ação, fazendo um paralelo com o mundo antigo, ver: ARENDT, Hannah. *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008, pp. 167-8.

O anfiteatro da liberdade seria justamente esse mundo público, artefato das mãos humanas, como palco mais apropriado à ação, portanto, a característica que melhor qualificava a liberdade seria a ação. Neste sentido, a política se define como um sinônimo dessa ação dentro desse mundo. Na tentativa de explicar a ação e, por sua vez, a política, Arendt a contrapunha à contemplação, que era característica da filosofia. Portanto, política e filosofia definiam-se de forma excludente. A liberdade pertence à política, e nesse sentido estava relacionada aos feitos públicos e às palavras proferidas dentro desse mundo público. Essa liberdade era típica das *poleis*. Não poderia ela, além disso, ser confundida com a vontade individual do *eu*. Segundo a autora, a transformação posterior do conceito de liberdade aconteceu quando os seus significados se deslocaram da ação dos indivíduos dentro do mundo para a interioridade de cada um.⁵⁸

Outra qualidade importante estava presente nesse anfiteatro da liberdade. Arendt relacionava essa liberdade antiga com as artes da realização. Segundo Arendt, dois tipos de artes existiam: as da criação e as da realização. As artes da criação são aquelas que produzem um objeto material. Como um marceneiro produz uma cadeira; esse objeto, depois de pronto, existe por si só no mundo. As artes da realização, em contraposição à anterior, teriam grande afinidade com a política, pois:

Os artistas executantes - dançarinos, atores, músicos e o que o valha - precisam de uma audiência para mostrarem seu virtuosismo, do mesmo modo como os homens que agem necessitam da presença de outros ante os quais possam aparecer; ambos requerem um espaço publicamente organizado para sua “obra”, e ambos dependem de outros para o desempenho em si. Não se deve tomar como dado um tal espaço de apresentações sempre que os homens convivem em comunidade. A polis grega foi outrora precisamente a “forma de governo” que proporcionou aos homens um espaço para aparecimentos onde pudessem agir - uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer.⁵⁹

Assim, política e liberdade definiam-se em conjunto, na prática de atuar em público. A metáfora da atuação, como em um teatro, nos será bastante proveitosa. O vínculo com as artes da realização se dava, pois, por um lado, tanto senadores como os atores necessitam de um espaço publicamente organizado para

⁵⁸ ARENDT, H. (2009), p. 200.

⁵⁹ ARENDT, H. (2009), p. 201.

apresentarem seu virtuosismo. Por outro lado, ambos necessitam de uma plateia que os assistia. Suetônio nos apresentou de forma vívida essa característica da atuação teatral como uma metáfora política. Segundo o biógrafo latino, as últimas palavras de Augusto teriam sido estas: “tendo perguntado aos amigos presentes se acaso lhes parecia que tinha desempenhado convenientemente o mimo da vida, acrescentou ainda um epílogo: ‘Como muito bem se atuou, aplaudí, / e despedi-nos vós todos com alegria’”.⁶⁰

Guardadas as devidas diferenças temporais e espaciais entre a Roma imperial do século I e II d.C. e a Atenas democrática do século V a.C., ainda assim entendemos que a lógica do anfiteatro possa ser bem aproveitada para explicarmos o Principado. Se ainda havia espaço para discussão e deliberação, que estava além das vontades do *princeps*, havia por sua vez a *libertas* necessária à ação. Todavia, uma liberdade com novos contornos. O Senado permanecia como espaço público e os senadores como atores políticos, que agem e competem nesse mundo que não deixou de existir. Porém, a competição aristocrática por glória precisava agora lidar com um novo agente político, o *princeps*, e, por sua vez, este precisaria lidar com os senadores. Portanto, a qualidade de cada *princeps*, e em contrapartida, de cada senador, interferiria mutuamente na comunicação e no comportamento dos atores que encenavam nesse palco. A historiografia não ficaria à parte desse movimento, sendo moldada por ele e ao mesmo tempo moldando os discursos sobre o fazer político.

Como veremos através dos *exempla* narrados por Tácito, atuar nesse anfiteatro da política romana requeria uma série de novos atributos por parte dos senadores. Na obra *Diálogo dos Oradores*, através de pontos de vista díspares defendidos por suas personagens, Tácito nos apresentou a tensão entre dois tipos bastante característicos desse homem atuante no mundo público do Principado. Por um lado, com sentido positivo, nos apresentou aquele que possuía uma “eloquência viril e oratória”.⁶¹ Por sua vez, “são essas coisas que, nos próprios auditórios, se louvam e são levadas de imediato para a fala de todos”.⁶² Diante do tribunal, quando, por exemplo, busca-se defender um amigo em risco, se “for

⁶⁰ Sue. Vit. Div. Aug., XCIX, 1: “et admissos amicos percontatus, e equid iis videretur mimum vitae commode transegisse, adiecit et clausulam: εἰ δέ τι Ἐπεὶ δὲ πάνυ καλῶς πέπαισται, δότε κρότον Καὶ πάντες ἡμᾶς μετὰ χαρᾶς προπέμψατε.”

⁶¹ Tac. Dial., V, 3: “quod natus ad eloquentiam uirilem et oratoriam”.

⁶² Tac. Dial., X, 7: “haec in ipsis auditoriis praecipue laudari et mox omnium sermonibus ferri.”

necessário ofender os ouvidos dos muito poderosos, então se aprove a lealdade (*fides*) e se dê como desculpada a liberdade (*libertas*)”.⁶³ Por outro lado, apontando o lado negativo, o contra argumento da personagem taciteana buscava desvelar uma eloquência “lucrosa e sanguinária”, nascida dos “maus costumes”,⁶⁴ pois o fórum se mostrava um palco desgastante e arriscado, e assim dizia Materno: “não cobiço essas companhias, esses cortejos que, mal se sai, seguem atrás, ou a multidão de adutores”.⁶⁵

Portanto, homens virtuosos e viciosos conviviam juntos. Ambos atuavam no anfiteatro da política romana. Tácito, não podemos esquecer, conhecia muito bem esse palco. Percorreu por completo, como todo aristocrata bem sucedido, o *cursus honorum*. Foi atuante nesse mesmo cenário político pujante que descreve em suas obras. Entender dessa maneira a figura de Tácito nos permite entrever sua narrativa imersa também em sua dimensão política. Isso significa levar em conta o espaço de experiência do historiador latino e os possíveis interlocutores de suas obras. Narrar e administrar o Estado se confundiam na medida em que o homem que faz a política é o mesmo que escreve a história. Desta forma, Roma jamais seria apenas um regime onde se faz possível a realização da legenda *si unus imperitet*.

1.2. Teorias e formas historiográficas sobre a atuação política das elites no Principado

Para impor ordem ao conjunto de documentos, o historiador precisa relacionar as informações desconexas extraídas da documentação e criar grandes generalizações. A esse respeito, estamos de acordo com as proposições do historiador Norberto Guarinello.⁶⁶ Em um instigante artigo denominado *Uma*

⁶³ Tac. *Dial.*, X, 8: “*si quando necesse sit pro periclitante amico potentiorum aures offendere, et probata sit et libertas excusata.*”

⁶⁴ Tac. *Dial.*, XII, 2: “*Nam lucrosa huius et sanguinantis eloquentia [...] et ex malis moribus natus.*”

⁶⁵ Tac. *Dial.*, XII, 3: “*nec comitatus istos et egressus aut frequentiam salutatum concupisco.*”

⁶⁶ GUARINELLO, Norberto. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. In. *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003, n.1, pp. 41-62.

morfologia da História: as formas da História Antiga, o autor argumenta que tais generalizações, que compreendem qualquer tipo de produção historiográfica, põem em diálogos uma série de vestígios do passado e criam, desta maneira, f(ô)rmãs. Essas formas ou, de outra maneira, os contextos, atribuem sentido à documentação e permitem ao historiador narrar, descrever e explicar realidades passadas.

Muitas são as formas/contextos que atribuem sentido ao que chamamos de História Antiga.⁶⁷ Apresentaremos nesta seção algumas dessas formas construídas pelos historiadores modernos, sem negligenciarmos que “todas as formas produzem, ao mesmo tempo, memória e esquecimento, visibilidade e invisibilidade”.⁶⁸ O tipo de documentação trabalhada e a teoria utilizada constroem certos limites, criando assim perspectivas particulares da narrativa e da explicação da realidade histórica. Como apresenta Guarinello, “formas menores e maiores estão intimamente ligadas. Os contextos menores são mais fáceis de controlar, porém mais pobres; as formas amplas são mais inteligíveis, mas muito mais arbitrárias”.⁶⁹

A longa História da cidade de Roma foi narrada por diversas formas. Os próprios romanos, na diacronia, qualificaram sua própria História de maneiras distintas: Monarquia, República, Principado. Por meio da historiografia moderna, apresentaremos algumas dessas abordagens e desses grandes contextos que atribuem sentido a História de Roma, que nos séculos I e II deixa de ser apenas a História da *urbs* e passa a ser a de todo um império.

Desenvolvido ao longo de séculos sob uma República, o imperialismo romano culminaria com o advento do *princeps* em uma autocracia? Essa pergunta é importante porque nos faz pensar como a historiografia define e explica o funcionamento do governo – monarquia, oligarquia, autocracia etc; e explicar tal funcionamento está diretamente associado com a atuação aristocrática no

⁶⁷ O próprio termo “História Antiga” é uma forma e como qualquer forma é útil e arriscada: “Por que é antiga? O que significa antigo? É, obviamente, oposto de recente, moderno, ou contemporâneo. História Antiga deveria ser assim a parte mais antiga da História Contemporânea, a história de suas origens, de seus começos. Defina um período na História. Mas um período de que História?”. (GUARINELLO, 2003, p.51).

⁶⁸ GUARINELLO, Norberto. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. In. *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003, n.1, p. 50.

⁶⁹ GUARINELLO, Norberto. “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga”. In. *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003, n.1, p. 46.

governo,⁷⁰ ou, em outras palavras, com a menor ou a maior *libertas*. Isto é, a capacidade de atuação desses homens no mundo público. Nesse sentido, procuramos pensar em primeiro lugar o conflito entre o direito e prática no Principado, a partir das análises de Theodor Mommsen. A amplitude analítica de Mommsen, que constrói um grande contexto, nos permite entrever o constante atrito estabelecido entre o Senado e o *princeps* através de uma lógica paradoxal, denominada pelo autor como Diarquia. Segundo Mommsen, a posição ocupada pelo imperador não foi onipotente, todavia, ele estava em um nível mais alto que os demais aristocratas.

Por outro lado, análises mais recentes como as de Richard Saller e Wallace-Hadrill, que seguem na esteira de Finley, desconsideram quase por completo a importância do Senado no cenário político do Principado. Tais abordagens apontam as relações de patronato como elemento fundamental e organizador da sociedade romana, o que, por outro lado, enfraqueceria as questões ligadas à carreira política aristocrática e sua importância no âmbito militar e administrativo. Para Wallace-Hadrill, a sociedade romana no Principado era uma sociedade de corte, concentrando os recursos do império no interior dessa corte, isto é, a *domus Caesaris*. Discordamos em parte das proposições de Saller e Wallace-Hadrill.

Com os estudos das obras taciteanas, buscamos investigar se o Senado era um espaço ainda efetivo de atuação política da aristocracia romana, partindo do pressuposto de que o *princeps* precisou gerir um império, e não o fez sozinho. Neste sentido, o objetivo deste capítulo será apresentar como setores da historiografia moderna pensaram modelos de análise para explicar a interação – dependência e/ou autonomia – dos aristocratas frente ao *princeps*. Qual seria o limite de atuação dessa aristocracia romana no mundo público do Principado? Como se constituía a *libertas* aristocrática no Principado? Havia homogeneidade entre os senadores que compunham o Senado? Todos esses homens se comportavam de forma submissa às vontades do *princeps*? Para essa empreitada, dividiremos as três sessões a seguir da seguinte forma: (1.2.1) *O Estado Romano*

⁷⁰ Como destaca Moses Finley em *Politics in Ancient World*, para pensarmos a ação política e, logicamente, os agentes que estão envolvidos nela, não podemos esquecer que: “num estudo da política, não existe distinção significativa entre Estado e governo”. (FINLEY: 1983, p. 18) Isso nos permite pensar o Principado na diacronia, e não como uma fórmula pré-estabelecida por Augusto e que, conseqüentemente, teria sido melhor ou pior executada pelos *principes* sucessores.

entre a lei e a prática; (1.2.2) O patronato e as oligarquias imperiais; e (1.2.3) A corte imperial e a competição aristocrática.

De fato, pensar o Principado em sua longa duração requer um esforço enorme para enquadrar as mudanças materiais e conceituais observadas em um amplo universo de fontes. Obviamente, não é essa a nossa intenção nesse estudo de mestrado. Deter-nos-emos aos escritos taciteanos, compostos aproximadamente entre os anos 98 e 120. No entanto, entendemos que o panorama geral de outras análises historiográficas desenvolvidas ao longo dos anos nos permite amparar melhor o nosso problema. A escrita da história, antiga ou moderna, é feita no presente, com preocupações e interrogações encaradas pelos contemporâneos que a escrevem.

1.2.1. O Estado romano entre a lei e a prática

Em *A History of Rome under the Emperors*, livro editado tendo por base as palestras de Theodor Mommsen, ministradas entre os anos de 1882 e 1886, na Universidade de Berlim, fica clara a tentativa do intelectual em qualificar o Principado como a conjunção entre duas esferas de poder político: o Senado e o *princeps*. O compromisso entre essas duas esferas de poder produziu estabilidade ao governo romano.

A monarquia reintroduziu a consequência máxima por via de um sistema de jurisdição duplo, consistente de consules e Senado, de um lado, e o *princeps*, do outro. O *populus Romanus* ainda seria formalmente considerado como a fonte de autoridade, mas que no Principado encontraria sua expressão legal no Senado e no *princeps* – uma autoridade oligárquica e monárquica substituindo a antiga corte Republicana.⁷¹

A coexistência de uma autoridade oligárquica e outra monárquica aciona um paradoxo que Mommsen iria levar em conta: por um lado, no que diz respeito às

⁷¹ MOMMSEN, Theodor. *A History of Rome under the Emperors*. Edited, with an introduction by Thomas Wiedemann: English translation by Clare Krojzl. Based on the lecture notes of Sebastian and Paul Hensel, 1882–86, edited by Barbara and Alexander Demandt. London: Routledge, 1992, p. 74.

leis, *de iure*, o Senado ainda existia como fonte de soberania, legislador e representante do *populus romanus*; por outro lado, a respeito das práticas, *de facto*, o *princeps* interferia nas eleições, apontava candidatos às magistraturas e criava novas leis.⁷²

Mommsen deu destaque a esse paradoxo, pois ele se tornou um problema a ser enfrentado em suas análises sobre o direito romano. Preocupado em desvelar as bases legais do direito romano, Mommsen esbarrou em diversos momentos com as circunstâncias *de facto*, ou seja, com os poderes efetivos do *princeps* que atravessavam a legislação da *urbs*. A teoria da Diarquia mommseniana seria então formulada a partir dessa coexistência. No entanto, ela não equilibrava os dois polos de poder, Senado e imperador, porque na prática eles ocupavam posições desiguais. É nesse sentido, como ressalta Aloys Winterling, que em diversas passagens de *Römisches Staatsrecht* o jurista alemão se preocupou em delimitar a natureza de sua abordagem, ou seja, aquilo que poderia ser pensado em termos legais, acerca do direito constitucional. O seu objeto não era a história política ou a posição do imperador, “isso pertence à história, não à lei constitucional.”⁷³

Chamamos atenção para o paradoxo – *iure/facto* – levantado por Mommsen, pois encontramos ressonância desse problema em meio a grande parte da historiografia moderna que trabalha com o Principado. Como apontou Mommsen, mesmo sem integrar o rol de magistraturas senatoriais, e nesse sentido fora do corpo legal, o *princeps* desempenhava todas as funções que corresponderiam aos ofícios republicanos.⁷⁴ Contudo, jamais a sucessão ganhou apoio *de iure*: “Nem mesmo pensou em ratificar o que já há muito foi estabelecido na prática. Não existia continuidade legal para o Principado. Se o Imperador morresse e não tivesse nenhum co-governante, a posição permaneceria vaga.”⁷⁵

⁷² Segundo Aloys Winterling, a teoria da diarquia de Mommsen possui dois elementos que se excluem mutuamente, o regime imperial é incompatível à constituição da lei: “they only coexist, and this coexistence is not na expression within the legal sistem, it is rather described as ‘actual’ (‘praktisch’), a term (similar to ‘factual’ and ‘in fact’) that Mommsen regularly employs as antonym to ‘legal.’ According to Mommsen, dyarchia therefore describes a constitutional state of affairs in which two legally incompatible structure of political organizations (‘institutions’) coexist beside each other.” (WINTERLING: 2009, p. 130).

⁷³ WINTERLING, A. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 124.

⁷⁴ Mommsen chama a atenção para o fato de que de Augusto à Dioclesiano não existiu um *Corpus Iuris* do monarca. Esse legislação que amparava o imperador seria fruto, segundo Mommsen, do século III, com destaque no tempo de Caracalla. (MOMMSEN: 1992, p. 75).

⁷⁵ MOMMSEN, T. *A History of Rome under the Emperors*. 1992, p. 75.

Sem poder de legitimar a si mesmo, a posição do *princeps* necessitaria do aval de outros grupos da sociedade: exército, senado e povo.⁷⁶ A necessidade do apoio de outros setores, dentre eles os senadores, nos sugere a seguinte lógica de legitimação da autoridade: o *princeps*, quando necessitava afirmar-se nessa posição, era dependente de um sistema político-moral-aristocrático que estava posto como pano de fundo de legitimação de todo *princeps*. É o que Aloys Winterling vai chamar de integração política da sociedade (*politische Integration der Gesellschaft*).⁷⁷ Neste sentido, a posição de *princeps* não possuiu *auctoritas* em si mesma, não estava inserida em um ranque de magistraturas. Como destacou Mommsen, o *princeps* não integrava qualquer posição oficial no governo, mas coexiste paralelamente ao lado delas. Ser *primus inter pares* depende de uma construção relacional,⁷⁸ cujo ganho de autoridade é sempre medido através de sua aceitação nessa posição superior.⁷⁹ Dessa forma, por exemplo, Nero poderia ter sido mau imperador na ótica de Suetônio e Tácito, que foram aristocratas. Mas, em contrapartida, ele foi enaltecido pelo povo. Ainda em uma outra instância de análise, todo *princeps* era também um senador, pois “de vós, romanos, saem os senadores e dos senadores os *príncipes*”⁸⁰, ou seja, o *princeps* jamais deixa de ser um aristocrata, portanto, compartilhava dos mesmos códigos de honra (*honos*).⁸¹ Antes de ser *princeps*, ele deve ser primeiro um aristocrata.

⁷⁶ Não obrigatoriamente o apoio dos três setores. Fergus Millar destaca as ocasiões em que a guarda pretoriana desempenhou papel significativo para a ascensão dos imperadores: Cláudio em 41, Nero em 54, Otho em 69 e Dido Juliano em 193. (MILLAR, F. *The emperor in the Roman world*. London: Routledge, 1977, p. 64).

⁷⁷ Discutiremos mais detalhadamente o conceito formulado por Winterling, o qual seguimos, no capítulo seguinte, na seção 2.1: Entre o *verbum* e o *actus*: comportamento senatorial no anfiteatro da política taciteana.

⁷⁸ De acordo com Mommsen, *princeps inter pares* reforça o ambiente paradoxal que compõem a Diarquia do Principado: “This meant recognition of equality with others, but at the same time the abolition of collegiatily.” E sobre a colegialidade: “this was one of the chief cornerstones of the Republican constitution. There were always two authorities who could cooperate, but also keep each other in check.” (MOMMSEN: 1992, p. 76).

⁷⁹ Uma questão interessante a esse respeito e complementar ao nosso argumento é feita por Winterling: “If the emperors were indeed absolute rulers, why, we have ask, did they seek to legalize their already contradicted their claim to autocratic rule?” (WINTERLING: 2009, p. 14).

⁸⁰ Tac. *His.*, I, 84, 4: “*nam ut ex vobis senatores, ita ex senatoribus principes nascuntur.*”

⁸¹ Segundo Winterling, o conceito de *honos* associa-se a estratificação social romana, que tomou a forma de uma hierarquia estreitamente conectada às estruturas políticas. Em latim, *honos*, simultaneamente, significava ‘cargo político’ e ‘honra’. Assim, os cargos políticos atribuíam prestígio social. (WINTERLING: 2012, p. 10). Segundo Lendo, em *Empire of Honor – The art of government in the Roman World*, a honra se constituía como um sistema de pensamento e emoção característico do mundo Greco-Romano. E foi esse sistema de pensamento o responsável por manter e administrar o imenso Império Romano sem a necessidade de uma malha burocrática efetiva: “honour was a source of value: it constituted some or all of the value of men's actions, which might be honorific or dishonouring. (...) honour was a source of legitimate social authority,

Chamamos ainda a atenção para duas outras características da análise mommseniana do Principado: a amplitude espacial e temporal. Mommsen trabalhava com contextos enormes, grandes formas em que as províncias e o exército eram elementos de grande valor na manutenção do império. Ambos se vinculavam à administração: o primeiro elemento importa ao orçamento e às finanças; enquanto que o segundo à manutenção das fronteiras e à expansão do direito romano aos lugares mais afastados. Não é à toa que destacamos esses dois elementos – províncias e exército –, mas por dois motivos específicos que interessam a nossa discussão sobre a atuação política aristocrática.

O primeiro motivo: as províncias eram administradas ou por homens do Senado ou do *princeps*. Independentemente se eram representantes do Senado ou do imperador, ambos possuíam com tal cargo o direito de exercerem o *imperium*.⁸² Dirigir uma província, seja ela imperial ou senatorial, acarretava na cobrança de impostos locais. A sustentação econômica do império foi uma preocupação recorrente para Mommsen. Essa lógica administrativa é apresentada da seguinte maneira: “Existiram dois tesouros imperiais centrais, o *aerarium populi Romani* e o *fiscus* (cofre) *Caesaris*.”⁸³ O *aerarium* satisfazia ao tesouro, cujo acúmulo provinha da taxação das províncias senatoriais. Já o *fiscus* era aquele que se vinculava à arrecadação das províncias imperiais.⁸⁴ Logicamente, a divisão bipartida do tesouro também agregava a ideia de Diarquia.⁸⁵

Composto em geral por cidadãos romanos até o século III, o exército também assumiu um papel importante na manutenção do império. Segundo Mommsen, o

that is, of an authority people were brought up to obey. (...) honour was a social sanction. Fear of loss of honour—disgrace—enforced social norms and some of those norms including deference (and the appropriateness of praise and blame) and the duty of gratitude, the reciprocity of favours and honours, could be used to work one's will in society.” (LENDON: 1997, p. 69)

⁸² MOMMSEN, T. 1992, p. 81.

⁸³ *Idem*, p. 82.

⁸⁴ A tentativa de qualificar o *fiscus* produz uma confusão entre público e privado, pois o tesouro adicionado a ele pertencia à “*private property of the Emperor, but no distinction was made between private property and the property of the crown. [M.H.I., 50]*” (MOMMSEN: 1992, p. 82). Também Rostovzeff destacou essa confusão: “The emperor personified, so to say, the Empire, and so his power and his person were sacred and he himself was an object of worship. The majesty of the Empire was embodied in him. He was not the master of the state but its first servant; service to the state was his duty. (...) His private fortune was merged in the fortune of the state. What was imperial was public, what was public was imperial.” (ROSTOVZEFF: 1966, p. 122).

⁸⁵ Em matéria econômica, segundo Mommsen, a cunhagem de moedas foi muito importante para entendermos as transformações do Império Romano na longa duração. A partir de 27 a.C. o imperador passou a dividir a cunhagem de moedas com o Senado: “The Emperor minted gold and silver—copper was assigned to the Senate. This stabilized the status quo. Although highly significant in formal terms, in substance it marked hardly any concession.” (MOMMSEN: 1992, p. 83). Essa dinâmica se manteria estável até o século III.

exército profissional no império poderia chegar a quase 150.000 legionários, fornecendo um soldo *per capita* de 300 *denarii*.⁸⁶ Esse exército imperial, em contraposição ao republicano, foi totalmente custeado pelo Estado: “O Estado fornecia tudo: trigo, armas e todos os equipamentos, logo o pagamento recebido pelo soldado poderia ser guardado e acumulado.”⁸⁷ Todavia, quem compunha esse Estado custeador? Como apresentamos anteriormente, Mommsen teve dificuldades em delimitar a natureza do *fiscus*, que correspondia ao tesouro imperial, mas se fundia à esfera privada no âmbito da *domus Caesaris*. Dessa forma, Mommsen argumentou que haveria boas razões para que o tesouro imperial pertencesse à propriedade privada do *princeps*, já que os gastos de cada imperador com o exército – testamentos, terras etc – foram enormes.⁸⁸ Desse modo, o exército se tornava em larga medida dependente do financiamento promovido pela *domus Caesaris*.

Acreditamos que os dois elementos selecionados e relacionados – províncias e exército – possuem grande peso no que diz respeito à estabilidade político-econômica do império e à *libertas* aristocrática. Representantes (*legati*) eleitos pelo Senado ou pelo imperador davam corpo a uma rede administrativa,⁸⁹ ligando Roma às demais províncias do Império.⁹⁰ Por mais que Mommsen não desenvolva a ideia de rede, visto que seu foco foi o conjunto teórico do direito, ele apresenta o império romano articulado pelo governo, através do exercício das magistraturas. A importância desses cargos administrativos não se limitava exclusivamente ao *status* e ao enriquecimento, já que nas províncias imperiais estavam também estacionadas as legiões.

Deste modo, o exército, fonte concreta de poder político, igualmente estava subordinado a gestores senatoriais e a imperiais que eram, em geral, senadores.⁹¹ Os elementos políticos apresentados aqui, destacando especialmente aqueles

⁸⁶ MOMMSEN, 1992, pp. 202-3. No entanto, o número total dos homens poderia dobrar – em torno de 300.000 *milites* – contando com as tropas auxiliares.

⁸⁷ MOMMSEN, 1992, p. 203.

⁸⁸ MOMMSEN, 1992, pp. 82 e 200-5.

⁸⁹ Sobre os *legati*, ainda precisamos entender melhor o funcionamento de seleção dos representantes e a sua importância na administração provincial. Segundo Woodman, o termo *legati* comporta diferentes significados: 1) um delegado ou enviado; 2) um *legatus legionis*, ou seja, um oficial encarregado de uma legião; 3) um representante de uma província imperial (*legatus Augusti pro praetore*); 4) um assistente de um governante provincial. (WOODMAN: 2004, p. 358).

⁹⁰ MOMMSEN, 1992, p. 81.

⁹¹ A exceção a essa lógica era a província do Egito, controlada diretamente pelo imperador. Os senadores não eram indicados a essa província, apenas equestres.

ligados ao *cursus honorum* senatorial e à carreira militar, elucidam uma lógica administrativa ainda atuante no Principado.⁹² No entanto, como veremos adiante, Senado e exército perdem importância no horizonte de compreensão e explicação do Principado por algumas análises historiográficas mais recentes.

Mommsen nos apresentou uma distinção metodológica importante: a história política e o poder do imperador pertencem à matéria da história, não ao direito constitucional. O seu objetivo não estava em iluminar os mecanismos concretos estruturantes da realidade, mesmo que em alguns momentos essa lógica fosse apresentada: “A divisão do governo por senadores e cavaleiros distintos é talvez mais significativa do que a formal co-governança do Senado como um todo.”⁹³

Portanto, essa primeira parte do capítulo se concentrou em discutir o Estado romano dentro desse paradoxo – *iure/facto* – percebido por Theodor Mommsen. Entendemos que metodologicamente essa distinção entre o *corpo de leis* e a *forma de interação concreta dos agentes históricos* nos será proveitosa daqui por diante. Será proveitosa no sentido de que, a partir de uma virada teórica que ganhou espaço na primeira metade do século XX, as formas de se pensar o Império Romano mudaram. O paradigma constitucionalista, do qual Mommsen foi um expoente, perdeu lugar para uma nova forma de se pensar o funcionamento da sociedade, dando relevo agora às interações entre os membros dos grupos oligárquicos.⁹⁴ No entanto, por mais incisiva que tivessem sido as críticas aos chamados ‘constitucionalistas’, o paradoxo *iure/facto* ainda estaria presente em muitos níveis da análise historiográfica posterior.

⁹² Outra ampla análise do Principado nos é fornecida por Michael Rostovzeff, em *The social and economic history of the Roman Empire*. De forma semelhante à Mommsen, Rostovzeff destacou a importância das províncias e do exército para a unidade e a manutenção do regime imperial: “*Thus the Roman Empire was gradually transformed by the conscious efforts of its ruler into an aggregate of city-states. Augustus stood out as the leader not only of the Roman citizens in Rome, Italy, and the provinces, but also of all the urban, that is to say, the civilized elements of the Empire, as a leader who was assured of the support. This fact was emphatically expressed in the composition of the Roman imperial guard and of the Roman imperial legions.*” (ROSTOVZEFF: 1966, p. 51).

⁹³ MOMMSEN, 1992, p. 85.

⁹⁴ Segundo Fábio Joly, essa virada analítica deslocou os estudos “*das normas jurídicas para os mecanismos concretos de funcionamento do sistema político republicano e imperial. A análise dos grupos oligárquicos, e dos conceitos estruturadores das relações entre seus membros – gratia, amicitia, fides, pietas etc – passou a um primeiro plano, no que se pode chamar de uma história social e política da República e Principado.*” (JOLY: 2010, p. 20).

1.2.2. O patronato e as oligarquias imperiais

Em *Die Nobilität der römischen Republik*, publicado em 1912, Mathias Gelzer afirmava o seguinte sobre o governo de Roma:

O poder político em Roma repousava precisamente sobre as obrigações dos dependentes. O primeiro homem de Estado romano sobre cuja atividade nós nada conhecemos, Ap. Cláudio Caeco, o censor de 312, ‘tentou ganhar o controle da Itália através de suas *clientelae*’⁹⁵

A passagem de Gelzer elucida bem a virada teórico-metodológica que apontamos anteriormente. Os elementos jurídicos perdem força, e em seu lugar passam a ser destacadas as relações de dependência que constituiriam o poder político aristocrático.⁹⁶ Gelzer, retomando o pensamento de Fustel de Coulanges em *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, se apropriou do conceito de patronato como o “elemento decisivo na estrutura da sociedade do fim da República”.⁹⁷ Ainda segundo Gelzer, o patronato criava relações mútuas de obrigações pessoais, que podiam ser observadas através do conceito de *fides* e seus correlatos: *patrocinium*, *clientela*, *praesidium*, *amicitia* e *hospitium*.⁹⁸ Esse tratamento minucioso dado aos conceitos nas fontes da Antiguidade, juntamente com o desenvolvimento do método prosopográfico, demarcariam as novas formas dessa historiografia.

Ronald Syme seguiu de perto as ideias gelzernianas e, em *The Roman Revolution*, de 1939, fica claro o seu posicionamento quanto à natureza oligárquica do governo romano. Ele destacava que por meio dessa oligarquia se constituiriam os vínculos de dependência social do Principado, expressos pelo

⁹⁵ GELZER, Mathias. *Roman nobility*. Oxford: Blackwell, 1969, pp. 136. O trecho citado por Gelzer nessa passagem é Suet., *Tib.*, 2.2.

⁹⁶ Segundo Luciano Canfora, as formulações gelzernianas reduzem o conflito político romano ao âmbito da aristocracia. Sem aristocracia, a classe política por excelência, não haveria de forma algum povo romano como um sujeito político. As formulações elitistas gelzernianas, provindas de pensadores como Mosca, Pareto e Michels, produziram forte impacto na historiografia dos anos 20. (CANFORA: 1991, pp. 187-96).

⁹⁷ GELZER, M. 1969, p. 62.

⁹⁸ *Idem*, p. 63.

estabelecimento do patronato: Esses homens governaram, como fez o Senado, não em virtude da lei escrita, mas por meio da *auctoritas*.⁹⁹

Destacando a interação entre os indivíduos e os grupos que compõem o governo, Syme também se opõe frontalmente ao paradigma constitucionalista de análise do Estado. É dentro desta nova forma do fazer historiográfico que a *auctoritas* se torna um conceito central. Se já não fazia mais sentido explicar a sociedade romana através do corpo de normas provindas do Estado – *de iure* –, como explicar então a realidade que paira ao seu lado, (des)colada das leis? A resposta está nos mecanismos concretos, *de facto*, de interação social que criavam vínculos entre os indivíduos, podendo ser percebidos por meio de conceitos como *gratia*, *amicitia*, *fides*, *pietas* etc.

Imerso nesse vocabulário político, a *auctoritas* traduz-se então como a excelência de alguém que reúne tais atributos, e isso tem um impacto social no sentido de possibilitar mais laços de patronato, promovendo estabilidade política no Império Romano.

[*auctoritas*], em uma brevíssima definição, significa poder e influência, mas não apenas derivada da posse da magistratura ou definida por meio de um decreto legal. Sua natureza era a autoridade pertencente ao Senado da República como um corpo, ou ao senador individualmente, se ele tivesse posição, idade e reputação.¹⁰⁰

Pelo viés symeniano, Augusto foi personalidade fundamental na revolução romana, pois teve a *auctoritas* necessária para reestruturar o governo, isto é, restabelecer uma nova oligarquia no governo, reconstruindo os laços de patronato necessários para restituir e assegurar a ordem social. Assumindo o raciocínio de Syme sobre o conceito de *auctoritas*, podemos vislumbrar coerência analítica semelhante quando Tácito atribui a Augusto o papel de seduzir “a todos com a doçura da paz”, e, derivado desse novo momento pacífico, a nobreza ganhava “em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos do passado”.¹⁰¹ A conexão entre *pax* e *princeps* é forte, tanto em Tácito quanto em Syme.

⁹⁹ SYME, R. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1960, p. 10.

¹⁰⁰ SYME, R. *Tacitus*. 2 vols. Oxford, Oxford university Press, 1967, p. 413.

¹⁰¹ Tac. *Ann.*, I, 2: “*cunctos dulcedine otii pellexit [...] opibus et honoribus extollerentur ac nouis ex rebus aucti, tuta et praesentia quam vetera et periculosa mallent.*” Reintegrando a relação de Augusto com a paz e a tranquilidade”, Tac., *Dial.*, XXXVIII: “[...] *mediis divi Augusti temporibus habitae, postquam longa temporum quies et continuum populi otium et assidua senatus*

Assumindo essa lógica de pensamento, pensar a função do *princeps* como um monarca tirânico, de um lado, e a aristocracia romana totalmente submissa, do outro, não faria sentido nos dois autores. Em Syme, a ideia de um acordo aristocrático em prol do fim da guerra se unia à capacidade de um novo indivíduo refazer os laços de patronato que, por fim, iriam legitimar a sua posição de *princeps* dentro da República. Por isso, pensar uma ruptura brusca entre República e Principado nas análises symnenianas não faz muito sentido. A revolução romana seria, então, muito mais a expressão de uma renovação da oligarquia que governa, do que a reformulação das normas jurídicas que em si circunscreveriam uma nova forma de poder político. Isso fica ainda mais claro em uma de suas teses sobre as formas de governo:

Em todas as épocas, seja qual for a forma ou o nome do governo, sendo ela monarquia, república, ou democracia, uma oligarquia atua por detrás da fachada; e a história Romana, Republicana ou Imperial, é a história de uma classe governante.¹⁰²

Essa lógica de compreensão das formas de governo, ainda que reduzida às elites,¹⁰³ nos sugere dois caminhos importantes para pensarmos atuação política aristocrática: (1) a ideia de grupo, ou um grande partido político, que se organizou dentro do governo de Roma; (2) essa oligarquia não era homogênea, pois os conflitos no interior desse mesmo grupo comprovam intenções e interesses diferentes dentro da política romana.

Segundo Syme, desde a República a vida política romana não se constituía na oposição entre Senado e povo, *populares* e *optimates*, mas entre a própria elite que competia por riqueza e glória.¹⁰⁴ Os *nobiles* competiam por prestígio e por magistraturas e, assim, as estratégias de ação desses homens se amparavam na família, dinheiro e alianças. Esse último aspecto ganha destaque no jogo político,

tranquillitas et maxime principis disciplina ipsam quoque eloquentiam sicut omnia alia pacaverat.”

¹⁰² SYME, R. 1960, p. 7

¹⁰³ Sobre a crítica às teorias elitistas, ver Moses Finley, “Líderes e liderados.” In.: *Democracia antiga e moderna*. Mas o próprio Finley adotou uma perspectiva elitista. Cf. FAVERSANI, Fábio *Estado e Sociedade no Alto Império Romano: Um estudo das obras de Sêneca*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 39 ss.

¹⁰⁴ SYME, R. 1960, p. 11.

pois as alianças se construía através dos laços de *amicitia*, e a ela está pressuposta sua contraparte, a *inimicitia*.¹⁰⁵

Assim se formavam os grupos oligárquicos que ocupavam o governo e, em contrapartida, potenciais opositores. Foram essas alianças, construídas através do patronato e expandidas pelas demais províncias, que, segundo Syme, proporcionaram a reorganização do governo romano por Otaviano. Deste modo, o Principado de Augusto seria constituído, em parte, por uma prudência oligárquica que, cansada dos conflitos bélicos, equilibrou liberdade e escravidão em dois pratos de uma mesma balança imperial.¹⁰⁶ Em Tácito, portanto, *libertas* e *seruitus* se constituíam como dois vetores de tensão que davam matéria à narrativa. No entanto, as duas forças se mostravam de difícil precisão, pois não havia uma oposição diametral entre as duas.¹⁰⁷ Há casos em que a *libertas* assumia nitidamente contornos negativos, da mesma forma que *seruitus* positivos, como, por exemplo, na obra *Diálogo dos Oradores*.

O *Diálogo dos Oradores* apresenta, através da conversa entre quatro senadores, querelas que têm como eixo temático o suposto declínio da oratória. É importante observarmos que o espaço de desenvolvimento das cenas do *Diálogo* é a *domus*, isto é, local privado e restrito. Em síntese, as personagens Marco Aper e Júlio Secundo argumentavam para que Materno abandonasse a poesia e retornasse à prática forense, pois essa sim seria útil à cidade e aos amigos. Materno, no entanto, defende a prática do poeta. O quarto senador, Vipstano Messala, entra em cena no capítulo XIV e se junta aos defensores da oratória jurídica. Porém, Tácito também expõe nessa obra dialógica algumas reflexões tangenciais sobre o tema da liberdade e da escravidão no Principado. Conseqüentemente, apresenta questões que tocavam também o conteúdo da atuação política e do comportamento senatorial. Desta maneira, no desenvolvimento dos confrontos discursivos, o poeta Materno atacava a prática da eloquência oratória dos tribunais nos seguintes termos:

Não falamos sobre matéria calma e sossegada, que se alegra com a probidade e a modéstia, mas aquela grande e notável

¹⁰⁵ SYME, R. 1960, pp. 12-3.

¹⁰⁶ A outra parte constituidora desse Principado estaria na força militar, que eliminou os rivais políticos.

¹⁰⁷ Sobre uma análise dos conceitos *libertas* e *servitus*, ver JOLY, Fábio D. *Tácito e a Metáfora da escravidão*. 2004, pp. 119-21.

eloquência é pupila da permissividade, a que os estultos insistentemente chamam *libertas*; a companheira das seduções, incitamento do povo desenfreado, sem obediência, sem severidade; contumaz, temerária, arrogante, ela não tem como se originar de comunidades bem instruídas. (Tac. *Dial.*, XL, 2).¹⁰⁸

Por outro lado, no que se refere à obediência (*obsequium*), Materno ainda acrescenta o seguinte:

Do mesmo modo que a arte do médico tem mínima utilidade e mínimo proveito entre aquelas gentes que gozam de saúde extremamente boa e de um corpo muito saudável, menor é a honra e mais obscura a glória dos oradores entre os de bons costumes e os que estão prontos para a obediência àquele que governa. (Tac. *Dial.*, XLI, 3).¹⁰⁹

Para finalizar o discurso de Materno, Tácito constrói uma breve sentença acerca da inevitabilidade dos fatos: “agora, porque ninguém na presente época pode alcançar grande fama e grande quietude, que cada um use o bom de sua época, sem difamação da outra”.¹¹⁰

Nessas breves passagens, percebemos o quão complexo eram as diversas acepções que assumem *libertas* e *seruitus* nos textos taciteanos. Características derivadas de um novo contexto político que, como Mommsen já havia chamado atenção em seu tempo, se apresentava de forma paradoxal, colocando em choque estruturas contraditórias dessa realidade e do campo semântico constitutivos desses conceitos.

Em meio a tal contexto, Syme argumenta que, por um lado, o medo da guerra acarretou a perda da liberdade política, por outro, promoveu *pax* e o surgimento do *princeps*:¹¹¹ “A revolução conservou-se por vinte anos. Estabilidade e dignidade se tornaram o seu lema”.¹¹² A estrutura administrativa do império havia

¹⁰⁸ Tac. *Dial.*, XL, 2: “*Non de otiosa et quieta re loquimur et quae probitate et modestia gaudeat, sed est magna illa et notabilis eloquentia alumna licentiae, quam stulti libertatem vocitant, comes seditionum, effrenati populi incitamentum, sine obsequio, sine severitate, contumax, temeraria, adrogans, quae in bene constitutis civitatibus non oritur.*”

¹⁰⁹ Tac. *Dial.*, XLI, 3: “*Quo modo tamen minimum usus minimumque profectus ars medentis habet in iis gentibus, quae firmissima valetudine ac saluberrimis corporibus utuntur, sic minor oratorum honor obscuriorque gloria est inter bonos mores et in obsequium regentis paratos.*”

¹¹⁰ Tac. *Dial.*, XLI, 5: “*nunc, quoniam nemo eodem tempore adsequi potest magnam famam et magnam quietem, bono saeculi sui quisque citra obrectationem alterius utatur.*”

¹¹¹ SYME, R. 1960, p. 2.

¹¹² SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 vols. Oxford, Oxford University Press, 1967, p. 589.

mudado, a monarquia suspendeu a república,¹¹³ novas províncias foram adicionadas ao império e a cidadania havia sido concedida a outros povos como estratégia política do império.¹¹⁴ Assim, como destacou Syme em *Tacitus*, as qualidades que traziam os homens ao governo permaneciam as mesmas: “talento, esforço, dinheiro e educação – e um patrono.”¹¹⁵

Ambientado nesse cenário é que Syme entrevia a proeminência dos *noui homines* no governo romano. Esses homens novos eram procedentes de fora de Roma e integrantes de uma nova oligarquia. Tácito seria então um desses representantes, assim como Vespasiano e outros imperadores após a dinastia Júlio-Cláudia também o foram. Como buscamos ressaltar acima, a historiografia de Syme conciliou duas características importantes para as nossas leituras das obras taciteanas: por um lado, a articulação intra-aristocrática em busca de um governo estável, dando destaque ao patronato para estruturação da sociedade; e por outro, a permanência do conflito político, pois esse é inerente ao primeiro fator, traduzido na tensão entre liberdade e escravidão no Principado. Tal formulação, portanto, poderia ser percebida através dos interesses políticos divergentes entre os pares *aristocratas vs aristocratas* e *aristocratas vs princeps*.

1.2.3. A corte imperial e a competição aristocrática

A valorização das interações sociais através do patronato ganhou proeminência com o trabalho de Moses Finley. Como apontou Fábio Faversoni,

¹¹³ Por mais que Syme desconsidere a importância das tipologias das formas de governo – monarquia, república, autocracia etc – e chame a atenção para a elite governante, mesmo assim ele não consegue se desvincular das nomenclaturas relacionadas às teorias de Estado para explicar o poder político.

¹¹⁴ Em Tácito, essa conexão entre cidadania e lealdade, províncias e povo romano é bastante forte em *Ann.*, I, 58: “Não é hoje o primeiro dia em que faço prova de firme lealdade (*fides*) ao povo romano. Desde que pelo divino Augusto me foi entregue a cidadania (*ciuitates*), minhas amizades e inimizades foram sempre as vossas, não por ódio à pátria, pois os traídores são malvistas por aqueles mesmos a quem se entregam, mas porque reconhecia que aos germanos e romanos eram comuns os mesmos interesses, e preferia a paz à guerra.” (Trad. Joly, 2004). (Tac. *Ann.*, I, 58: “*non hic mihi primus erga populum Romanum fidei et constantiae dies. ex quo a divo Augusto civitate donatus sum, amicos inimicosque ex vestris utilitatibus delegi, neque odio patriae [quippe proditores etiam iis quos anteponunt invidi sunt], verum quia Romanis Germanisque idem conducere et pacem quam bellum probabam [...]*”).

¹¹⁵ *Idem*, p. 587.

inspirados pelas reflexões de Finley, autores como Peter Garnsey, Richard Saller, Andrew Wallace-Hadrill e Charles Whitaker têm trabalhado no sentido de entender o funcionamento da sociedade através de conceitos como o de patronato.¹¹⁶ No entanto, diferentemente de Gelzer e Syme, a partir das pesquisas de Finley, novos problemas, métodos e abordagens seriam utilizadas para pensar o patronato e a política em Roma.

Em artigo publicado em 1964, intitulado *Between Slavery and Freedom*,¹¹⁷ Finley criticou incisivamente o entendimento que era feito da antiguidade através dos conceitos de estamento e classe. Para o historiador de Cambridge, a divisão social na antiguidade clássica se constituiria entre as ideias opostas de liberdade e escravidão. Nesse sentido, haveria um *continuum* social separando os dois extremos. Assim, tanto a liberdade quanto a escravidão se mostravam conceitos de alta complexidade, constantemente disputados e resignificados, pois:

[...] ainda continuava existindo grande número de homens que não podiam ser situados socialmente nem como escravos nem como livres, que estavam ‘entre a escravidão e a liberdade’, na vaga linguagem de Aristófanes de Bizâncio ou Júlio Pólux.¹¹⁸

Nesse sentido, Finley argumenta a não existência de grupos sociais claramente circunscritos, mas sim haveria o escalonamento dos indivíduos dentro desse *continuum* social entre a liberdade e a escravidão. Logo, o patronato foi o elemento crucial para articular a interação desses indivíduos dentro dessa hierarquia social. E foi na esteira dessa tradição intelectual desenvolvida a partir dos escritos de Finley, tomando o patronato como elemento de relevância explicativa, que ganhou destaque a pesquisa de Richard Saller: *Personal patronage under the Early Empire*.¹¹⁹

A obra de Saller apontava para a necessidade de sistematização das interações sociais para que pudéssemos compreender o mundo romano. Portanto, o autor chamou atenção para a permanência do patronato como condição estruturante da

¹¹⁶ FAVERSANI, Fábio. *Estado e Sociedade no Alto Império Romano: Um estudo das obras de Sêneca*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 39 ss.

¹¹⁷ *Between Slavery and Freedom* foi publicado em *Comparative Studies in Society and History*, em 1964. Posteriormente integrou a obra *Economy and Society in Ancient Greece*, Harmondsworth: Penguin, 1983.

¹¹⁸ FINLEY, Moses. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 127.

¹¹⁹ SALLER, Richard. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982

dessa sociedade, que se desenvolveu na República e que permaneceu ao longo do Império. Em contraposição às posições historiográficas que defendiam a redução drástica, em alguns casos, a supressão, do patronato no Império,¹²⁰ Saller buscava provar o contrário: a sua permanência. Segundo o historiador, o vocabulário imperial presente na documentação realmente não deixava explícita a aplicação do patronato, como fora de forma mais efetiva na República através da utilização dos conceitos de *patronus* e *cliens*. Todavia, isso não significou de forma alguma a sua ausência.¹²¹

Foi com essa preocupação que Saller fez uma importante distinção metodológica sobre o uso da linguagem para os historiadores da antiguidade. O autor busca diferenciar o conceito nas fontes – e as palavras semanticamente correlatas a ele – da categoria de análise utilizada pelo historiador moderno. Portanto, a definição da categoria analítica *patronato*, para Saller, segue três princípios basilares: (1) envolve troca recíproca de bens e serviços; (2) distingue-se de uma relação comercial, de mercado, pois o patronato pressupõe certa duração; (3) é uma relação assimétrica, ou seja, envolve partes com *status* desigual, cada qual podendo oferecer bens e serviços correspondentes à sua posição.¹²²

Deste modo, Saller entende o *princeps* como o grande *patronus* do Principado. Augusto, então, ocuparia essa posição por meio da eliminação de seus inimigos políticos, concentrando em si os *beneficia* provindos da guerra e das relações de patronato. O funcionamento de concessão dos *beneficia* estava inserido dentro daquilo que Saller chamou de ‘ideologia patronal’.¹²³

Por sua vez, o que dava subsídios a tal ideologia patronal salleriana eram os interesses materiais. Os *beneficia* movimentam o motor central estruturante dessa ideologia.¹²⁴ Coordenados pela casa imperial, por meio do patronato, os benefícios disponibilizados pelo *princeps* promoviam laços recíprocos com os aristocratas, gerando assim consenso e estabilidade. Concentrados nas mãos do *princeps*, os benefícios – principalmente referentes à atribuição de cidadania, cargos públicos e

¹²⁰ Obras como *La paix romaine* (1967), de P. Petit, e *Un aspect social et politique du monde romain: le patronat sur les collectivites des origines au Bas-Empire* (1957), de L. Harmand.

¹²¹ Segundo Saller, em contraposição à redução do uso dos termos *patronus* e *cliens* nas fontes literárias, o uso epigráfico é extenso. (SALLER, 1982, p. 10).

¹²² SALLER, R. 1982, p. 1.

¹²³ *Idem*, pp. 37-9.

¹²⁴ Crítica feita a essa lógica interessada como elemento crucial das relações de patronato, ver David Konstan, *Amizade no Mundo Antigo*, pp. 174-5.

terras – amparavam a posição privilegiada do patrono e fortificavam as relações de dependência entre o imperador e seus subordinados.

Em consonância com o modelo explicativo de Saller, isto é, que colocava em destaque a posição centralizadora do *princeps*, temos a análise de Fergus Millar. Em *The Emperor in the Roman World*, de 1977, Millar destacava as funções rotineiras que, nos tempos de paz, cabiam ao imperador cumprir. Essas funções se dividiam, sobretudo, na distribuição dos benefícios e nas respostas às petições que lhe eram enviadas. Para Millar, e isso vem ao encontro do papel do *princeps* na política, a *auctoritas* do imperador se constituía na sua capacidade de atender às requisições de seus subordinados. Cabia a ele então distribuir presentes e títulos, qualificando assim positivamente ou negativamente o seu governo em relação aos aristocratas que lhe apoiavam.

Em resumo, desde o início do império, havia a demanda de que o imperador se comportasse como um *basileus* que escutava as petições dos seus súditos e os respondia com pronunciamentos verbais ou escritos, que eram atos efetivos e legais. Como vimos, já em 30 d.C., Octaviano estava conscientemente e explicitamente desempenhando essa função. (...) Ao mesmo tempo veremos como a emergência da monarquia transformou, até certo ponto, aquelas instituições republicanas em instrumentos de patronato.¹²⁵

Millar coloca em evidência uma mutação das funções políticas senatoriais. Agora, após Augusto, a monarquia transformava o antigo palco da liberdade política da *urbs* em uma instituição política dependente do patronato imperial. Como destacamos anteriormente, a submissão do Senado ao *princeps* não poderia ser feita de forma direta. Na era dos imperadores, ainda havia dissidência entre os senadores que compunham o Senado. Veremos isso mais detalhadamente no terceiro capítulo.

No sentido da argumentação de Millar e, como já apresentamos antes, também na de Finley, Saller chamou atenção para o papel centralizador do imperador e da corte imperial. O patronato seria a liga dessa construção. Tal lógica de funcionamento social apresentava o seguinte princípio: quanto mais

¹²⁵ MILLAR, Fergus. *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth, 1997, p. 11.

imerso na corte e mais próximo do *princeps*, maiores seriam os *beneficia*.¹²⁶ Circunscrita nessa geografia política da corte, os relevos hierárquicos se constituíam por meio de dois grupos e suas subdivisões: o primeiro, dos familiares do *princeps*, que se subdividia hierarquicamente em quatro segmentos: (1) homens da família, (2) mulheres, (3) escravos e libertos, e (4) literatos, médicos e professores; o segundo grupo era constituído por amigos e clientes. Dessa forma, a *amicitia* com o *princeps* foi um fator significativo para se ter acesso aos benefícios imperiais.

Se sinceramente pessoal ou formal, a *amicitia* com o imperador foi um fato enormemente importante na vida aristocrática [...] o *amicus* poderia esperar *honores* para si, e também a *auctoritas* derivada da sua habilidade para influenciar e assegurar *beneficia* para os amigos.¹²⁷

Na República ou no Principado, os *amici* integraram o governo, seja se aproximando da aristocracia governante ou do *princeps*. Portanto, Estado e Sociedade se constituem imbricados por meio do patronato. Desta maneira, percebe-se mais uma continuidade das formas de integração social entre a República e o Império, do que uma drástica ruptura estabelecida com Augusto. Neste sentido, os argumentos de Syme ainda têm força como chave explicativa para pensar a transição do século I a.C. para o século I. d.C. No entanto, há uma diferença crucial entre Saller e Syme.

Para Saller, o Senado perde força no que diz respeito ao seu papel político no Império, pois os benefícios e recursos do império se concentram agora com o imperador e a sua *domus Caesaris*. O trabalho de Millar também aponta nesse sentido. No entanto, Saller faz uma ressalva quanto à concentração dos poderes – expressa na forma de recursos – nas mãos do *princeps*. A ressalva feita a essa repartição dos recursos vai de encontro a uma visão amplamente difundida por Anton von Premerstein (1869-1935).

Em sua obra póstuma, *Vom Werden und Wesen des Prinzipats*, de 1937, Premerstein argumentou que o imperador monopolizou os antigos recursos que criavam os laços políticos. Recursos como o direito de nomear e recomendar os

¹²⁶ A ideia de corte foi desenvolvida mais sistematicamente por Andrew Wallace-Hadrill e será trabalhada adiante.

¹²⁷ SALLER, R. 1982, p. 60.

candidatos para as eleições de magistrados e o controle do suprimento de grãos. Dessa forma, para Premerstein, o patronato deixaria de existir no Principado como um fator político significativo, como fora outrora na República.¹²⁸ Em contraposição ao modelo de patronato de Premerstein, que reduziu a importância das famílias aristocráticas e o papel dos senadores como patronos, Saller afirmou que os senadores também compartilhavam de parte dos recursos no império.

Com isso, para explicar o funcionamento do patronato imperial nessas circunstâncias, Saller se apropriou das ideias do antropólogo Jeremy Boissevain, que divide o patronato em dois níveis básicos. O primeiro corresponde ao controle da riqueza – terras, recursos etc – pelo patrono. O segundo corresponde àqueles que não possuem tais riquezas propriamente, mas constroem laços estratégicos com tais indivíduos. Os que controlam os “*first order resources*” são chamados patronos, os que detêm os “*second order resources*”, denominados mediadores (*brokers*).¹²⁹ Essa perspectiva de análise nos permite entrever, como viemos destacando até aqui, a integração no plano social do *princeps* com os demais aristocratas. Uma via de mão dupla que se estabelece dentro do governo, onde o *princeps* não era onipotente, pois dependia da legitimação aristocrática para a estabilidade de seu governo. Os senadores e as famílias senatoriais se apresentavam, nessa perspectiva, como elementos importantes na lógica política do Principado, ou exercendo o papel de patronos ou assumindo a posição de um mediador.

No entanto, chamamos atenção que, tanto em Saller quanto em Millar, o exército perdeu espaço político, deixando de ser um segmento de peso para consolidação dos chefes governantes. Apesar desses autores darem pouco destaque à questão militar e aos conflitos interaristocráticos, nossa leitura das obras de Tácito indica que ambos estavam ainda presentes na disputa política do Principado. Na perspectiva desses autores, a aristocracia de Roma assume uma forma homogênea. Nos textos taciteanos poderemos problematizar essa homogeneidade, e, nesta direção, argumentar em favor de uma composição heterogênea da aristocracia no Principado. Os comportamentos desses aristocratas

¹²⁸ PREMERSTEIN *apud* WINTERLING, A. *Politics and Society in Imperial Rome*. 2009, pp.39-40.

¹²⁹ BOISSEVAJN *apud* SALLER, R. 1982, pp.74-5.

em meio ao mundo público romano se transformavam de acordo com os interesses, muitas vezes divergentes, desses atores políticos.

Tácito nos possibilita ver de forma mais ampla e complexa a composição dessa elite residente em Roma, e o papel daqueles que viriam de fora da *urbs*. O próprio trajeto do autor, *homo nouus* e de origem provincial,¹³⁰ pode ser encarado sob esse prisma. No capítulo 55 do livro terceiro, dos *Anais*, Tácito delinea a heterogeneidade que desejamos salientar. Essa passagem vem logo depois daquela que apresentamos no início deste capítulo, isto é, a carta tiberiana endereçada ao Senado.

Após expor os argumentos de Tibério contra o *luxus* e a degradação dos costumes, Tácito apresentou a sua própria explicação sobre tal degradação moral. Buscou explicar as causas que conduziram à degeneração dos costumes romanos, levando em conta a magnificência e o luxo das famílias nobres, desde os tempos de Augusto até Sérgio Galba.¹³¹ O seu argumento tem início da seguinte forma: as famílias nobres enriqueciam e arruinavam-se. O declínio era a consequência dessa fortuna acumulada em forma de riquezas, clientes e amigos.¹³² Em seguida, vem o trecho que mais nos importa:

Depois dos massacres selvagens terem tomado lugar e a grandeza da reputação começou a significar extermínio, o resto delas [as famílias nobres] se converteram para caminhos de mais sabedoria. Ao mesmo tempo novos homens, frequentemente alistados para o Senado das municipalidades, colônias e mesmo das províncias, introduziram a frugalidade doméstica, e, embora por meio da fortuna ou diligência, muitos chegaram a uma velhice opulenta, sua antiga mentalidade ainda permanecia. (Tac. *Ann.*, III, 55, 3).¹³³

¹³⁰ Não há consenso sobre a origem de Tácito. A documentação é divergente a esse respeito. Plínio o velho nomeia um certo Cornélio Tácito, de classe equestre, que teria provindo da Gália Narbonense (Plin. *Nat. Hist.*, VII, 75); Plínio o jovem o atribui às regiões itálicas (Plin. *Ep.*, IX, 23, 2). Sobre essa discussão ver SYME, Ronald. *Tacitus*. Oxford University Press, Oxford, 1958.

¹³¹ É importante ressaltarmos que o capítulo 55 está conectado diretamente com a discussão iniciada no capítulo 52, que diz respeito à reclamação de alguns senadores ao imperador Tibério quanto ao problema da luxúria exercitada pelos nobres. O capítulo 54 corresponde à resposta de Tibério, endereçada em forma de carta ao senado. Após a resposta de Tibério, que é desacreditada quanto à solução desses tipos de vícios, Tácito se propõe explicar as causas que levaram a mudança de comportamento, desde a vitória do Ácio até o imperador Galba.

¹³² Tac. *Ann.*, III, 55, 2: “*nam etiam tum plebem socios regna colere et coli licitum; ut quisque opibus domo paratu speciosus per nomen et clientelas inlustrior habebatur.*”

¹³³ Tac. *Ann.*, III, 55, 3: “*postquam caedibus saevitum et magnitudo famae exitio erat, ceteri ad sapientiora convertere. simul novi homines e municipiis et coloniis atque etiam provinciis in senatum crebro adsumpti domesticam parsimoniam intulerunt, et quamquam fortuna vel industria plerique pecuniosam ad senectam pervenirent, mansit tamen prior animus.*”

Na medida em que as famílias ancestrais se arruinavam devido à natureza de seus vícios, homens vindos das municipalidades – *municipia*, *colonia* e *prouincia* – traziam a *parsimonia* para o Senado. Logo adiante, Tácito destacou a figura de Vespasiano como o principal instigador dos antigos costumes.¹³⁴ Desta maneira, frisando a heterogeneidade moral e geográfica dessa aristocracia, o historiador latino nos oferecia um quadro mais complexo. Homens com interesses distintos e se comportando de formas distintas nesse mundo público romano.

Pautado nesse conflito interno dos homens de governo, o patronato imperial se mostraria, não podemos negar, como um elemento importante que moldava o comportamento dos senadores, pois, como veremos no caso de Trasea Peto, nem sempre os senadores compartilhavam das vontades do *princeps*. E extrapolado um limite de atuação difícil de medir em meio ao Senado, esses homens da política sofriam as consequências de uma oposição violenta e fatal.¹³⁵ Isso nos leva a reiterar a necessidade de se ter em vista a questão do conflito político no Principado, em oposição ao consenso destacado por Saller. Comparando essas análises com aquelas desenvolvidas por Syme, nota-se, por fim, que pouca importância foi atribuída por Saller ao papel dos exércitos dentro dessa lógica de disputas políticas e laços interpessoais. Como Syme assinalou, o controle de legiões foi um elemento decisivo na manutenção da ordem política e, conseqüentemente, isso estava conectado diretamente ao fortalecimento das relações de patronato. A glória militar foi cuidadosamente assegurada pelo *princeps* e sua família. Os soldados foram seus próprios clientes e era considerado como traição incitá-los. Por essa razão, os *principes* estavam em constante alarme caso os generais, seja por bons ou maus feitos, adquirissem popularidade com as tropas, e com o tempo até mesmo um decreto proibindo os senadores em admitir soldados em suas recepções matinais foi elaborado.¹³⁶

Portanto, seria o reconhecimento dessa lógica patronal e militar que fez com que Augusto não desconsiderasse também as províncias, mantendo-se em constante deslocamento entre os anos de 27-13 a. C. para a manutenção das fronteiras e o controle interno do império.¹³⁷ Desta forma, a relação entre os

¹³⁴ Tac. *Ann.*, III, 55, 4: “*praecipuus adstricti moris auctor Vespasianus fuit*”.

¹³⁵ No capítulo 3, veremos essa oposição mais direta, e sua conseqüente repressão violenta, a partir dos casos de Trasea Peto, nos *Anais*, e Helvídio Prisco, nas *Histórias*.

¹³⁶ SYME, R. 1960, p. 404.

¹³⁷ SYME, R. 1960, pp. 387-93.

aristocratas e os exércitos deveria ser sempre observada de perto pelos imperadores, pois, mesmo que a posição de *princeps* lhe conferisse grandes poderes, ele continuamente necessitaria do apoio aristocrático para mantê-los e exercê-los. Como destacou Aloys Winterling, dos doze imperadores do primeiro século, somente cinco deles tiveram uma morte natural. Essa constatação é bastante elucidativa. De acordo com Winterling, mais uma questão se coloca no que diz respeito à interação entre aristocratas e o imperador:

Devido à integração política da sociedade e à interconexão direta entre cargo e honra, a remoção da constituição republicana significaria simultaneamente remover a classe superior aristocrática e a própria hierarquia social – uma tarefa impossível, mesmo porque os próprios imperadores necessitavam de senadores do alto escalão para comandar suas legiões e governar as províncias do Império.¹³⁸

O reconhecimento do conflito aristocrático e o papel dos exércitos nesse jogo político ainda nos parecem pertinentes para o nosso tema da atuação aristocrática e do comportamento político. Pensamento que vai de encontro à leitura de Saller sobre o patronato, que obedeceria uma lógica consensual e movida estritamente pelos *beneficia*. Segundo Saller, o *princeps* ocupava a posição superior na política romana. Era ele o patrono mais rico do império, que concentrou em suas mãos o maior número de benefícios. A oposição é de novo feita com a República, onde esses benefícios estavam divididos entre os aristocratas, diversamente do que ocorria no império, quando eles permaneciam reunidos em uma casa. O interesse aristocrático em acessar esses benefícios fazia com que canais diretos e indiretos fossem estabelecidos com o *princeps*. Assim, nas palavras de Saller, o “imperador satisfazia os interesses materiais de diferentes subordinados de diferentes formas. O interesse do exército foi satisfeito amplamente de um jeito impessoal através de benefícios e salários pagos a todos os soldados.”¹³⁹

Por meio desse tipo de patronato, portanto, a estabilidade política se configurava, o que explicaria a pequena malha burocrática necessária para administrar o grande império Romano. A partir do raciocínio que coloca o imperador como o grande patrono romano, os estudos sobre patronato e corte

¹³⁸ WINTERLING, A. 2012, pp. 10-11. A passagem dos *Ann.*, III, 32 exemplifica bem a dependência do *princeps* diante dos aristocratas para o comando das legiões.

¹³⁹ SALLER, R. 1982, p. 207.

imperial irão desembocar em análises como as de Andrew Wallace-Hadrill, que pensam o funcionamento do governo romano através da criação de redes. Em capítulo intitulado *The imperial court*,¹⁴⁰ Wallace-Hadrill buscou delimitar o que seria a corte imperial e qual o seu papel na sistematização dessas redes no Império. De início, o autor apresenta uma definição básica para o seu entendimento da corte: “A corte e seus membros não tinham definição ‘oficial’, por isso foi uma instituição social, não legal, privada em sua composição, mas pública em sua importância.”¹⁴¹

A corte seria, então, uma ‘instituição social’, mas que não existe legalmente. No entanto, mesmo tendo uma ‘composição privada’, a corte seria de importância pública.¹⁴² Essas ambiguidades já haviam sido estudadas por Wallace-Hadrill, quatorze anos antes, em artigo intitulado *Princeps ciuilis: Between citizen and king*.¹⁴³ Nele, o historiador chamou atenção para as ambivalências manifestadas nos comportamentos dos imperadores que nos levaria a entender as ambiguidades constatadas no comportamento dos imperadores variando entre dois conceitos latinos: *ciuitas* e *superbia*. Por um lado, a *ciuitas* aproximaria o *princeps* dos demais cidadãos. Por outro lado, a *superbia* o distanciaria dos homens comuns e o aproximaria dos reis e deuses.

Desse modo, segundo Wallace-Hadrill, a corte funcionaria como o centro gravitacional dessas ambiguidades, cumprindo um papel fundamental para o funcionamento da sociedade romana no Império. A sociedade romana no Principado seria uma sociedade de corte, sendo a corte um espaço necessariamente complexo e ambivalente. Se apropriando das categorias “patrons” e “brokers”, utilizadas por Saller, Wallace-Hadrill procurou articular o fenômeno do patronato imperial através da corte imperial (*aula Caesaris*). O gerenciamento do patronato exercido pela *aula Caesaris*, então, ligava-se diretamente ao estabelecimento de uma complexa rede de interações pessoais no

¹⁴⁰ Artigo publicado na *Cambridge Ancient History*, v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69, de 1996.

¹⁴¹ WALLACE-HADRILL, A. “The imperial court.” In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 285.

¹⁴² Com essa análise Wallace-Hadrill se aproxima daquilo que Theodor Mommsen havia constatado como um paradoxo imperial, o qual estava estabelecido com a disjunção entre *iure* e *facto*.

¹⁴³ WALLACE-HADRILL, A. “Princeps Ciuilis: Between citizen and king.” In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 72 (1982), pp. 32-48.

Principado.¹⁴⁴ Operando com uma interface pública e outra privada, a corte exercia o seu papel administrativo no Estado.

A corte não é simplesmente a casa do governante, mas uma casa que funciona como uma interface com a sociedade sobre a qual ela governa. A distribuição de poder na sociedade monárquica é provavelmente correspondente à distribuição de acesso ao governante.¹⁴⁵

Conforme a visão de Wallace-Hadrill, a *domus* imperial, por excelência, se constituiria no centro administrativo, isto é, espaço responsável para as deliberações políticas do império. A casa reinante tomaria assim fortes conotações monárquicas. E, novamente, como havia apontado Saller, Wallace-Hadrill deu grande destaque à necessidade dos aristocratas se manterem próximos ao imperador. Mesmo sendo um espaço instável e perigoso, a corte seria a única alternativa de compartilhamento dos benefícios imperiais. Assim, para explicar esse funcionamento da corte no Império, Wallace-Hadrill se utilizou da metáfora do sistema solar.

O autor compara a *domus Caesaris* com o Sol e as demais *domus* com astros menores. Dependentes da luz solar, os astros menores buscariam se aproximar o quanto fosse possível do Sol. A *domus Caesaris* (Sol), portanto, sob o arranjo de um ‘patronato público’, desempenharia o gerenciamento do Império,¹⁴⁶ ligando-se às demais casas aristocráticas (astros menores) para a ordenação do sistema.¹⁴⁷ A corte é apresentada por Wallace-Hadrill como o espaço de concentração dos bens materiais e do poder político. O acesso à corte, então, ganhou relevância nos estudos desse autor. Como destacamos anteriormente, a hierarquia fundada na proximidade entre o aristocrata e o *princeps* se tornava, nesse modo de raciocínio, o termômetro principal que media o grau de poder político conquistado. Sendo assim, a competição aristocrática se estabeleceria na disputa para se aproximar do imperador. Por conseguinte, todo aristocrata que quisesse ganhar proeminência política e enriquecer-se, necessariamente, precisaria estar inserido na corte, e o

¹⁴⁴ WALLACE-HADRILL, A. 1996, p. 297.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 289.

¹⁴⁶ Segundo Wallace-Hadrill, o patronato ‘público’ seria consequência desse novo momento imperial, em que articula a corte – que tem funções públicas e privadas – com as demais casas do império. Isso aconteceria em contraste com o patronato estritamente privado, característica do período republicano. (WALLACE-HADRILL: 1996, p. 292).

¹⁴⁷ WALLACE-HADRILL, A. 1996, p. 295.

“relacionamento do imperador com as classes superiores é, portanto, complexa e ambivalente.”¹⁴⁸

Substituindo a contenda aristocrática que, na República, fora travada essencialmente no Senado, Wallace-Hadrill defende que a sociedade de corte impôs uma nova lógica de competição, agora pautada por intrigas e estratégias palacianas entre os indivíduos que pretendiam se ligar ao imperador. A *domus Caesaris* era o topo desse sistema e a concorrência então revelou uma lógica de organização vertical dos grupos, em detrimento daquela formada por divisões horizontais na República.

As linhas de divisão da elite na corte não eram entre posições sociais de senadores, equestres e libertos, os quais eram unidos por múltiplos laços de família, amizade e interesse, mas entre grupos de *status* misturados: as fissuras foram verticais e não horizontais.¹⁴⁹

Portanto, segundo Wallace-Hadrill, todo esse sentido competitivo em direção ao *princeps* se desenvolveu em diversos níveis. Não apenas entre aristocratas – em sua maioria *outsiders* à corte –, mas de maneira incisiva pela competição que estava posta aos *insiders*, isto é: esposas, escravos e libertos que conviviam dentro do espaço da *domus* e que tinham, por isso, ‘livre’ acesso ao *princeps*.¹⁵⁰ Para Wallace-Hadrill, a corte se organizaria então como uma zona de competição aristocrática por excelência, onde os interesses pessoais eram mobilizados tendo em vista a conquista de benefícios. Em suas análises, o Senado desaparece quase que completamente como um espaço de representação política. A mudança de polo, do Senado para a corte, desloca toda a fonte de poder político para a *domus Caesaris*. Nesse sentido, sob o olhar Wallace-Hadrill, *status* e poder são coisas dissociadas. Se por um lado, o Senado ainda existe, por outro, ele não pode ser mais visto como um espaço político, um anfiteatro da política, logo “é errado representar os senadores como um grupo coerente, seja socialmente ou politicamente.”¹⁵¹

Wallace-Hadrill entende que há, com o advento da corte, uma dissociação entre *status* e poder. Em suas análises, o Senado deixa de ser um grupo com força

¹⁴⁸ *Idem*, p. 296.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 302.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Idem*, p. 301.

política. Dessa forma, as magistraturas não representam mais o poder político em si, apenas um *status* antigo, pouco efetivo na vida política do Império. No entanto, como apresentamos brevemente acima, Aloys Winterling rejeita tal interpretação, reafirmando a importância do Senado no contexto do Principado:

[Os imperadores] estabilizavam sua posição política de forma paradoxal desde o princípio e a mantinham em instabilidade permanente. Ao se legitimar, precisavam-se renovar a cada momento as instituições republicanas impedindo o estabelecimento de uma ordem de sucessão regulada pelo direito constitucional, i.e., uma legitimidade monárquica *sui generis* era afastada.¹⁵²

E é nesse ponto precisamente que discordamos da hipótese de Wallace-Hadrill e seguimos a de Winterling. A imagem do sistema solar de Wallace-Hadrill, se por um lado, desenha bem as intrigas e competições promovidas dentro da casa imperial, por outro lado, deixa na escuridão outro elemento que consideramos importante no mundo público da cidade de Roma: o Senado. Se deixarmos de considerar o Senado como um espaço de poder político, *de facto*, a corte assumiria um papel administrativo central.

Assim, seguindo esse caminho, os aristocratas se aproximariam do *princeps* e adentrariam ao ambiente de corte unicamente para terem acesso aos benefícios do império. Essa atuação política se apresentaria em total subordinação à hierarquia construída a partir da relação com o *princeps*. Esse entendimento limita as relações interpessoais entre aristocratas e demais atores políticos unicamente ao *princeps*. O que, a nosso ver, nos parece em desacordo com a fonte taciteana. Para Wallace-Hadrill, diversas configurações políticas poderiam ganhar forma. No entanto, todas estariam circunscritas à corte. A proximidade com o imperador promoveria, por exemplo, o destaque dado à figura de Sejano, sob Tibério, ou a grande influência de libertos como Pallas e Narciso, sob Cláudio.¹⁵³ Utilizando-nos dos textos taciteanos, poderíamos acrescentar a essa lista mais uma série de nomes, como Sêneca, Burro e Tigelino sob Nero. Todos preencheriam esse perfil de ascensão às posições mais elevadas do império em razão de sua proximidade com o imperador. No entanto, se nos amparamos nessa lógica da corte apresentada por Wallace-Hadrill, o nosso problema da *atuação política* e a *libertas*

¹⁵² WINTERLING, A. 2012, p. 11.

¹⁵³ *Ibidem*.

como característica desse comportamento aristocrático se mostra empobrecida considerando que o escopo de articulação da elite escapa em muito ao ambiente cortesão, ao menos nos relatos taciteanos.

Como veremos, homens como Marco Lépido e Júlio Agrícola atuaram politicamente sem, necessariamente, estarem imersos nesse ambiente de corte. Tanto Lépido quanto Agrícola, ambos generais de renome, fogem a esse sistema solar da proximidade com o *princeps* Sol. A centralidade concedida ao *princeps* e sua *domus* por Saller e, posteriormente, desenvolvida por Wallace-Hadrill, promovem os senadores a serventes de uma lógica imperial, essencialmente circunscritos à corte. Esse aspecto restrito da realidade social, portanto, restringia-se ao controle do patronato em escala imperial pelo *princeps*, sendo a *domus Caesaris* o espaço dessa gestão.

Tendo em vista tais apontamentos, nos questionamos se é realmente possível pensar a atuação política aristocrática no império a partir de uma hierarquia social totalmente dependente da posição do *princeps*? Acreditamos que essa perspectiva por um lado contribuiu para pensar sistematicamente a organização do patronato no império e, por outro, restringiu as interações sociais à corte, limitando por sua vez o número de atores envolvidos no cenário político. Como centro de gravidade do império, a tendência do sistema formulado por Wallace-Hadrill seria o de convergir todas as relações patronais mais importantes para a *domus Caesaris*. Isso não significaria, como ressalta Wallace-Hadrill, que tal interação – *princeps* e demais integrantes da corte – fosse pacífica e estável. Muito pelo contrário, as relações de corte foram repletas de traição e conflitos pessoais. Porém, mesmo considerando a existência de conflitos como destaca Wallace-Hadrill, entendemos que essa ainda ficaria circunscrita à corte.

A *aula Caesaris* não administrava o império. Por sinal, o que talvez possa passar despercebido, o termo latino *aula*, ou seja, “corte”, quase não aparece nas fontes antigas. O Senado, por seu turno, como veremos em Tácito, ainda permanece como espaço importante para as deliberações e discussões políticas no Principado, mesmo que sob a pressão do *princeps*. Mesmo sob os imperadores, o Senado se manteria como esse espaço público tipicamente romano. Suas alterações na diacronia não o eliminaram como um dos palcos centrais da política romana durante seus séculos de história, e seus membros não deixaram de agir durante o Principado.

Acreditamos que análises como as de Saller e Wallace-Hadrill limitam o entendimento das formas políticas de comportamento aristocrático no Principado. A partir de nossas leituras das obras taciteanas, percebemos, como será apresentado nos capítulos seguintes, que Tácito tinha uma visão multifacetada sobre os posicionamentos e os comportamentos dos aristocratas quanto à interação com o *princeps*.

Esperamos apresentar, ao longo do texto, que havia no horizonte de expectativas das personagens políticas de Tácito um caminho para a possibilidade de atuação política efetiva no Principado, mesmo que essa fosse arriscada e muitas vezes incerta. A nosso ver, o vocabulário taciteano não eliminou o papel político dos senadores dentro do Senado, por mais que esses tenham perdido força como um grupo. Houve indivíduos que, como Agrícola e Lépido, conseguiram achar um caminho seguro que escapasse à vã jactância da liberdade e à desobediência disforme.

Não haveria como retornar a um momento político em que a posição do *princeps* fosse extinta. Tácito reconhece a importância desse homem político no império. A República jamais retornaria a ser como era: “Se o imenso corpo do império pudesse ficar de pé e equilibrar-se, eu seria digno da República que começaria: a tal necessidade que já algum tempo chegamos que a minha velhice não pode conferir mais ao povo romano do que um bom sucessor”.¹⁵⁴ Foram essas as palavras atribuídas a Galba por Tácito. O corpo do império não poderia mais se equilibrar sem um *princeps*.

Desse modo, buscaremos no próximo capítulo analisar como Tácito enxergava tais possibilidades de ação desses homens no Senado. Analisaremos em um primeiro momento as ambiguidades constitutivas desse espaço público sob o prisma imperial. Em um segundo momento, partiremos para a análise da narrativa taciteana, averiguando os aspectos constitutivos do seu relato sem fugir de seu contexto histórico de produção.

¹⁵⁴ Tac. *His.*, I, 16, 1: “*Si immensum imperii corpus stare ac librari sine rectore posset, dignus eram a quo res publica inciperet: nunc eo necessitatis iam pridem ventum est ut nee meã senectus conferre plus populo Romano possit quam bonum successorem.*”

2. *Ita ex senatoribus principes nascuntur*

2.1. Entre o *verbum* e o *actus*: comportamento político no anfiteatro da política taciteana

No ano 15, o *princeps* Tibério teria recusado o nome de pai da pátria (*pater patriae*), que lhe fora dado pelo povo e pelo Senado.¹⁵⁵ Segundo a narrativa de Tácito, Tibério estava reticente quanto aos encargos dessa nomeação, pois parecia a ele que “quanto mais o elevassem, mais incerta [estaria] sua posição”.¹⁵⁶ Tácito também afirmava que, ao contrário do que poderia parecer, Tibério não dava provas com isso de que tivesse um espírito cidadão (*animus ciuilis*), já que, ao mesmo tempo em que recusava a nomeação, o imperador reestabelecia a lei de traição (*lex maiestas*).¹⁵⁷ Rapidamente, como podemos perceber ao longo dos livros tiberianos nos *Anais*, a *lex maiestas* entrou em cena no palco da política romana.

Trataremos sobre a aplicação dessa lei a partir da conhecida passagem 74 do primeiro livro dos *Anais*.¹⁵⁸ Nela, relatou o historiador latino que o então pró-cônsul da Bitínia,¹⁵⁹ o senador Grano Marcelo, fora acusado sob a *lex maiestas* por seu questor, Caesio Crispino, com apoio de Romano Hispo. Sobre os seus acusadores, Tácito afirmou que com “ele se iniciou uma nova forma de vida a qual depois se fez notoriamente comum pela miséria dos tempos e pela audácia dos homens”.¹⁶⁰ Como ressaltava Tácito, esses acusadores foram homens

¹⁵⁵ Tac. *Ann.*, I, 72. Tácito reafirma a mesma ideia no final do segundo livro dos *Anais*, capítulo 87. Tibério recusou tomar o nome de pai da pátria (*parens patriae*) que lhe era tanto oferecido, e reprovou (*inrepro*) aqueles que chamavam as suas ocupações de divina (*diuitas*) e a ele de senhor (*dominus*). Ver: Tac., *Ann.*, II, 87: “*neque tamen ob ea parentis patriae delatum et antea vocabulum adsumpsit, acerbeque increpuit eos qui divinas occupationes ipsumque dominum dixerant. unde angusta et lubrica oratio sub principe qui libertatem metuebat adulationem oderat.*”

¹⁵⁶ Tac. *Ann.*, I, 72, 1: “*quantoque plus adeptus foret, tanto se magis in lubrico dictitans.*”

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ Tac. *Ann.*, I, 74.

¹⁵⁹ Segundo Woodaman, *praetor* aqui foi a forma arcaica usada por Tácito para designar procônsul da Bitínia. (WOODMAN: 2004, p. 38).

¹⁶⁰ Tac. *Ann.*, I, 74, 1-2: “*qui formam vitae iniit, quam postea celebrem miseriae temporum et audaciae hominum fecerunt.*” Analisaremos detalhadamente no Capítulo 3, na subdivisão “3.3.1. *Delatores e accusatores*”, o papel desses indivíduos na literatura taciteana.

necessitados (*egens*), desconhecidos (*ignotus*) e inquietos (*inquiēs*). Indivíduos que, por ambicionarem a riqueza e o poder, tiveram o ódio de todas as outras pessoas. Um exemplo que “seguiram muitos, de pobres tornados ricos, de desprezados, temidos, cavando a perdição dos outros e a sua própria”.¹⁶¹

Homens como esses seriam arquetípicos do Principado. A acusação citada nos proporciona entrever um espaço público fomentador da competição aristocrática. Uma competição exercida por antigas vias políticas, todavia, por meio de novas formas de conduta. O que significa dizer que, em comparação com o momento republicano anterior, seria essa uma competição promovida em outros moldes. Delatores e acusadores foram então característicos dessa época. O réu da corte, portanto, fora indiciado por tecer conversas maliciosas a respeito de Tibério (*sinistros de Tiberio sermones*); e por colocar uma estátua sua em posição superior a de Augusto, cortando a cabeça dessa e a substituindo por uma de Tibério. Imerso nesse ambiente carregado pelos processos senatoriais, Tácito recorrentemente nos apresenta o Senado como cenário de embate e conflito entre a aristocracia romana.

A descrição taciteana do julgamento nos coloca dentro do Senado romano. Como consequência das acusações de Crispino e Hispo, nos diz Tácito que foi esse o primeiro momento em que o sucessor de Augusto inflamou-se, rompeu a sua taciturnidade e expressou sua vontade em opinar no Senado.¹⁶² Tibério toma uma posição atípica até o momento: expressaria sua opinião sobre o caso, falaria abertamente (*laturus sententia palam*) e sob juramento (*iuratus*) na sessão senatorial.¹⁶³ O momento seguinte à fala tiberiana nos é particularmente importante, pois o posicionamento tomado por Tibério no Senado, ou seja, em público, nos possibilita refletir sobre o comportamento senatorial. Assim, logo após a anúncio de Tibério, o senador Cn Pisão fez uma pergunta intrigante

¹⁶¹ Tac., *Ann.*, I, 74, 2-3: “*odium apud omnis adeptus dedit exemplum, quod secuti ex pauperibus divites, ex contemptis metuendi perniciem aliis ac postremum sibi invenere.*”

¹⁶² Tac. *Ann.*, I, 74, 4.

¹⁶³ Segundo David Shotter, há uma relação entre as manifestações de reprovação de Tibério com o desrespeito tanto às condutas como à imagem de Augusto. Neste sentido, o motivo pelo qual Tibério se exaltou e decidiu participar abertamente da sessão senatorial, nesse caso, foi o desrespeito à estátua de Augusto: “It was this disrespect shown to Augustus which had angered Tiberius. It was fortunate for him that the pertinent interjection of Cn. Piso gave the emperor a moment to survey the position, and think better of his outburst.” (SHOTTER: 1966, p. 207).

direcionada ao imperador: “Em qual posição você falará, César? Se primeiro, terei o que seguir; se depois de todos, receio discordar imprudentemente”.¹⁶⁴

Essa interrogação nos fornece um caso exemplar da tensão entre o *princeps* e os aristocratas que mediam o espaço público taciteano. Um conflito que se traduzia em dois âmbitos completamente interligados. O primeiro deles diz respeito ao comportamento e à comunicação dos indivíduos no contexto social do Principado, pois como nos diz Tácito no prefácio das *Histórias*, dificilmente seria “lícito sentir o que se quer e dizer o que se sente”.¹⁶⁵ O segundo, que se desdobra a partir do primeiro, corresponde à produção historiográfica dentro desse contexto sociopolítico, pois como explicou Tácito no prefácio dos *Anais* e das *Histórias*, sistema político e conteúdo da narrativa historiográfica estavam incontestavelmente ligados.¹⁶⁶ Nesse momento, nos dedicaremos ao primeiro aspecto: o do contexto social do Principado, ou melhor, dos Principados.

Sendo assim, algumas questões se mostram indispensáveis. O que falar diante do *princeps*? Para além do conteúdo em si dos enunciados, como melhor se expressar e se comportar diante dele? São essas duas perguntas fundamentais que todo aristocrata deveria ter em mente ao falar em público. Um leque de possibilidades estava aberto àquele que se propusesse a tomar a palavra em público. Muitos fatores deveriam ser levados em conta: os magistrados presentes, a gravidade do assunto e, certamente, o *princeps* da época. O *Principado* não se configurava, portanto, como uma forma rígida de governo. Ele era uma matéria flexível e variável, pois os seus contornos dependeriam da atuação de seus atores políticos. No caso acima narrado, Cn. Pisão foi homem de “temperamento violento e um desconhecedor da obediência, com uma nata ferocidade herdada de seu pai Pisão”.¹⁶⁷

Como verificado em grande parte da literatura imperial, discordar do imperador poderia ser pouco sábio, frequentemente arriscado. Desta maneira,

¹⁶⁴ Tac. *Ann.*, I, 74, 5-6: “‘*Quo*’ inquit “*loco censebis, Caesar? si primus, habeo quod sequar; si post omnis, vereor ne imprudens dissentiam*’.”

¹⁶⁵ Tac. *Hist.*, I, 1, 4: “*sentire quae velis et quae sentias dicere licet*.” Sobre a relação entre sistema político e historiografia, ver: JOLY, Fábio D. “Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito.” In *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 25-50, 2001.

¹⁶⁶ Neste momento da pesquisa discutiremos a construção da narrativa historiográfica antiga dentro do contexto do Principado. Daremos destaque às questões que envolvem a construção e utilização dos *exempla* na composição da narrativa. Utilizaremos alguns conceitos antigos, como os verbos representar (*reapresento*) e retirar (*retraho*), assim como as ideias de écfrase (*ἐκφρασις*), enargéia (*ἐνάργεια*) e retrato (*retractus*) para pensar essa construção.

¹⁶⁷ Tac. *Ann.*, II, 43, 2: “*ingenio violentum et obsequii ignarum, insita ferocia a patre Pisone*”.

como se portar em público sem correr o risco de desagradar o *princeps* era uma preocupação latente. No entanto, o problema era mais complexo do que apenas não desagradar o *princeps*. Como veremos em Tácito, o *princeps* era apenas um integrante dessa trama, mas, além dele, também se mostrava igualmente perigoso aborrecer certos membros da elite senatorial. Isso tornava tudo mais delicado. Portanto, o que busco argumentar aqui neste capítulo é que, mesmo arriscado, o que impulsionava o aristocrata ao confronto era mais forte do que o medo de perder a vida. Esse impulso era um pressuposto da vida pública, pois sem ele não haveria *honos*. Desse modo, entendemos que um estilo de vida competitivo ainda existia no Principado. Veremos que essa competição por honra fazia parte da carreira aristocrática, porém, a competição sob a era dos imperadores precisaria lidar com novos perigos. Derivado desses novos riscos, novas formas de comportamento emergiram. Diferentemente daquilo defendido por Moses Finley, não vemos a destruição da política com o Principado, ela apenas rearticulou suas fronteiras.¹⁶⁸ Ao contrário também do que argumenta Wallace-Hadrill, a competição no Principado não estava circunscrita unicamente aos *insiders* à *domus Caesaris*, aqueles que tinham “livre” acesso ao *princeps*.¹⁶⁹

Em meio a tal discussão, um caminho explicativo possível para *como se comportar no Principado* se encontra na análise do historiador alemão Aloys Winterling. Na obra *Politics and society in imperial Rome*, Winterling argumenta que o Principado era sustentado por uma contradição fundamental. Segundo o autor, o Principado adquiriu tal forma a partir da coexistência entre duas estruturas mutualmente incompatíveis: uma ordem antiga (republicana) e uma ordem nova (imperial).¹⁷⁰ Os efeitos dessa articulação conflituosa se faziam notáveis nas ações e nos comportamentos contraditórios de seus protagonistas.¹⁷¹ Ninguém era imune, tanto o *princeps* quanto os aristocratas sofriam esses

¹⁶⁸ A crítica à abordagem finleyiana foi feita no primeiro capítulo, seção “1.1. A política, o público e o anfiteatro da política”.

¹⁶⁹ Wallace-Hadrill, A. “The imperial court.” In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 302. A crítica a essa abordagem foi desenvolvida no capítulo 1, seção “1.2.3. A corte imperial e a competição aristocrática”, pp. 50-65.

¹⁷⁰ Recentemente, uma crítica que matiza a dicotomia entre República e Principado foi feita por Fábio Faversoni, em FAVERSANI, F. “Entre a República e o Império: Aparentamentos sobre a amplitude desta fronteira”. In *Mare Nostrum*, 2013, n. 4, pp. 100-11.

¹⁷¹ WINTERLING, A. 2009, pp. 1.

efeitos.¹⁷² O desfecho do julgamento de Grano Marcelo foi um exemplo disso, pois o resultado foi favorável ao réu. Tácito nos diz que Tibério ficou constrangido (*permotus*) com a pergunta de Pisão: “Abalado por estas palavras, e passivo de penitência por ter se agitado imprudentemente, ele permitiu que o réu fosse absolvido das acusações de traição”.¹⁷³

O comportamento de Tibério narrado por Tácito nos fornece indícios para afirmarmos que nem tudo poderia ser dito e/ou feito em público, já que toda ação, relevante ou não, produz (re)ações. A palavra *ação* possui interessantes significados, tanto em grego como em latim, que nos auxiliam a pensar o nosso problema. Em grego, deriva do verbo grego *archein*, que significa ‘começar’ ou ‘conduzir’. Do latim, deriva do verbo *ago*, que significa ‘causar movimento’, ‘empurrar’, ‘colocar algo em movimento’, ‘desencadear’, ‘agitar’ ‘tomar uma ação’.¹⁷⁴

Em público, especialmente em um ambiente conformado pela fusão e tensão *antigo/novo*, a ação poderia gerar reações múltiplas e inesperadas, pois inter(agia) com outros indivíduos que sofriam dos mesmos efeitos. Assim, agir em público tinha seu peso e impacto muitas vezes imprevisíveis. Entendendo desta forma a ação, colocar-se em público era, mais do que nunca no Principado, um comportamento social arriscado, tanto para aristocratas como para imperadores.

A articulação entre imperador e aristocratas fundava-se, então, em uma incompatibilidade e, ao mesmo tempo, uma necessidade. Ainda segundo o raciocínio de Winterling, o imperador, por um lado, não poderia suprimir os aristocratas a seu bem entender, já que dependia deles para governar as províncias e comandar as legiões. Por outro lado, os aristocratas precisariam estar cientes de que o comportamento em público requer cuidado, pois deveria ser levada em conta a recepção por parte não só do *princeps*, mas também por parte dos outros aristocratas. Ações impensadas poderiam provocar estímulos desfavoráveis, gerando retaliações junto aos demais, inclusive junto ao *princeps*.

Tácito explicou nos proêmios dos *Anais* e das *Histórias* que o Principado era uma realidade difícil de se contornar. Já que os anos anteriores de guerra civil se

¹⁷² Me parece que, para Winterling, os efeitos contraditórios desse momento eram inconscientes aos agentes históricos. Nós, por outro lado, acreditamos que os indivíduos do Principado estavam cientes das situações contraditórias e delicadas que envolviam suas práticas, fazendo com que assim reconfigurassem suas formas de atuação de acordo com cada situação.

¹⁷³ Tac. *Ann.*, I, 74, 6.

¹⁷⁴ Para o verbo *ago*, ver: GLARE, P. G. W. *OLD*, 2007, pp. 88-90.

mostraram insustentáveis, a solução encontrada para paz carecia de uma nova posição política. Esse lugar reclamado pela paz foi ocupado pelo *princeps*. A estabilidade imperial, em tese, deveria encontrar seu ponto de equilíbrio a partir desse *princeps*, daquele que pudesse mediar os conflitos interaristocráticos antes existentes. Sendo assim, o *princeps* deveria ser o mais virtuoso dentre os aristocratas. Tácito nos diz: “depois da batalha do Ácio, quando, no interesse da paz, foi preciso dar todo o poder a um só”.¹⁷⁵ Segundo o historiador, essa foi a alternativa encontrada para os romanos da época.

No entanto, como destaca Fábio Faversoni, nem sempre era o imperador aquele aristocrata mais virtuoso, capaz de mediar as agitações em nome da paz. Como afirmou Tácito, “grandes espíritos faltaram”.¹⁷⁶ Isso promove um paradoxo que deveria ser levado em conta para o período que tratamos, já que qualquer outro aristocrata que se mostrasse virtuoso poderia ser um aspirante à posição imperial. Com isso, Faversoni chama atenção para a constituição de um movimento duplo:

Por um lado, os imperadores serão acusados de não reconhecer aristocratas valorosos, por temê-los. Por outro lado, os próprios aristocratas evitarão a exposição excessiva de seus talentos e evitarão um reconhecimento por demais ruidoso de seu valor.¹⁷⁷

Seguindo essa lógica de pensamento, reforça-se a ideia de que o equilíbrio político imperial se construía de forma delicada e perigosa. A ação aristocrática precisaria ser a todo momento premeditada, calculada, o que nos leva para o campo dos comportamentos sociais. Nesse sentido, a análise de Vasily Rudich, em *Political dissidence under Nero: The price of dissimulation*, ajuda-nos a pensar o problema. O historiador de origem russa, que viveu sob o regime soviético, defende a tese de que os agentes no Principado possuíam uma mentalidade retoricizada (*rhetoricized mentality*).¹⁷⁸ Essa mentalidade foi

¹⁷⁵ Tac. *His.*, I, 1, 1: “*postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfui.*”

¹⁷⁶ Tac. *His.*, I, 1: “*magna illa ingenia cessere.*”

¹⁷⁷ FAVERSANI, F. “*Ekphrasis* e as fronteiras da descrição em Tácito.” Texto no Prelo. Agradeço ao autor por permitir o acesso ao texto antes da publicação.

¹⁷⁸ Nas palavras de Rudich, “*rhetoricized mentality* means fashioning discourse with an emphasis on manner over matter, form over content.” (RUDICH, 2005, p. XVII).

estrategicamente desenvolvida¹⁷⁹, pois, por mais que houvesse conflitos diretos entre as pessoas envolvidas – imperador *vs* aristocratas, aristocratas *vs* aristocratas –, as resoluções dificilmente se apresentavam manifestas, uma vez que isso era muito perigoso. Segundo Rudich, a dissimulação (*dissimulatio*) se mostrava então como uma ferramenta eficiente dessa mentalidade retoricizada. A *dissimulatio* significava o “ocultamento de seus sentimentos verdadeiros pela exposição de sentimentos falsos”.¹⁸⁰ De acordo com Rudich, foi a partir dessa necessidade vital, que buscava esconder os verdadeiros sentimentos e substituí-los por falsos, que um ambiente paradoxal afluía. Uma contradição própria do momento político, pois evidenciava uma disjunção entre palavras (*uerba*) e atos (*acta*). Nas palavras de Rudich:

Esse estado "esquizofrênico" das coisas conduziu-nos às complexidades. A primeira discrepância entre os aspectos *de iure* e *de facto* da vida social significava uma variedade de brechas entre *uerba* e *acta*, palavras e feitos, manifesto no coletivo e também no comportamento individual. Esse foi um misterioso mundo de ilusão e desilusão, de ambivalências e ambiguidades em todos os níveis de interação. Mas é essa tradicional dicotomia que fornece-nos um instrumento para o tratamento conceitual.¹⁸¹

Como argumenta Rudich, a discrepância entre as coisas feitas (*acta*) e as coisas ditas (*uerba*) apresentava-se como esquizofrênica. Essa característica ganhava corpo dentro de um novo regime político no qual os seus atores não poderiam expressar diretamente o que sentiam. No entanto, era uma esquizofrenia calculada. Tal contradição, de forma bastante semelhante, vimos anteriormente através de Theodor Mommsen, no final do século XIX. Mommsen também percebia, através da forma constitucional tomada por esse governo, uma desconexão entre um *ius* republicana e um *factum* imperial.¹⁸²

¹⁷⁹ O que destaca um estado consciente da atuação, um paradoxo derivado de um estado consciente, premeditado, indo assim de encontro às análises de Winterling.

¹⁸⁰ RUDICH, V. (2005), pp. XIX-XX.

¹⁸¹ RUDICH, V. (2005), p. XV. (“This “schizophrenic” state of affairs led to further complexities. The primary discrepancy between the *de iure* and *de facto* aspects of societal life meant a variety of gaps between *uerba* and *acta*, words and deeds, manifest in collective as well as individual behaviour. It was an uncanny world of illusion and delusion, of ambivalences and ambiguities on all levels of interaction. But it is that dichotomy that provides us with an instrument for conceptual treatment.”).

¹⁸² O que retoma a antiga discussão levantada por Theodor Mommsen sobre a constituição diárquica romana no império.

O paradoxo constitui, assim, a base do comportamento político em si. A tensão que se desdobra desse novo momento político estava presente nas reflexões de Tácito. Por exemplo, em toda a obra *Diálogo dos Oradores* perpassa a questão sobre o comportamento aristocrático nesse novo contexto político. As personagens dessa obra nos oferecem - em meio às discussões sobre a educação, a oratória, a poesia e a política - posicionamentos distintos quanto ao problema do comportamento público. No contexto fictício da obra, reúnem-se na casa de Materno os visitantes Áper, Secundo, Messala e o próprio anfitrião. Em ambiente doméstico, ou seja, lugar resguardado, cada um defende um ponto de vista sobre a atuação no fórum, e com isso, atribuem à oratória importância ou não frente ao mundo público e privado contemporâneo. De um lado, Áper defende uma “eloquência viril e oratória”, pois, “por meio dela, se podem fazer e, ao mesmo tempo, manter amizades, criar vínculos de interesse e anexar as províncias”.¹⁸³ Do outro lado, o anfitrião atacava a mesma oratória defendida por Áper: “Com efeito, é recente o uso desta eloquência lucrosa e sanguinária, uso nascido dos maus costumes e, como tu dizias, Áper, inventado no lugar do dardo”.¹⁸⁴

Essa discussão travada pelas personagens do *Diálogo* reforça a ideia de que, mesmo sob o Principado, a competição aristocrática se mantivera presente. No entanto, uma competição que deveria lidar com um novo agente político, sob um novo clima político. Essa realidade ambígua e paradoxal do Principado, deste modo, não surgiu de um dia para o outro mas, ao contrário, foi estabelecida gradualmente ao longo do Principado.

Novamente retomamos as análises de Winterling. Segundo esse historiador, a sociedade romana ao longo de sua história foi organizada a partir do que o autor denomina *integração política da sociedade*.¹⁸⁵ Essa integração, portanto, reunia em uma mesma esfera o que hoje nós, no mundo moderno, compreendemos separadamente por Estado e Sociedade. Ou seja, a carreira pública do homem de Estado romano se confundia com o *status* que ele adquiria entre os cidadãos. No Brasil, atualmente, esse *status* é ironicamente negativo muitas vezes. Sendo assim,

¹⁸³ Tac. *Dial.*, V, 3: “eloquentiam virilem et oratoriam [...] qua parere simul et tueri amicitias, adsciscere necessitudines, complecti prouincias possit.”

¹⁸⁴ Tac. *Dial.*, XII, 2: “Nam lucrosae huius et sanguinantis eloquentiae usus recens et ex malis moribus natus, atque, ut tu dicebas, Aper, in locum teli repertus.”

¹⁸⁵ Nas palavras de Winterling: “The political order thus regulated the aristocratic hierarchy and regularly reproduced the stratification of society as a whole, a phenomenon that I would like to call the political integration of society.” (WINTERLING, 2009, pp. 29-30).

para os romanos, essa lógica híbrida entre *status* social e posição administrativa no governo romano foi, ao longo dos anos, responsável por modelar as fronteiras sociais da sociedade, tornando-a, por consequência, extremamente hierarquizada.

Podemos perceber esse movimento social quando atentamos para os significados da palavra latina *honor*: “ela [*honor*] descreve ambos, um cargo político e uma honra social resultante dele”.¹⁸⁶ Aceitando esse raciocínio, a República romana foi constituída ao longo dos anos por uma distribuição desse poder sociopolítico dentro das classes altas. Logo, essa hierarquia política demarcava a estratificação da sociedade. O sistema como um todo foi gerido para evitar a monarquia, proteger a *urbs* como espaço público e manter aristocratas em posições de comando.

Deste modo, no que diz respeito ao comportamento político, o aristocrata, para que pudesse ser reconhecido e reconhecer-se como tal, necessitaria tomar parte nesse mundo público. Um *mundo público*, como definimos anteriormente através de Hannah Arendt, que era matéria das mãos humanas, pois se estabelecia fundamentalmente como um espaço de ampla visibilidade e palco das decisões que diziam respeito à comunidade, ao que era comum aos cidadãos. Mais uma vez, o vocabulário romano nos permite com propriedade explorar o nexo entre o *público*, o *político* e o *status*. Assim, a palavra latina *extimatio* caracteriza bem esse reconhecimento do homem público, pois significava a estima, o apreço social que se obtém da magistratura.¹⁸⁷ Além da *extimatio*, o próprio caminho percorrido pelo aristocrata em sua carreira pública, como já destacamos, chamava-se *cursus honorum*, isto é, o curso das honras.

Para entendermos as transformações sociopolíticas de Roma precisamos ter em mente um processo mais longo. A história de Roma ao longo dos séculos se delineia junto de seu processo de expansão imperialista.¹⁸⁸ Estruturado por meio da conquista militar e da centralização política, a guerra foi o motor central desse imperialismo. Do período que tradicionalmente se entende como a derrubada da

¹⁸⁶ WINTERLING, A. 2009, pp. 1 (it described both the political office and the social honor resulting from it).

¹⁸⁷ Segundo Rudich, havia a necessidade de o aristocrata avançar na carreira pública (ganhar *extimatio*), mas ao mesmo tempo evitar a insurreição (*secessio*) contra o *princeps*. Desse modo, o aristocrata, e principalmente aquele virtuoso, se veria a todo o momento entre duas formas de comportamento: a adulação (*adulatio*) e a insurreição (*secessio*). Assim, os sentimentos do aristocrata virtuoso precisariam ser constantemente dissimulados (*dissimulatio*). (RUDICH: 2005).

¹⁸⁸ GUARINELLO, Norberto. *O imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática, 1987, pp. 38-78.

monarquia, em 509 a.C., até o Principado de Augusto, no final do século I a.C., Roma esteve incessantemente em guerra. Com efeito, o aumento do número de escravos e bens materiais derivados dessa expansão política e militar enriqueceu as oligarquias do centro do império. Junto desse enriquecimento, e tendo em vista sempre seu aumento, a competição aristocrática se tornava cada vez mais acirrada. Os representantes senatoriais, isso significa dizer os magistrados superiores, concentravam os benefícios dessa expansão. Como centro nervoso das negociações na cidade de Roma, o Senado se tornava um de seus palcos centrais de competição.

A cadência desse movimento imperialista aumentou nos últimos dois séculos da República. O poder político convergiu cada vez mais para as mãos de alguns poucos generais e seus partidários, durante o século II e I a. C. A competição era cada vez mais acirrada pelo poder e riqueza dentro do Estado, e isso culminou em longos períodos de guerras civis. Tais acúmulos de bens e de poder nas mãos de uma oligarquia romana promoveram alterações permanentes na ordem social republicana.¹⁸⁹ Na esteira dessas transformações, novas fronteiras foram estabelecidas dentro do espaço de experiência da política romana. Como explicou o próprio Tácito no prefácio das *Histórias*, os cidadãos tinham se tornado estrangeiros (*alienae*) “por ignorância dos negócios públicos”.¹⁹⁰

Desse longo processo de transformações sociais e políticas advém um novo elemento: o *princeps*. Como destaca Winterling, o *princeps* era incompatível com a tradicional ordem sociopolítica republicana. A posição do imperador tinha um caráter usurpatório e ilegal, pois se chocava com todo um percurso magistrático característico da formação da elite romana. Neste ponto, concordamos parcialmente com o historiador alemão, visto que o imperador colidia sim com o ranque das magistraturas, pois este ranque nunca deixaria de existir com o advento do *princeps* e, desta maneira, sempre haveria então um cônsul que formalmente superaria o imperador em *honos*.¹⁹¹ Isso promove, em tese, uma usurpação por parte do *princeps* das posições mais elevadas do Estado. No entanto, o caráter *ilegal* de sua posição é questionável, visto que o

¹⁸⁹ Segundo Norberto Guarinello, “O Império foi, acima de tudo, uma aliança de oligarquias com diferentes âmbitos de poder. Os grandes proprietários de terra da Itália formaram, de início, a elite do Império, dominando a composição do único corpo político que permaneceu organizado, o Senado.” (GUARINELLO: 2008, p. 14).

¹⁹⁰ Tac. *His.*, I, 1, 1: “*inscitia reipublicae ut alienae.*”

¹⁹¹ WINTERLING, A. 2009, pp. 111.

estabelecimento da *tribunicia potestas* e o *imperium proconsular* foram legitimados pelo Senado em acordo com o próprio *princeps* Otaviano.

Ora, como sabemos, o desfecho das guerras civis foi a manutenção de uma posição de poder privilegiada, que perdurou por décadas nas mãos de Otaviano, herdeiro de Júlio César. Consensual ou minoritária, republicana ou despótica, o fato é que a posição de *princeps* perdurou ao longo do Império. O prefácio dos *Anais* nos permite entrever como Tácito esquematizou o estabelecimento do Principado. O historiador antigo expõe a fundação do Principado por meio de uma lógica trajetória. Em um primeiro momento, derivou do conflito, mas depois se configurou através de um “acordo” entre as partes: *princeps*, exército, plebe e aristocracia.

Depois de mortos Bruto e Cássio não houve mais lutas públicas; Pompeu foi oprimido na Sicília, Lépido despojado, Antônio morto e à facção de Júlio César só restava um chefe, César Otaviano, que renunciando ao título de triúmviro, e assumindo o consulado, contentou-se depois com o poder tribúncio, para proteger a plebe, e seduziu com larguezas a soldadesca, com distribuição de víveres ao povo e com a doçura da paz a todos. Em seguida, ousando cada vez mais, concentrou em si as magistraturas, as funções senatoriais e as leis, já sem encontrar oposição, porque os mais ativos tinham morrido nos combates e proscricções, e o resto da nobreza, na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava a nova ordem das coisas, em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos passados. Nem as províncias recusaram obedecer, desgostosas do governo do Senado e do povo romano, por causa das rivalidades dos poderosos e da avareza dos magistrados, contra os quais não valiam leis, frustradas sempre pela força, pelas intrigas e pelo dinheiro. (Tac. *Ann.*, I, 2).¹⁹²

Veremos adiante que este “acordo” (firmado entre *princeps*, exército, plebe e aristocracia), estabelecido após a batalha do Ácio e consolidado pela permanência de Otaviano no poder, jamais significaria estabilidade política por completo.

¹⁹² Trad. De Fábio Joly (2004). Tac. *Ann.*, I, 2: “*Postquam Bruto et Cassio caesis nulla iam publica arma, Pompeius apud Siciliam oppressus exutoque Lepido, interfecto Antonio ne Iulianis quidem partibus nisi Caesar dux reliquus, posito triumviri nomine consulem se ferens et ad tuendam plebem tribunicio iure contentum, ubi militem donis, populum annona, cunctos dulcedine otii pellexit, insurgere paulatim, munia senatus magistratuum legum in se trahere, nullo adversante, cum ferocissimi per acies aut proscrizione cecidissent, ceteri nobilium, quanto quis servitio promptior, opibus et honoribus extollerentur ac novis ex rebus aucti tuta et praesentia quam vetera et periculosa mallent. neque provinciae illum rerum statum abnuebant, suspecto senatus populiq[ue] imperio ob certamina potentium et avaritiam magistratuum, invalido legum auxilio quae vi ambitu postremo pecunia turbabantur.*”

Acordos e desacordos perpassam a narrativa taciteana. E, além do mais, toda mudança de imperador trazia com ela, em certa medida, uma reconfiguração dessas expectativas, da forma de se fazer e encenar a política. O conflito em especial entre o *princeps* e a aristocracia, derivado dessas transformações conjunturais, seria longo e bastante heterogêneo. Prova disso é a retrospectiva das mortes violentas de sete dos doze imperadores do século I. Apenas cinco deles tiveram uma morte natural. Como defende Winterling, e novamente seguimos seu raciocínio, não houve solução para a antiga ordem sociopolítica republicana, pois mesmo sob a existência de um *princeps*, ela permaneceu. Remover a antiga ordem, simultaneamente, significaria abolir a hierarquia sociopolítica antiga; o que se tornava uma tarefa impossível para os primeiros séculos do Principado, tendo em vista que os imperadores precisavam dos senadores para comandar legiões e governar as províncias do império.¹⁹³

Por esses motivos, iniciamos esse segundo capítulo com duas passagens do primeiro livro dos *Anais*. Buscamos, justamente, destacar essa contradição fundamental do Principado, o conflito latente entre aristocracia e *princeps*. Por um lado, a recusa do título de *pater patriae* por Tibério evitava a intervenção direta dentro do *cursus honorum* aristocrático, pois assim o imperador não colocaria em evidência sua posição superior, *de facto*, e respeita a antiga ordem pré-existente, *de iure*. Porém, por outro lado, retomando a *lex maiestas*, isso dá ao imperador meios concretos de ação, de interferir nessa mesma hierarquia aristocrática (e. g., como veremos em Tácito, por intermédio de delatores). Esses delatores, muitos deles também bajuladores, como veremos, se apropriariam da *lex maiestas* como uma arma pública de uso recorrente. Uma estratégia que se caracterizou por, através do mundo público, alcançar benefícios imperiais. Um comportamento que, como veremos no capítulo seguinte, grande parte da aristocracia de Roma compartilhava, pois essa intencionava benefícios individuais e privados. Esse comportamento gerava uma rivalidade exacerbada entre os senadores, pois tais conflitos conduziam a cenários muitas vezes sangrentos. Todavia, não se tratava mais daquela violência da guerra explícita, mas um conflito velado, realizado por meio dos tribunais e da delação, por meio dos espaços públicos. Toda essa ambiência ressalta ainda mais o cuidado que os atores deveriam tomar com as

¹⁹³ WINTERLING, A. 2009, pp. 111.

palavras pronunciadas nesse palco. Assim, entendemos que a análise do comportamento político de alguns senadores nos serve de recurso para ressaltar o conflito dentro da própria aristocracia da cidade de Roma, pondo em evidência essa pluralidade de comportamentos da elite na capital do império.

Tendo em vista esses apontamentos, voltamos ao problema inicial posto pela pergunta de Pisão. Entendemos que a pergunta do senador - “Em qual posição você falará, César? Se primeiro, terei o que seguir; se depois de todos, receio discordar imprudentemente” – buscava não apenas evitar o confronto direto com o *princeps*, mas também com os demais atores políticos em cena, sem, por outro lado, fugir à esfera pública. A mentalidade retoricizada, como destacou Rudich, portanto, se configurava como um sistema retórico típico da oratória do Principado, arma de sobrevivência e atuação nesse novo espaço público, mas não será característica apenas do orador, como veremos adiante, mas também da narrativa historiográfica. Buscava-se no Principado, através dessa mentalidade, justamente dissimular os verdadeiros sentimentos tendo em vista não desagradar terceiros – o *princeps*, mas também os bajuladores, os delatores ou qualquer outro perfil – que atuassem nesse espaço de grande visibilidade. A retórica da oratória no Principado, nos utilizando da imagem construída por Faversoni, se configurava então como uma “arma defesa e ataque” nos tempos de competição imperial.¹⁹⁴ Todos os indivíduos que se encontravam nesse campo de batalha, retomando a imagem arendtiana do anfiteatro, encenavam papéis arriscados nesse palco senatorial, pois a matéria disputada era cara aos seus representantes, uma vez que ela diz respeito à sobrevivência.

Sobreviver em cena não era uma tarefa fácil. E tudo poderia ser pior dependendo da personalidade de cada imperador e de cada aristocrata presente. Tácito sentiu na pele os efeitos de um imperador tirano sob Domiciano (81-96). Afirmou que “se os antigos viram o que havia de extremo em liberdade, nós o tivemos quanto à escravidão, porque até o uso do falar e do ouvir, por espionagem, nos tiraram”.¹⁹⁵ A espionagem (*inquisitio*) a que Tácito se refere, é preciso destacar, não nos remete unicamente ao papel do imperador, mas vai além. A *inquisitio* ampliava-se a todos aqueles aristocratas que, defendendo em larga

¹⁹⁴ FAVERSANI, F. “*Ékphrasis* e as fronteiras da descrição em Tácito.”

¹⁹⁵ Trad. de Agostinho (1974). Tac. Agr. II: “*et sicut vetus aetas vidit quid ultimum in libertate esset, ita nos quid in servitute, adempto per inquisitiones etiam loquendi audiendique commercio.*”

medida seus próprios interesses, se utilizavam do mundo público e do jogo político para se beneficiarem. Como veremos em Tácito, bajuladores e delatores são elementos cruciais na constituição da aristocracia.

Portanto, buscaremos destacar no próximo capítulo como Tácito nos possibilita, através de sua narrativa, ver setores da aristocracia agindo de formas diferentes, frequentemente conflitantes. Utilizamos *ver* intencionalmente, pois, como perceberemos, a narrativa taciteana é amplamente imagética, e isso funciona como estratégia retórica consciente para o próprio Tácito narrar com premeditação, muitas vezes de forma dissimulada, à moda do Principado. E a imagem tem função importante na argumentação e construção de sua narrativa. Podemos, assim, perceber indivíduos que engendraram comportamentos contraditórios dentro do espaço público. Endossamos, portanto, a hipótese de Fábio Faversoni e Fábio Joly, segundo a qual a aristocracia no Principado era heterogênea. A aristocracia assumia posturas diversas frente ao imperador, havendo tanto aqueles que evitavam o conflito em prol de um governo para a República quanto os que se juntavam ao lado dos governos tirânicos em benefício privado. Sob esta ótica, a tarefa de sobreviver atribuída ao aristocrata do Principado se mostrava em sua maior complexidade. Empreitada mais árdua ainda para o aristocrata virtuoso, pois este buscava atuar no governo em benefício da coisa pública. Nas palavras de Faversoni e Joly:

(...) os aristocratas virtuosos teriam que sobreviver ao tirano, mas não apenas a ele. Teriam que sobreviver também aos aristocratas que conspiravam (e levavam à perda de muitos) e ainda àqueles que colaboravam com a tirania (e levavam à perda de muitos), representando um perigo para o homem de virtude que pretendia servir à república. Mais ainda, se o imperador estava morto, os aristocratas que se beneficiariam com ele estavam por lá. Continuavam por lá também aqueles aristocratas que sempre estariam prontos a mover novas conspirações contra o príncipe. Com Nerva e Trajano, algo mudou; mas não tudo.¹⁹⁶

Desta maneira, apresentaremos na seção seguinte deste capítulo algumas formas utilizadas por Tácito para construir modelos de conduta moral, isto é, *exempla* desses comportamentos políticos retratados em sua narrativa. Como

¹⁹⁶ FAVERSANI, F.; JOLY, F. D. "Tácito, sua Vida de Agrícola e a competição aristocrática no Alto Império Romano." *Mnemonise Revista*, v.4, p. 133 - 147, 2013, p. 134.

buscaremos argumentar, os *exempla* são elementos importantes na constituição da narrativa historiográfica antiga. Funcionam, em certa medida, como o motor das transformações políticas, vista a importância atribuída ao indivíduo na escrita da História romana.¹⁹⁷ Portanto, para chegarmos de fato ao nosso entendimento do *exemplum*, não podemos deixar de considerar os aspectos retóricos da construção do discurso na antiguidade, no qual a História estava inserida. Por isso, em seguida, partiremos para outro nível da análise em nossa pesquisa: a narrativa e sua construção a partir do texto taciteano, porém, sem esquecer que essa estava inserida no contexto social ambíguo e dissimulado do Principado, como viemos chamando atenção.

¹⁹⁷ Sobre a importância do indivíduo como motor das transformações, ver: WIEDEMANN, Thomas. Reflections of roman political thought in Latin historical writing. In: ROWE, Christopher (Ed.) The Cambridge history of Greek and Roman political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 517-531; DAITZ, Stephen G. Tacitus' Technique of Character Portrayal. *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, p. 31.

2.2. Entre a *narratio* e o *exemplum*: representação histórica e narrativa vívida em Tácito.

No livro IV dos *Anais*, Tácito fez uma digressão com o intuito de ressaltar, mais uma vez, o contraste entre República e Principado,¹⁹⁸ relacionando a forma de governo ao modelo de produção historiográfica. Cada tempo, com sua forma específica de se governar, possuía também um formato respectivo de se narrar. Vejamos o segundo prefácio dos *Anais*:

Todas as nações, pois, e Cidades as governam o povo ou os principais cidadãos ou um só. Uma forma de governo escolhida e composta a partir destes é mais fácil de se louvar do que se produzir ou, se porventura vier a se produzir, não será capaz de perseverar por longo tempo. Portanto, assim como outrora o poder estava com a plebe violenta ou como eram os senadores que dominavam, devia-se conhecer a natureza do vulgo e por quais modos moderadamente considerá-la; e aqueles que eram capazes de conhecer inteiramente o caráter do Senado e dos aristocratas eram tomados por homens sábios e versados nas coisas dos tempos. Assim também, tendo agora mudado o estado de coisas e não sendo o Estado romano outra coisa que se um só homem governasse, estes exemplos narrados e aqui reunidos serão úteis, haja vista que poucos, por prudência, são capazes de discernir as coisas honestas das vis; as úteis, das nocivas, muitos, porém, aprendem com os eventos alheios. (Tac. *Ann.*, IV, 33, 1-2).¹⁹⁹

Retomando a teoria das formas de governo (democracia, aristocracia e monarquia) e rejeitando a constituição de um governo misto, Tácito aproximava a política vigente do modelo historiográfico.²⁰⁰ Como explica o historiador latino, cada momento partilhava um perfil específico de cidadãos. Melhor dizendo, o

¹⁹⁸ Tácito faz a mesma distinção em outros momentos de suas obras. Ver, por exemplo, o prefácio das *Histórias*: Tac. *His.*, I, 1, 1: “*postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit.*”

¹⁹⁹ Trad. de Azevedo e Agnolon (2012). Tac. *Ann.*, IV, 33, 1-2: *Nam cunctas nationes et urbes populus aut primores aut singuli regunt; delecta ex iis et consociata rei publicae forma laudari facilius quam euenire, uel, si euenit, haud diuturna esse potest. Igitur, ut olim plebe ualida uel pollerent, noscenda uulgi natura et quibus modis temperanter haberetur, senatusque et optimatium ingenia qui maxime perdidicerant callidi temporum et sapientes credebantur, sic, conuerso statu neque alia re romana quam si unus imperitet, haec conquiri tradique in rem fuerit, quia pauci prudentia honesta ab deterioribus, utilia ab noxiis discernunt, plures aliorum euentis docentur.*”

²⁰⁰ JOLY, Fábio. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*. São Paulo: EDUSP, 2004, pp. 55.

caráter dos cidadãos moldava o tipo de governo existente. Outrora havia aristocratas (*optimates*) conhecedores do caráter da plebe e do Senado. Agora, como se um imperasse, o inverso acontece. O estado das coisas se altera, esvaziando assim a sabedoria política de grande parte da antiga aristocracia.

Após apresentar uma relação direta entre o caráter dos indivíduos e a forma de constituição do governo, Tácito com isso justifica produção historiográfica.²⁰¹ O historiador relatou que com o estado atual das coisas pouco se reconhecia na virtude do aristocrata um exemplo a ser seguido, pois essa virtude era escassa. Ao contrário, o historiador latino explicou que, com o estabelecimento do Principado, a nobreza restante, “na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava, com a nova ordem das coisas em honras e riquezas e preferia a segurança do presente aos perigos passados”.²⁰² Ou seja, Tácito aproximava o comportamento aristocrático do comportamento servil, característico do escravo.²⁰³ Isso fez com que, então, o historiador nos mostrasse em sua narrativa o inverso da virtude, isto é, o vício. Os exemplos do passado recente narrados em sua História estavam mais próximos do contexto em que viviam os próprios leitores de Tácito (entendemos esses *leitores* como aristocratas). Esses leitores, logo, poderiam “discernir as coisas honestas das vis; as úteis, das nocivas” através da comparação do passado distante elevado, passado recente vicioso e o presente. Com isso, Tácito encerrou sua justificativa dizendo que muitos (grande parte aristocratas) só “aprendem com os eventos alheios”. Isto é, o público reconheceria em si, a partir de uma comparação fornecida pelos exemplos da obra, ou vício ou a virtude.

No entanto, não se pode tomar Tácito como alguém que instrui seus leitores sem que ele mesmo tome parte na cena política. Pelo contrário, como rigorosamente defendeu Ronald Syme, a condição de *nouus homus* de Tácito, senador de origem provincial, não pode ser desvinculada de sua produção literária. Desta maneira, Tácito integrava e interferia na política do Principado com suas obras.²⁰⁴ Ao contrário e em grande contraste com hoje, onde historiadores são formados em instituições que delimitam as regras de produção do saber

²⁰¹ Sobre a personalidade das personagens tacitenas e suas relações com as formas de governo, ver: DAITZ, Stephen G. “Tacitus’ Technique of Character Portrayal.” In: *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, pp. 30-52.

²⁰² Tac., *Ann.*, I, 2: “*ceteri nobilium, quanto quis servitio promptior, opibus et honoribus extollerentur ac novis ex rebus aucti tuta et praesentia quam vetera et periculosa mallent.*”

²⁰³ Sobre essa característica servil do comportamento aristocrático do Principado, ver: JOLY, Fábio D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

²⁰⁴ SYME, R. *Tacitus*, 1958.

historiográfico, na antiguidade, o historiador precisaria ser um homem de experiência pública. Isto significa dizer que a autoridade do historiador antigo vinculava-se ao conhecimento prático: político, militar e religioso.²⁰⁵ Tácito não escapou à regra, foi cidadão, senador, orador e historiador, em outras palavras, um aristocrata.

Nesse sentido, chamamos atenção para o fato que passa algumas vezes despercebido à crítica moderna hoje:²⁰⁶ a produção literária na Antiguidade estava diretamente ligada ao *ethos* do autor empírico.²⁰⁷ A esse respeito, Horácio comenta com ligeiro sarcasmo na *Arte poética*, dizendo que: “Vós que escreveis, escolhei matéria à altura das vossas forças e pesai no espírito longamente que coisas vossos ombros bem carregam e as que eles não podem suportar”.²⁰⁸

Como bem destacou o poeta latino, a matéria necessita estar em sintonia com o sujeito que a narra. O que significa dizer que autor e obra funcionam em conjunto: um dava substância ao outro. É nesse sentido que o trabalho de John Marincola segue, em obra intitulada *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Segundo Marincola, a experiência do homem que escreve a história sempre esteve fortemente relacionada à experiência política e militar ou seja, à experiência da vida pública.²⁰⁹ Para além dos requisitos retóricos indispensáveis na constituição do gênero História, a autoridade do autor empírico era um elemento decisivo na atribuição de valor à matéria narrada.²¹⁰

²⁰⁵ Tácito foi pretor augustano e sacerdote quindécenviral sob o Principado de Domiciano. Ver: Tac. *Ann.*, VI, 11, 1.

²⁰⁶ Aqui nos referimos especificamente a uma historiografia que destaca a forma da narrativa em desprezo ao conteúdo. Holy Haynes é uma autora emblemática quanto a essa abordagem. A autora diz que: “Tacitus does not write about the reality of imperial politics and culture, but about the imaginary picture that imperial society makes of its relation to these concrete conditions of existence. He therefore describes a representation of a representation: society’s image of an imaginary relationship with reality.” (HAYNES, 2003, p. 30). Outro exemplo é A. J. Woodman, em *Rhetoric in classical historiography* (1988).

²⁰⁷ Segundo Oliver Reboul, “O etos é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança.” (REBOUL, 2004, pp. 48).

²⁰⁸ HORÁCIO, *Arte Poética*, 38-41: “*Sumite materiam uestris qui scribitis, aequam uiribus et uersate diu quid ferre recusent, quid ualeant umeri. Cui lecta potenter erit res, Nec facundia deseret hunc, Nec lucidus ordo.*”

²⁰⁹ Na mesma direção segue o argumento de Dylan Sailor, em *Writing and Empire in Tacitus*, que vê uma aproximação da matéria narrada com o autor que a escreve: “If in a history “Tacitus” appeared to think the Principate was noxious and barren, then a Roman reader would not seem mad if he or she thought this was also the political stance of Tacitus himself.” (SAILOR, 2008, p. 8).

²¹⁰ MARINCOLA, John. 1999, p. 136.

Outro aspecto importante que se ligava ao par autor/obra era o público alvo. No caso taciteano, a elite senatorial - seu público - parece ser sua audiência. Mais restritamente, deveria se tratar da elite da cidade de Roma. Neste sentido, em um primeiro nível da recepção, o crédito dado por esse público à narrativa vinculava-se ao caráter do autor empírico, ou seja, Cornélio Tácito. Isto significa dizer que Tácito possuía *auctoritas*, pois ao escrever uma História se apresentava como um experimentado conhecedor da matéria que se propõe a narrar. Esse público, por sua vez, legitimava sua *auctoritas* ao mesmo tempo que tinha *fides* no autor.²¹¹

No entanto, todo olhar para a realidade possui um caráter seletivo e parcial, envolvido em um jogo de relações de forças entre os seus indivíduos. Obviamente, Tácito não escapava a essa circunstância. Logo, sua narrativa estava imersa em uma série de disputas (políticas, sociais e econômicas), o que fazia com que seus receptores pudessem ouvir/ler suas obras (e os exemplos contidos nelas) por meio de diferenciados filtros interpretativos. Isso é importante, pois a caracterização das personagens taciteanas também vai partilhar de toda essa disputa semântica que compreende o campo da narrativa. Porém, o que desejamos destacar a princípio é que a experiência política justifica, em uma primeira leitura, sua historiografia por seus pares. Referindo-se ao *ethos* do orador, Aristóteles nos ajuda a entender a dimensão desse valor. O filósofo argumenta a forte ligação do *ethos* do orador com a prova: “Por isso que sua equidade é praticamente a mais eficaz das provas”.²¹²

A tríade *autor, obra e público* funciona em conjunto. Nesta perspectiva, produção literária e vida política não se dissociam, portanto, toda narrativa, especialmente a historiográfica, se constituía intrinsecamente como uma *narratio* política. Por exemplo, sua primeira produção, a biografia de seu sogro intitulada *Vida de Agrícola*, como citamos anteriormente, data de 98. Ao mesmo tempo em que esse trabalho tornava público Tácito como autor, desvelava literariamente o surgimento de um novo momento para a política coetânea. A morte de Domiciano em 96 encerrou um período crítico. Os *principes* seguintes, Nerva e Trajano,

²¹¹ Sobre as características que atribuem *auctoritas* ao historiador John Marincola afirma: “This is not surprising given the importance in antiquity of character in rhetoric and real life: the stratified societies of Greece and Rome cared a great deal about the status of the speaker. The proof that things are as the historian says they are depend not a little on the audience’s perception of the narrator’s character: to believe an historical account, it was necessary to believe the historian himself.” (MARINCOLA, 1997, p. 6).

²¹² ARISTÓTELES *apud* REBOUL (2004), pp. 48.

reconfiguram o palco da política romana. Como narrou Tácito: “Só agora nos volta o ânimo” (*Nunc demum redit animus*). Um *animus* correspondente à renovação das expectativas aristocráticas, pois Nerva ligou novamente duas coisas antes separadas: *principatus* e *libertas*. Trajano, por sua vez, aumentou todos os dias a felicidade dos tempos.²¹³

No entanto, como bem destacou Tácito, a mudança de imperador não significava uma modificação por completo dos atores políticos e muito menos das práticas públicas. O *princeps* era apenas um, dentre muitos outros que permaneciam em cena. Tácito estava ciente disso e, mais do que ninguém, sabia que a transformação era lenta, mesmo contando com bons governantes como Nerva e Trajano.²¹⁴

*

Se por um lado, o panorama da carreira taciteana nos apresenta um senador distinto, por outro, no que diz respeito ao seu esforço literário, de nada adiantaria toda sua experiência pública sem a habilidade de narrar. Este outro aspecto era também indispensável. A habilidade de narrar vividamente a história do Principado possui um claro vínculo com a tradição discursiva antiga. O que nos leva a entender que a formação retórica foi elemento básico da formação aristocrática. Certos padrões narrativos e recursos estilísticos seriam, portanto, emulados, porém, com novos fins. Tácito, por sinal, criticou a má formação do jovem romano de seu tempo e, conseqüentemente, isso se ligava ao pretenso declínio da oratória.²¹⁵ Em sua obra de 102, o *Diálogo dos Oradores*, ele diz, por exemplo, que “os próprios pais não acostumam os pequeninos à probidade nem à

²¹³ Tac. Ag., 3, 1.

²¹⁴ Tácito utiliza-se da metáfora do corpo humano para explicar o desenvolvimento, o crescimento e a morte das virtudes: “o que é certo é que, pela natural debilidade humana, mais tardos são os remédios do que os males; assim, pois, como nossos corpos crescem com lentidão e rápidos se extinguem, assim também mais facilmente se oprimem do que se estabelecem o talento e o estudo”. (Trad. de Agostinho, 1974. Tac, Ag., III, 1: “*sed ipsius voti fiduciam ac robur adsumperit, natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam revocaveris*”).

²¹⁵ O declínio da oratória, muito debatido por autores do Império, pode ser entendido como uma tópica discursiva, uma espécie de *capitatio benevolentia* para prender a atenção dos leitores. Sobre essa discussão, ver: FAVERSANI, F. “*Ékphrasis* e as fronteiras da descrição em Tácito.” Texto no prelo.

modéstia, mas à lascívia e à mordacidade”.²¹⁶ Tal comentário feito por Tácito, mais uma vez, reafirma o vínculo do *ethos* com as capacidades retórico-literárias.

No que se refere à formação dos aristocratas, sabemos que desde cedo a retórica integrava a educação da criança. Por volta dos 7 ou 8 anos, um *paedagogus* ou um *magister ludi* cuidavam dos ensinamentos iniciais de escrita, leitura e cálculos.²¹⁷ O *grammaticus* era responsável pelos ensinamentos teóricos sobre o latim e o grego, utilizando-se dos já clássicos da literatura antiga, como Homero e Virgílio. Em último lugar, o aluno se dedicava à arte oratória. Assim, ele aprendia todos os procedimentos, normas e regras da retórica, conhecimentos estes que eram ministrados pelo *rhetor*. Encerrada esta etapa uma nova iniciava-se: o aprendizado da vida pública. Isso poderia se dar de formas variadas, cabendo a cada um explorar as possibilidades do momento.

Por volta dos dezesseis anos, acontecia que o adolescente romano abandonava sua toga bordada de púrpura para adquirir a toga viril. O simbolismo da troca daquelas insígnias, das infantis para aquelas do mundo adulto, inseria o homem no quadro dos cidadãos plenos. No entanto, a sua formação, que começava dentro da família, sob a tutela do *paterfamilias*, ainda não estava concluída. Antes de assumir o serviço militar era preciso se dedicar por um ano ao “aprendizado da vida pública” (*tricornium fori*), seguia-se assim ao pai ou algum outro patrono experiente. Acabado esse curto período no qual a experiência de outrem é observada, o jovem ingressava no serviço militar, que por sua vez possuiria uma série de hierarquias e graduações a serem alcançadas. A ascensão dependeria de suas competências militares, ou, em alguns casos, verificada pela rápida ascensão na carreira militar, através da interferência de um patrono forte. Após o período de serviço militar a formação prosseguia, seja o jovem acompanhando algum magistrado proeminente ou assumindo funções públicas. Esse longo processo de formação era o que os romanos chamavam de *cursus honorum*.²¹⁸

O próprio Tácito relata a importância da experiência como observador na formação. Na introdução do *Diálogo dos Oradores*, que remonta

²¹⁶ Tac. *Dial.*, XXIX, 2: “*Quin etiam ipsi parentes non probitati neque modestiae parvulos adsuefaciunt, sed lasciviae et dicacitati, per quae paulatim impudentia inrepat et sui alienique contemptus*”). Outros exemplos em Tac. *Dial.*, XXVIII; XXIX; XXX; XXXI. Plínio o Jovem também defende a importância da educação no âmbito familiar, ver: Plin. *Ep.* IV, 13.

²¹⁷ O *paedagogus* era um escravo preceptor a serviço da família; o *magister ludi* era um professor de escola.

²¹⁸ Sobre a educação no mundo romano, ver: MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora da USP, 1971, pp. 361-5.

aproximadamente ao ano de 75,²¹⁹ sob o governo de Vespasiano, momento em que Tácito possuía em torno de 20 anos, o jovem aprendiz então observava o encontro de oradores ilustres. Como observador, Tácito modestamente relatou então que preservou pela memória o raciocínio desses homens ilustres:

[...] as coisas que escutei e que foram não só pensadas sutilmente, mas também ditas de modo sério por muitos homens ilustres, quando cada um trazia opiniões diferentes ou mesmas, mas passíveis de toda prova; quando cada um produzia a imagem de seu caráter e de sua inteligência. (Tac. *Dial.*, I, 3).²²⁰

Assim, observando homens de experiência política e literária, Tácito também aprendia com os *exempla*, pois, como ressaltava, estava traduzida no caráter (*animus*) e na inteligência (*ingenium*) do autor a habilidade de provar (*prouo*); falar e narrar eram competências exigidas ao aristocrata e a narrativa historiográfica antiga possuía particularidades indissociáveis dessas competências. A História compartilhava, assim como os demais gêneros do discurso, desse sistema retórico amplo da formação. Assim, para melhor entendermos a construção da narrativa na Antiguidade, voltamos nosso olhar para algumas definições compartilhadas pela própria tradição literária antiga. Obras que, muito provavelmente, foram manuseadas e estudadas pelos homens do século I e II. A *Retórica à Herênio*, manual de retórica do século I a.C., nos apresenta uma breve definição da *narratio*:

A narração (*narratio*) será verossímil se falarmos como o costume, a opinião e a natureza ditam, se nos ativermos à duração do tempo, à dignidade dos personagens, aos motivos das decisões e às oportunidades do lugar [...]. Se a matéria for verdadeira, ainda assim, todos esses preceitos devem ser observados ao narrar, pois é comum acontecer de a verdade não conseguir obter a fé quando são negligenciados. (*Ret. Her.*, I, 16).²²¹

²¹⁹ O cálculo atribuído ao ano 75 é feito a partir da própria obra *Diálogo dos Oradores*. No capítulo XVII, 3 do *Diálogo*, Tácito escreveu que “Totalizam-se, aproximadamente, cento e vinte anos, desde a morte de Cícero até hoje.” (“*centum et uiginti anni ab interitu Ciceronis in hunc diem colliguntur*”). Cícero foi assassinado em 43a.C.

²²⁰ Tac. *Dial.*, I, 3: “*ut quae a praestantissimis viris et excogitata subtiliter et dicta graviter accepi, cum singuli diversas [vel easdem] sed probabilis causas adferrent, dum formam sui quisque et animi et ingenii redderent, isdem nunc numeris isdemque rationibus persequar, servato ordine disputationis.*”

²²¹ Trad. de Azevedo (2012) {CÍCERO}, *Rhet. Her.*, I, 16: “*Veri similis narratio erit, si, ut mos, ut opinio, et natura postulat, dicemus; si spatia temporum, personarum dignitates, consiliorum*

Como destacou o autor da *Retórica*, narrar era parte fundamental da construção do discurso. A verdade não poderia ser revelada sem o discurso, pois, a partir de uma proposição bastante lógica, a matéria não se evidencia por si mesma. Ela precisa de um orador/autor que o faça. Cícero reafirma a ideia dizendo que “A narração é a exposição das coisas realizadas ou das coisas como se supõe que foram realizadas”.²²² O passado então precisa ser narrado, e bem narrado caso queira se fazer crer nele. Isso significa indagar que, para o historiador, não caberia simplesmente narrar o que aconteceu, ou supostamente o que aconteceu, mas narrar com maestria.²²³ Então, para que qualquer obra fosse bem recebida, compreendida e acreditada, era preciso ao historiador estar atento à ‘duração do tempo’ (*spatia temporis*), à ‘dignidade das personagens’ (*dignitas personarum*), ‘aos motivos das decisões’ (*rationes consiliorum*) e ‘às oportunidades do lugar’ (*opportunitas loci*), narrando como ditam o costume (*mos*), a opinião (*opinio*) e a natureza (*natura*).²²⁴

O autor anônimo da *Retórica à Herênio*, em suma, colocou em evidência a importância da *ueri similis narratio*, isto é, a verossimilhança da narrativa. A forma retórica necessária para que o conteúdo fosse apreendido pelo seu público: leitores ou ouvintes. Acrescentando ao argumento desse manual, e indo além, Quintiliano afirma nas *Instituições Oratórias* que o orador deve estudar longamente, desde bastante jovem. Assim, com o saber acumulado com a idade poderá falar como se tivesse “vivido nos séculos passados” (*praeteritis saeculis*

rationes, locorum opportunitates constabunt, ne refelli possit aut temporis parum fuisse, aut causam nullam, aut locum idoneum non fuisse, aut homines ipsos facere aut pati non potuisse. Si uera res erit, nihilominus haec omnia narrando conseruanda sunt; nam saepe ueritas, nisi haec seruata sint, fidem non potest facere.”

²²² Cic. *Inv.*, I, 27, 4: “*Narratio est rerum gestarum aut ut gestarum expositio.*”

²²³ Luciano de Samósata, em obra do século II, intitulada *Como se deve escrever a História*, fez uma diferenciação entre os papéis do orador e do historiador: “Com efeito, os historiadores não escrevem como os oradores, já que o que há de ser dito existe e será dito (pois já aconteceu), bastando ordená-lo e dizê-lo. Desse modo, não devem buscar o que dizer, mas como dizê-lo.” (Trad. de Brandão, 2009. *Luc. Hist. Conscr.*, L.)

²²⁴ No que tange ao decoro do discurso oratório, Quintiliano nos apresenta um raciocínio bastante interessante. Ao expor que o orador precisa conhecer abundantemente os exemplos do passado, mas também os novos, sejam eles fornecidos por historiadores ou poetas, pois ambos acrescentam à autoridade do orador. Em seguida, todavia, faz uma ressalva: “Contudo, não se deve esperar a idade avançada, uma vez que os estudos, pelo menos quanto ao que diz respeito ao conhecimento das coisas, se prestam para que pareçamos ter vivido nos séculos passados.” (Trad. de Agnolon e Dias. *Quint. Inst.*, XII, 4, 2: “*Sed non est exspectanda ultima aetas, cum studia praestent ut, quantum ad cognitionem pertinet rerum, etiam praeteritis saeculis vixisse videamur.*”).

vixisse videamur) quando for mais velho e experiente.²²⁵ Tal perspicácia também nos foi apresentada de forma semelhante por Horácio, que argumentava em favor de um vocabulário atualizado, que fizesse sentidos aos ouvintes. Como o poeta latino afirma na *Arte Poética*:

Foi lícito e lícito sempre será lançar um vocábulo cunhado com o selo da modernidade. Assim como as florestas mudam de folhas no declinar dos anos, e só as folhas velhas caem, assim também cai em desuso a velha geração de palavras e, à maneira dos jovens, as que há pouco nasceram em breve florescem e ganham pleno vigor. (Hor. *Ars*, 57-64).²²⁶

Horácio, Quintiliano e o autor anônimo da *Retórica*, todos eles chamavam a atenção para o decoro da narrativa, que deveria estar afinado com o *topos* de seu respectivo tempo.²²⁷ Os *exempla* retirados da aristocracia deveriam, deste modo, ser apresentados aos leitores/ouvintes respeitando a verossimilhança do Principado, isto é, em consonância com o tempo presente em que Tácito escreveu. Tácito não escreveu sob Tibério ou Nero, nem sob Vitélio ou Vespasiano. Mas viveu intensamente sua carreira política sob a tirania de Domiciano. No entanto, suas obras começam a ser publicadas após a morte desse último imperador. O seu público viveu principalmente sob o governo de Trajano, que fora homem de virtude e que proporcionou tempo de *felicitates*. Porém, como o próprio Tácito destacou, mais lentas são as transformações da virtude do que o exercício do vício. Muitos homens que viveram sob imperadores tirânicos ainda vivam no tempo de Trajano. Um tempo que, como observamos anteriormente, não deixaria então de ser perigoso ao aristocrata.

²²⁵ Quint. *Inst.*, XII, 4, 2.

²²⁶ Trad. de Fernandes. (2012). Hor. *Ars.*, 58-62: “*Licuit semperque licebit/ signatum praesente nota producere nomen./Nt siluae foliis pronos mutantur in annos,/prima cadunt, ita uerborum uetus interit aetas,/ et iuuenum ritu florent modo nata uigentque.*”

²²⁷ Sobre o historiador como um homem de seu tempo, uma comparação distante mas pertinente pode ser notada. March Bloch narrou um episódio de sua vida em que ele e Henri Pirenne visitavam Vienna. Chegando na cidade Pirenne comenta o seguinte: “‘O que vamos ver primeiro? Parece que há uma nova prefeitura nova em folha. Começemos por ela.’ Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: ‘se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida’ Essa faculdade do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. Não deixemos enganar por certa frieza de estilo, os maiores entre nós a possuíram todos.” (BLOCH: 2002, pp. 65-6).

No entanto, acima dos riscos, a verossimilhança deveria ser buscada tanto pelo orador como pelo historiador,²²⁸ já que ambos almejam persuadir sua audiência. A persuasão (*πειθός*) foi outro elemento importante nesse contexto. Para persuadir sua audiência, como vimos, o orador ou historiador precisava encontrar palavras e argumentos que fizessem sentido ao público. Desta maneira, persuadir era (e ainda é) um fator caro à narrativa historiográfica. A persuasão, logo, como um fim desejado, integrava assim o processo de *inventio* e *dispositio*, pois com ela buscava-se construir um juízo acerca do conteúdo apresentado.²²⁹ Aristóteles, portanto, chamava a atenção para a importância da persuasão. O filósofo grego afirmou que “o uso dos discursos persuasivos tem por objeto formular um juízo (pois acerca daquilo que sabemos e temos juízo formado já não são precisos mais discursos)”.²³⁰

Uma narrativa historiográfica antiga, portanto, seguia o mesmo caminho. Deveria buscar construir juízos em sua audiência. Para o caso de Tácito, então, como narrar a história do Principado? Como persuadir sua audiência do conteúdo de sua História? No prefácio de sua maior obra historiográfica, os *Anais*, Tácito nos diz o seguinte sobre o conteúdo de sua narrativa:

Mas os antigos feitos do povo romano foram já narrados por ilustres escritores, assim como para o governo de Augusto não faltaram, até que a adulação crescente fosse corrompendo os mais formosos talentos. De Tibério, Caio, Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas. Eis porque empreendi narrar, de Augusto pouco e seu fim, e depois o principado de Tibério e os seguintes, sem ira nem afeição, pois destas causas mantenho distância. (Tac. *Ann.*, I, 1, 2-3)²³¹

A famosa passagem dos *Anais*, na qual o historiador diz que vai narrar *sine ira et studio*, nos apresenta certos limites de sua narrativa. E, portanto, a pretensa

²²⁸ Luciano de Samósata ressalta uma diferença básica entre o historiador e o orador: “Com efeito, os historiadores não escrevem como os oradores, já que o que há de ser dito existe e será dito (pois já aconteceu), bastando ordená-lo e dizê-lo. Desse modo, não devem buscar o que dizer, mas como dizê-lo”. (Luc. *Hist. Conscr.*, L)

²²⁹ A Retórica à Herêncio dividia a matéria retórica em *inuentio*, *dispositio*, *memoria*, *elocutio* e *pronuntiatio*. ({CÍCERO} *Rhet. Her.*, I, 3.).

²³⁰ Arist. *Rh.*, 1391b.

²³¹ Tac. *Ann.*, I, 1, 2-3: “*sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrerentur. Tiberii Gaique et Claudii ac Neronis res florentibus ipsis ob metum falsae, postquam occiderant, recentibus odiis compositae sunt. inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo.*”

imparcialidade, conquistada através de um distanciamento temporal entre o conteúdo narrado e o presente do historiador, não o eximiria, como veremos na passagem seguinte, dos perigos da contemporaneidade. Pois, como diz Tácito, a alternância de imperador não significava uma reconfiguração completa da aristocracia, muito menos das práticas que lhes eram características.

[...] mesmo que suas famílias estejam extintas [trata de seus personagens que viveram sob Tibério], haverá pessoas que acreditarão, pela semelhança de costumes, que o relato dos crimes cometidos por outros é uma imputação que é feita a si. Mesmo a glória e a virtude podem ofender, porquanto criam um contraste com o comportamento destes. (Tac. *Ann.*, IV, 33, 4).²³²

Logo, o objetivo de Tácito era narrar a história da dinastia Júlio-Claudiana, isto é, uma sequência de imperadores, desde o primeiro, Augusto, até o último, Nero. Isso requer do historiador o cuidado necessário para não desagradar aristocratas que, em comparação com os exemplos narrados, possam se reconhecer negativamente neles.

Como vimos anteriormente, o imperador não compõe sozinho um governo, muito menos uma narrativa historiográfica. No caso taciteano, muitos desses outros personagens que integram sua narrativa estão vivos, ou descendem diretamente de suas famílias, o que nos leva a entender que eles ainda estavam presentes no espaço da política romana. Por mais que o momento político fosse propício a se falar com verdade, pois Tácito diz que com Nerva e Trajano a felicidade aumentava, pois se encontrariam em um momento onde a *libertas* novamente ganhava espaço. Por outro lado, como destacamos, Tácito tinha a consciência de que “pela natural debilidade humana, mais tardos são os remédios do que os males; assim, pois, como nossos corpos crescem com lentidão e rápidos se extinguem, assim também mais facilmente se oprimem do que se restabelecem o talento e o estudo”.²³³

²³² Tac. *Ann.*, IV, 33, 4: “*at multorum qui Tiberio regente poenam vel infamias subiere posterius manent. utque familiae ipsae iam extinctae sint, reperies qui ob similitudinem morum aliena malefacta sibi obiectari putent. etiam gloria ac virtus infensos habet, ut nimis ex propinquo diversa arguens.*”

²³³ Tac. *Ag.*, III, 1: “*natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam revocaveris.*”

Assim, a tarefa do historiador em narrar com verdade e, da mesma maneira, com o intento de persuadir sua audiência, se tornava uma tarefa muito mais difícil ao aristocrata. Levando sempre em conta que o decoro do Principado, seu *topos*, era ambíguo, dissimulado e muito arriscado. Neste sentido, nos atentaremos à construção das personagens da narrativa, e a maneira pela qual esta compõe *exempla*, a partir desse contexto do Principado. Como apontamos anteriormente, daremos destaque à constituição dos *exempla* senatoriais e à importância deles dentro da narrativa taciteana.

Como destacou Thomas Wiedemann, em artigo intitulado *Reflections of Roman political thought in Latin historical writing*, o conteúdo da historiografia antiga, no caso especificamente romano, atribuía grande importância aos *exempla*: “O sistema político foi julgado não com referência a uma constituição ou a um ideal constitucional, mas com referência aos *exempla* providos por seus maiores agentes”.²³⁴ Segundo Wiedemann, pouco interessava aos romanos a análise constitucional, como a teoria política grega o fazia, já que, ao contrário, eles pensavam em termos dos *exempla*.²³⁵ A historiografia romana, portanto, era repleta desses bons exemplos. Outro famoso historiador romano, Tito Lívio, nos diz que “jamais nenhum outro Estado foi maior, mais venerável, mais rico em bons exemplos (*exempla*)”.²³⁶

Então, entendendo que a narrativa precisaria ser composta por *exempla*, deste modo, como narrar de maneira que fossem verossímeis? A narrativa taciteana foi como composta por diversos tipos de *exempla* do passado, pois deles se poderiam extrair valores morais para o presente e para as gerações posteriores. Veremos que Júlio Agrícola e Marco Lépido foram homens de tais dignidades. *Exempla*, portanto, funcionavam como arquétipos morais, norteadores e delimitadores de caráter e do conteúdo de sua historiografia. Na *Vida de Agrícola*, Tácito nos

²³⁴ WIEDEMANN, Thomas. Reflections of roman political thought in latin historical writing. In: ROWE, Christopher (Ed.) The Cambridge history of greek and rome political thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 521. (The political system was judged not with reference to a constitution or constitutional ideal, but with reference to the *exempla* provided by its greatest player.).

²³⁵ *Ibidem*. Nesse sentido, Wiedemann apresenta uma diferenciação entre a historiografia romana frente à grega.

²³⁶ Liv. *Ab urbe Condita*, XI: “Nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit”. Valério Máximo também foi enfático quanto à importância dos *exempla*. (“I will not weary in relating over and over again the deeds of this man, since he was not wearied either by enacting virtues in the same way”. Trad. de Langlands, 2011.) Val. Max. *Fact.*, III, 7, 1: “non fatigabor eiusdem facta identidem referendo, quoniam ne ille quidem in consimili genere virtutes edendo fatigatus est.”

apresentou a importância do *exemplum* e, conseqüentemente, da necessidade de se narrar a seu respeito: “Passar à posteridade os feitos e costumes dos homens ilustres, o que era bem usado antigamente, nem sequer se deixou de fazer nos nossos”.²³⁷

O que chama a atenção no caso de Tácito, talvez, seja a composição desses *exempla* a partir de uma nova forma de se narrar, característica de um novo momento sociopolítico. Ao contrário de Tito Lívio, que escrevia sobre a República (o que reforça a ideia taciteana da relação entre sistema político e forma historiográfica), Tácito, ao contrário, escreve sobre e no Principado. Por isso, este não nos apresentou somente modelos virtuosos de comportamento como aquele.

Como argumenta François Hartog,²³⁸ Tácito escreveu pensando uma ruptura entre um antes (passado) e um depois (presente), sendo a batalha do Ácio, ocorrida em 31 a.C., o divisor das águas. Seguindo o raciocínio de Hartog, a ruptura promoveria uma alteração no paradigma da *historia magistra uitae*, pois os bons *exempla* estavam restritos apenas ao passado (republicano), e o seu momento presente (imperial), então, não o permitiria mais fazer aquele tipo de narrativa. No entanto, o historiador francês cria uma ruptura drástica, como se os valores morais se transformassem por completo com o advento do Principado, generalizando assim a complexidade do texto taciteano. Hartog diz que Tácito “sublinha, com efeito, a diferença entre a grandeza do que seus predecessores tinham para contar e o que ele próprio deve relatar: seu terreno é ‘estreito e sem glória’”.²³⁹

Todavia, como podemos observar em diversos momentos das obras de Tácito, não apenas de bons *exempla* foram elas compostas. O conjunto de seus escritos é mais denso. Sua narrativa produzia diferentes amarras sociais, que de forma múltipla enredava em um mesmo cenário imperadores, senadores, mulheres, libertos e escravos. Certamente a virtude em sua época era coisa rara, pois Tácito realmente afirmou nos *Anais* que a matéria de sua História era baixa e que para os historiadores de seu tempo, “o trabalho é restrito e sem glória”.²⁴⁰ Mesmo assim,

²³⁷ Trad. de Agostinho (1974). Tac. Ag., I, 1: “*Clarorum virorum facta moresque posteris tradere, antiquitus usitatum, ne nostris quidem temporibus quamquam incuriosa suorum aetas omisit*”.

²³⁸ HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 220-21.

²³⁹ HARTOG, F. 2001, p. 220. O trecho dos *Anais* citado por Hartog é Tac. Ann., IV, 32, 2: “*nobis in arto et inglorius labor.*”

²⁴⁰ Tac. Ann., IV, 32, 2: “*nobis in arto et inglorius labor.*”

narrar era imprescindível, já que dos pequenos feitos surgem coisas maiores.²⁴¹ E dessa maneira, ressaltamos o esforço taciteano de narrar com verdade ambos tipos comportamentos políticos, de forma heterogênea e muitas vezes conflituosa quando envolvia o mundo público. Por isso, encontramos em sua narrativa *exempla*, por um lado, dignos de emulação e, por outro lado, aqueles *exempla* execráveis. Fica bem delineada essa sua intenção quando diz:

Resolvi que não deveria expor opiniões, senão as mais insignes por seu caráter louvável (ou por notável opróbrio), pois creio ser esse o principal benefício destes meus *Anais*: que as virtudes não sejam silenciadas e que, mediante os fatos e ditos viciosos aqui rememorados, causemos temor à posteridade e à própria infâmia. (Tac. *Ann.*, III, 65, 1).²⁴²

Assim, as virtudes (*uirtus*) não seriam silenciadas, mas também os vícios (*dedecus*) não seriam esquecidos em sua narrativa. Lembrar aos contemporâneos que os vícios se perpetuavam era, com isso, fazer ver, ao mesmo tempo, o comportamento vicioso dos homens no presente. Isso poderia se tornar perigoso ao próprio historiador, pois como vimos, os exemplos negativos poderiam ser tomados em comparação aos próprios viciosos coetâneos. Tácito, portanto, construiria sua narrativa através de uma nova ótica: um novo compromisso com a verdade, pois, como destacamos anteriormente, a *dissimulatio* seria uma característica marcante dos agentes do Principado. Como então narrar uma história onde os seus protagonistas encenavam falsos sentimentos? Como mostrar o que aconteceu, isto é, narrar com verdade? Logo, essa se constituiria em uma estratégia bastante complicada. Era preciso ao historiador apresentar não o que era visto, pois isso era uma encenação dissimulada. Ao contrário disso, o historiador precisaria apresentar o que não se via, ou seja, o que se pensava dizer por trás das aparências.

²⁴¹ Tac. *Ann.*, IV, 32, 2: “*non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu leuia ex quis magnarum saepe rerum motus oriuntur.*”

²⁴² Tac. *Ann.*, III, 65, 1: “*Exsequi sententias haud institui nisi insignes per honestum aut notabili dedecore, quod praecipuum munus annalium reor ne uirtutes sileantur utque prauis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.*” A postura de Tácito em *Ann.* XIV, 64, 3, após narrar a morte de Otávia, é semelhante: “nunca deixarei ainda de referir qualquer outro *senatus consultum* que se fizer notável ou por alguma nova espécie de adulação, ou por algum exemplo de excessiva paciência”. (*neque tamen silebimus, si quod senatus consultum adulatione novum aut paenitentia postremum fuit*).

Portanto, como narrar o que não era visto sensivelmente, mas sim os sentimentos reais das personagens? Tácito se utilizou de uma série de recursos retóricos que ganhariam proeminência nessa ambiência do Principado. Trabalhando dentro da interface entre vícios e virtudes, portanto, sua intenção historiográfica ganhava corpo desta forma. Porém, nada seria diretamente apresentado. Narrar comportamentos viciosos e virtuosos através dos *exempla* requereria, além da simples qualificação positiva ou negativa, estratégias que fizessem com que seus leitores/ouvintes pudessem decifrar múltiplas leituras. Isso significa dizer que Tácito buscava inserir os senadores dentro de seus contextos, criando muitas vezes imagens mentais para facilitar os processos de decodificação por parte de seus receptores e, assim, melhor persuadir seu público. No caso dessa pesquisa de mestrado, apresentaremos os comportamentos de alguns senadores, mostrando como Tácito narrava vivamente a ação deles dentro do mundo público.

Tácito não viveu o que narrou, poderia ser lembrado. No entanto, ainda assim, suas narrativas criavam imagens vívidas. Tomemos um breve exemplo. Quando o historiador Cremúcio Cordo foi levado a julgamento no Senado sob a acusação de ter elogiado Cássio na qualidade de “o último dos romanos”, no ano 25, Tibério estava presente à sessão senatorial. No entanto, Tácito nos diz que o imperador nada falou, no entanto, “sua expressão era feroz” (*Caesar truci uultu*).²⁴³

Como poderia Tácito saber tais detalhes sobre a expressão de Tibério em um evento que ocorrera 30 anos antes de seu nascimento? A pergunta, logicamente, possui um caráter retórico. De fato, Tácito não teria como saber exatamente qual era a expressão de Tibério. Porém, a “expressão feroz” ajudava a construir o decoro da cena. As questões retóricas que constituíam o discurso na antiguidade faziam com que Tácito produzisse uma fantasia (*φαντασία*) acerca do que poderia ou não ser mais provável acerca do evento específico. O que desejamos destacar, novamente, era a necessidade da verossimilhança. Formas retóricas específicas eram necessárias ao historiador antigo para que ele pudesse explicar e provar.²⁴⁴ Mesmo sem estar presente no julgamento de Cremúcio Cordo, para construir o decoro, Tácito precisaria (re)apresentar (*represento*) o passado de forma que este fosse visível aos olhos do público.

²⁴³ Tac. *Ann.*, IV, 34, 1-2.

²⁴⁴ Ver: GRIFFIN, Miriam T. Tacitus as a historian. In: WOODMAN, A. J. (ed.). *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 175.

Neste sentido, apresentamos algumas estratégias retóricas utilizadas pelos historiadores antigos, mas que não se restringem apenas aos historiadores, para representar o passado. Representar de forma inteligível e clara aos seus ouvintes/leitores e, assim, persuadir sua audiência. São essas questões ligadas à composição das personagens e à criação de imagens mentais.

Quintiliano tratou desses pontos em suas *Instituições Oratórias*. Vejamos como o orador latino articulava tais categorias com o objetivo de representar o passado da melhor maneira aos ouvintes:

Primeiro é essencial que as [afecções], que desejamos que tenham valor no juízo, tenham valor para nós e antes que comecemos a impressionar os outros, devemos estar impressionados por elas. Mas de que modo vai se fazer para que sejamos impressionados? Pois, não estão as paixões sob nosso controle. Tentarei, pois, falar sobre isto. Aquilo a que os gregos chamam φαντασία, nós chamamos visões, pelas quais as imagens das coisas ausentes são tão bem representadas na alma que parecemos discerni-las com os olhos e tê-las presentes. (Quint. *Inst.*, VI, 2, 29).²⁴⁵

Quintiliano analisou, assim como o fizera Aristóteles, a importância de se criar um juízo (no sentido do verbo *iudico*) na plateia. Era preciso, em primeiro lugar, criar afecções, ou seja, sensibilizar os ouvintes para a causa defendida. Como analisa Paulo Martins, Quintiliano aponta como elemento fundamental para a constituição do discurso o decoro.²⁴⁶ Porém, como construir esse decoro a partir das afecções? A proposta de Quintiliano era que se buscasse criar fantasias (φαντασία), ou visões (*visiones*) em sua audiência, uma vez que as afecções podem produzir efeitos éticos ou patéticos em seus receptores.²⁴⁷ Essa seria a forma mais eficaz, segundo Quintiliano, pois torna novamente o passado presente, isto é, cria-se uma *representatio*.²⁴⁸ Portanto, quando o argumento era bem

²⁴⁵ Trad. de Martins (2011). Quint. *Inst.*, VI, 2, 29: “Primum est igitur, ut apud nos ualeant ea quae ualere apud iudicem uolumus, adficiamurque antequam adficere conemur. At quomodo fiet, ut adficiamur? neque enim sunt motus in nostra potestate. Temptabo etiam de hoc dicere. Quas φαντασία graeci vocant, nos sane uisiones appellamus, per quas imagines rerum absentium ita repraesentantur animo, ut eas cernere oculis ac praesentes habere uideamur.”

²⁴⁶ MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder. Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. São Paulo: EDUSP, 2011, pp. 110-11.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ De acordo com Paulo Martins, o substantivo *representatio*, que deriva do verbo *reapresentare*, “mantém os sentidos originários como resultado do ato de representar, ou seja, a própria pintura, escultura, desenho, φαντασία, e deve ser observado numa chave mais restrita que dá lugar ao nome

construído, e o passado representado de forma persuasiva, as imagens das coisas (*imagines rerum*) passadas vinham à tona e, assim, os ouvintes podem “discerni-las com os olhos e tê-las presentes” (*cernere oculis ac praesentes habere uideamur*).

É nesse sentido que entendemos a construção dos *exempla* pela historiografia taciteana. Por meio de um procedimento narrativo que criava *imagines rerum*, Tácito conectava a representação do passado através do *exemplum* com a casualidade histórica. Como apontou o historiador Stephen Daitz, a historiografia romana, e em especial a de Tácito, traz uma forte relação entre a casualidade dos eventos históricos e o ser humano envolvido nela.²⁴⁹ O que fazia com que para que se criasse um *exemplum*, e este fosse verossímil aos seus leitores/ouvintes, Tácito precisaria lidar com um decoro que não era homogêneo. Mas, ao contrário, como aponta Rebeca Langlands, “atos performados sob tais circunstâncias parecem vergonhosos se são julgados em seus próprios méritos, mas vistos em seus contextos eles parecem ser respostas às situações”.²⁵⁰ Isso significa dizer que, em meio ao um público heterogêneo, qualidades e vícios variavam de acordo com a leitura de cada um. Assim, o efeito ético e/ou patético de cada *exemplum* narrado variava, para usar uma categoria de Langlands, de acordo com “situação ética” (*situation ethic*). Sendo assim, nem todo bom *exemplum* poderia ser entendido como bom, nem o contrário teria essa segurança. Os significados éticos e morais desses estavam sempre em disputa, sendo compartilhados ou renegados, Tácito acrescentava ao repertório dos *exempla* da historiografia romana novas possibilidades.

Em comunhão com o destaque dado ao indivíduo, Daitz também indica uma tendência da historiografia romana seguir na direção do gênero biográfico.²⁵¹ Em seu artigo, *Tacitus' Technique of Character Portrayal*, Daitz buscou analisar justamente as técnicas literárias de construção da representação das personalidades históricas nos *Anais* e nas *Histórias* em Tácito. Assim o autor

de uma operação elocutiva que é a *euidentia*, a ἔκφρασις ou a ἐνάργεια.” (MARTINS, 2011, p. 112).

²⁴⁹ DAITZ, S. Stephen G. “Tacitus’ Technique of Character Portrayal.” In *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, pp. 31.

²⁵⁰ LANGLANDS, Rebecca. “Roman Exempla and Situation Ethics: Valerius Maximus and Cicero de Officiis.” In: *JRS* 101, 2011, pp. 119. (“Acts performed under such circumstances look shameful if they are judged on their own merits, but viewed in context are seen to be appropriate responses to the situation”).

²⁵¹ *Ibidem*.

aponta para o destaque dado por Tácito às personalidades e às características físicas de suas personagens. Neste sentido, Tácito se utilizou de uma estratégia muito comum entre os escritores antigos: a descrição direta (*direct description*).

Sendo uma das técnicas mais recorrentes utilizadas por Tácito, e uma das mais fáceis de se identificar (porém, bastante complexa em sua composição), a descrição direta, por ser bastante ampla, possui diversas acepções. Por isso, o autor sistematiza a descrição direta taciteana em três tipos: “descrição pelo autor, descrição da personagem por outra, descrição ou revelação da personagem por meio de suas próprias palavras”.²⁵²

O *ethos* da personagem, então, amplificado dentro da narrativa historiográfica pela descrição da personalidade, estaria diretamente ligada às ações, ao comportamento e aos eventos históricos. Uma importante variação referente às descrições das personalidades dos indivíduos em Tácito, foi recontar “algumas das ações das personagens”.²⁵³ Com isso, para descrever tais personagens como *exempla*, ou seja, como modelos de conduta que fossem úteis ao presente e à posteridade, distinguindo aqueles de “caráter mais louvável” daqueles de “notável opróbio”, o historiador vai se utilizar de inúmeras técnicas narrativas. Por isso, os *Anais* (e demais obras taciteanas) teriam uma utilidade nítida: por um lado, emular a virtude através dos bons exemplos, por outro, “mediante os fatos e ditos viciosos” causar “temor à posteridade e à própria infâmia”.²⁵⁴

Desta maneira, entenderemos a representação do passado feita por Tácito através da construção de “narrativas vívidas”. Isto é, narrativas construídas a partir de elementos retirados (*retraho*) de um repertório de possibilidades disponíveis ao historiador, compondo personagens que, assim, produzissem imagens verossímeis e persuasivas (que promovam efeitos patéticos e éticos em sua audiência). Essas imagens são, por sua vez, amplificadas por técnicas retóricas e ganham vividez (*ἐνάργεια* ou *evidentia*). Desta maneira, destacaremos três conceitos antigos que

²⁵² DAITZ, Stephen G. “Tacitus’ Technique of Character Portrayal.” In: *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, pp. 46. (“description by the author, description of the character by another, and description or revelation of the character through his own words”). Além da *descrição direta*, Daitz destaca outras formas de representação das personagens feitas por Tácito: “This device almost defies a simple definition, but its meaning can perhaps be made clear by opposing it at once to the other main devices of characters portrayal found in Tacitus: innuendo, character contrast, and character interplay.” (DAITZ: 1960, p. 34)

²⁵³ DAITZ, S. Stephen G. “Tacitus’ Technique of Character Portrayal.” In *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, p. 37.

²⁵⁴ Tac. *Ann.*, III, 65, 1: “*Exsequi sententias haud institui nisi insignes per honestum aut notabili dedecore, [...] utque prauis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit*”.

nos serão importantes: *retraho*, *écfrase* e *enargeia* (ἐνάργεια) ou *evidentia*. Tais conceitos serão retomados daqui por diante dentre as técnicas retóricas importantes para a construção do relato historiográfico taciteano. Apresentaremos brevemente algumas definições de *retraho*, *écfrase* e *enargeia* (ἐνάργεια) que nortearão nossa direção. Posteriormente, por meio da análise dos modelos comportamentais dos senadores, no terceiro capítulo, retomaremos os usos destas técnicas feitas por Tácito.

Começamos pelo verbo *retraho*. Como argumentou Sarah Azevedo, em sua obra *História, retórica e mulheres no Império Romano*,²⁵⁵ o verbo latino *retraho* tem grande peso na construção de uma narrativa historiográfica. Ele significa “retirar”. Porém, o nome proveniente do verbo, isto é, o substantivo *retractus* (retrato) vai além de uma possível ideia estática, de uma cópia fidedigna, como pode ser relacionada através da palavra fotografia no português.²⁵⁶ Em uma narrativa feita por antigos, ao contrário de uma cópia fiel de algo, *retraho* significa que o “autor retira argumentos da pessoa para compor a personagem. No ato de retirar os argumentos o autor visa uma unidade, um decoro”.²⁵⁷

Mais uma vez, Quintiliano foi quem bem definiu a importância de se retirar elementos específicos, das personagens e demais matérias para que compusesse uma História. Assim, almejava-se construir um decoro em meio a um inúmero repertório de decoros possíveis, obter-se assim uma narrativa mais verossímil e mais persuasiva. Vejamos mais um pequeno trecho das *Instituições Oratórias*:

Assim, em primeiro lugar, os argumentos devem ser amiúde extraídos da pessoa, visto que, como eu já disse, dividimos todos eles em duas partes: a primeira, relativa às matérias e a segunda, às pessoas, de modo que a causa, o tempo, o lugar, a ocasião, o instrumento, o modo etc. sejam consequência das ações. (Quint. *Inst.*, V, 10, 23-24).²⁵⁸

²⁵⁵ AZEVEDO, Sarah F. L. *História, retórica e mulheres no Império Romano: um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito*. Ouro Preto: EDUOP/PPGHIS, 2012.

²⁵⁶ Segundo o dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), a palavra *fotografia* é “a arte ou o processo de reproduzir imagens sobre uma superfície fotossensível”; sinônimo de “foto, retrato”; “a reprodução ou cópia fiel de algo” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 922). Essa última acepção nos parece ser uma definição de uso recorrente.

²⁵⁷ AZEVEDO, Sarah F. L. 2012, p. 48.

²⁵⁸ Trad. de Agnolon. Quint. *Inst.*, V, 10, 23-24: “*In primus igitur argumenta saepe a persona ducenda sunt, cum sit, ut dixi, diuisio ut omnia in haec duo partiamur, res atque personas, ut causa tempus locus occasio instrumentum modus et cetera rerum sint accidentia. Personis autem non quidquid accidit exequendum mihi est, ut plerique fecerunt, sed unde argumenta sumi possunt.*”

Como podemos notar com Quintiliano, os argumentos devem ser extraídos dos lugares e das pessoas, de forma que causa, tempo, ocasião, instrumento e modo estejam relacionados às ações. Os métodos retóricos eram fundamentais para a construção das personagens e, logo, das narrativas históricas. Portanto, um *exemplum*, negativo ou positivo, possui características retiradas pelo historiador para melhor compor o decoro que lhe convinha. No entanto, não podemos nos esquecer do contexto social do Principado, um ambiente onde o perigo de se dizer o que se pensa era eminente, mais arriscado ainda para o historiador que narrou *exempla* senatoriais. Esses personagens agiam no espaço público, o dividiam com outros aristocratas assim como com o imperador. Portanto, para Tácito, a medida do elogio e do vitupério deveria ser bem equilibrada caso quisesse se manter longe de problemas. Nada estava seguro, visto que a virtude poderia ser tomada como afronta ao *princeps*, ou como arma de denúncia por demais aristocratas que, se comparando às virtudes, ironicamente, não as enxergavam como insignes.

Desta maneira, a composição de cenas por Tácito abrangia amplos contextos, incluindo uma série de personagens em narrativas vívidas. Ligada então à construção de uma imagem, a écfrase (ἔκφρασις) se constituía como um recurso narrativo recorrente. Segundo a definição de Teão, em suas lições sobre retórica, os προγυμνάσματα:

Écfrase é um discurso descritivo que traz vividamente o assunto mostrado perante os olhos. Uma écfrase pode ser de pessoas, de eventos, de lugares e de épocas. [...] De lugares, tais como prados, praias, cidades, ilhas, lugares desertos e que tais. (Theon, *Prog.*, 118.7-20)²⁵⁹

Desta maneira, como chama atenção Paulo Martins, o “discurso descritivo” (λόγος περιηγηματικός), entendido por Teão, busca apresentar o assunto vividamente, porém, indo além de uma simples descrição, pictórica ou estatuária. Segundo Martins:

[...] o verbo περιηγέομαι, que dá origem ao substantivo e ao adjetivo nesse caso, imprime senso a mais à descrição, isto é, o

²⁵⁹ Theon, *Prog.*, 118.7-20: [118.7] Ἐκφρασις ἐστὶ λόγος περιηγηματικὸς ἐναργῶς ὑπ' ὄψιν ἄγων τὸ δηλούμενον. γίνεται δὲ ἔκφρασις προσώπων τε καὶ πραγμάτων καὶ τόπων καὶ χρόνων. [...] [118.15] τόπων δὲ οἷον λειμῶνος, αἰγιαλῶν, πόλεων, νήσων, ἐρημίας, καὶ τῶν ὁμοίων (17).

sentido de um percurso ou uma condução por caminhos do olhar e por meandros da mente em forma e “fôrma” discursiva. Esse elemento que se assoma à descrição propriamente dita imprime movimento e tempo à descrição, tornando-a plena de narratividade.”²⁶⁰

Desta maneira, como destacou Martins, o ato de descrever integra a ele um efeito processual, de um percurso pelo qual o narrador conduz os seus leitores/ouvintes à “fôrma” discursiva, isto é, a uma imagem vívida de um passado representado, no caso de um historiador.

Acrescentando ao efeito gerado pela écfrase (ἔκφρασις), a enargeia (ἐνάργεια) ou *evidentia* foi outro efeito retórico utilizado para promover maior vivacidade às imagens criadas. Segundo João Hansen, Aristóteles qualificava o efeito da ἐνάργεια como “vividez”, “como se vê no advérbio *enargos* (“vividamente”), propondo que as metáforas de ação impressionam mais, pois com elas o orador faz o evento narrado ocorrer como se os ouvintes estivessem vendo”.²⁶¹ Ainda segundo Hansen, o ἐνάργεια era um procedimento técnico que buscava produzir efeitos dramáticos. Isto significa dizer o uso dos discursos diretos e a interpelação patética das personagens. Assim, o autor constantemente se utiliza de advérbios de lugar e de tempo no ato de enunciação.²⁶² Desta maneira, a ἐνάργεια busca construir, a partir de um efeito dramático, imagens com vivacidade, com o intuito de construir o *ethos* da personagem. Por isso, através de Quintiliano, Hansen argumenta que “a *enargeia* (ἐνάργεια) ou *evidentia* intensifica o efeito de clareza dos ornatos aplicados, tornando-os mais nítidos (*nitidora*)”.²⁶³

Portanto, *retraho*, écfrase (ἔκφρασις) e *enargeia* (ἐνάργεια) são conceitos que utilizaremos daqui por diante para qualificarmos a construção da narrativa feita por Tácito. Tanto a ideia de retirar argumentos, derivada do verbo *retraho*, quanto as técnicas retóricas da écfrase (ἔκφρασις) e da *enargeia* (ἐνάργεια) nos serão importantes, pois a *narratio* tacitena buscava descrever longos processos históricos. E dentro dessa longa narrativa diversos *exempla* foram construídos, a

²⁶⁰ MARTINS, Paulo. *Pictura loquens, poesis tacens. Limites da representação*, 2013, p. 39

²⁶¹ HANSEN, João Adolfo. “Categorias epidíticas da ekphrasis”. In *Revista USP*, São Paulo, n. 71, 2006, pp. 93.

²⁶² *Ibidem.*, p. 93

²⁶³ *Ibidem.*, p. 93. Quint. *Inst.*, VIII, 3, 61: “*Ornatum est quod perspicuo ac probabili plus est. Eius primi sunt gradus in eo quod velis +exprimendo+, tertius qui haec nitidiora faciat, quod proprie dixeris cultum. Itaque enargeian, cuius in praeceptis narrationis feci mentionem, quia plus est evidentia vel, ut alii dicunt, repraesentatio quam perspicuitas, et illud patet, hoc se quodam modo ostendit, inter ornamenta ponamus.*”

partir de comportamentos negativos e positivos. Assim, como afirma Hansen, a descrição integra o processo de narrar:

Retoricamente, quando se trata de processos, a descrição integra a *narratio*; e principalmente, quando se trata de pessoa, personagem ou coisa implicados em processos, ela se aplica na invenção dos tipos e seus caracteres (*éthe*) e paixões (*pathe*).²⁶⁴

Por essas razões, a partir das obras de Tácito, apresentaremos no capítulo seguinte os *exempla* senatoriais em sua diversidade, destacando os conflitos políticos que circunscreviam a elite de Roma. Entendemos que, a partir do estudo desses *exempla*, podemos entrever três padrões comportamentais na literatura taciteana, no que dizem respeito aos senadores.

²⁶⁴ HANSEN, João Adolfo. “Categorias epidíticas da ekphrasis”. In *Revista USP*, São Paulo, n. 71, 2006, p. 90.

3. *Exempla Senatorum*

Para dar início ao capítulo final, retomamos a questão levantada por Dylan Sailor em sua obra intitulada *Writing and Empire in Tacitus*: “em uma sociedade na qual existe um *princeps*, um homem da elite tem seu ser social independente e discricção sobre sua própria vida?”.²⁶⁵ De acordo com Sailor, o discurso promovido pela elite no Principado carregava consigo uma forte preocupação com dois temas interconectados: autonomia e discricção pública. A questão retoma de forma bastante elucidativa o que buscamos detalhar através dos escritos de Tácito. No capítulo anterior, apresentamos a coexistência de dois regimes temporais distintos, um antigo e um novo. Dessa constante tensão emergia um paradoxo idiossincrático, que era enfrentado pelo aristocrata virtuoso no mundo público romano dos séculos I e II.²⁶⁶ Sailor argumenta que a autonomia social almejada pelo aristocrata, representado no conceito de *libertas*, juntamente com a discricção necessária a ele para sobreviver ao *princeps*, nos apresentaria assim dois modelos conflitantes de comportamento aristocrático. Por um lado, aqueles que buscaram emular uma *libertas* anacrônica para os tempos do Principado, e com isso tiveram a morte precipitada. Esses seriam como mártires, heróis aos moldes republicanos e, por isso, deslocados de seu tempo. Foram representados nas figuras de Trasea Peto e Helvídio Prisco no relato de Tácito. Por outro lado, o grupo mais discreto, representado por aristocratas equilibrados e precavidos, exemplos então da *moderatio*, souberam atuar neste novo ambiente sem pagar com a morte o preço da fama. Foram assim narrados por Tácito nos exemplos de Júlio Agrícola e Marco Lépidio.

Outra forma de pensar o comportamento aristocrático nos é proposto por Catalina Balmaceda, em artigo intitulado *Virtus Romana bajo la dinastía Julio-Claudia: la visión de Tácito en sus Annales*. Balmaceda parte de um problema

²⁶⁵ SAILOR, D. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008, pp.11. ([...] in a society in which there is a *princeps*, does a man of the elite have an independent social self and discretion over his own life?).

²⁶⁶ Apenas retomando, paradoxo este que punha em choque o *cursus honorum* do romano virtuoso, que promovia *honor* pública, com o risco de, a partir dessa *honor*, desagradar terceiros, sejam eles o *principes* ou os demais senadores.

similar ao de Sailor: “era possível para um romano dos novos tempos seguir comportando-se como o havia feito durante a República?”.²⁶⁷ Se na República não havia um *princeps* constrangedor, no Principado, inversamente, as coisas eram diferentes. Catalina defende que a *libertas*, juntamente com o conceito de *uirtus*, foram fundamentais para a compreensão do que significava ser um romano republicano, obviamente, um romano da elite. Dessa forma, a historiadora chega à conclusão de que, com o Principado, há uma alteração do que seriam as qualidades de um homem virtuoso de acordo com Tácito. Neste novo espaço de experiência, portanto, *constantia* e *moderatio*, em oposição ao medo (*metus*) e à adulação (*adulatio*), se tornaram característica do novo regime, logo, apareceriam como tais qualidades para o historiador latino.²⁶⁸ Com isso, segundo a historiadora chilena, Tácito estaria propondo uma alternativa para a atuação virtuosa, que se deslocava então da *libertas* política, essencialmente pública, para um comportamento privado, interno e individual. Para Balmaceda, Tácito, quando dava destaque à paciência, ao auto controle e à firmeza do aristocrata, colocava em relevo essas qualidades individuais, visto que a antiga *libertas* e *virtus* republicana foram aniquiladas pelo imperador.²⁶⁹ No sentido que argumenta a historiadora, Trasea Peto, Helvídio Prisco, Júlio Agrícola e Marco Lépido, todos eles estariam em um mesmo grupo: aqueles elogiados pelo historiador, pois agiram sabiamente através de uma nova conduta individual em público.

²⁶⁷ BALMACEDA, C. “Virtus Romana bajo la dinastia Julio-Claudia: la visión de Tácito em sus Annales”. In *Onomázein*, vol. 24, 2011/2, pp. 364. (Era posible para un romano de los nuevos tempos seguir comportándose como lo había hecho durante la República?).

²⁶⁸ BALMACEDA, C. “Virtus Romana bajo la dinastia Julio-Claudia: la visión de Tácito em sus Annales”. In *Onomázein*, vol. 24, 2011/2, pp. 384.

²⁶⁹ Discordamos da historiadora Balmaceda quanto ao ponto central de sua hipótese: “Como ahora el emperador – esto es, el Estado – era el que trataba de aniquilar la integridad y dignidad del individuo destruyendo su libertad, *virtus*, que antes se había practicado para defender al Estado, tenía ahora que ser ejercitada “a pesar” del Estado, o incluso aparentemente “contra” él. Si se tiene en mente unan noción político-jurídica republicana de *libertas*, como por ejemplo libertad de expresión o libertad de acción senatorial, se hacía casi imposible practicar la virtud en el Principado. Con la idea de una libertad más personal e interna, hacia la que Tácito nos ha tratado de persuadir, no solamente era posible, sino que también más elevado. Cuando no existía libertad política, existía siempre la libertad individual para elegir ser virtuoso y valiente”. (BALMACEDA: 2011, pp. 385). Não há uma mudança drástica de uma antiga *libertas*, entendida como a liberdade de atuação em público republicano, para uma nova virtude no Principado, está mais interna e individual. A política não teve seu fim com o Principado. Os espaços públicos, como viemos apresentando, ainda se constituem como espaços de deliberação, e como veremos nos exemplos a seguir, a política ainda se constituía como um meio de conflito e disputa. O aristocrata que enfrentasse o *cursus honorum* não poderia, logo, fugir à política. A diferença se dava, desta maneira, em uma nova e consciente forma de enunciação, ação e também narração dos agentes históricos, que continuavam agindo no mundo público, mesmo sendo esse mundo dissimulado, ambíguo e perigoso.

Apesar de partirem de perguntas semelhantes, que versam sobre uma alteração do comportamento em um novo mundo público, Sailor e Catalina possuem resoluções divergentes. Sailor vê, a partir, principalmente, do capítulo 42 da *Vida de Agrícola*, uma crítica negativa feita por Tácito aos comportamentos de Peto e Prisco, que “distinguiram-se com a morte ambiciosa, mas sem nenhum uso para a República”.²⁷⁰ Esse grupo, sendo assim, faria oposição àquele outro representado por Agrícola e Lépido. Catalina, por sua vez, não distingue os dois grupos. Aponta em Tácito um elogio em comum, pois todos eles souberam manter-se constantes e moderados a partir de suas próprias doutrinas, e desta maneira Tácito atualizava para o Principado os antigos conceitos de *virtus* e *libertas* da República.

Discordamos em parte das duas hipóteses supracitadas. Em primeiro lugar, frente à de Sailor, não encontramos em Tácito uma forte oposição entre os comportamentos de Trasea e Helvídio (supostamente negativo) em comparação aos de Agrícola e Lépido (supostamente positivo). O capítulo 42 da *Vida de Agrícola*, escrito por volta de vinte anos antes do historiador compor os retratos de Trasea e Helvídio, não sustenta, em nossa hipótese, uma bipolaridade negativa/positiva a partir da interpretação taciteana sobre os quatro senadores. Os retratos de tais indivíduos foram compostos em momentos distintos. Isso deve ser levado em conta. Por outro lado, divergimos de Catalina, pois não vemos em Tácito uma classificação homogênea desses senadores, nem tão pouco uma aniquilação do espaço público da carreira aristocrática. Sem qualificar como negativo um ou outro comportamento, no entanto, temos em vista que o retrato taciteano sobre esses quatro senadores, que viveram sob conjunturas políticas distintas, foram gradualmente distintos, mesmo que todos positivos. Tácito, portanto, buscava apresentar a capacidade desses agentes históricos sobreviverem servindo à República, mesmo que essa fosse uma árdua tarefa. As personagens que serão apresentadas em seguida foram, então, *exempla virtutis*, e como tais, não deveriam ser silenciados, mas sim narrados à posteridade.²⁷¹

²⁷⁰ Tac. Ag., XLII, 4: “*sed in nullum rei publicae usum <nisi> ambitiosa morte inclaruerunt.*”

²⁷¹ Como apresentado por Tácito neste trecho dos *Anais*: “Resolvi que não deveria expor opiniões, senão as mais insígnies por seu caráter louvável (ou por notável opróbrio), pois creio ser esse o principal benefício destes meus *Anais*: que as virtudes não sejam silenciadas e que, mediante os fatos e ditos viciosos aqui rememorados, causemos temor à posteridade e à própria infâmia”. (Tac. *Ann.*, III, 65, 1: “*Exsequi sententias haud institui nisi insignes per honestum aut notabili dedecore,*

Portanto, não há uma oposição direta entre os senadores que serão analisados aqui, mas sim uma gradação composta a partir de tons diferentes no que diz respeito à atuação pública. Todavia, o historiador latino construiu sim uma oposição clara a esses homens a partir de um outro grupo, este composto por delatores e bajuladores. Formando uma oposição direta, o último grupo fora composto por numerosos exemplos de comportamentos viciosos, uma nova forma de vida que se espalhava e ganhava corpo durante o Principado.²⁷² A crítica taciteana foi incisiva contra esses homens.

Partindo dessas considerações introdutórias, dividiremos este capítulo em três seções. As duas primeiras dedicadas à análise dos comportamentos públicos elogiados por Tácito. Seleccionamos para nossa análise os mesmos quatro senadores colocados em destaque nessa discussão inicial, no entanto, a literatura taciteana não se restringe a eles. O recorte era preciso, logo, eles foram escolhidos devido a um maior número de aparições e uma relevância maior diante do nosso tema. A primeira seção é composta pelos *exempla* de Trasea Peto e Helvídio Prisco (Primeiro grupo); a segunda pelos *exempla* de Júlio Agrícola e Marco Lépido (Segundo grupo). Por fim, a terceira, grupo que faz oposição aos dois primeiros, circunscreve os delatores e os adutores (Terceiro grupo). Estes últimos, segundo nossa fonte, constituíam uma nova forma de vida típica do Principado, porém, nociva ao mundo público. Trataremos desses indivíduos de maneira generalizante, portanto, não será traçado nenhum perfil detalhadamente como feito nas duas seções iniciais. Destacaremos apenas os conceitos utilizados por Tácito para qualificar tais tipos, visto que a literatura taciteana elenca inúmeros desses *exempla* que não deveriam ser emulados pela posteridade.

quod praecipuum munus annalium reor ne uirtutes sileantur utque prauis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.”)

²⁷² Tac. *Ann.*, I, 74. Por exemplo, no trecho dos *Anais* em que o historiador qualifica o desenvolvimento de uma nova forma de vida (*forma vita*), a partir do exemplo de um acusador em um tribunal: “ele se iniciou uma nova forma de vida a qual depois se fez notoriamente comum pela miséria dos tempos e pela audácia dos homens [...] seguiram muitos, de pobres tornados ricos, de desprezados, temidos, cavando a perdição dos outros e a sua própria”. (Tac. *Ann.*, I, 74: *qui formam vitae iniit, quam postea celebrem miseriae temporum et audaciae hominum fecerunt. [...] odium apud omnis adeptus dedit exemplum, quod secuti ex pauperibus divites, ex contemptis metuendi perniciem aliis ac postremum sibi inuenerunt.*)

3.1 Primeiro grupo.

Eis Príamo! o louvor tem cá seus prêmios,
Dói mágoa alheia, e remanesce o pranto.
Coragem! que em teu bem conspira a fama.
(Verg. A, I, 486-8).²⁷³

3.1.1. Trasea Peto

“Pois você nasceu em uma época que reivindicarás sustentar a alma com exemplos de constância”.²⁷⁴ Foram essas as palavras finais do senador Trasea Peto ao jovem questor que lhe observava retirar a própria vida. Também o acompanhavam nesse decisivo momento Helvídio e Demétrio. A morte de Trasea ocorreu em 66, e foi narrada por Tácito no último capítulo que nos resta dos *Anais*. Contudo, o caminho que nos leva até o momento derradeiro do julgamento e da morte de Trasea é longo. Tácito nos forneceu uma série de informações sobre o comportamento político desse senador romano. Grande parte das referências sobre Trasea se concentram nos livros neronianos dos *Anais*, com dezenove passagens, as demais ocorrem pontualmente nas *Histórias* (cinco passagens) e na *Vida de Agrícola* (uma passagem).²⁷⁵

Sobre a carreira e a família de Trasea temos algumas informações. Tácito nos diz que ele atuou em uma tragédia nos *jogos pugiliares*,²⁷⁶ em Patavio, seu lugar de origem (*unde ortus*).²⁷⁷ Foi sacerdote quindécenviral. Casou se com Arria, filha do cônsul A. Cecina Peto, que possivelmente era oriundo da mesma cidade.²⁷⁸

²⁷³ Verg. A., I, 486-8: “*Sunt hic etiam sua praemia laudi/ sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt/ Solve metus; feret haec aliquam tibi fama salutem.*”

²⁷⁴ Tac., *Ann.*, XVI, 35, 1: “*ceterum in ea tempora natus es quibus firmare animum expedit constantibus exemplis.*”

²⁷⁵ Ver quadro programático no anexo 1.

²⁷⁶ Em latim, *ludis +cetastis+*. Woodman traduz como “Juvenalian Games” (WOODMAN: 2004, pp. 350); Carvalho como “jogos pugiliares” (CARVALHO: 1957, pp. 438). No *OLD*: *Caestus*, -us, m: “A strip of leather; (esp.) weighted with lead or iron, tied to the hands of pugilists, boxing-glove.” (GLARE, 1968, p. 255).

²⁷⁷ Tac. *Ann.*, XVI, 21.

²⁷⁸ Segundo Syme, *Patavium*, localizada na região do Pó, foi rica em homens de valores antigos. *Caecina Paetus* foi *consul suffectus* em 37 (PIR², C 103). O nome completo de Traseia é *Clodius Thrasea Paetus* (PIR², C 1187) (SYME: 1967, pp.558-9).

Assumiui, por conseguinte, o *cognomen* Peto dessa família. Seu sogro foi forçado a cometer suicídio junto de sua esposa Arria, a mais velha, depois de ter sido envolvido na tentativa de conspiração atribuída a M. Camilo Escriboniano no ano 42.²⁷⁹ Sabemos que Trasea Peto estava presente na ocasião do suicídio devido a uma epístola de Plínio, o Jovem.²⁸⁰

Ao contrário de seu sogro, Trasea não se envolveu em nenhuma conspiração. No entanto, a *libertas* da família Peto reverberaria em suas ações dentro do Senado, mesmo que de uma forma diferente. Como veremos, suas intervenções em público ocorriam, em larga medida, de maneira dissimulada e ambígua. Como destacamos anteriormente, a *dissimulatio* consistia no ocultamento dos verdadeiros sentimentos através da exteriorização de sentimentos estrategicamente falsos. Obviamente, a efetividade dessa dissimulação era variável e de difícil medição para os protagonistas, logo, nem mesmo Trasea (*exemplum constantia*) seria capaz de prever todas as consequências de seus atos.

Em Plutarco, observamos que Trasea escreveu uma obra sobre a vida de Catão.²⁸¹ A relação com Catão seria reafirmada durante o seu julgamento final em Tácito. Na ocasião desse julgamento, seu acusador, Capito Cossutiano, comparou as discórdias (*discordia*) de outrora entre C. César e M. Catão com as de Trasea e Nero.²⁸²

²⁷⁹ RUDICH, V. *Political dissidence under Nero: The price of dissimulation*. 2005, p. 29.

²⁸⁰ Plin. *Ep.*, III, 16, 7: “Scribonianus arma in Illyrico contra Claudium moverat; fuerat Paetus in partibus, et occiso Scriboniano Romam trahebatur. Erat ascensus navem; Arria milites orabat, ut simul imponeretur. 'Nempe enim' inquit 'daturi estis consulari viro servolos aliquos, quorum e manu cibum capiat, a quibus vestiatur, a quibus calcietur; omnia sola praestabo.' Non impetravit: conduxit piscatoriam nauculam, ingensque navigium minimo secuta est. Eadem apud Claudium uxori Scriboniani, cum illa profiteretur indicium, 'Ego' inquit 'te audiam, cuius in gremio Scribonianus occisus est, et vivis?' Ex quo manifestum est ei consilium pulcherrimae mortis non subitum fuisse. Quin etiam, cum Thrasea gener eius deprecaretur, ne mori pergeret, interque alia dixisset: 'Vis ergo filiam tuam, si mihi pereundum fuerit, mori mecum?', respondit: 'Si tam diu tantaque concordia vixerit tecum quam ego cum Paeto, volo.' Auxerat hoc responso curam suorum; attentius custodiebatur; sensit et 'Nihil agitis' inquit; 'potestis enim efficere ut male moriar, ut non moriar non potestis.' Dum haec dicit, exsiluit cathedra adversoque parieti caput ingenti impetu impexit et corruit. Focilata 'Dixeram' inquit 'vobis inventuram me quamlibet duram ad mortem viam, si vos facilem negassetis.' Videnturne haec tibi maiora illo 'Paete, non dolet', ad quod per haec perventum est? cum interim illud quidem ingens fama, haec nulla circumfert. Unde colligitur, quod initio dixi, alia esse clariora alia maiora. Vale.”

²⁸¹ Plut. *Vit. Cat.*, XXV, 1: “ἐπράχθη δὲ τοῦτον τὸν τρόπον ὡς ἱστορεῖ Θρασεῖας, εἰς Μουνάτιον, ἄνδρα Κάτωνος ἐταῖρον καὶ συμβιωτήν, ἀναφέρων τὴν πίστιν.”

²⁸² Tac. *Ann.*, XVI, 21. Trataremos com mais detalhes nas páginas seguintes o julgamento de Trasea Peto.

Trasea foi cônsul suplente no início do principado de Nero, em 56.²⁸³ Todavia, sua primeira aparição cronológica nas obras de Tácito foi no ano 58, atuando em uma sessão senatorial que teve como pauta os gladiadores em Siracusa.²⁸⁴ Nessa assembleia, um *senatus consultum* foi apresentado. Seu conteúdo era para que aumentassem o número de gladiadores da cidade de Siracusa. No entanto, Trasea interveio contra o acréscimo. Como nos diz Tácito, em consequência de sua posição tomada na assembleia, foi repreendido ironicamente pelos senadores ali presentes. Tácito utilizou o discurso direto, mas sem nomear o enunciador, de forma que este representasse a maioria contrária dos que compunham o Senado no momento.²⁸⁵ Assim, a oposição foi apresentada da seguinte maneira:

Por que motivo se entretém agora Trasea em coisas tão pequenas, uma vez que tem por máxima que os senadores devem com toda a liberdade tratar tudo quanto for pelo bem da República? Por que não propôs antes alguma lei relativa à paz ou à guerra, à economia, político e legislação, ou a outros quaisquer temas que pudessem servir para sustentar a glória e grandeza romana? Se era permitido aos senadores, quando lhes chegava a sua vez de votar, indicar o que bem lhes parecia, e requerer depois que fosse proposto pelos cônsules; como sucedia então que nada achasse que emendar senão que fossem menos brilhantes as festas dos Siracusanos? Iria, como efeito, tudo tão bem em todas as repartições do império como se um Trasea e não um Nero as estivesse dirigindo? E pois se de propósito dissimulava todos os grandes abusos, por que pretendia passar por censor de bagatelas? (*Ann.*, XIII, 49, 1-3).²⁸⁶

Já em sua primeira aparição, percebemos uma zona de conflito interno, mesmo que os contornos sejam ainda pouco delineados. Não há, por exemplo, a nomeação por Tácito dos indivíduos que fizeram oposição, o que será diferente mais adiante na narrativa. Peto apenas diverge dos demais, e isso gerava um

²⁸³ WIRSZUBSKI, M. 1968, pp. 140. Cônsul suplente (*consul suffectus*) nos meses de novembro e dezembro, ver RUDICH, V. 2005, pp. 30. Ronald Syme sugere que Trasea tenha conseguido posição elevada, talvez, por influência de Sêneca. (SYME: 1967, pp. 559).

²⁸⁴ Tac. *Ann.*, XIII, 49.

²⁸⁵ Sobre os tipos de discursos diretos em Tácito, ver: Stephen G. "Tacitus' Technique of Character Portrayal." In *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, pp. 30-52.

²⁸⁶ Trad. de Silveira (1957) modificada. Tac. *Ann.*, XIII, 49, 1-3: "*cur enim, si rem publicam egere libertate senatoria crederet, tam levia consecraretur? quin de bello aut pace, de vectigalibus et legibus, quibusque aliis [res] Romana continetur, suaderet dissuaderet? licere patribus, quotiens ius dicendae sententiae accepissent, quae vellent expromere relationemque in ea postulare. an solum emendatione dignum, ne Syracusis spectacula largius ederentur: cetera per omnes imperii partes perinde egregia quam si non Nero, sed Thrasea regimen eorum teneret? Quod si summa dissimulatione transmitterentur, quanto magis inanibus abstinendum!*"

incômodo. Os senadores alegavam que Trasea por muito tempo negligenciou, por meio da dissimulação (*dissimulatio*), as coisas cruciais (*summa*), por que então agora ele se preocuparia com bagatelas (*ianis*). Sendo indagado sobre a importância dada por ele a uma causa tão pequena quanto aquela dos gladiadores, ele respondeu assim aos seus opositores (*obtrectatores*):

Trasea respondeu aos seus amigos, que lhe pediam a razão deste seu comportamento, que não é porque ignorasse o estado presente das coisas que ele deixaria de corrigir decretos como esse, mas, definindo a matéria até o crédito dos senadores, então, que isso se tornaria claro (*manifestus*) que, homens que dão atenção mesmo as coisas mais triviais não deixariam passar, pela prática da dissimulação, as matérias de maior importância. (*Ann.*, XIII, 49, 3).²⁸⁷

Como categorizou Vasily Rudich, Trasea respondeu ao questionamento senatorial com a “teoria dos pequenos feitos”.²⁸⁸ O argumento de Trasea foi duplo e paradoxal: em primeiro lugar, não discorda diretamente sobre o seu desconhecimento do presente (*praesens ignarus*). Logo em seguida, afirma o contrário: que uma pessoa que se preocupasse em corrigir (*corrigo*) até as menores coisas, dificilmente deixaria passarem despercebidos (*dissimulatio*) os assuntos de grande importância. Em si, o embate entre os senadores aconteceu indiretamente, de forma ambígua e dissimulada. No entanto, já podemos observar uma tensão primária que permeia o espaço senatorial. A causa dos siracusanos não é de todo importante, e valores como *gravitas* e *simplicitas* são defendidos por Trasea na ocasião sem se opor manifestamente a nenhum dos senadores presentes.²⁸⁹

A próxima aparição de Trasea é bem curta, porém audaciosa. Nela veremos a primeira fissura no clima ambíguo e dissimulado. O contexto dessa foi nada menos que o famoso caso do assassinato de Agripina por Nero, “cuja atrocidade superou as queixas de todos”.²⁹⁰ Ao contrário do julgamento de Tácito, no entanto, o matricídio promoveu uma série de reações em defesa do imperador, como é relatado pelo próprio Tácito. Amigos, centuriões, tribunos e também senadores

²⁸⁷ Tac. *Ann.*, XIII, 49, 4: “*Thrasea contra, rationem poscentibus amicis, non praesentium ignarum respondebat eius modi consulta corrigere, sed patrum honori dare, ut manifestum fieret magnarum rerum curam non dissimulatos qui animum etiam levissimis adverterent.*”

²⁸⁸ “Thrasea Paetus defiantly offered his “theory of small deeds””. (RUDICH, 2005, p. 31).

²⁸⁹ Sobre a luxúria de Nero e suas arruaças, ver: *Ann.*, XIII, 25.

²⁹⁰ Tac. *Ann.*, XIV, 11, 3: “*cuius immanitas omnium questus anteibat.*”

apoiaram o ato. Vieram as primeiras adulações (*adulatio*) por parte dos centuriões e tribunos, aconselhados por Bruto.²⁹¹ Depois os amigos foram aos templos, e dado o exemplo, a cidade da Campanha também promoveu alegremente sacrifícios (*victimae*) e deputações (*legatio*).²⁹² Nero, por outro lado, fingia-se triste por uma dissimulação oposta (*diversa simulatio*). Enfim, o filho retira-se para Nápoles, de onde escreveu uma carta ao Senado apresentando os crimes pretendidos e arriscados por sua mãe.

Em síntese, os argumentos da carta de Nero diziam que a morte de sua mãe “tinha sido para o bem público”.²⁹³ O que Tácito, enfaticamente, condenava. O historiador explicou que não fazia muito sentido o esclarecimento fornecido por Nero, que depois de escapar de uma tentativa de assassinato no mar, Agripina então tentasse matar o imperador a mando de um liberto.²⁹⁴ Encerrando o capítulo 11 do livro quatorze dizendo que a atrocidade de Nero superou a queixa de todos, mas que a surpresa vinha de Sêneca, pois esse mandou fazer um discurso com uma semelhante confissão.²⁹⁵

Depois de apresentar as felicitações e as bajulações por parte dos íntimos de Nero,²⁹⁶ Tácito, no capítulo 12, redireciona o foco da narrativa para o comportamento dos senadores. Seguindo o fluxo das opiniões correntes, os senadores corroboraram com o matricídio. O crime atroz foi elogiado em público e jogos foram ofertados aos deuses em nome do bravo feito de Nero. No entanto, nesse instante, uma opinião silenciosa divergiu. Dentro do Senado, diante de magistrados eufóricos e contentes, Trasea Peto agiu da seguinte maneira.

²⁹¹ Tac. *Ann.*, XIV, 10, 2.

²⁹² Tac. *Ann.*, XIV, 10, 2: “*amici dehinc adire templa, et coepto exemplo proxima Campaniae municipia victimis et legationibus laetitiam testari.*”

²⁹³ Tac. *Ann.*, XIV, 11, 2: “*publica fortuna extinctam referens.*”

²⁹⁴ Tac. *Ann.*, XIV, 11, 3. Em 59 ocorreu a primeira tentativa de assassinato de Agripina a mando de Nero. (*Ann.*, XIV, 4; XIV, 5; XIV, 6) Na ocasião, Nero armou uma cilada através de uma astúcia de engenharia naval. Foi convidada por Nero, que estava em Baías celebrando as festas de Minerva. A caminho de Baías, depois de parte da embarcação desabar calculadamente, Agripina e sua escrava Acerrónia salvaram-se debaixo de uma armação. Em seguida, fingindo ser Agripina, sua escrava foi morta a pauladas pelos marinheiros. Agripina, em silêncio (*silens*), foge com feridas leves em um pequeno barco que vagava no momento e a encontrara. Refletindo sobre o ocorrido, entendendo a intenção de seu filho, “finge que não percebera a traição” (*simul suum uulnus adspiciens*). Refletindo sobre a tentativa de assassinato, decide então enviar seu liberto Agerino à Nero para dizer-lhe que a fortuna havia lhe salvado do desastre e que necessitava agora de um descanso solitário. Como nos diz Tácito, “fingindo despreocupação” (*securitas simul*), Agripina buscou curar-se das feridas.

²⁹⁵ Tac. *Ann.*, XIV, 11, 3.

²⁹⁶ Tac. *Ann.*, XIV, 10; XIV, 11.

No admirável certame dos nobres, porém, súplicas foram decretadas em todos os leitos divinos,²⁹⁷ e a Quinquatro, pela qual todas as insídias foram manifestas, foram celebrados os jogos anuais, e foram afixados uma estátua dourada de Minerva na cúria e ao lado uma imagem do *princeps*, também foi colocado o dia natalício de Agripina entre os nefastos. Trasea Peto, acostumado a deixar passar em silêncio, ou com uma breve opinião, saiu então do Senado; e fez-se pra si motivo de perigo, mas com isso não apresentava aos outros o início de uma liberdade. (*Ann.*, XIV, 12, 1).²⁹⁸

A Trasea não foi preciso dizer nada. Simplesmente se levantou e saiu da assembleia. As consequências do comportamento são imprevisíveis, porém, Tácito nos antecipa o perigo em que o senador se colocara com esse movimento. A ação descrita de forma ecfástica é simples: “saiu então do Senado”. No entanto, constituía o *ethos* (ἦθος) da personagem de Trasea.²⁹⁹

Aqui nos deparamos como uma ferramenta retórica taciteana para gerar o efeito desejado nos seus leitores ou ouvintes. Promover um efeito ético e patético, isto é, se utilizar de um mesmo *topos* compartilhado pelos receptores, para assim gerar o efeito desafiador da ação do senador. Tácito utilizou o procedimento narrativo da *écfrase* (ἐκφρασις). No entanto, até que se chegue ao clímax da cena, com a saída de Trasea, a construção do ambiente verossímil inicia-se dos capítulos anteriores (capítulos 10 e 11), se desenvolvendo até o momento derradeiro da saída. Isso faz com que a ação de Trasea tivesse *enargeia*, ou seja,

²⁹⁷ “Leitos divinos”: *pulvinar*, -aris, substantivo neutro. Segundo Woodman, o evento era o ritual dos sofás, onde estátuas dos deuses, entre outras coisas, eram colocadas sob tais leitos. (WOODMAN, 2004, p. 280). Ver no *OCD lectisternium*: “a Roman version of Greek Kline and *theoxenia, a banquet for gods whose images were placed on a cushioned couch or couches (lectus, *pulvinar). The ceremony (supervised by priests but also involving public participation) was meant to propitiate gods and repel pestilence or enemy.” (HORNBLLOWER; SPAWFORTH, 1996, p. 837).

²⁹⁸ Tac. *Ann.*, XIV, 13, 1: “*Miro tamen certamine procerum decernuntur supplicationes apud omnia pulvinaria, utque Quinquatrus, quibus apertae insidiae essent, ludis annuis celebrarentur, aureum Minervae simulacrum in curia et iuxta principis imago statuerentur, dies natalis Agrippinae inter nefastos esset. Thrasea Paetus silentio vel brevi adsensu priores adulationes transmittere solitus ex[i] tum senatu, ac sibi causam periculi fecit, ceteris libertatis initium non praebuit.*”

²⁹⁹ Podemos pensar na constituição ética de Trasea de forma aristotélica. Na Poética, Aristóteles nos diz que os poetas, que são imitadores, “imitam os homens que praticam alguma ação, e estes, necessariamente, são indivíduos de elevada ou de baixa índole”. (Arist. *Po.*, 1448a, 1-4: “ἐπεὶ δὲ μιμοῦνται οἱ μιμούμενοι πράττοντας, ἀνάγκη δὲ τοῦτους ἢ σπουδαίους ἢ φαύλους εἶναι”). O que significa dizer que os homens só se distinguem ou pelo vício ou pela virtude. O *ethos* épico, que define a personagem elevada é, portanto, condizente com os atos elevados que ela realiza, sendo o herói épico ou trágico. No caso de Trasea, a definição trágica ou épica só poderá ser articulada à personagem se pensarmos o todo de suas aparições na narrativa de Tácito. Ou seja, como já apresentamos, o final é trágico. Para a discussão de *imitatio*, *mimeses* e *aemulatio*, ver: MARTINS, Paulo, 2013, pp. 51.

uma imagem vívida se formava diante dos ouvintes. Como bem definido por Quintiliano, “É imagem crível das coisas aquela que parece como que conduzir os ouvintes à coisa que se apresenta”.³⁰⁰

Para conduzir os ouvintes a uma imagem crível (*imago credibilis*), o posicionamento de Tácito quanto ao crime foi claro desde o começo: crime de “grande maldade” (*scelus magnitudo*),³⁰¹ “cuja atrocidade (*immanitas*) superou as queixas de todos”.³⁰² Todavia, ao mesmo tempo em que o historiador constroi uma ambiência de bajulação e perfídia, que vai do capítulo 10 até o início do capítulo 12, ele prepara o terreno para a atuação notável de Trasea. Temos por um lado, então, uma amplificação da bajulação que, *a priori*, foi tomada por detestável; e por outro, reforço da monstruosidade do crime pelos senadores. Assim, tendo em vista tais atitudes adulatórias dentro do Senado, no momento exato da celebração do matricídio, Trasea, em silêncio, simplesmente saiu. A cena é clara e o efeito dramático, sendo ela representada (*represento*) por palavras aos olhos daqueles que leram ou escutaram a narrativa. Tácito tem em mente que essa técnica de narrativa promove a construção interior de uma imagem verbal, e, desta maneira, melhor produz um efeito persuasivo em seu público.

Reapresentar o passado através de imagens, como destacamos na seção anterior, era uma estratégia importante para os historiadores da antiguidade. Retomamos a passagem na qual Quintiliano nos apresenta essa possibilidade discursiva, através da reapresentação e da construção de imagens internas tendo em vista a verossimilhança e a persuasão:

Primeiro é essencial que as [afecções], que desejamos que tenham valor no juízo, tenham valor para nós e antes que comecemos a impressionar os outros, devemos estar impressionados por elas. Mas de que modo vai se fazer para que sejamos impressionados? Pois, não estão as paixões sob nosso controle. Tentarei, pois, falar sobre isto. Aquilo a que os gregos chamam φαντασία, nós chamamos visões, pelas quais as imagens das coisas ausentes são tão bem representadas na alma que parecemos discerni-las com os olhos e tê-las presentes. (Quint. *Inst.*, VI, 2, 29).³⁰³

³⁰⁰ Quint. *Inst.*, IV, 2, 123: “*Credibilis rerum imago, quae uelut in rem praesentem perducere audientes uidetur.*”

³⁰¹ Tac. *Ann.*, XIV, 10, 1: “*Sed a Caesare perfecto demum scelere magnitudo eius intellecta est.*”

³⁰² Tac. *Ann.*, XIV, 11, 3: “*cuius immanitas omnium questus anteibat.*”

³⁰³ Tradução de Paulo Martins (2013). Quint. *Inst.*, VI, 2, 29: “*Primum est igitur, ut apud nos ualeant ea quae ualere apud iudicem uolumus, adficiamurque antequam adficere conemur. At quomodo fiet, ut adficiamur? neque enim sunt motus in nostra potestate. Temptabo etiam de hoc*

Como analisou Paulo Martins, Quintiliano ressalta a importância do decoro em um discurso convincente, e, provando assim, que “a técnica discursiva verbal é capaz de impregnar a audiência de elementos que a façam construir interiormente uma imagem, que, se não é real, pode ao menos produzir o efeito de realidade”.³⁰⁴ A *phantasia* (φαντασία) ou a visão (*uisum*) referidas por Quintiliano são as imagens mentais construídas através do discurso. No caso da passagem de Trasea, me parece haver dois tipos de decoro derivado dessa imagem verbal. Um deles, referente à sobrevivência, pois esse fazia com que os demais atores dissimulassem o que sentiam (pelo menos, aqueles que realmente condenavam Nero pelo assassinato), mas acabaram elogiando o crime. O segundo, mais arriscado e virtuoso, se comprometia com a *constantia* da personagem, isto é, a capacidade de Trasea expor diretamente uma opinião que não fosse contraditória com seus princípios e, logo, condenasse o matricídio. Trasea escolheu a segunda opção.

A aparição seguinte de Trasea foi no ano 62. Mais uma sessão senatorial em torno da *lex maiestas*. O réu fora o pretor Antístio, já referido por Tácito por seu comportamento licencioso (*licenter*) como tribuno da plebe.³⁰⁵ Ele havia sido delatado (*delatus*) por escrever um poema (*carmen*) contra o *princeps*. Seu delator, então recentemente reingressado na ordem senatorial, foi o senador Cossuciano Capito.³⁰⁶ Segundo Tácito, era a primeira vez que crime deste gênero fora julgado nos tempos de Nero.³⁰⁷ O historiador latino explicou de início que a denúncia contra Antístio aconteceu menos pela gravidade do crime em si e mais pela oportunidade de Nero se mostrar clemente com o acusado. Desta maneira, o

dicere. Quas φαντασίας graeci vocant, nos sane uisiones appellamus, per quas imagines rerum absentium ita repraesentantur animo, ut eas cernere oculis ac praesentes habere uideamur.”

³⁰⁴ MARTINS, P. *Pictura Loquens, Poesis Tacens: Limites da Representação*, 2013, pp. 111.

³⁰⁵ Citado por Tácito em *Ann.*, XIII, 28, 1: “*Manebat nihilo minus quaedam imago rei publicae. nam inter Vibullium praetorem et plebei tribunum Antistium ortum certamen, quod immodestos fautores histrionum et a praetore in vincla ductos tribunus omitti iussisset. comprobavere patres, incusata Antistii licentia. simul prohibiti tribuni ius praetorum et consulum praeripere aut vocare ex Italia, cum quibus lege agi posset.*”

³⁰⁶ Tigelino foi quem reincorporou Capito ao Senado: “*exim a Cossutiano Capitone, qui nuper senatorium ordinem precibus Tigellini soceri sui receperat.*” (*Ann.*, XIV, 48, 1)

³⁰⁷ Julgamento com causas semelhantes a estas ocorreu no ano 25, sob o Principado de Tibério. Tácito narra, nos capítulos 34 e 35 do livro quarto dos *Anais*, tanto a acusação como o discurso de defesa do historiador Cremúcio Cordo no Senado, que foi condenado por elogiar Cássio na qualidade de “o último dos romanos” (*Cassium Romanorum ultimum*). A diferença, talvez mais significativa, foi que Tibério estava presente no momento do julgamento.

pretor foi logo acusado pelo cônsul designado para que tivesse a pretura excluída e para que fosse executado (*necatus*).

Em ambiente favorável à condenação, todavia, Tácito apresentou, no final do capítulo 48, a intervenção de Trasea Peto no tribunal. A estrutura do texto taciteano nos proporciona, como veremos a partir do trecho a seguir, entrever a ação, isto é, o discurso direto de Trasea em meio a reunião. Depois de todos terem aprovado o parecer da condenação, Trasea Peto (e também Tácito), habilidosamente dissimulado, fez a seguinte contraproposta:

[...] Tendo todos em acordo até aquele momento, Trasea Peto, com grandes honras ao César, e depois de censurar acerbamente Antístio, disse isto: “que, caso o Senado fosse obrigado a dar o veredito sob um *princeps* ilustre e sem nenhuma necessidade, que assim não merecesse o réu sofrer a pena máxima; há muito tempo o laço e o carrasco foram abolidos e penas foram constituídas por leis, mediante as quais punições fossem decretadas sem o furor dos juízes e nem a infâmia dos tempos. Por que não, então, tendo lhe tomado seus bens, deixá-lo vivendo, numa ilha, uma vida longamente tanto infame quanto mais miserável privadamente e que seja isso a clemência máxima do exemplo público. (*Ann.*, XIV, 48, 3-4).³⁰⁸

No capítulo 49, que segue a passagem referida, Tácito nos disse que a *libertas* de Trasea rompeu a escravidão (*seruitus*) dos outros senadores. Grande parte deles, portanto, votaram a favor da proposição de Trasea, ou seja, para que o réu não fosse punido com a morte, mas sim que ele fosse enviado para alguma ilha e lá sofresse uma longa miséria privada, servindo, ao mesmo tempo, como um *maximum exemplum publicum*. Algumas exceções se pronunciaram, entre elas estava o futuro imperador A. Vitélio,³⁰⁹ um dos “mais prontos à adulação”.³¹⁰

³⁰⁸ Tac. *Ann.*, XIV, 48, 3-4: “*ceteris inde adsentientibus, Paetus Thrasea, multo cum honore Caesaris et acerrime increpito Antistio, non quicquid nocens reus pati mereretur, id egregio sub principe et nulla necessitate obstricto senatui statuendum disseruit. carnificem et laqueum pridem abolita, et esse poenas legibus constitutas, quibus sine iudicum saevitia et temporum infamia supplicia decernerentur. quin in insula publicatis bonis, quo longius sontem vitam traxisset, eo privatim miserior[em] et publicae clementiae maximum exemplum futurum.*”

³⁰⁹ Nas *Histórias* (*His*, II, 91), o mesmo Vitélio, quando *princeps*, se envolveu em um certame senatorial com Helvídio Prisco, que emitiu uma opinião contrária a sua. Tácito nos diz que o imperador “mostrou-se alterado, mas limitou-se a chamar os tribunos da plebe em socorro da autoridade desprezada” (*commotus primo Vitellius, non tamen ultra quam tribunos plebis in auxilium spretae potestatis advocavit*). Vitélio comentou também que antes, muitas vezes, ele e Trasea Peto divergiram no Senado. Alguns senadores zombaram dessa comparação, outros, ao contrário, ficaram alegres pelo imperador ter escolhido um homem “modelo de verdadeira glória” (*exemplar verae gloriae*) em sua comparação.

Por fim, os cônsules não se atreveram a formalizar o decreto e escreveram a Nero para que ele desse seu parecer. A resposta de Nero foi condizente com a argumentação de Trasea. O *princeps* afirmou que, mesmo sendo gravemente injuriado, o que valeria assim o primeiro arbítrio, que sentenciassem os senadores como lhes parecesse melhor.³¹¹ Depois de conhecida a posição do *princeps*, Tácito nos diz que os cônsules e outros senadores continuaram seguindo a proposição de Trasea (muitos com medo de que se mudassem de opinião depois do parecer do *princeps*, poderiam desagradá-lo). Trasea, nada mais óbvio, também manteve sua postura, e como Tácito nos diz, não fez “desmentir o seu caráter forte (*firmitudo*) de espírito e nem manchar a sua glória”.³¹²

As duas últimas intervenções de Trasea, ainda no ano 62, também integravam os debates senatoriais.³¹³ Neste caso, a contenda ocorreu em torno do posicionamento de Cláudio Timarco, homem poderoso da cidade de Creta. Segundo Tácito, teria dito Timarco “que na sua mão estava o fazer com que se dessem ou negassem os agradecimentos aos procônsules que governassem Creta.”³¹⁴ Sobre o dito, Trasea teria então proferido um discurso em favor do interesse público. A fala de Trasea ocupa a maior parte do capítulo 20, e todo o capítulo 21. Em síntese, Trasea argumenta que as leis e os precedentes honrados são constituídos a partir de outros exemplos (*exempla*), e por isso: “a culpa sempre precede ao castigo, assim como a reforma sempre nasce dos abusos”.³¹⁵ Assim, seu argumento equilibrado se dirige no sentido de reprimir o atrevimento (*superbia*) das províncias, ao mesmo tempo apresentando uma resolução que não destruísse a *constantia* e a *fides* romana para com os aliados. Para Peto, não poderia um romano ser avaliado positivamente ou negativamente por um que não fosse cidadão (*ciuis*).³¹⁶

No capítulo 21, continua Trasea, explicando que, antes, pretor ou cônsul que visitasse uma província era respeitado, e muitas vezes temido. Nos tempos de

³¹⁰ Tac. *Ann.*, XIV, 49, 1: “*in quibus adulatione promptissimus fuit*”. Trataremos dos delatores mais à frente.

³¹¹ Tac. *Ann.*, XIV, 49, 2.

³¹² Tac. *Ann.*, XIV, 49, 3: “*Thrasea sueta firmitudine animi et ne gloria intercideret*.”

³¹³ Tac. *Ann.*, XV, 20; XV, 21; XV, 22.

³¹⁴ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, XV, 20, 1: “*una vox eius usque ad contumeliam senatus penetraverat, quod dicitasset in sua potestate situm, an proconsulibus, qui Cretam obtinuissent, grates agerentur*.”

³¹⁵ Tac. *Ann.*, XV, 20, 3: “*nam culpa quam poena tempore prior, emendari quam peccare posterius est*.”

³¹⁶ Tac. *Ann.*, XV, 20, 4.

agora, porém, “somos nós que adulamos e procuramos a estima dos estrangeiros”.³¹⁷ Trasea afirma que deveria se conservar o direito dos aliados às acusações, e, logo, que se manter o poder que lhes era devido. Todavia, que se coibissem os falsos louvores (*falsa laus*), porque estes são extorquidos por motivos perversos (*malitia*), uma vez que “ordinariamente se cometem mais crimes quando se quer agradar do que quando se busca ofender”.³¹⁸ Encerrou sua fala solicitando que esses abusos fossem reprimidos, suprimindo assim a dependência dos magistrados romanos com relação aos agradecimentos (*gratia*) por parte dos estrangeiros.

Mais uma vez, a palavra latina *constantia* foi retomada na discussão, sendo ela apresentada como uma virtude romana importante, referente agora ao tratamento dado aos estrangeiros. Porém, o que chamamos atenção aqui é, justamente, a recepção da fala de Trasea no Senado: “Este parecer foi unanimemente celebrado”.³¹⁹ De encontro ao consenso, contudo, os cônsules da ocasião se opuseram na prática à proposição de Trasea e não lavraram um *senatus consultum*, pois não havia ele proposto o negócio.³²⁰ No entanto, depois, Nero decretou que no conselho dos aliados não se devesse mais discutir sobre os agradecimentos obrigatórios no Senado dos pretores ou procônsules.³²¹ O que, de certa forma, confirma a capacidade de intervenção de Trasea nos negócios públicos, já que o imperador reconheceu e acatou a medida proposta pelo senador no debate, mas sem se atrever a formulá-la como orientação geral de caráter determinativo, sob a forma de *senatus consultum*.

Passemos então ao ano 63. Nele, nos deparamos com mais um evento relativo aos assuntos particulares de Nero que, por consequência, novamente se desdobrou em manifestações dentro do Senado. Desta vez, temos o nascimento de Augusta, filha de Nero com Popeia, que ocorreu na cidade de Ântio.³²² Tácito relatou que o imperador ficara muito feliz (*gaudium*) com a notícia. No Senado, antes do nascimento, votos públicos (*uotum publicum*) já haviam sido oferecidos a Popeia. Quando Augusta veio ao mundo, muito mais foi planejado. Deu-se graças aos deuses (*supplicatio*), um tempo à Fecundidade (*supplicatio fecunditas*) foi

³¹⁷ Tac. *Ann.*, XV, 21, 1: “*at nunc colimus externos et adulamur*”.

³¹⁸ Tac. *Ann.*, XV, 21, 3: “*plura saepe peccantur, dum demeremur quam dum offendimus*”.

³¹⁹ Tac. *Ann.*, XV, 22, 1: “*Magno adsensu celebrata sententia*”.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ Tac. *Ann.*, XV, 22, 2.

³²² Mesma cidade onde nasceu Nero.

pensado e combates semelhantes aos da batalha de Ácio foram decretados. No entanto, nada disso veio a ser feito. Augusta morreu depois de quatro meses. O que Tácito nos diz foi que, em consequência dessa morte, não faltaram motivos para adulações (*adulatio*). A força que impulsionou as felicitações foi a mesma que serviu às condolências. Nero, na mesma medida de sua felicidade, estava em prantos. Decretaram-se honras de deusa à criança falecida, um *leito divino*,³²³ um templo (*aedes*) e um sacerdote (*sacerdos*).

Tácito ainda nos informa que, devido ao nascimento de Augusta, todo o Senado fora cumprimentá-lo em Ântio. Menos Trasea, que teve ordens para não aparecer. Segundo o historiador latino, Trasea reage à proibição como de costume: “o qual esperou com o espírito inalterado (*immotus*) esta afronta precursora de sua ruína iminente (*caedes imineo*)”.³²⁴

Trasea parece, novamente, abrir mais um espaço para destruir a ambiguidade protetora, não prestando graças ao imperador pelo nascimento de sua filha. Não fica claro no texto taciteano, por sua vez, de quem veio a proibição. Quem o ordenou para que ele não aparecesse na ocasião. No entanto, me parece que obedecer à ordem de não comparecer foi a reação mais ultrajante de Trasea. Talvez, fosse precisamente o contrário aquilo que era esperado por Nero. Nesse sentido, obedecendo ele se opõe. Por isso, Tácito arremata de forma fatal, onde a *caedes imineo* estava declarada, e era provável que Trasea já soubesse disso.

Após a afirmação fatalista, Tácito comenta uma última vez a relação de Trasea com Sêneca. Tácito nos diz de forma imprecisa (*secutam dehinc vocem*), pois, Sêneca, estando com Nero em outra ocasião, depois do imperador ter lido que havia se reconciliado (*reconcilio*) com Trasea, deu-lhe os parabéns por isso.³²⁵ Sobre esse trecho específico, Woodman comenta em nota que os parabéns de Sêneca teriam mostrado que a amizade dele com Trasea era mais importante do que a dele com Nero. Logo, essa relação daria glória tanto a ele, Sêneca, quanto ao próprio Trasea.³²⁶ Para o final deste capítulo, Tácito utilizou uma de suas características *sententiae*: “Desta sorte a glória desses homens – assim como os

³²³ O mesmo leito divino (*pulvinar*) da passagem citada anteriormente: *Ann.*, XIV, 12, 1. Ver nota 295.

³²⁴ Tac. *Ann.*, XV, 23, 4: “Thraseam prohibitum immoto animo praenuntiam imminentis caedis contumeliam excepisse.”

³²⁵ Tac. *Ann.*, XV, 23, 4.

³²⁶ WOODMAN, A. 2004, pp. 317.

seus perigos – continuaram a intensificar-se”.³²⁷ Se referindo, com isso, tanto a Trasea quanto a Sêneca.³²⁸

Até aqui, vimos que Trasea Peto agiu de diversas maneiras. Grande parte de suas atuações aconteceram dentro do Senado: comentando, interferindo e propondo no anfiteatro político romano. Para lembrarmos, os adjetivos utilizados por Tácito para qualificar o comportamento do senador orbitam dentro deste campo semântico: constância (*constantia*), inalterado (*immutus*), firmeza (*firmitudo*), confiança (*fides*), silêncio (*silentio*) e dissimulação (*dissimulatio*).

Os cinco anos finais do governo de Nero (63 a 68) se tornavam cada vez mais repressivos. Como destaca Syme, a “partir da conspiração de Pisão, o ato levou a uma sequência de mortes ou processos em várias acusações de traição, de astrologia ou de magia”.³²⁹ O livro 16 dos *Anais* está repleto de assassinatos cometidos pela vontade do *princeps*.³³⁰ Ficaria cada vez mais difícil para Trasea se manter a salvo diante do clima violento dos anos finais do governo do último imperador Júlio-cláudio. Mesmo sem ser mencionado na conspiração pisoniana de 65, Trasea reapareceu na narrativa dos *Anais* em 66, no livro 21. Afastado dos negócios públicos, Trasea foi reintroduzido no relato dos *Anais* junto do senador Bárea Sorano. Como Tácito nos diz, “depois de acabar brutalmente com muitos homens distintos, Nero procurou assassinar a própria *uirtus* nas pessoas de Trasea Peto e Bárea Sorano”.³³¹ Os 15 capítulos finais dos *Anais* (do 21 ao 35) retratam os julgamentos e os assassinatos cometidos por Nero e seus seguidores. Nesse momento, mais uma vez, a narrativa taciteana nos possibilita observar mais de perto a heterogeneidade senatorial, as posições divergentes e os interesses por de trás de cada atuação individual.

³²⁷ Tac. *Ann.*, XV, 23, 4: “*unde gloria egregiis viris et pericula gliscebant.*”

³²⁸ Abrindo um parêntese na história de Trasea, o filósofo tutor de Nero, Sêneca, foi obrigado a tirar a própria vida no ano 65, condenado por envolvimento na conspiração de Pisão. Tácito narrou as palavras finais do filósofo, dando ênfase ao auto controle do condenado nos seus últimos momentos de vida. (*Ann.*, XV, 62; XV 63). Veremos semelhante auto controle no que diz respeito à morte de Trasea. (*Ann.*, XVI, 35).

³²⁹ SYME, R. 1967, pp. 559: "From Piso's conspiracy to that act led a sequence of deaths or prosecutions on various charges of treason, astrology or magic."

³³⁰ Alguns exemplos: no âmbito privado, matou o enteado, filho de Sabina Popeia. (Suet. *Nero*, XXXV, 5); em 65, promoveu o aborto do seu filho e marte da esposa chutando lhe o ventre em um momento de fúria. (*Ann.* XVI, 6.); e promoveu outras acusações e mortes ao longo do livro 16 dos *Anais*. (*Ann.*, XVI, 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 17; 19; 20; 33; 35).

³³¹ Tac. *Ann.*, XVI, 21, 1: “*Trucidatis tot insignibus viris ad postremum Nero virtutem ipsam excindere concupivit interfecto Thrasea ´Barea Sorano.*”

Como dissemos, os capítulos finais encerraram as acusações e condenações de Trasea Peto e Bárea Sorano. Muitos discursos recriminatórios aos dois foram realizados no Senado e em outros espaços públicos. No entanto, não há na narrativa de Tácito, claramente, uma definição temporal da sequência de dias que se passaram correspondendo aos eventos relatados nesses capítulos 21 ao 35 do livro XVI.

No capítulo 21, Tácito nos lembra de algumas ações de Trasea, fazendo um breve panorama das ofensas (*infensus*) dele a Nero: 1) a saída da cúria quando deliberava-se sobre a morte de Agripina;³³² 2) o não querer apresentar-se nas festas Juvenais; 3) e a proposta de punição menos rigorosa à Antístio, que havia escrito poemas contra Nero.³³³

Em seguida, no final do mesmo capítulo, Tácito acrescentou que seu acusador, Capito Cossutiano, se valeu desses motivos e ainda outros, tendo em vista que Cossutiano fora prejudicado, em outrora, pela autoridade de Trasea, quando este interveio em favor dos sicilianos, que haviam acusado Cossutiano de extorsão.³³⁴ De agora em diante, por todo o capítulo 22, Cossutiano ataca Trasea. Vejamos quais foram as acusações.

Em primeiro lugar, destacou a ausência de Trasea, uma vez que ele não esteve presente no juramento (*iuro*) e nas preces públicas (*uotum*), mesmo sendo sacerdote quindécenviral. Não reconheceu a divindade de Popeia. Fez descaso da religião e das leis. Não fez nenhum sacrifício pela vida do *princeps* e nem pela sua voz celeste. Intrometia-se (*ostendo*) em casos insignificantes para contradizer (*aduerso*) ou atuar como defensor (*fautor*). Põe em evidência ainda mais sua ausência, já que fazia três anos que não entrava na *curia* e diz que recentemente se intrometeu, mesmo a contragosto de todos, em defesa de seus clientes (*cliens*) Sejano e Vétus.³³⁵

³³² Tac. *Ann.*, XIV, 12, 1

³³³ Tac. *Ann.*, XIV, 48, 1; 49, 3.

³³⁴ Tac. *Ann.*, XVI, 21, 3. O caso de Cossutiano é brevemente relatado, mas Trasea não parece na ocasião. (*Ann.*, XIII, 33, 2).

³³⁵ O caso de C. Sejano e L. Vétus foi narrado no início do livro 16 (*Ann.*, XVI, 7-11). Sobre Sejano, Tácito relatou que ele foi condenado por herdar o nome Cássio. Em seguida, incriminado por cometer incestos com a tia Lépidia, mulher de Cássio. Nesse enredo, ainda foram incriminados como cúmplices os senadores Tulino e Marcelo Cornélio, e o cavaleiro Calpúrnio Fabato. Sobre L. Vétus, nos diz Tácito que ele, sua esposa Sextia, sua sogra Polúcia e sua filha, todos foram mortos pois aborreciam (*inuideo*) o *princeps*, como se fossem eles protestos vivos contra a morte de Rubélio Plauto, este genro de L. Vétus.

Como apresentamos no início desta parte da dissertação, Cossutiano compara as discórdias de Trasea e Nero às de Catão e César, com uma clara intenção de expor Nero a um perigo quase iminente. Desta forma, continua Cossutiano desferindo os ataques: Trasea tem seus sectários, que o imitam na insolência dos discursos (*sententiae*), no semblante (*uultus*) e no traje (*habitus*). De forma geral, Cossutiano afirmava que Trasea se ausentou, tanto das questões religiosas como das questões de administração pública. Sua proposição, por fim, busca diretamente eliminar Trasea, pois dizia que “é preciso tirar logo aos sediciosos (*cupiens*) este seu modelo (*auctor*) e seu chefe (*dux*)”.³³⁶

Tácito comenta que Nero ficou animado (*animus*) com a fala de Cossutiano. Em seguida, entra em cena o senador Marcelo Éprio, com sua eloquência feroz (*ira*). No entanto, a narrativa sobre Trasea foi interrompida no capítulo 22, que passa à acusação de Bárea Sorano.

No curto capítulo 23, livro 16, o historiador latino destacou que Tiridates chegaria à Roma para receber a coroa da Armênia. Nero estaria presente na ocasião e Trasea teve ordem para não aparecer em público outra vez, porém, desta vez, tem a seguinte reação: escreveu uma carta (*codicillus*) ao imperador “perguntando-lhe quais eram os seus crimes, e prometendo completamente justificar-se se lhe dessem tempo para defender-se”.³³⁷ Nero, que esperava ser elogiado pelo senador dissidente, não o foi na carta de Trasea. Logo em seguida, Tácito nos apresentou uma lógica interessante do comportamento do *princeps*. Vejamos a reação de Nero descrita pelo historiador:

Mas como não achasse o que esperava, e tivesse receios de encarar o semblante, a constância, e a nobre intrepidez de um inocente, fez convocar os senadores. (*Ann.*, XVI, 24, 2).³³⁸

Podemos perceber nesse retrato construído por Tácito que o imperador ficou intimidado (*extimesco*) com a possibilidade de encarar o semblante (*uultus*), o espírito (*animus*) e a liberdade (*libertas*) de Trasea em meio a um evento público.

³³⁶ Tac. *Ann.*, XVI, 22, 4: “*si potiora sunt, aut nova cupientibus auferatur dux et auctor.*”

³³⁷ Tac., *Ann.*, XVI, 24, 1: “*requirens obiecta et expurgaturum adseverans, si notitiam criminum et copiam diluendi habuisset.*”

³³⁸ Trad. minha. Tac. *Ann.*, XVI, 24, 2: “*quod ubi non evenit vultumque et spiritus et libertatem insontis ultro extimuit, vocari patres iubet.*”

Entendemos que esse medo do *princeps* estava ligado, exatamente, ao perigo de arriscar-se em público. Como já apresentamos anteriormente, o mundo público, que é visível a um maior número de pessoas, na maior parte do tempo é imprevisível. Inúmeras variáveis poderiam estar em jogo em um evento realizado em público. Por isso, a ação neste espaço era temida mesmo pelo imperador, pois as reações do público (plebe, senadores, cavaleiros e outros setores) poderiam ser prejudiciais a Nero.

Todavia, os mesmos efeitos dessa visibilidade pública afetavam também a Trasea, que, segundo o relato taciteano, se reuniu com seus íntimos para saber qual posição seria melhor tomar diante da situação: “ou ir defender-se ou calar-se”.³³⁹ Com foco ampliado nos posicionamentos dos indivíduos, mais uma vez entrevemos em Tácito a heterogeneidade dessa elite senatorial. Duas opiniões divergentes foram apresentadas. A primeira delas era para que Trasea se apresentasse em público, pois estavam “bem seguros de sua *constantia*”.³⁴⁰ Que apenas os fracos (*segnis*) e os aterrorizados (*pavidus*) não se apresentavam na última hora, pois não caberia fugir à morte, mas sim se fazer ouvir no senado sua voz sobrenatural (*supra humana*). E se, mesmo assim, o *princeps* mantivesse sua posição cruel: “ao menos a posteridade saberia fazer-lhe justiça, notando a diferença que há entre um homem que morre nobremente, e tantos covardes, que deixam assassinar em silêncio”.³⁴¹

A segunda posição era contrária à primeira: que não apresentasse em público. Argumentavam que iria se expôr demais aos insultos (*contumelia*) e às chacotas (*ludibrium*), já que Cossutiano e Éprio eram homens prontos para o crime (*scelus promptus*), podendo, com isso, fazer com que mesmo os homens bons (*bonus*), levados pelo terror (*metus*), seguissem o impulso geral. Mais uma vez, destacando a heterogeneidade de posicionamentos, Tácito nos diz que um tal Auruleno Rústico, jovem animoso (*iuuenis flagrans*), que era tribuno do povo na ocasião, se ofereceu para se opor a qualquer *senatus consultum* que fosse contra Trasea.

Então, no final do capítulo 26, Peto corta o ímpeto de Rústico e lhe diz que sua ideia era inútil (*non prosum*) e perigosa (*exitiosa*). Em seguida, faz uma confissão à Rústico, pois ele já era velho e seus dias estavam contados mediante

³³⁹ Tac. *Ann.*, XVI, 25, 1: “*temptaretne defensionem an sperneret.*”

³⁴⁰ Tac. *Ann.*, XVI, 25, 1-2: “*securos esse de constantia eius disserunt.*”

³⁴¹ Tac. *Ann.*, XVI, 25, 2: “*sin crudelitati insisteret, distingui certe apud posteros memoriam honesti exitus ab ignavia per silentium pereuntium.*”

os últimos acontecimentos. Ao contrário dele, Rústico era jovem e ainda poderia ser ainda útil à República. Diz Trasea:

Que os seus dias estavam acabados, e no fim deles não queria desviar-se da prática constante (*continuus*) que seguira em tantos anos de vida; mas que ele [Rústico], ainda jovem, e apenas entrado nas magistraturas, tinha diante de si aberta uma longa carreira para fazer. Era pois do seu dever e de utilidade considerar maduramente consigo, que sistema lhe convinha seguir, começando a exercer as funções públicas no governo de um tal príncipe.” (*Ann.*, XVI, 26, 5).³⁴²

Trasea argumenta sobre a inevitabilidade de sua morte e que uma prática contínua (*continuus*) de um comportamento não deveria mudar no seu fim. Rústico não iria intervir no julgamento de Trasea. No entanto, o seu futuro assemelhar-se-ia ao de Trasea. Na *Vida de Agrícola*, Tácito relatou que Auruleno Rústico fora morto sob Domiciano (81-96) por escrever uma biografia de Trasea Peto.³⁴³ Enfim, sobre aparecer ou não no Senado, posicionamentos divergentes a parte, o Trasea taciteano procurou refletir ele mesmo sobre o que era mais apropriado para essa questão.

A passagem do capítulo 27 não nos apresenta Trasea. No entanto, ela é importante para que Tácito construa o clima que precede as acusações finais. Nessa passagem, o historiador latino narrou que, na manhã seguinte das acusações, duas cortes pretorianas completamente armadas haviam ocupado o templo de Vênus *Genetrix*. Além dos pretorianos, um grande número de homens vestidos com togas bloqueou (*obsideo*) as entradas do Senado, mas “deixando muito bem ver suas espadas por baixo das roupas”.³⁴⁴

A imagem é nítida, a cidade estava sitiada por soldados. Foi nesse cenário que os senadores entraram na cúria para ouvir o discurso (*oratio*) do *princeps*, que foi lido por seu questor. Como Tácito destacou, o discurso de Nero, “sem nomear expressamente alguém, arguia os senadores de não cumprirem com as obrigações

³⁴² Tac. *Ann.*, XVI, 26, 5: “*sibi actam aetatem, et tot per annos continuum vitae ordinem non deserendum: illi initium magistratum et integra quae supersint. multum ante secum expenderet quod tali in tempore capessendae rei publicae iter ingrederetur.*”

³⁴³ Tac. *Ag.*, 2, 1.

³⁴⁴ Tac. *Ann.*, XVI, 27, 1: “*aditum senatus globus togatorum obsederat non occultis gladiis.*”

públicas”.³⁴⁵ Portanto, nessa situação, o discurso do imperador mantinha a ambiguidade necessária para não desagradar possíveis seguidores de Trasea, pois, sem nomear o alvo, o imperador não se arriscava diretamente em público. Ao mesmo tempo em que se escondia por detrás de um discurso ambíguo, indicava o caminho para que os acusadores pudessem agir rapidamente.

Foi o que aconteceu. Logo em seguida, o violento (*uis*) Marcelo falou contra Trasea diretamente. Mas não apenas contra ele, como também acusando Helvídio Prisco, genro de Trasea, que “participava de todos os furores do sogro”,³⁴⁶ Pacônio Agripino e Cúrcio Montano. No entanto, concentrando suas acusações em Trasea, discursou da seguinte maneira:

Quanto a ele, pela sua parte requeria, que Trasea viesse assistir ao Senado como consular; às preces como sacerdote; ao juramento como cidadão; a não ser que, desprezando todas as instituições e cerimônias antigas, ele mesmo se tenha já declarado por traidor, e inimigo público do Estado. Pois se ele estava acostumado a figurar como senador e a proteger sempre os inimigos do *princeps*, aparecesse enfim e viesse censurar e corrigir os abusos; que assim mesmo era melhor ouvi-lo dizer mal de tudo miudamente do que sofrer esse seu silêncio de uma geral reprovação. (*Ann.*, XVI, 28, 2).³⁴⁷

O argumento utilizado por Marcelo retoma e destaca a ausência de Trasea. Ironicamente, o que podemos perceber é que grande parte desse afastamento de Trasea ocorreu devido às proibições de Nero. Agora, invertendo a lógica, amparado pelo discurso feito por Nero em público, seus acusadores destacam o seu silêncio (*silens*), que agora soava como uma reprovação geral (*damantio omnia*).

Para intensificar o ambiente violento das acusações, Tácito mais uma vez se apropria das imagens verbais. A éfrase utilizada na passagem seguinte, capítulo 29, intensifica a repressão e o medo por parte dos senadores. O *retractus* de Marcelo construído por Tácito amplificava o momento trágico e dava vivacidade à

³⁴⁵ Tac. *Ann.*, XVI, 27, 2: “*nemine nominatim compellato patres arguebat quod publica munia desererent*”.

³⁴⁶ Tac. *Ann.*, XVI, 28, 1: “*qui generum eius Helvidium Priscum in isdem furoribus*”.

³⁴⁷ Trad. de Carvalho. Tac. *Ann.*, XVI, 28, 2: “*requirere se in senatu consularem, in votis sacerdotem, in iure iurando civem, nisi contra instituta et caerimonias maiorum proditorem palam et hostem Thrasea induisset. denique agere senatorem et principis obtrectatores protegere solitus veniret, censeret quid corrigi aut mutari vellet: facilius perlaturus singula increpantem quam nunc silentium perferrent omnia damnantis.*”

cena: naturalmente cruel (*toruus*) e ameaçador (*minax*), “vomitando fogo pela boca, pelo rosto e pelos olhos”.³⁴⁸ Para amplificar ainda mais a ambiência assustadora, Tácito nos diz que, ao contrário da tristeza de costume, os senadores tinham medo das armas que os rodeavam.

Foram então condenados nesses julgamentos uma série de homens importantes do Senado. Trasea e Helvídio foram alguns deles. À Trasea foi lhe imputada a morte, cabendo a ele escolher a forma pela qual quisesse partir.³⁴⁹ Ao genro, Helvídio, que fosse banido da Itália.³⁵⁰

Os momentos finais de Trasea foram descritos pelo historiador latino da seguinte maneira, novamente de forma vívida e dramática: enquanto ele estava nos jardins de sua casa, conversava com o filósofo cínico Demétrio questões sobre a natureza da alma (*natura anima*) e a separação do espírito (*spiritus*) do corpo (*corpus*). A notícia da condenação veio primeiramente pelo seu amigo Domício Ceciliano. Depois da consternação dos presentes, Trasea pediu para que eles se retirassem de sua casa.³⁵¹ Assim feito, um questor já o esperava na porta de sua casa trazendo o mandato. Trasea se mostrava feliz, pois sabia que seu genro, Helvídio, fora apenas banido de Roma. Após receber o *senatus consultum*, entra com Helvídio, Demétrio e o jovem questor para o quarto. No local escolhido, antes de retirar a própria vida, chamou para perto de si o jovem questor e lhe disse: “Nós estamos fazendo uma libação a Júpiter Libertador. Sim! olha bem rapaz, pois você nasceu em uma época que reivindicarás sustentar a alma com exemplos de constância”.³⁵²

O último livro dos *Anais* é interrompido nesse exato momento, com a fala de Trasea. Sobre a libação a Júpiter e o sacrifício do senador, duas relações podem ser traçadas segundo Sailor. A primeira delas é que o gesto reconhece, em nome de Júpiter, a liberdade de cada homem após a morte. Sendo assim, apresentando um sentido mais comum da libação. A segunda leva em conta o sangue vital da libação, ou seja, o sangue de um auto sacrifício humano. Desta forma, o ritual de auto sacrifício retoma um hábito arcaico da elite romana chamado *devotio*. A *devotio* era uma espécie de troca com os deuses, onde a matéria libada, o sangue

³⁴⁸ Tac. *Ann.*, XVI, 29, 1: “*ut erat torvus ac minax, voce vultu oculis ardesceret*”.

³⁴⁹ Tac. *Ann.*, XVI, 33, 2.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ Tac. *Ann.*, XVI, 34.

³⁵² Tac. *Ann.*, XVI, 35, 1: “*Iovi liberatori specta, invenis; et omen quidem dii prohibeant, ceterum in ea tempora natus es quibus firmare animum expediat constantibus exemplis.*”

do senador, era oferecida em troca de um favor divino: por exemplo, um general romano poderia consagrar o seu corpo em um auto sacrifício, entregando assim os exércitos inimigos aos deuses infernais.³⁵³

Ainda segundo Sailor, rituais dessa magnitude garantiam legitimidade e identidade corporativa a um determinado grupo senatorial, àquele grupo que buscava se distinguir dos demais homens. Além disso, servia como *exemplum*, pois sua conduta teria consequências para comunidade dali por diante.³⁵⁴ O conceito de *exemplum* utilizado por Sailor deriva da interpretação de Mathew Roller, em obra intitulada *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in the Julio-Claudian Rome*.³⁵⁵ Roller se utiliza de uma anedota de Sêneca, em *Da Ira*, para pensar o comportamento de um amigo do rei.

No caso senequiano, o rei Cambises bebia vinho demasiadamente num banquete. Um de seus amigos próximos, Praexaspe, comenta que a embriaguez para um rei era deplorável. Em seguida, o rei responde que tinha o controle de si mesmo, dos seus olhos e de suas mãos. Bebendo com ainda mais vigor, pede ao filho de Praexaspe que levante as mãos sobre a cabeça. Em meio ao banquete, pega do seu arco e atira uma flecha certa no coração do jovem. Em seguida, o rei pergunta ao pai se havia alguma dúvida da firmeza e auto controle de suas mãos. Praexaspe responde que nem Apolo poderia ser mais preciso.³⁵⁶

Roller discute os comentários de Sêneca para a situação. O filósofo, primeiramente, reprova o comentário de Praexaspe. Depois, reprova a ação descontrolada do rei, que paradoxalmente tinha bastante autocontrole para desferir o tiro preciso. No final, Sêneca sugere que o comentário de Praexaspe não foi sábio, pois interferindo na vontade do rei em beber vinho, retirou o copo de sua mão e o substituiu pela arma. Sendo esta sua conclusão: “foi adicionado ao número daqueles que mostraram, pelos grandes desastres que sofreram, quão grande era o custo, para os amigos do rei, por dar bons conselhos”.³⁵⁷ Em si, como destaca Roller, os conselhos de Sêneca metaforizam a vida no Principado,

³⁵³ SAILOR, D. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008, pp. 14.

³⁵⁴ *Idem*, pp. 15.

³⁵⁵ ROLLER, Mathew. *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton. 2001.

³⁵⁶ Sen. *Ira*, 3.14.1–2:

³⁵⁷ SÊNeca *apud* ROLLER, M. 2001, pp. 4. (“*accessit itaque ad numerum eorum qui magnis cladibus ostenderunt quanti constarent regum amicis bona consiliai*”, §15.6).

relembrando os aristocratas dos perigos recorrentes frente ao imperador autocrata. Nas palavras de Roller:

Eu iniciei com essa passagem porque a situação que ela descreve, e o comentário de Sêneca sobre as ações e as motivações dos participantes, abrange a variedade conceitual e o engajamento construtivo com o regime imperial da parte dos aristocratas - caminhos pelos quais os aristocratas pensam sobre suas situações em meio a uma sociedade dominada por um autocrata, e por meio da qual eles se posicionam em relação a ele de modo a evitar danos, preservar seu prestígio tradicional e ganhar diversos benefícios sociais.³⁵⁸

Como argumenta Roller, a forma cuidadosa com que um aristocrata deveria interagir com *princeps* teria que levar em conta os riscos. Dessa forma, o poder de agir do imperador sob quaisquer condições o tornava um autocrata. Lembramos que o exemplo senequiano foi o de um banquete. O banquete ocorre dentro da casa, em um espaço restrito, com um número de convidados pré-selecionados. De forma bem diferente do que acontece, por exemplo, no Senado ou em outros espaços do fórum, locais de maior visibilidade e, conseqüentemente, de maior imprevisibilidade diante das ações encenadas.

Como destacamos, o percurso de Trasea Peto ao longo dos livros neronianos foi permeado de atuações políticas. E nem mesmo Nero ousou atacar explicitamente Trasea dentro do Senado, falando genericamente “sem nomear expressamente alguém, arguia os senadores de não cumprirem com as obrigações públicas”.³⁵⁹

Com a morte de Nero e o fim da dinastia Júlio-Cláudia, novos contornos políticos estavam sendo delineados com a Guerra civil nos anos de 68 e 69. Com a morte de Vitélio em dezembro de 68, encerrava-se a guerra. No entanto, como nos diz Tácito nas *Histórias*, a paz não foi restabelecida: “os vencedores perseguiram os vencidos com um ódio implacável”.³⁶⁰ Amplificando o *retractus* da violência e a insegurança do espaço público, Tácito nos diz que: “As ruas estavam cobertas de cadáveres e o sangue inundava as praças públicas (*forum*) e os templos

³⁵⁸ ROLLER, M. 2001, pp. 5.

³⁵⁹ Tac. *Ann.*, XVI, 27, 2: “*nemine nominatim compellato patres arguebat quod publica munia desererent*”.

³⁶⁰ Tac. *His.*, IV, 1, 1: “*armati per urbem victores implacabili odio victos consecabantur*”.

(*templum*). Matava-se de todos os lados e a quem quer que o destino apresentasse”.³⁶¹

No contexto pós-derrubada de Vitélio e a vitória dos exércitos de Vespasiano, Helvídio Prisco foi o responsável pela vingança de seu sogro, Trasea Peto. O palco da política romana estava novamente aberto. Todavia, como nos dizia Tácito, mantinha-se sob as incertezas de uma recente guerra civil que aflorou os ânimos por vingança. Trataremos agora desse senador, Helvídio Prisco.

³⁶¹ Tac. *His.*, IV, I, 1: “*plena caedibus viae, cruenta fora templaque, passim trucidatis, ut quemque fors obtulerat.*”

3.1.2. Helvídio Prisco

“Cidadão, senador, esposo, genro e amigo, permaneceu à altura de todos os deveres que impõe a vida, desprezou as riquezas e foi inacessível ao medo”.³⁶² Assim Tácito descreveu Helvídio Prisco nas *Histórias*. Talvez, dessas qualidades, inacessível ao medo fosse aquela que melhor definisse a atuação de Prisco em meio ao Senado. Como destacou Ronald Syme, a “primeira sessão da alta assembleia depois das forças flavianas terem tomado Roma exhibe um senador em oposição: Helvídio Prisco”.³⁶³ Suas aparições na literatura taciteana se concentram nas *Histórias*, com dez passagens. No entanto, temos ainda seis referências nos *Anais*, uma na *Vida de Agrícola* e mais uma no *Diálogo dos Oradores*.

Em primeiro lugar, destacamos que Helvídio Prisco não se constituiu na narrativa taciteana como uma personagem isolada. Ao contrário, esse senador está insido na discussão sobre a autonomia e atuação senatorial. Helvídio liga-se diretamente ao seu sogro Trasea. Tácito nos diz que das virtudes de Trasea, Helvídio, antes mesmo de receber a questura,³⁶⁴ sorveu (*haurio*) desde jovem o sentimento de liberdade (*libertas*). Tácito também nos fornece algumas informações biográficas sobre esse senador no livro quarto das *Histórias*, capítulo 5. Seu pai chamava-se Clúvio Prisco. Helvídio nasceu no município de Terracina (*Carecina*). Teve como esposa, Fania, filha de Trasea.³⁶⁵ Dedicou-se desde a mocidade (*iuuenis*) completamente (*admodum*) aos mais notáveis estudos.³⁶⁶ O historiador latino ainda relatou que Helvídio agiu “não, como a maioria, para que

³⁶² Tac. *His.*, IV, 5, 2: “*civis, senator, maritus, gener, amicus, cunctis vitae officiis aequabilis, opum contemptor, recti pervicax, constans adversus metus.*”

³⁶³ SYME, R. *Tacitus*, pp. 211: “*The first session of the high assembly after the Flavian forces have captured Rome displays a senator in opposition – Helvidius Priscus.*”

³⁶⁴ A questura era concedida por volta dos 22 anos, depois do jovem assumir os *vigintiviri* que, como o nome sugere, ocorria aos 20 anos no *cursus honorum*.

³⁶⁵ Fania aparece nas cartas de Plínio o Jovem: *Plin. Ep.* 3.11.3, 3.16, 7.19, 9.13.3–5.

³⁶⁶ Tac. *His.*, IV, 5, 1. Comparações a cerca dos estudos podem ser traçadas. No *Diálogo dos Oradores* (1, 2) Tácito, quanto à resolução sobre a decadência da oratória, diz que a ele próprio, *iuuenis admodum*, coube ouvir (*audio*) as palavras dos homens eloquentíssimos (*vir praestantissimus*). Na *Vida de Agrícola* (4, 4), sobre os estudos de Agrícola, diz que ele *in iuventa studium philosophiae acrius*. Há, portanto, uma aproximação entre a filosofia e o comportamento público elevado. Agrícola, segundo Tácito, fez o mais difícil: da filosofia soube reter a moderação: *retinuitque, quod est difficillimum, ex sapientia modum*. (IV, 4). Segundo Ogilvie e Richmond (1992), *modum* nesta última passagem toma o sentido de *moderatio*, “Tacitus here strikes the keynote: moderation is throughout the prominent trait of Agricola’s character”. (OGILVIE; RICHMOND, 1992, pp. 144). Sobre a *moderatio* como uma virtude taciteana, veremos mais à frente com os *exempla* de Marco Lépido e Júlio Agrícola.

velasse um ócio preguiçoso sob um nome magnífico, mas, sim, para que, mais firme diante das adversidades, empreendesse os negócios públicos".³⁶⁷

Nessa primeira passagem, prontamente podemos destacar duas características basilares da personalidade atribuídas por Tácito a Helvídio, que norteariam suas ações em meio ao mundo público. Helvídio não se escondeu (*uelo*) sob o pretexto de um ócio preguiçoso (*otium segnis*). Ou seja, diante dos enfrentamentos e riscos do mundo público, mesmo depois de ter sido exilado da Itália em 66,³⁶⁸ retornou à Cúria sob Galba em 68. Foi pretor no ano seguinte, 69, ao tempo dos ritos para a reconstrução do Capitólio.³⁶⁹ Tácito nos diz que alguns o achavam muito desejoso de *fama*. Todavia, como afirmou o historiador, a paixão pela *gloria* era o último sentimento do qual se desprendiam os homens sábios (*sapiens*).³⁷⁰ Não existem muitas informações sobre a data de sua morte. Suetônio, na *Vida de Vespasiano*, afirmou que o imperador banira Helvídio de Roma, depois de atacar de maneira insolentíssima o imperador, porém, sua execução acontecera devido a um desencontro dos mensageiros enviados por Vespasiano.³⁷¹ Syme sugere que tenha ocorrido em 74, ano em que seu rival e delator, Marcelo Éprio, foi cônsul pela segunda vez.³⁷²

O contexto político em que Helvídio se insere nas *Histórias* foi o da guerra civil. Após o levante de Julío Vindex, governador da Gália central, em março de 68, as tropas de Galba, em Cartagena, se juntam à de Vindex em abril. Já em junho, Galba parecia, às vistas do Senado, como um nome de peso para ocupar a posição de novo *princeps*.³⁷³ Nos finais de setembro ou início de outubro, Galba

³⁶⁷ Tac. *His.*, IV, 5, 1: “*ut nomine magnifico segne otium velaret, sed quo firmior adversus fortuita rem publicam capesseret.*”

³⁶⁸ Tac. *Ann.*, XVI, 33.

³⁶⁹ Tac. *His.*, IV, 53, 3: “*tum Helvidius Priscus praetor, praeunte Plautio Aeliano pontifice, lustrata suovetaurilibus area et super caespitem redditis extis.*” (Quando o pontífice Eliano pronunciou as palavras sacramentais, o pretor Helvídio Prisco purificou o solo com sacrifícios de touros, ovelhas e porcos, cujas entranhas colocou sobre um altar de relva.)

³⁷⁰ Tac. *His.*, IV, 6, 1: “*Erant quibus adpetentior famae uideretur, quando etiam sapientibus cupido gloriae nouissima exuitur.*”

³⁷¹ Sut. *Vit. Vesp.*, 15: “*Non temere quis punitus insons reperietur, nisi absente eo et ignaro aut certe invito atque decepto. Helvidio Prisco, qui et reversum se ex Syria solus privato nomine Vespasianum salutaverat et in praetura omnibus edictis sine honore ac mentione ulla transmiserat, non ante succensuit quam altercationibus insolentissimis paene in ordinem redactus. Hunc quoque, quamvis relegatum primo, deinde et interfici iussum, magni aestimavit servare quoquo modo, missis qui percussores revocarent; et servasset, nisi iam perisse falso renuntiatum esset. Certum neque caede cuiusquam umquam laetatus, iustis suppliciis inlacrimavit etiam et ingemuit.*”

³⁷² SYME, R. *Tacitus*, 1967, pp. 211-12.

³⁷³ WELLESLEY, Kenneth. *The year of the four Emperors*. Routledge, 2000, pp. 4-5.

entrou em Roma e teve boa recepção pelo Senado. Kenneth Wesllesly destaca que “os poucos primeiros meses da liberdade de expressão senatorial tinham agora de ser decentemente silenciados na presença do novo senhor”.³⁷⁴ No entanto, nenhum *princeps* governava sozinho, e Galba, já em idade avançada, sabia muito bem disso.³⁷⁵

Muitos exilados da época de Nero retornaram a Roma nesse momento. Amante da *libertas, fama e gloria*, Helvídio foi um deles. Mostrou-se presente no Senado, e lutou com ímpeto contra os acusadores de Trasea.³⁷⁶ Sua primeira aparição nas *Histórias* aconteceu no livro segundo, já sob o governo de Vitélio. Nela, Helvídio emitiu, no Senado, opinião contrária (*contra designatus*) aos desejos de Vitélio. Tácito nos diz que Vitélio sempre frequentava os espaços públicos do teatro e do circo para agradar o povo. O imperador também estava presente assiduamente nas sessões senatoriais, mesmo aquelas de menor importância. Numa dessas ocasiões, portanto, Helvídio interferiu:

Um dia em que Helvídio Prisco emitiu uma opinião contrária ao seu desejo, o príncipe mostrou-se alterado, mas limitou-se a chamar os tribunos do povo em socorro do seu comando desprezado. E como os seus amigos, receando uma cólera mais violenta, procurassem apaziguá-lo, ele respondeu ‘que não era aquela a primeira vez que dois senadores divergiam sobre os negócios da república e que ele próprio muitas vezes contradissera Trasea. A maioria dos senadores zombou da desfaçatez dessa comparação e alguns, ao contrário, felicitaram-se de que ele tivesse escolhido não um homem poderoso, mas Trasea, como modelo de verdadeira glória. (Tac. *His.*, II, 91, 3).³⁷⁷

³⁷⁴ *Idem*, pp. 6: “the first few months of senatorial liberty of speech had now to be decently muted in the presence of the new máster”

³⁷⁵ Tácito nos forneceu um discurso de Galba à Pisão em janeiro de 69. (*His.* I, 15; I, 16). Nele, o imperador destacou a importância de um *princeps* virtuoso e se mostrou muito consciente sobre a necessidade de transição do império a um novo *princeps*, pois sua idade já não lhe permitiria permanecer por muito tempo na vida pública. Frisando ainda que, devido à inevitabilidade do Principado, sob os Júlio-Cláudios, procurou-se a sucessão dentro família, ele, ao contrário, a encontraria em um homem virtuoso: “Se o imenso corpo do império pudesse ficar de pé e equilibra-se, eu seria digno da República que começaria: a tal necessidade chegou-se já a algum tempo que a minha velhice não pode conferir mais ao povo romano do que um bom sucessor, nem a tua juventude pode fornecer mais que um bom princeps. Pois aqui não há, como naqueles povos que são governados por reis, certamente uma dinastia determinada de senhores e de escravos no restante, mas tu governarás sobre homens que não podem suportar nem completa servidão nem total liberdade.” (Trad. minha. Tac. *His.*, I, 16).

³⁷⁶ “As at the beginning, so at the end, Agricola is shadowed by Thrasea and Helvidius: their autonomy and authenticity, verified in their own blood, set a maddening standard.” (SAILOR: 2008, pp. 114); “A determined and bigoted republican” (WESLLESLY: 2000, pp. 6)

³⁷⁷ Trad. de Xavier adaptada, (1937). Tac. *His.*, II, 91, 3: “*ac forte Priscus Helvidius praetor designatus contra studium eius censuerat. commotus primo Vitellius, non tamen ultra quam*

Como Tácito nos apresentou, Helvídio fez oposição (consciente ou não) às vontades do *princeps*. Vitélio, em contrapartida, mostrou-se alterado (*commotus*), mas nada fez por conta própria. Chamou os tribunos do povo em auxílio da sua autoridade desprezada (*spreta potestas*). Em seguida, apresentou a postura do demais senadores frente à oposição feita por Helvídio a Vitélio. Muitos ali presentes buscaram apaziguar o imperador, com medo de que a afronta pudesse gerar maiores repercussões. No entanto, Vitélio, recordando sua atuação como senador na época de Nero,³⁷⁸ também reconhecia a necessidade de uma postura equilibrada e moderada em público. Desta forma, utilizou o seu próprio exemplo, rememorando os embates entre ele e Trasea Peto, pois “que não era aquela a primeira vez que dois senadores divergiam sobre os negócios da república”.

Dissimulando seu incômodo, Vitélio buscou mostrar-se equilibrado diante da situação. A ambiguidade do posicionamento do *princeps* foi confirmada por meio das duas possíveis leituras que Tácito nos ofereceu a partir dos presentes no momento. Uns acharam que a comparação integrava uma desfaçatez (*impudentia*) por parte do imperador. Outros, ao contrário, deram graças à comparação, pois nela reconheciam um exemplo de verdadeira glória (*exemplum verae gloriae*), isto é, o exemplo de Trasea Peto. Comportamento positivo ou negativo, o paralelo com Trasea foi mais uma vez destacado, aproximando a postura deste com a de seu genro, Helvídio.

As passagens seguintes em que Helvídio aparece integram esse novo contexto. Elas correspondem ao livro IV das *Histórias*, que tem como marco inicial o fim da guerra civil de 69, com o assassinato de Vitélio e a mudança do governo,³⁷⁹ sendo naquele ano Vespasiano e Tito nomeados cônsules pelo Senado e Domiciano pretor.³⁸⁰

tribunos plebis in auxilium spretae potestatis advocavit; mox mitigantibus amicis, qui altiore iracundiam eius verebantur, nihil novi accidisse respondit quod duo senatores in re publica dissentirent; solitum se etiam Thraseae contra dicere. inrisere plerique impudentiam aemulationis; aliis id ipsum placebat quod neminem ex praepotentibus, sed Thraseam ad exemplar verae gloriae legisset.”

³⁷⁸ Nos *Anais*, Tácito qualificou Vitélio como um dos “mais prontos à adulação (*adulatio promptus*). (Tac. *Ann.*, XIV, 49, 1)

³⁷⁹ Tac. *His.*, I, 1, 1: “*Interfecto Vitellio bellum magis desierat quam pax coeperat.*” Sobre o assassinato de Vitélio, ver: Tac. *His.*, III, 85; III, 86.

³⁸⁰ Tac. *His.*, IV, 3: “*nec senatus obsequium deerat: ipsi consulatus cum Tito filio, praetura Domitiano et consulare imperium decernuntur.*”

Imerso neste novo cenário político, ao mesmo tempo em que o Senado buscava legitimar a posição de Vespasiano, o general procurava dar poderes aos senadores. Esse jogo nos foi apresentado por Tácito: “em Roma, o Senado, alegre e sabendo afinal em quem esperar, conferiu a Vespasiano as honras que é de costume conceder aos *principes*”.³⁸¹ Enquanto isso, Vespasiano, por sua vez, enviou uma carta ao Senado: “Essa carta era escrita como se a guerra durasse ainda (...), ele se expressava como *princeps*, falando de si próprio de uma maneira conveniente, da república em termos excelentes e do senado com deferência”.³⁸²

Ainda no que diz respeito às condecorações aos vitoriosos, Tácito relatou que outras insígnias foram oferecidas na ocasião: a triunfal ao general Muciano, a consular a Antônio, e as da pretura a Fusco e a Varo. Medidas todas elas tomadas por Valério Asiático,³⁸³ que era o cônsul designado. No que se refere ao comportamento dos demais senadores, eles se mostravam tímidos: “os outros assentiam com uma inclinação de cabeça ou um gesto. Alguns, postos em relevo por suas dignidades, ou que sabiam lisonjear, apoiaram as medidas com discursos estudados”.³⁸⁴ Mais uma vez destacando a habilidade efrástica taciteana de argumentar com imagens, representando o passado aos olhos dos leitores/ouvintes.

Helvídio se insere dentre esses senadores, no entanto, o seu discurso foi diferente dos demais magistrados. Tácito, como veremos a seguir (*His.*, IV, 4), construiu uma oposição entre o comportamento daqueles senadores, tímidos e comedidos, frente ao discurso de Helvídio, pois este falou sem falso alheamento (*falsum absum*): “Sem se perder em falsidades, foi alçado às alturas pelo Senado por sua tomada de posição. Esse foi o dia em que ele [Helvídio] atraiu para si o começo de um grande ódio e de uma grande glória”.³⁸⁵

“É excelente o primeiro dia após um mau príncipe”.³⁸⁶ *Sententia* taciteana que bem explica os ânimos (*animus*) afoitos por vingança (*ultio*).³⁸⁷ Os próximos seis

³⁸¹ Tac. *His.*, IV, 3: “*at Romae senatus cuncta principibus solita Vespasiano decernit, laetus et spei certus.*”

³⁸² Tac. *His.*, IV, 3: “*addidere alacritatem Vespasiani litterae tamquam manente bello scriptae.[...]; ceterum ut princeps loquebatur, civilia de se, et rei publicae egregia. nec senatus obsequium deerat.*”

³⁸³ *Valerius Asiaticus* era filho adotivo de Vitélio.

³⁸⁴ Tac. *His.*, IV, 4: “*ceteri vultu manique, pauci, quibus conspicua dignitas aut ingenium adulatione exercitum, compositis orationibus adsentiebantur.*”

³⁸⁵ Trad. minha. Tac. *His.*, IV, 4: “*falsa aberant, et studiis senatus attollebatur. isque praecipuus illi dies magnae offensae initium et magnae gloriae fuit.*”

³⁸⁶ Trad. minha. Tac. *His.*, IV, 42, 6: “*optimus est post malum principem dies primus.*”

capítulos das *Histórias*, do quinto ao décimo, do livro IV,³⁸⁸ tratam especificamente de Helvídio. O primeiro deles, o capítulo 5, Tácito fez um breve panorama sobre a vida e formação de Helvídio, sua ligação com Trasea e seu amor à liberdade. O capítulo 6 apresenta as primeiras investidas de Helvídio, após seu retorno do exílio, contra o *delator* de seu sogro Trasea, isto é, o senador Marcelo Éprio.³⁸⁹ Esse momento, ainda sob o governo de Galba, é qualificado por Tácito como sendo de vingança (*ultio*), “tão grande quanto justa, dividiu o Senado”.³⁹⁰

Um dilema senatorial surgia com a acusação sofrida por Éprio. Tácito explicou logo a seguir que, se de fato Éprio fosse condenado, arrastaria com sua queda “uma multidão de culpados”.³⁹¹ A princípio, Tácito nos diz que os dois (Prisco e Éprio) travaram uma disputa cheia de ameaças, pois isso foi provado pelos “belos discursos dos dois adversários”.³⁹² Porém, as irresoluções de Galba e uma movimentação defensiva por parte dos senadores, que buscaram apaziguar as vontades vingativas de Helvídio, fizeram com que ele abandonasse o seu desejo. Adiante, Tácito nos apresentou os julgamentos dos demais senadores sobre essa postura retroativa de Helvídio. Uns elogiaram sua *moderatio*, outros lamentaram não ter mostrado ele maior firmeza (*constantia requiro*).

No mesmo capítulo 6, Tácito muda o contexto da narrativa, passando de Galba para Vespasiano, mantendo como fio condutor a contenda entre Marcelo Éprio e Helvídio Prisco. Tácito relatou que uma reunião, após o império ter sido concedido a Vespasiano, fora feita para enviar deputados ao *princeps*. Novamente se levantou uma polêmica: como seriam feitas as escolhas desses senadores que seriam enviados ao *princeps*? Prisco era da opinião que os deputados fossem nomeados pelos magistrados. Éprio, por sua vez, desejava que fosse feito por votação fechada, da mesma forma também o cônsul designado.

Os capítulos 7 e 8 apresentam os discursos proferidos por cada um dos senadores. Tácito explicou, no início do capítulo 7, que o amor próprio de Marcelo fizera com que ele tivesse medo. Medo de que, com as nomeações feitas por escolha dos senadores, não fosse assim digno o suficiente para o cargo. Tácito

³⁸⁷ Tac. *His.*, IV, 10: “*motis ad ultionem animis, expectabantur.*”

³⁸⁸ Tac. *His.*, IV, 5; IV, 6; IV, 7; IV, 8; IV, 9; IV, 10.

³⁸⁹ A ofensiva de Éprio contra Trasea foi narrada por Tácito em: *Ann.*, XVI, 28; XVI, 29.

³⁹⁰ Tac. *His.*, IV, 6, 1: “*incertum maior an iustior, senatum in studia diduxerat.*”

³⁹¹ Tac. *His.*, IV, 6, 1: “*agmen reorum sternebatur.*”

³⁹² Tac. *His.*, IV, 6, 2: “*utriusque orationibus testatum.*”

ainda relatou, antes de apresentar o discurso direto de Helvídio, que o embate entre os dois foi se aquecendo, com réplicas continuamente hostis (*continua infestas*). Em seguida, Priso falou desta maneira:

Por que, perguntava Helvídio, receava Marcello a tal ponto o julgamento dos magistrados, ele que tinha sobre tantos outros a vantagem da fortuna e da eloquência, senão porque o atormentava a lembrança dos seus crimes? A urna e a sorte não se pronunciavam sobre os costumes. Recorrera-se aos sufrágios e ao exame do Senado para penetrar na vida e reputação de cada um. Ao bem da República, bem como à honra de Vespasiano, importava que fossem mandados à sua presença aqueles que se julgasse mais irrepreensíveis, os quais não diriam ao príncipe senão palavras honestas. Vespasiano fora amigo de Trasea, de Sorano e de Sentio. Poupassem, se quisessem, os seus acusadores, mas que pelo menos não os pusesse em evidência. Por essa escolha o Senado designaria a Vespasiano aqueles que ele devia estimar ou temer. Para que os bons príncipes, os amigos virtuosos eram o melhor instrumento do poder. Que Marcelo se contentasse com ter instigado Nero a matar tantos inocentes; que fruisse as recompensas e a impunidade, mas que pelo menos deixasse Vespasiano às pessoas honestas. (Tac. *His.*, IV, 7, 1-3).³⁹³

“A urna e a sorte não distinguem os costumes” (*sorte et urna mores non discerni*). Helvídio, então, defendia com entusiasmo que os senadores se apresentassem em público, arriscassem suas opiniões acerca de quem deveria ou não servir à Vespasiano, portanto, propunha um debate aberto. Como destacamos no início, “inacessível ao medo” talvez fosse a característica que melhor qualificasse o senador.³⁹⁴ Estava se resguardando menos que seu sogro, Trasea, que no entanto vivera sob um imperador mais cruel como foi Nero. No entanto, Helvídio rompia desde cedo o cuidado que o aristocrata deveria ter em meio ao público diversificado, pois se o imperador aparentava ser mais moderado e mais virtuoso que seus predecessores, os senadores por sua vez ainda eram de tipos

³⁹³ Trad. de Xavier (1937): Tac. *His.*, IV, 7, 1-3: “*quaerente Helvidio quid ita Marcellus iudicium magistratum pavesceret: esse illi pecuniam et eloquentiam, quis multos anteiret, ni memoria flagitiorum urgeretur. sorte et urna mores non discerni: suffragia et existimationem senatus reperta ut in cuiusque vitam famamque penetrarent. pertinere ad utilitatem rei publicae, pertinere ad Vespasiani honorem, occurrere illi quos innocentissimos senatus habeat, qui honestis sermonibus auris imperatoris imbuant. fuisse Vespasiano amicitiam cum Thrasea, Sorano, Sentio; quorum accusatores etiam si puniri non oporteat, ostentari non debere. hoc senatus iudicio velut admoneri principem quos probet, quos reformidet. nullum maius boni imperii instrumentum quam bonos amicos esse. satis Marcello quod Neronem in exitium tot innocentium impulerit: frueretur praemiis et impunitate, Vespasianum melioribus relinqueret.*”

³⁹⁴ Tac. *His.*, IV, 5, 2: “*constans adversus metus.*”

diversos. Neste sentido, acusou diretamente Marcelo pelos crimes cometidos à época de Nero, e deste modo a *memoria* dos seus crimes (*fagitium*) o atormentava (*uergo*).

Lembramos que o Principado, como buscamos definir anteriormente, se constituía através de um clima ambíguo e paradoxal, onde normalmente nada era dito de forma direta. Caso o fosse, as consequências poderiam ser imprevisíveis, muitas vezes negativas. Porém, por mais direto que fosse o comportamento de Helvídio, exigindo com que os senadores também se expusessem a tal risco, ainda assim o senador, ávido por vingança, se utilizou de estratégias discursivas em sua defesa e segurança. Helvídio apontou que Vespasiano fora amigo de Trasea, de Sorano e de Sentio. Como vimos no último livro dos *Anais*, Trasea Peto, Bárea Sorano e também Helvídio foram todos condenados naquela ocasião, no final do governo de Nero em 66, sendo Marcelo Éprio um dos principais promotores de acusação junto a Capito Cossuciano e a Ostório Sabino.³⁹⁵ Dessa maneira, Helvídio retoma em um mesmo argumento a lembrança das mortes de amigos de Vespasiano e a lembrança de que Marcelo Éprio foi um dos responsáveis por tais deliberações. Com isso, Helvídio defendia que não se deixassem a cargo da sorte os homens que fossem servir Vespasiano, assim “para que os bons príncipes, os amigos virtuosos eram o melhor instrumento do poder”.³⁹⁶

O embate entre Helvídio e Éprio nos possibilita ver a preocupação de Tácito em apresentar um espaço em disputa dentro do novo governo. Esse confronto traz ao mesmo tempo uma esperança de que os homens importantes do Senado mudem com o novo *princeps*. Tal mudança, como é possível entrever na leitura taciteana, não depende unicamente do imperador, mas da ação dos homens no Senado. Esses indivíduos competem entre si para conquistarem maior visibilidade diante de Vespasiano. Aqueles que outrora foram punidos, entretanto, querem fazer justiça aos crimes do passado; aqueles que antes ocupavam posição privilegiada, desejam uma amenização e relativização das penas, pois o contexto neroniano implicava medidas que não cabem serem comparadas às do contexto de Vespasiano.

³⁹⁵ As acusações começam no final do livro 16 dos *Anais*, capítulo 21, e vão até o capítulo final dos *Anais*, capítulo 35, com a morte de Trasea Peto. Tácito nos lembra as recompensas angariadas pelos acusadores: “Os acusadores Éprio e Cossuciano tiveram por prêmio cada um cinco milhões de sestércios, e Ostório, um milhão e duzentos sestércios com as insígnias de questor”. (Tac. *Ann.* XVI, 33, 6: “*accusatoribus Eprio et Cossutiano quinquagies sestertium singulis, Ostorio duodecies et quaestoria insignia tribuuntur.*”)

³⁹⁶ Tac. *His.* IV, 7, 3: “*nullum maius boni imperii instrumentum quam bonos amicos esse.*”

A habilidosa resposta de Éprio veio em seguida, no capítulo 8. Ele buscou esquivar-se de todas as investidas de Helvídio. Em primeiro lugar, respondeu que Helvídio não atacava a sua opinião, mas sim a do cônsul designado, que foi quem escolhera a votação pela urna. Acrescentou ainda que esse era um costume antigo, e desta forma se escolhia “por sorte os deputados, a fim de evitar intrigas e ódios”.³⁹⁷ Em seguida, fez um comentário que sugeria a Helvídio mais cuidado: “Para prestar uma homenagem, todos os senadores serviam, exceto aqueles cuja violência pudesse irritar o príncipe, inquieto com um poder recente e atento a todos os discursos e a todos os rostos”.³⁹⁸ O *princeps* estava atento a todos os discursos (*sermo*) e a todos os rostos (*uultus*). Nada mais sutil e fica clara a imagem. Com ela Tácito nos proporciona ver o quão delicado era o comportamento em público, sempre iluminado pelos holofotes do *princeps* e dos demais senadores. Em seguida, Marcelo se utilizou de uma estratégia retórica típica: buscou rebaixar-se com o intuito de tentar eximir sua culpa perante os julgamentos da época de Nero, em seguida, elevando o seu opositor a tal ponto que pudesse com isso amedrontá-lo frente à Vespasiano. Vejamos:

Quanto a ele, Marcello, recordava-se da forma de governo instituída por seus antepassados, na época em que ele nascera. Admirava o passado e submetia-se ao presente; desejava que Roma tivesse imperadores virtuosos, mas havia de tolerá-los, quaisquer que fossem. Não fora o seu discurso, e sim o julgamento do Senado, que perdera Trasea. A crueldade de Nero servia-se dessas manobras hipócritas e a amizade de um tal senhor custara-lhe uma angústia igual à que o exílio custara aos proscritos. Por sua firmeza e coragem, Helvídio podia igualar-se aos Catões e aos Brutos, mas ele, Marcello, era apenas um membro desse Senado que com ele, aceitara a servidão. Contudo, aconselhava Prisco a não se querer elevar muito acima do príncipe e a não falar como senhor a Vespasiano, ancião coberto de triunfo e cujos filhos já não eram crianças. Os maus príncipes procuram uma dominação sem fim, mas os bons conciliam-se com a liberdade. (Tac. *His.*, IV, 8, 2-4).³⁹⁹

³⁹⁷ Tac. *His.*, IV, 8, 1: “*sortem legationibus posuissent, ne ambitioni aut inimicitii locus foret.*”

³⁹⁸ Tac. *His.*, IV, 8, 1-2: “*sufficere omnis obsequio. Id magis vitandum ne pervicacia quorundam irritaretur animus novo principatu suspensus et vultus quoque ac sermones omnium circumspectans.*”

³⁹⁹ Tac. *His.*, IV, 8, 2-4: “*se meminisse temporum quibus natus sit, quam civitatis formam patres avique instituerint; ulteriora mirari, praesentia sequi; bonos imperatores voto expetere, qualiscumque tolerare. non magis sua oratione Thraseam quam iudicio senatus adflicto; saevitiam Neronis per eius modi imagines inluisse, nec minus sibi anxiam talem amicitiam quam aliis exilium. denique constantia fortitudine Catonibus et Brutis aequaretur Helvidius: se unum esse ex illo senatu, qui simul servierit. suadere etiam Prisco ne supra principem scanderet, ne*

O discurso de Éprio, como podemos observar, estava carregado do que Tácito entendia como um comportamento servil. “Admirava (*miro*) o passado e submetia-se (*sequor*) ao presente”. Sob um *princeps* cruel como Nero, as consequências eram mais drásticas, assim a *amicitia* com o imperador era como o *exilium* para os proscritos. Ainda acusa o Senado como um todo, e não a ele, de condenar Trasea Peto.⁴⁰⁰ Em seguida, o próprio Éprio reconstrói a dicotomia entre *libertas* e *seruitus*. Helvídio, por sua *constantia* e *fortitudo*, colocava-se ao lado das famílias dos Catões e dos Brutos, e ele, Éprio, ao lado daqueles que, como grande parte do Senado, aceitaram a servidão (*seruitus*). Tácito, portanto, colocava esse senador entre aqueles que se submetiam ao *princeps*, ressaltando, com isso, um comportamento servil típico. No entanto, mais uma vez, Éprio ressaltava o risco de se falar com demasiada firmeza, pois se “eivar muito acima do príncipe” não seria inteligente, principalmente quando os sucessores de Vespasiano já se encontravam na fileira do Principado, e seus “filhos [Tito e Domiciano] já não eram crianças”.⁴⁰¹ Após apresentar o eloquente discurso de Éprio, Tácito relatou que as palavras dos dois senadores foram acolhidas de maneiras diversas (*diversus*), porém, foi decidido que os deputados fossem escolhidos pela sorte e até os “mais distintos senadores foram da mesma opinião, por temerem a inveja, caso fossem eleitos”.⁴⁰²

Sobre a réplica de Marcelo Éprio construída por Tácito, Syme sugere que o historiador antigo, nos seus escritos históricos, era apaixonado pela justiça e tinha desprezo por opiniões convencionais.⁴⁰³ No entanto, às vezes, como no caso de Marcelo, possuidor de um discurso forte e sagaz, Tácito “will sometimes induce him to lighten the scales against the wicked”.⁴⁰⁴ No *Diálogo dos Oradores*, no entanto, Tácito afirmou que a única coisa que Marcelo Éprio, de fato, utilizara contra Helvídio, fora a *eloquentia*: “Cingindo dela [sua *eloquentia*] e com atitude

Vespasianum senem triumphalem, iuvenum liberorum patrem, praeceptis coerceret. quo modo pessimis imperatoribus sine fine dominationem, ita quamvis egregiis modum libertatis placere.”

⁴⁰⁰ Como observamos nos *Anais*, os principais acusadores de Treasea foram Capito Consutiano (*Ann.*, XVI, 21; XVI, 22) e Marcelo Éprio (*Ann.*, XVI, 28; XVI 29).

⁴⁰¹ Tac. *His.*, IV, 8, 4: “Suadere etiam Prisco ne supra principem scanderet [...] *iuvenum liberorum patrem, praeceptis coerceret*”.

⁴⁰² Tac. *His.*, IV, 8, 5: “*et splendidissimus quisque eodem inclinabat metu invidiae, si ipsi eligerentur.*”

⁴⁰³ Sobre a carreira de Marcelo Éprio existe, por auxílio das fontes literárias, uma inscrição em pedra (ILS 992) na qual nos indica que ele obteve um mandato na Ásia e três vezes o sacerdócio. Ver: RUTLEDGE, 2001, p. 8.

⁴⁰⁴ SYME, R. *Tacitus*, 1967, pp. 109.

ameaçadora, desqualificou a sabedoria de Helvídio, elaborada, de fato, porém de pouca utilidade prática e rude para esse tipo de combate”.⁴⁰⁵

O embate entre dois senadores foi interrompido por Tácito no capítulo 8. No seguinte, outro *certamen* envolvendo Helvídio Prisco foi apresentado pelo historiador. O problema desta vez dizia respeito ao tesouro público (*aerarium*) e sua administração pelos pretores (*praetor*). Os pretores reclamavam da pobreza (*paupertas*) do Estado (*publicus*) e pediam que se moderassem (*modus*) as despesas (*impendo*). Disso, o cônsul, acreditando na gravidade da questão, remeteu o caso à decisão do *princeps*. Vespasiano, por sinal, não estava presente na ocasião. Neste momento, “Helvídio opinou que a questão fosse decidida pelo Senado”⁴⁰⁶, porém, o tribuno do povo ali presente, Vulcatio Tertulliano, protestou contra esse posicionamento com a seguinte fala: “Na ausência do *princeps*, nada devia se resolver sobre tão grave assunto”.⁴⁰⁷ Novamente, Helvídio teve uma fala que defendia então um meio termo: que “o Capitólio fosse reconstruído pelo Estado, com auxílio de Vespasiano”.⁴⁰⁸

Em seguida, após apresentado o debate senatorial, Tácito encerrou o capítulo 9 da seguinte maneira: “Os mais moderados (*modestissimus*) deixaram cair a proposta calados (*silentium*) e em breve a esqueceram; mas houve alguns que a conservaram na lembrança”.⁴⁰⁹ O historiador latino, com isso, ressaltou a consciência dos ali presentes do risco que se corria ao falar em público, pois o discurso colocava em movimento uma série de reações imprevisíveis. Se alguns logo esqueceriam o que lhes foi dito naquele momento, outros lembrariam (*memini*) as palavras ali pronunciadas por Helvídio. Os que passaram em *silentium*, logicamente, não se expuseram à fortuna do presente e nem às recriminações do futuro por um servilismo explícito.

O capítulo 10 retoma uma nova acusação por vingança, agora contra Públio Celer. Segundo o acusador Musonio Rufo, Celer fora responsável pela morte de Basera Sorano, oferecendo testemunho falso (*testimonium falsum*) contra ele, mesmo depois de lhe ter ensinado filosofia (*professus sapientiam*). “Era de

⁴⁰⁵ Tac. *Dial.*, V, 6: “*Qua accinctus et minax dissertam quidem, sed inexercitatum et eius modi certaminum rudem Helvidii sapientiam elusit.*”

⁴⁰⁶ Tac. *His.*, IV, 9, 1: “*Helvidius arbitrio senatus agendum censuit.*”

⁴⁰⁷ Tac. *His.*, IV, 9, 2: “*intercessit ne quid super tanta re principe absente statueretur.*”

⁴⁰⁸ Tac. *His.*, IV, 9, 2: “*censuerat Helvidius ut Capitolium publice restitueretur, adiuverat Vespasianus.*”

⁴⁰⁹ Tac. *His.*, IV, 9, 2: “*eam sententiam modestissimus quisque silentio, deinde oblivio transmisit: fuere qui et meminissent.*”

esperar que esse processo suscitasse acusações e ódios”.⁴¹⁰ O caso, que parecia ter certo o seu veredito, porém, foi adiado (*proximus dies causae destinatur*). Tácito finalizou o capítulo dizendo que não se esperassem que Musonio ou Publio aparecessem,⁴¹¹ mas sim Marcelo e Éprio e vários outros, “pois os espíritos estavam dispostos à vingança”.⁴¹²

E os ânimos estavam ávidos por vingança. Temos no capítulo 42 o discurso feroz (*trux oratio*) do senador Curtio Montano, que atacou Aquilo Regulo,⁴¹³ pois este se enriquecera às custas de inocentes na época de Nero, causando a destruição das casas dos Crassos e dos Orfitos e suscitando contra si “o mais implacável ódio”.⁴¹⁴ Helvídio, com este exemplo, “nutriu as esperanças de poder esmagar igualmente Marcelo”.⁴¹⁵ Tácito nos diz que Helvídio, então, atacou Marcelo com “os seus crimes (*crimen*) e ao mesmo tempo com o *exemplum* dos outros” e isso fazia com que o *animus* dos senadores (*pater*) se acalorassem (*ardeo*).⁴¹⁶ A imagem que Tácito vai aos poucos (re)apresentando, a partir dos elementos retirados da situação (*crimen*, *exemplum*, *animus* e *ardeo*) nos possibilita vislumbrar o clima eufórico e agitado do momento. Nesse instante, a partir da

⁴¹⁰ Tac. *His.*, IV, 10: “*Ea cognitione renouari odia accusationum arguebat.*”

⁴¹¹ O embate entre Musonio Rudo e Publio Celer retorna mais a frente. Celer foi enfim condenado em *His.*, IV, 40, 3: “*damnatusque Publius et Sorani manibus satis factum.*”

⁴¹² Tac. *His.*, IV, 10: “*motis ad ultionem animis, expectabantur.*”

⁴¹³ Sobre os senadores M. Aquilius Régulo, que tratamos agora, Vibius Crispus, que será apresentado no capítulo seguinte (*His.*, IV, 43) e Macellus Eprius, nota-se que todos foram de ranque consular, como destacou Syme. Fora Éprio, que cometeu suicídio antes de ser condenado em 74, os demais permaneceram em pune. (SYME, 1967, pp. 101-4)

⁴¹⁴ Tac. *His.*, IV, 42, 1: “*in summum odium extulerat.*” O discurso de Montano contra Régulo apresentado por Tácito nesse capítulo 42 possui elementos importantes, tanto no que diz respeito a construção de imagens quanto na utilização do *exemplum* negativo. No que tange à ênfase e à enargêia, *His.*, IV, 42, 1-4: “O exílio de teu pai garantia a tua [Régulo] segurança; os seus bens estavam partilhados entre os credores; tua idade não te permitia ainda as honras. Portanto, Nero nada tinha que te invejar, nada a temer de ti. O que te levou a isso foi a paixão do crime, a sede de recompensas e o desejo de mostrar um talento ainda desconhecido. Nesses funerais (*funus*) da república, viram-te arrebatar os despojos de um consul e, carregado de sete milhões de sestércios, resplandescentes da majestade do sacerdócio, envolveste na mesma ruína crianças inocentes, anciãos ilustres e mulheres da mais elevada posição”. No que diz respeito ao *exemplum*, *His.*, IV, 42, 5-6: “(...) Conservai pois, pais conscritos, guardai esse homem tão fértil em recursos, afim de que cada era tenha o seu modelo (*modus*) e enquanto os nossos cidadãos tomam por modelo Marcelo e a Crispo, os nossos jovens imitam Regulo. A perversidade, que econtra imitadores até mesmo quando não traz nenhuma vantagem, que será então quando prospera e vantajosa? E se receamos ofender esse homem no momento em que deixa a questura, ousaremos olhar para ele quando for pretor e consular? Julgais que Nero tenha sido o último de vossos senhores? Os que escaparam a Tibério e a Caio também assim pensaram e contudo, surgiu um tirano ainda mais bárbaro e implacável. Nada Tememos de Vespasiano. A sua idade e *moderatio* nos tranquilizam. Mas os *exempla* duram mais do que os *mores*.”

⁴¹⁵ Tac. *His.*, IV, 43, 1: “*ut spem caperet Helvidius posse etiam Marcellum prosterni.*”

⁴¹⁶ Tac. *His.*, IV, 43, 1: “*crimine simul exemploque Eprium urgebat.*”

narração do discurso e das recepções dos presentes, o historiador encerrou o capítulo desta maneira:

Logo que Marcelo se apercebeu disso, levantou-se como para sair. “Vou me embora Prisco, disse ele, e deixo-te o teu Senado. Reina em presença de César.” Vibio acompanhou-o, tão irritado com ele, mas com um ar diferente. Marcelo ameaçava com o olhar; Crispo sorria. Acorreram os amigos de ambos e fizeram com que ficassem. Os debates animaram-se entre os homens honestos (*bonus*), que eram numerosos, e uma minoria toda poderosa (*validus*). Lutou-se com a tenacidade do ódio e o dia inteiro passou-se em questões. (Tac. *His.*, IV, 43, 2).⁴¹⁷

O Senado neste momento se mostrava um palco efervescente, constrangedor e irritante para uns, que temiam sofrer os males que causaram no passado a outros senadores, alcançando poder e riqueza à custa do prejuízo de outros. Porém, estava também animado e esperançoso para outros, que se viam como novos donos do Senado, prontos a ganhar poder e riqueza prejudicando aqueles que tinham feito o mesmo antes. Se conseguissem, ganhariam riqueza e poder sob a justificativa de fazer justiça contra os delatores. Tratava-se de um ciclo de perseguições que se dava no interior do Senado e não por interesse ou iniciativa imperial.

Essa disputa apresenta também a heterogeneidade dos senadores que compunham o momento e também uma certa autonomia deste corpo, pois, na ocasião, numerosos eram os honestos (*bonus*) e em minoria estavam os poderosos (*validus*). Isso soa quase como uma análise de exceção vinda de Tácito, especialmente se olharmos, por exemplo, para aquele Senado compartilhado por Trasea Peto. Portanto, dessa maneira encerra-se os episódios das *Histórias* em que Helvídio foi tido como protagonista dentro do Senado.

Ainda em ambiente senatorial e também notável, porém, foi o comentário feito por Muciano no capítulo seguinte, 44, que diz respeito às mudanças de posicionamento tomado pelos senadores. Nele, o senador se dirigiu àqueles colegas que, tentando uma acusação, logo em seguida desistiam. Deu-lhes

⁴¹⁷ Tac. *His.*, IV, 43, 2: “*quod ubi sensit Marcellus, velut excedens curia 'imus' inquit, 'Prisce, et relinquimus tibi senatum tuum: regna praesente Caesare.' sequebatur Vibius Crispus, ambo infensi, vultu diverso, Marcellus minacibus oculis, Crispus renidens, donec ad cursu amicorum retraherentur. cum glisceret certamen, hinc multi bonique, inde pauci et validi pertinacibus odiis tenderent, consumptus per discordiam dies.*”

conselhos, então, quase “implorando” (*rogo*). Tácito relatou nesse mesmo capítulo que “o Senado tivera inícios de liberdade, mas, ao primeiro obstáculo, recuou”.⁴¹⁸

Davam-se como finalizadas as querelas senatoriais daquele momento, no capítulo 46. A partir do capítulo 47 foram retomadas questões militares. A última participação de Helvídio na narrativa das *Histórias* será apenas no capítulo 53. Nela, Prisco participava como pretor nos rituais que envolviam o início da construção do Capitólio, que fora encarregado por Vespasiano a Lucio Vestino.⁴¹⁹ De caráter público, trata-se de atuação religiosa que integrava as funções de um pretor. Todavia, nada mais será comentado por Tácito acerca desse senador dentro do que se preservou das *Histórias*.

Helvídio foi condenado e morto, como apresentamos no início, talvez no consulado de Marcelo Éprio, em 74. Suetônio narrou que Prisco foi morto devido a um engano apenas, pois Vespasiano mandara mensageiros intercederem em favor da vida de Prisco. No entanto, os mensageiros não chegaram a tempo. Em outro momento, vinte e dois anos depois, em 96, após o assassinato de Domiciano, Plínio o Jovem se denominou o vingador de Helvídio. Segundo Saylor, Plínio se comprometeu a processar o promotor de acusação de Helvídio, Publio Certo. Em seguida, publicou sua fala sob o título de *De Helvidii ultione*.⁴²⁰ Na época do *princeps* Domiciano, como nos diz Tácito na *Vida de Agrícola*, dois outros indivíduos, Aruleno Rústico e Hereno Senécio, tentaram escrever elogios às figuras de Trasea Peto e de Helvídio Prisco, mas tiveram a condenação à morte em resposta.⁴²¹

*

Portanto, a partir dos senadores Trasea Peto e Helvídio Prisco, Tácito nos apresentou uma forma particular de comportamento. Ambos foram virtuosos para o historiador latino, senadores que buscaram atuar e interferir no *mundo público*, cada qual com suas estratégias. Amigos e parentes, os dois, no entanto, protagonizaram, em momentos distintos, atuações independentes. Peto, sob o Principado de Nero; Prisco, especialmente sob os imperadores Galba, Vitélio e

⁴¹⁸ Tac. *His.*, IV, 44, 1: “*patres coeptatam libertatem, postquam obviam itum, omisere.*”

⁴¹⁹ Tac. *His.*, IV, 53.

⁴²⁰ SAYLOR, D. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008, pp. 12.

⁴²¹ Tac. *Ag.*, 2, 1.

Vespasiano. Devemos ter em mente que os limites de atuação de cada momento, como buscamos apresentar, eram diferenciados. Em consequência disso, o comportamento ganhava forma a partir de variáveis externas – *princeps*, senadores, guerras, crises econômicas etc. – como também a partir da personalidade de cada senador.

Em Nero, as fronteiras do que era permitido foram mais estreitas. Trasea Peto atuou com *constantia* no Senado, porém foi um daqueles aristocratas que fez o ilícito (*inlicita*) para o momento. Enfrentou dissimuladamente os embates encenados no palco da política, chegando ao limite do que lhe era permitido e, a partir de sua retirada em *silentium* da assembleia senatorial onde se elogiava o matricídio de Nero,⁴²² atraiu para si as consequências dessa ação. Chegara ao limite de sua dissimulação nessa ocasião. Dentre os adjetivos utilizados por Tácito para qualificar o comportamento deste senador, o campo semântico gira em torno nomes que apresentam a firmeza e constância de sua personalidade: *constantia*, *impollutus*, *continuus*, *integra*, *firmitudo*, *honestus*, *silentium* e *immutus*. Depois, em meio a sucessivas tensões no Senado e, em especial, devido aos conflitos derivados dos caprichos do imperador,⁴²³ foi obrigado a retirar a própria vida.

Helvídio Prisco, por sua vez, já nos apareceu em Nero como um seguidor de Trasea, sendo exilado na mesma ocasião em que seu sogro fora condenado.⁴²⁴ Menos precavido que Peto, foi *constans adversus metus* quando retornou do exílio. *Animus* desejoso por vingança (*ultio*), foi responsável por atacar o delator de seu Peto, o eloquente e poderoso cônsul Marcelo Éprio. Das palavras utilizadas por Tácito para qualificar o comportamento de Helvídio, temos, assim como Peto, destaque dado a sua firmeza de caráter: *constantia*, *constans*, *bonus*, *sapiens*, *moderatio* e *honestus*.

Sobre esses dois homens, Dylan Sailor comenta que eles desejavam que todos ouvissem que não eram escravos. Tornaram-se, portanto, mártires.⁴²⁵ Tácito nos

⁴²² Tac. *Ann.*, XIV, 12, 6.

⁴²³ Como na ocasião das honras prestadas ao nascimento de sua filha Augusta, que logo falecera, Trase não se mostrou presente, pois tivera ordem de não aparecer. Obedecendo a ordem, parece ter causado ainda maior indignação. Ver: Tac. *Ann.*, XV, 23.

⁴²⁴ Tac. *Ann.*, XVI, 33.

⁴²⁵ SAILOR, D. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008, pp. 13. Análise semelhante em Grisé: “par leur renoncement volontaire à la vie, ils réclamaient en silence la liberté du citoyen désormais étouffée par le despotisme d’un Maître du monde qui, à leurs yeux, mettait en péril la Res publica elle-même.” (GRISÉ: 1982, p. 82).

diz na *Vida de Agrícola* que muitos homens, que viveram sob maus *princeps*, nada conseguiram em benefício (*usus*) da República com sua morte espetacular (*mors ambitiosa*). Se Trasea Peto e Helvídio Prisco integram a lista taciteana das *mortes ambitiosae*, essa é uma questão difícil de responder. Mais certamente é mais fácil afirmar que eles não foram homens inúteis à República na imagem constituída por Tácito em suas obras historiográficas. Pelo contrário, ambos foram descritos por Tácito como homens de *constantia*, *libertas* e *gloria*. Serviram à República, mas, ao longo de suas vidas, enfrentaram diretamente homens perigosos e tiveram que lidar com cenário político nada amistoso. Aturando cada vez menos e arriscando-se cada vez mais, foram *exempla* de comportamentos virtuosos, mas tiveram a morte precipitada. Todavia, como veremos a seguir, outro tipo de *exempla* admirava ainda mais a Tácito. Modelos de *prudentia*, *constantia* e, especialmente, *moderatio*. Homens da aristocracia que conseguiram sobreviver, de acordo com Tácito, mesmo sob imperadores furiosos, como Domiciano, e dissimulados, como Tibério. Tácito parece dar destaque especial a tais indivíduos que, por um lado, não se rendiam às injustiças, mas que, por outro, souberam preservar sua vida. Poderia esse ser um esboço de uma nova virtude para o Principado. Nossos exemplos são Júlio Agrícola e Marco Lépido.

3.2. Segundo Grupo

Não quero que o homem facilmente compre a fama com
o sangue
Desejo que este possa ser louvado sem ter que morrer.
(Mart. *Ep.*, I, 8, 5-6).⁴²⁶

3.2.1. Júlio Agrícola

Pois se posteridade desejar conhecer seu aspecto, foi ele mais proporcional do que alto, nenhuma agressividade na expressão, mais do que amável no rosto facilmente se via ser homem bom, e, sem relutância, grande. E se é verdade que foi levado exatamente no meio de uma vida completa, percorreu à glória, a mais longa das idades; alcançara todos os verdadeiros bens que nas virtudes se fundam e, depois distinguindo com os ornamentos consulares e triunfais, que outra coisa mais lhe poderia ter construído a sorte? Não punha seu rosto em riquezas demasiadas, e o que lhe bastava, ele tinha. (Tac. *Ag.*, XLIV, 2-4).⁴²⁷

A vida de Júlio Agrícola narrada por Tácito modelava, talvez, de forma mais enfática para o historiador latino, as grandes qualidades de um homem digno de ser tomado como *exemplum* em meio ao contexto do Principado. Na passagem acima, Agrícola personalizava as competências da virtude taciteana, virtudes essas que foram pautadas através do equilíbrio. Em primeiro lugar, Tácito destacou constituição física de Agrícola: “foi ele mais proporcional do que alto”. Definição que poderia ser lida, para além da beleza corpórea, também como metáfora para a harmonia das qualidades encontradas no general. O corpo é, assim, metáfora imagética para apresentar a personalidade,⁴²⁸ pois, é notadamente destacado por

⁴²⁶ Trad. minha. Mart. *Ep.*, I, 8, 5-6: “*Nolo virum redemit qui sanguine famam, / hunc uolo, laudari que sine morte potest.*”

⁴²⁷ Trad. adaptada de Agostinho (1937). Tac. *Ag.*, XLIV, 2-4: “*Quod si habitum quoque eius posterius noscere velint, decentior quam sublimior fuit; nihil impetus in vultu: gratia oris supererat. Bonum virum facile crederes, magnum libenter. Et ipse quidem, quamquam medio in spatio integrae aetatis ereptus, quantum ad gloriam, longissimum aevum peregit. Quippe et vera bona, quae in virtutibus sita sunt, impleverat, et consulari ac triumphalibus ornamentis praedito quid aliud adstruere fortuna poterat? Opibus nimis non gaudebat, speciosae [non] contigerant.*”

⁴²⁸ A metáfora que aproxima a harmonia do corpo com as qualidades intelectuais e morais pode também ser pensada em relação à construção textual. Na *Arte Poética*, Horácio, comparando o

Tácito, em *Agrícola*, “no rosto facilmente se via ser homem bom, e, sem relutância, grande”.

No entanto, o equilíbrio e firmeza do corpo e da alma não fogem ao paradoxo do Principado que buscamos destacar anteriormente. Aquele no qual a vida e a carreira pública se mostravam conflitantes, no entanto indispensáveis, frente a um mundo perigoso e delicado da política romana.

Evitava *Agrícola* expor-se além do necessário, além da obrigatoriedade de suas funções públicas, para com isso resguardar sua vida e de sua família. Como nos diz Tácito, *Agrícola* não “procurou a fama, pela qual até os bons têm certa fraqueza”,⁴²⁹ jamais “exautou, louvando-se, seus feitos”.⁴³⁰ A fama poderia ser objeto de inveja por muitos, e a fama militar, em especial, poderia provocar ainda mais os ânimos de um imperador que também era um vitorioso na guerra: Domiciano. No entanto, como recorrente na narrativa de Tácito, por mais que *Agrícola* buscasse não ser um holofote do império, não poderia esconder seu brilho depois de realizados inúmeros feitos dignos de glória: “não procurou os louros dos relatórios e, com a própria dissimulação da glória, sua glória aumentou”.⁴³¹

O encômio do distinto general militar *Agrícola*, originário da colônia de Foro Júlio, reforçava esse paradoxo do mundo público enfrentado pelo aristocrata romano virtuoso, pois ao mesmo tempo que o aristocrata deveria cumprir suas funções públicas no Estado, necessitava estar atento aos meandros da sobrevivência neste espaço de atuação. Diferentemente dos casos que vimos até o momento, *Agrícola* pouco se arriscou no fórum e no Senado, participando pouco dos embates e das disputas entre os senadores. Sua carreira se constituiu destacadamente no campo militar, o que não deixava de desagradar e preocupar a Domiciano.⁴³² Já que a época era ingrata à glória militar, pois em “juízos adversos

fazer de um pintor com o de um autor, argumenta que a falta de proporção gera descredibilidade e riso nos leitores. Pintores e poetas podem ousar tudo, porém, sem permitir “que à mansidão se junte a ferocidade e que se associem serpentes a aves e cordeiros a tigres” (*Hor. Ars.*, 11-13: “*sed non ut placidis coeant inmitia, non ut serpentes auibus gementur, tigribus agni*”).

⁴²⁹ *Tac. Ag.*, IX, 4: “*ne famam quidem, cui saepe etiam boni indulgente.*”

⁴³⁰ *Tac. Ag.*, VIII, 3: “*nec Agricola unquam in suam famam gestis exultavit.*”

⁴³¹ *Tac. Ag.*, XVIII, 6: “*ne laureatis quidem gesta prosecutus est, sed ipsa dissimulatione famae famam auxit.*”

⁴³² Por exemplo: “Isto o considerava ele sobremodo temível, que o nome de um particular [*Agrícola*] sobrepujasse o do princeps”. (*Tac. Ag.*, XXXIX, 2: “*Id sibi maxime formidolosum, privati hominis nomen supra principem attolli*”); “a glória do varão [*Agrícola*] é a pior espécie de inimigos”. (*Tac. Ag.*, XLI, 1: “*gloria viri ac pessimum inimicorum genus*”).

à grandeza não tornavam menos perigosa a boa fama do que a má”.⁴³³ Agrícola, portanto, representava em outro palco do mundo público, não menos arriscado: a guerra.

Os dados biográficos nos foram oferecidos por Tácito. Agrícola, como dissemos, nasceu em Foro Júlio, em 13 de junho do ano 40, sob o Principado de Calígula. Tácito mencionou que ele teve avós equestres; e seu pai, Júlio Grecino, já foi de ordem já senatorial e “conhecido por seus interesses pela eloquência e pela filosofia”.⁴³⁴ Sua mãe, Júlia Procila, era “de rara castidade”.⁴³⁵ Fora educado por ela com toda sua bondade (*indugentia*). De natureza honesta (*bonus*) e íntegra (*integra*), Agrícola teve como lugar de seus estudos a cidade de Marselha, localidade “em que se juntam e bem se ligam a urbanizadade grega e a parcimônia da província”.⁴³⁶ A *prudencia* de sua mãe moderou seu ardor pela filosofia durante sua juventude, nos diz Tácito, dando, por fim, destaque à *moderatio* como elemento basilar da personalidade de Agrícola: “Depois, a razão e a idade o mitigaram e, da filosofia, reteve o mais difícil, a medida (*modus*)”.⁴³⁷

Quando veio a Roma para obter a magistratura, casou-se com Domícia Decidiana, mulher que Tácito destacou como de esplêndida origem (*splendidus natalis*).⁴³⁸ O matrimônio elevou ainda mais sua posição. Exerceu a questura aos 24 anos na rica província da Ásia, no quinquênio final do Principado de Nero. Tácito nos diz que, “entre a questura e o tribunato da plebe, e no próprio ano do tribunato, viveu ele quieto e sossegado, sabendo que no tempo de Nero, o que era ajuizado era não fazer nada”.⁴³⁹ A pretura aconteceu aos 28 anos, em 68, mesmo ano do assassinato de Nero. O equilíbrio foi novamente a particularidade de seu comportamento como pretor: “Na pretura, foram o mesmo o comportamento e o

⁴³³ Tac. Ag., V, 5: “*ingrata temporibus quibus sinistra erga eminentes interpretativo nec minus periculum ex magna fama quam ex mala.*”

⁴³⁴ Tac. Ag., IV, 1: “*studio eloquentiae sapientiaeque notus.*”

⁴³⁵ Tac. Ag., IV, 2: “*rarae castitatis.*”

⁴³⁶ Tac. Ag., IV, 2: “*locum Graeca comitate et provincial parsimonia mixtum ac bene compositum.*”

⁴³⁷ Tac. Ag., IV, 3: “*mox mitigavit ratio e aetas, retinuitque, quod est difficillimum, ex sapientia modum.*” Sobre a palavra *modus*, utilizado por Tácito aqui, Ogilvie e Richmond (1992) afirmam que provavelmente o melhor sentido para ela seja o de *moderatio*: “‘a sense of proportion’, a temperament preventing him from being carried into extremes of thought or action, like some members of the Stoic opposition The thought, which is something of a paradox, was a rhetorical commonplace. [...] Tacitus here strikes the key-note: moderatio is throughout the proeminent trait of Agricola’s character.” (OGILVIE & RICHMOND: 1992, pp. 144).

⁴³⁸ Tac. Ag., VI, 1.

⁴³⁹ Tac. Ag., VI, 3: “*inter quaesturam ac tribunatum plebis atque ipsum etiam tribunatus annum quiete et odio transiit, gnarus sub Nerone temporum, quibus inertia pro sapientia fuit.*”

silêncio, pois lhe não deram jurisdição; organizou os jogos e as vaidades do cargo no meio caminho entre a frieza e a ostentação, de maneira a ficar tão longe do luxo, quanto perto da fama”.⁴⁴⁰

O silentium era característico de um homem que sabia lidar com os riscos do mundo público. Tácito enumera uma amálgama de qualidades em torno dessa perspicácia de Agrícola, um indivíduo, assim como o autor, consciente dos problemas postos à aristocracia no Principado. Sob Galba, foi nomeado para inventariar os bens dos templos, “fez seu inquérito tão cuidadosamente que a República não sentiu os sacrilégios de ninguém, a não ser os de Nero”.⁴⁴¹ Após assumir com competência suas funções magistráticas de Questor e Pretor, Agrícola mudaria sua direção. Sua vida e fama seriam construídas longe da administração da *urbs*, longe do fórum.

Agrícola assumiu o comando (*legatus legionis*) da vigésima legião em 70, que provavelmente estava estacionada em Wroxeter. Assumiu-o no momento em que Vespasiano já tivera o controle do governo, e foi assim designado para reorganizar a legião que antes se portara sediciosamente. Tácito nos diz que Agrícola soube lidar inteligentemente com a situação: “Escolhido como sucessor e, ao mesmo tempo, como repressor, preferiu, com raríssima *moderatio*, dar-se a aparência de ter encontrado gente boa, não de ter a feito”.⁴⁴²

Segundo Ogilvie e Richmond, Agrícola retornou a Roma com seu chefe, Petílio Cerialis, no final de 73 ou antes de maio de 74.⁴⁴³ Fez-se, sob Vespasiano, patrício; em seguida recebeu o governo da província da Acquitânia. Tácito nos diz que muitos achavam que, por ser forte seu espírito militar, faltaria sutileza para exercer as habilidades do foro.⁴⁴⁴ Todavia, ficou na província menos de três anos, quando foi designado consul em 77, assumindo então o cargo e retornando assim a Roma. Em exercício do consulado, reafirma suas competências para com a República:

Agrícola, por sua natural *prudentia* e embora tratando com civis (*togatus*), procedia com brandura e com justiça. Além disso,

⁴⁴⁰ Tac. Ag., VI, 4: “*idem praeturae tenor et silentium; nec enim iurisdicito obvenerat.*”

⁴⁴¹ Tac. Ag., VI, 5: “*diligentissima conquestione fecit ne cuius alterius sacrilegium res publica quam Neronis sensisset.*”

⁴⁴² Tac. Ag., VII, 3: “*ita successor simul et ultor electus rarissima moderatione maluit videri invenisse bonos quam fecisse.*”

⁴⁴³ OGILVIE & RICHMOND, *De Vita Agricolae*. Oxford University Press, 1992, p. 317.

⁴⁴⁴ Tac. Ag., IX, 2.

dividia o tempo entre os cuidados e as distrações: quando assembleias e tribunais o exigiam, grave (*gravis*), atento (*intentus*), severo (*severus*), mais vezes, porém, misericordioso (*misericors*); logo que satisfazia à sua obrigação, mais nenhum sinal do poder: despia a taciturnidade, a altanaria e a dureza. Nele, o que é raríssimo, nem a brandura (*facilitas*) diminuía a *auctoritas*, nem a severidade (*severitas*) o afeto (*amor*). (Tac. Ag., 9, 2-3).⁴⁴⁵

Como mais uma vez Tácito buscou ressaltar nessa passagem, Agrícola conciliava, de acordo com a exigência da situação, a *gravitas* e a *severitas* com a *misericordia* e a *facilitas*. Esse comportamento não diminui sua *auctoritas* nos negócios públicos. Ao contrário, Agrícola era assim digno de seus cargos. Sempre agindo com *prudencia*. Em todos os seus cargos, como Tácito procurou pôr em relevo, Agrícola se fez moderado. Continuando a passagem anterior, Tácito acrescentou:

Não aspirou à fama - para a qual até os bons frequentemente se entregam -, ostentando virtude, ou mediante artifício, mantinha-se distante das disputas com os colegas, distante das contendas com os procuradores, julgava inglório vencer e vergonhoso ser abatido". (Tac. Ag., IX, 4-5).⁴⁴⁶

Como podemos notar em Agrícola (e, obviamente, também na habilidade tacitena em narrar), o trecho citado é uma excelência na arte da dissimulação política. Agrícola não aspirou a fama ostentando a virtude (*virtus*) e nem mediante artifício (*ars*). Destacamos o uso da palavra *ars* (arte), que pode ser pensada como artifício, no sentido que expressa uma habilidade política de uma ação premeditada, um artifício de dissimulação por parte do general Agrícola, fazendo-se assim ver o grau de premeditação com o qual agia Agrícola. O trecho final, “*et vincere inglorium et atteri sordidum arbitratur*”, ou seja, “julgava inglório

⁴⁴⁵ Trad. de Agostinho (1974) com algumas alterações. Tac. Ag. IX, 2-3: “*Agricola naturali prudentia, quamvis inter togatos, facile iusteque agebat. Iam vero tempora curarum remissionumque divisa: ubi conventus ac iudicia poscerent, gravis intentus, severus et saepius misericors: ubi officio satis factum, nulla ultra potestatis persona [; tristitiam et adrogantiam et avaritiam exuerat]. Nec illi, quod est rarissimum, aut facilitas auctoritatem aut severitas amorem deminuit.*”

⁴⁴⁶ Trad. minha. Tac., Ag., IX, 4-5: “*Ne famam quidem, cui saepe etiam boni indulgent, ostentanda virtute aut per artem quaesivit; procul ab aemulatione adversus collegas, procul a contentione adversus procuratores, et vincere inglorium et atteri sordidum arbitratur.*” Observações: *Atteri sordidum*, “vergonhoso ser abatido” – literalmente *atteri* significa diminuir, reduzir.

vencer e vergonhoso ser abatido”, ilustra mais uma destreza taciteana. Diz de forma ambígua, argumentando e logo contrargumentando, na mesma sentença, duas proposições de sentidos opostos: por um lado, que o vencer, no sentido competitivo de se sobressair aos colegas, era algo ruim, mas que, por outro lado, o ser submetido era algo vergonhoso. Na passagem, especificamente, o comportamento moderado de Agrícola se fazia nos espaços do fórum e das assembleias públicas, diante dos *collegae* e dos *procuratores*.⁴⁴⁷

Foi quando Agrícola era cônsul que Tácito tornou-se noivo da filha do general, casando-se logo após o término do consulado dele, em 75. Em seguida, Agrícola assumiria o governo da Bretanha.⁴⁴⁸ Então, a partir do capítulo 9 até o capítulo 39, da *Vida de Agrícola*, Tácito se volta para as questões militares e o importante papel do general no governo da Bretanha. Muda-se o espaço de atuação, no entanto não as virtudes do general. Agrícola dominou e conquistou a província, entregando-a em paz ao imperador Domiciano.

[...] reconheceram-se a grandeza e a glória de Agrícola, visto que, logo ao chegar à província e no tempo que os outros gastam na ostentação e na busca de honras, preferia ele o trabalho e o perigo. Por outro lado, e por lhe ter saído tudo bem, não se entregava Agrícola à vaidade, nem chamava expedição ou vitória ao ter dominado quem já era vencido; não procurou os louros dos relatórios e, com a própria dissimulação da glória, sua glória aumentou, pensando todos em quanta esperança de futuro lhe faria calar tão grandes feitos. (Tac. Ag., XVIII, 5-6).⁴⁴⁹

Como buscamos destacar até aqui, os efeitos do comportamento de Agrícola, mesmo que sob cautelosa e virtuosa *moderatio*, promoviam a fama do general. Se compararmos as condutas de Agrícola com as dos outros dois senadores analisados, Trasea Peto e Helvídio Prisco, encontraríamos a carga desses últimos um menor apreço pela vida. No entanto, se torna de difícil medição as reações

⁴⁴⁷ No *OLD*, o termo *collega* pode designar duas funções, ou um cargo político ou um religioso (GLARE, 2007, p. 350); o termo *procurator* designa, em geral, a responsabilidade dada a uma pessoa com o objetivo de administrar, proteger ou supervisionar uma determinada região provincial. (GLARE, 2007, p. 1470).

⁴⁴⁸ Tac. Ag., IX, 6.

⁴⁴⁹ Tac. Ag., XVIII, 5-6: “[...] *clarus ac magnus haberi Agricola, quippe cui ingredienti provinciam, quod tempus alii per ostentationem et officiorum ambitum transigunt, labor et periculum placuisset. Nec Agricola prosperitate rerum in vanitatem usus, expeditionem aut victoriam vocabat victos continuisse; ne laureatis quidem gesta prosecutus est, sed ipsa dissimulatione famae famam auxit, aestimantibus quanta futuri spe tam magna tacuisset.*”

promovidas diante do comportamento de cada um dos três. Agrícola, quando em Roma, pouco se arriscou nas contendas senatoriais, o que parece ser, aos olhos de Tácito, devido à sua inteligência política. Porém, por outro lado, Agrícola passou grande parte de sua vida longe de Roma, muitos desses anos na distante província da Bretanha. Trasea e Prisco, por sua vez, atuaram praticamente dentro do Senado, talvez por escolha, talvez pela necessidade de enfrentar as injustiças presentes em cada momento. Tácito, efetivamente, como vimos, elogiou ambos senadores, porém, cada um deles teve sua morte precipitada por algum imperador. Agrícola, como veremos, também pode ter sido vítima da crueldade de Domiciano, questão que Tácito deixa em aberto por falta de provas.⁴⁵⁰

Tácito relatou que Domiciano, após Agrícola ter conquistado toda a Bretanha, ordenou, no Senado, que se oferecessem ao general todos os ornamentos triunfais possíveis que substituíssem o triunfo. Como relatou Tácito, facilmente poderia Domiciano aceitar que um particular o superasse nas ocupações do foro e das artes civis, “mas o valor de um bom general deveria caber ao imperador”.⁴⁵¹ Em seguida, Domiciano destinou a província da Síria ao general, pois seu antigo governador, Atílio Rufo, havia falecido.⁴⁵²

Agrícola entregara uma província segura (*tutus*) e sossegada (*quietus*) ao seu sucessor. A campanha do general durou de 78 a 84.⁴⁵³ Ao retornar a Roma para encontrar-se com Domiciano, Tácito narrou de forma bastante elucidativa a perspicácia do general, habilidade que coaduna perfeitamente com o *retractus* de Agrícola composto até aqui pelo historiador latino. O efeito efrástico da chegada de Agrícola ao palácio do *princeps* traz aos olhos a ação decorosa à personalidade da personagem:

E, para que a sua entrada se não lhe tornasse notória pelo interesse e número dos que lhe viessem ao encontro, evitou as atenções dos amigos e de noite veio à cidade, de noite ao palácio, segundo as instruções que recebera; acolhido com um breve beijo e sem palavra alguma, misturaram-no à turba dos

⁴⁵⁰ Tac. Ag., XLIII.

⁴⁵¹ Tac. Ag., XXXIX, 2-3: “*ducis boni imperatoriam virtutem esse.*” Os *triumphalia ornamenta*, também chamado de *triumphalia insígnia* foi circunscrita por Augusto apenas aos membros da família imperial. Logo, Tácito sabia que não era esperado ser concedido tal condecoração à Agrícola. (OGILVIE & RICHMOND, 1992, p 287)

⁴⁵² Tac. Ag. XL, 1.

⁴⁵³ A cunhagem de moedas comemorativas concedidas por Domiciano ao general, segundo Ogilvie e Richmond (1992, p. 320), nos fornece dados seguros sobre o término do governo de Agrícola na Bretanha em 84.

cortesãos. Como porém, temperasse a glória militar, arriscada entre quem nada faz, com outras qualidades, entregou-se ao sossego e ao lazer, modesto no viver, fácil de trato, acompanhando-se de um ou outro amigo, de maneira que muitos, que têm por hábito julgar os grandes homens pelos ares, perguntavam-se, ao ver e considerar Agrícola, do motivo da sua fama e poucos o entendiam. (Tac. Ag., XL, 3-4).⁴⁵⁴

Nesta cena descrita por Tácito, o general toma os devidos cuidados para que sua chegada, já esperada, não tomasse proporções exageradas. Agrícola recebera ordens (*ut praeceptum*) para se encontrar com Domiciano, escolhera então a discricção da noite para fazer isso, evitando assim as atenções.⁴⁵⁵ Quando chega ao palácio, é recebido com um breve beijo (*breui osculo*).⁴⁵⁶ Agrícola soube temperar (*tempero*) sua glória militar e, como lhe era de costume, modesto no viver (*cultu modicus*), lidou da melhor maneira possível em meio aos cortesãos de Domiciano. Tal comportamento e tal aparência modestas provocavam o espanto entre as pessoas em Roma, muitos perguntando, “ao ver e considerar Agrícola, do motivo de sua fama e poucos o entendiam”.⁴⁵⁷ Tácito infere com isso que as aparências (físicas e comportamentais) de Agrícola não demonstravam a grandeza que a fama lhe concedia. Dessa maneira, o general se mostra um grande dissimulador de suas qualidades, por quase passar despercebido em meio à multidão. Isso é considerado positivo por Tácito, visto que Agrícola buscava servir ao bem público e evitar conflitos pessoais.

Daremos destaque agora aos capítulos 40-42 da *Vida de Agrícola*, nos quais Tácito comentou a capacidade que teriam alguns homens, mesmo sob maus imperadores, de servir a República. A passagem é longa. A primeira parte (Ag., XL, 1) corresponde às eleições para os proconsulados da África e da Ásia. Tácito narrou que alguns vieram visitar Agrícola na ocasião para verificar a disposição do general em ir para a província. Como esses eram conhecedores dos pensamentos de Domiciano, louvaram, “como disfarce, o sossego e o lazer, depois

⁴⁵⁴ Trad. de Agostinho (1937). Tac. Ag., XL, 3-4: “*Ac ne notabilis celebritate et frequentia occurrentium introitus esset, vitato amicorum officio noctu in urbem, noctu in Palatium, ita ut praeceptum erat, venit; exceptusque breui osculo et nullo sermone turbae servientium inmixtus est. Ceterum uti militare nomen, grave inter otiosos, aliis virtutibus temperaret, tranquillitatem atque otium penitus hausit, cultu modicus, sermone facilis, uno aut altero amicorum comitatus, adeo ut plerique, quibus magnos viros per ambitionem aestimare mos est, viso aspectoque Agricola quaerent famam, pauci interpretarentur.*”

⁴⁵⁵ Para tal interpretação da passagem, ver o comentário de Ogilvie e Richmond (1992, p. 289)

⁴⁵⁶ O costume de cumprimentar o imperador com um beijo, que parece ter sido introduzido por Augusto, era reservado aos mais íntimos e distintos amigos. Cf. Suet. *Vit. Tib.*, XXIV; *Otho*, VI.

⁴⁵⁷ Tac. Ag., XL, 4: “*viso aspectoque Agricola quaerent famam, pauci interpretarentur.*”

ofereceriam a sua ajuda para que a recusa fosse aprovada, e em seguida, deixando-se conselhos obscuros, usaram do terror e levaram-no a Domiciano”.⁴⁵⁸

Aos olhos de Tácito, (Ag., XLII, 2) Domiciano esperava que Agrícola pedisse o proconsulado, sendo que talvez esse fosse o principal objetivo daqueles que tiveram com Agrícola antes do encontro com o *princeps*: convencer Agrícola a pedir o cargo à Domiciano. Ao encontrar o *princeps*, Tácito nos diz que Domiciano, “bem preparado no fingir e com uma atitude arrogante”,⁴⁵⁹ agradeceu a Agrícola e “nem corou da falsidade do favor”,⁴⁶⁰ mas não dera o cargo ao general. Tácito explicou que o proconsulado não fora dado à Agrícola por dois motivos: “ou ofendido por o não ter pedido, ou para que não tivesse ares de compor o que já proibira”.⁴⁶¹

O final do capítulo (Ag., XLII, 3-4) diz respeito à comparação entre Agrícola e o imperador Domiciano. Tácito apresentou e reafirmou o seu modelo de virtude, Agrícola, contrastando o com o seu modelo de vício, isto é, o do *princeps* Domiciano.

É próprio do gênio humano odiar quem se prejudica. A natureza de Domiciano é verdadeiramente precipitada à raiva, e tanto mais obscura quanto irrevogável, porém era suavizado pela moderação e prudência de Agrícola, porque ele não provocava a fama e a ruína nem com a insistência nem com a vã jactância da liberdade. Sabemos, para aqueles que costumam admirar as coisas ilícitas, que até sob maus imperadores houve grandes homens, e o obséquio e a modéstia, se há empenho e vigor, tanto mais elevam os elogios do que muitos, por atitudes temerárias, distinguiram-se com a morte ambiciosa, mas sem nenhum uso para a República. (Tac. Ag., XLII, 3-4).⁴⁶²

Essa passagem reafirma e sintetiza o que foi desenvolvido ao longo da obra taciteana sobre o comportamento de Agrícola. Na primeira parte do trecho citado,

⁴⁵⁸ Tac. Ag., XLII, 1: “*Ac primo occultius quietem et otium laudare, mox operam suam in adprobanda excusatione offerre, postremo non iam obscuri suadentes simul terrentesque pertraxere ad Domitianum.*”

⁴⁵⁹ Tac. Ag., XLII, 2: “*qui paratus simulatione, in adrogantiam compositus.*”

⁴⁶⁰ Tac. Ag., XLII, 2: “*nec erubuit beneficii invidia.*”

⁴⁶¹ Tac. Ag., XLII, 2-3: “*sive offensus non petatum, sive ex conscientia, ne quod vetuerat videretur emisse.*”

⁴⁶² Tac. Ag., XLII, 3-4: “*proprium humani ingenii est odisse quem laeseris: Domitiani vero natura praeceps in iram, et quo obscurior, eo inrevocabilior, moderatione tamen prudentiaque Agricolae leniebat, quia non contumacia neque inani iactatione libertatis famam fatumque provocabat. Sciant, quibus moris est inlicita mirari, posse etiam sub malis principibus magnos viros esse, obsequiumque ac modestiam, si industria ac vigor adsint, eo laudis escendere, quo plerique per abrupta, sed in nullum rei publicae usum, ambitiosa morte inclaruerunt.*”

prudentia e *moderatio* são os termos que qualificam positivamente o comportamento de Agrícola. Por outro lado, *contumacia* e *iactationes libertatis* são termos de sentido negativo. Tanto *contumacia* (insistência, teimosia) quanto *iactationes* (arrogância, presunção, vaidade) são exageros comportamentais, que fogem ao equilíbrio retratado por Tácito no decorrer de sua narrativa. Isso nos conduz a um movimento interessante: relacionados à liberdade, *contumacia* e *iactationes* provocavam *fama* e *fatum*, isto é, renome e ruína. (Seriam os casos de Trasea e Prisco, ainda que eles nominalmente citados por Tácito) Em contraposição, Domiciano foi qualificado como sendo de natureza “precipitada à raiva” (*praeceps in iram*), obscura (*obscurior*) e irrevogável (*inrevocabilior*). Claro *exemplum* de desequilíbrio, logo, negativo.

Na segunda parte, após afirmar que até “sob maus imperadores houve grandes homens”, *modestia* (moderação, temperança) e *obsequium* (obediência, precaução) são termos positivos, reafirmando os sentidos de *prudentia* e *moderatio* que foram recorrentemente utilizados por Tácito ao longo da narrativa para qualificar o seu sogro. Lembrando, por fim, que a morte por ambição, seja ela conquistada pelo desejo de fama e glória, ou por oposição direta ao *princeps*, não tem serventia à República. Agrícola foi um desses grandes homens, que mesmo sob um tirano como Domiciano, soube comportar-se com *moderatio* e *prudentia*, servindo à República.

Júlio Agrícola morreu aos 56 anos, nos anos finais do governo de Domiciano, ao longo dos quais, como afirmou Tácito, sem intervalos e nem pausas, o *princeps* “esgotou a República” (*res publica exaurio*).⁴⁶³ Sobre o fim de sua vida, Tácito lamenta a partida do sogro. Os motivos da morte são questionados pelo autor. Havia rumores de que ele fora envenenado a mando de Domiciano, porém, não teve provas para afirmar isso.⁴⁶⁴

“Agrícola sobreviverá porque à posteridade foi narrado e entregue”.⁴⁶⁵ Um modelo que servia à emulação, pois, como diz o historiador latino, “possamos te admirar e te elogiar, e, se a natureza ajudar, te imitar”.⁴⁶⁶

⁴⁶³ Tac. Ag., XLIV, 5.

⁴⁶⁴ Tac. Ag., XLIII.

⁴⁶⁵ Tac. Ag., XLVI, 4: “Agricola posteritati narratus et traditus superstes erit.”

⁴⁶⁶ Tac. Ag., XLVI, 2: “admiratione te potius e laudibus et, si natura suppeditet, similitudine colamus.”

A *Vida de Agrícola* poderia ser considerada como um elogio familiar, de um genro ao sogro. Um encômio no qual o autor potencializa as qualidades de seu *exemplum*, tornando-o quase único. No entanto, escrevendo quase duas décadas mais tarde, Tácito retomou o mesmo ponto nos *Anais*, se perguntando novamente sobre a possibilidade de haver um caminho entre a contumácia repentina e a subserviência disforme. Trataremos a seguir da possibilidade do equilíbrio como a medida da virtude no Principado, estudando o caso do senador Marco Lépido.

3.3.2 Marco Lépido

Marco Emílio Lépido foi senador e general de família ilustre. Sobre sua morte, no ano 33, Tácito destacou sua *moderatio* e *sapientia*. A respeito de sua família, disse: “Nem é preciso agora demorar-me mais em relatar a sua grande nobreza; por que a família Emília foi sempre fecunda em bons cidadãos, e aqueles mesmos que tiveram costumes corrompidos gozaram toda a sua vida de uma brilhante fortuna”.⁴⁶⁷

Como veremos, o retrato de Lépido, general e senador atuante no espaço público senatorial, foi claramente composto no relato taciteano como *exemplum* de virtude. Depois da *Vida de Agrícola*, escrita por volta de 98, Tácito retomou, de maneira bastante semelhante, um tipo de comportamento que outrora apenas poderia parecer um elogio fraternal, consagrada na biografia de seu sogro, Agrícola. Vinte anos depois de escrever a biografia, sob a empreitada de uma narrativa historiográfica, Tácito nos apresentou um *exemplum* semelhante ao de Agrícola. Em meio aos inúmeros casos de homens viciosos e desacreditados narrados no *Anais*, o historiador latino inseriu também aqueles virtuosos. Se o espaço de atuação de Agrícola, muitas vezes, se restringiu ao campo militar, distante de Roma, isso poderia justificar, em certa medida, a autonomia e *auctoritas* da atuação do general. Como veremos nos *Anais*, porém, Marco Lépido, além de general de renome, como destacou Ronald Syme, atuou também naquele campo mais arriscado: o palco senatorial. E mesmo sob tais circunstâncias, soube manter-se equilibrado, respeitado, isto é, manteve sua *auctoritas* em meio ao adverso mundo público romano. Acreditamos que Tácito encontrava em Lépido um guia, talvez o mais próximo, para a sua própria conduta no mundo público.

A leitura dos *Anais*, como destacamos anteriormente, nos proporciona diversas camadas de análises, muitas delas conflituosas e ambíguas. De maneira geral, tal obra nos apresenta comportamentos viciosos e inglórios, frutos esses do

⁴⁶⁷ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, VI, 27, 4: “*obiit eodem anno et M'. Lepidus de cuius moderatione atque sapientia in prioribus libris satis conlocavi. neque nobilitas diutius demonstranda est: quippe Aemilium genus fecundum bonorum civium, et qui eadem familia corruptis moribus, inlustri tamen fortuna egere.*”

meio pernicioso do Principado, porém, bons exemplos não estavam restritos ao passado. Tácito não idealizava o passado, especificamente aquele passado republicano.⁴⁶⁸ Se nos detivermos com mais atenção às minúcias do texto taciteano dos *Anais*, encontraremos, para além de uma pintura monstruosa e desacreditada do comportamento humano, homens notáveis pela virtude. Marco Lépido foi um destes.⁴⁶⁹

Ao todo, onze referências foram feitas à Marco Lépido nos *Anais*, todas elas inseridas nos livros tiberianos I, II, III, IV e VI. No entanto, existem algumas controvérsias a respeito desse registro. Devido à abreviatura do *praenomen* Marco (*Marcus*), feita pela letra ‘M’, muito foi discutido sobre a real presença da personagem em determinadas passagens do texto taciteano. O problema se deu especificamente entre *Marcus Aemilius Lepidus* e *Manius Aemilius Lepidus*, ambos descendentes do famoso M. *Aemilius Lepidus*, cônsul em 78 B.C.⁴⁷⁰ Porém, nos *Anais*, como bem argumentado por Ronald Syme, as personalidades de Mânio e Marco são bastante distintas. Como foram contemporâneos e possuíam a mesma abreviatura do *praenomen*, *Marcus* e *Manius* confundem-se na narrativa que nos foi legada. Isso levou a um dos editores dos *Anais*, Justus Lipsius, a adicionar equivocadamente Manius no lugar onde apenas existia a abreviatura ‘M’, preenchendo então a ‘lacuna’ para os leitores modernos. Sobre essa controvérsia, seguiremos as proposições de Ronald Syme para as aparições de Marco Lépido.⁴⁷¹

Como apresenta Syme, Marco Lépido possui nomes de peso em sua árvore genealógica. Seu avô, Paulo Emílio Lépido, foi irmão mais novo do triúmviro Lépido. Proscrito pelo próprio irmão, escapou da condenação indo morar na

⁴⁶⁸ Veja, por exemplo, o caso de Vespasiano: “Mas foi Vespasiano o principal autor de uma moral rigorosa, ele próprio cultivava costumes e modos de vida antigos. O desejo de emular o obséquio que provinha do princeps vale mais do que as penas das leis e o medo. A não ser que haja algo em todas as coisas, como em ciclo, de modo que as vicissitudes retornem da mesma forma que as estações do ano, assim também [retornam] os costumes; nem tudo entre os antigos é o melhor, nossa época também trouxe muitas coisas de louvor, inclusive nas artes. Que essas disputas entre os nossos antepassados continuem louváveis”. (Trad. minha. Tac. *Ann.*, III, 55, 4-5: “*sed praecipuus adstricti moris auctor Vespasianus fuit, antiquo ipse cultu victuque. obsequium inde in principem et aemulandi amor validior quam poena ex legibus et metus. nisi forte rebus cunctis inest quidam velut orbis, ut quem ad modum temporum vices ita morum vertantur; nec omnia apud priores meliora, sed nostra quoque aetas multa laudis et artium imitanda posteris tulit. verum haec nobis [in] maiores certamina ex honesto maneant.*”).

⁴⁶⁹ Outros exemplos de homens notáveis pela moderação nos *Anais* foram: Rubélio Plauto, em XIII, 20-21 e XIV, 59; Memio Régulo, em XIV, 47.

⁴⁷⁰ Tac. *Ann.*, III, 27, 2.

⁴⁷¹ SYME, R. “Marcus Lepidus, capax imperii”. In *Journal of Roman Studies*, 1955, pp. 22-33. Segue a mesma proposição de Syme, BALMACEDA, C. “Virtus Romana bajo la dinastia Julio-Claudia: la visión de Tácito em sus Annales”. In *Onomázein*, vol. 24, 2011/2, p. 363-89.

cidade de Mileto. Paulo Lépido casou-se com Cornélia, pertencente à ancestral família dos Cipiões. Cornélia era filha de Escribônia, e assim também irmã por parte de mãe de Júlia, filha de Augusto. Paulo se tornou censor em 22. Do casamento entre Paulo Lépido e Cornélia, dois filhos foram gerados: o mais velho, L. Emílio Paulo, que casou-se com Júlia, neta de Augusto; e o mais novo, o nosso senador Marco Emílio Lépido, que se tornou cônsul no ano 6.⁴⁷²

“Comandante de alto escalão e renomado militar, isso introduz Marco Lépido”, diz Syme.⁴⁷³ Segundo Catalina Balmaceda, Lépido foi o exemplo mais perceptível da *moderatio* nos *Anais*.⁴⁷⁴ Lépido fazia eco, vinte anos depois, às qualidades encontradas na personagem principal da primeira obra taciteana, Júlio Agrícola. No entanto, ao contrário do general de Domiciano, Lépido teve participação mais ativa no Senado, e como Tácito narrou, soube ele agir nesse espaço público de maneira bastante eficaz. A primeira aparição de Lépido nos *Anais* já nos apresentava os traços fortes que delineariam a personalidade do senador.

Em meios às discussões no Senado travadas com o sucessor de Augusto, no contexto logo após Tibério ter assumido o Principado, dois nomes ganham destaque ao contestarem em público o novo *princeps*. Galo Asínio e L. Arruncio, que nutriam ódios antigos pelo novo imperador, questionam Tibério em meio aos demais senadores. Tibério, mestre na arte da dissimulação,⁴⁷⁵ combatia seus opositores com réplicas evasivas e obscuras, no entanto seu rosto (*vultus*) denunciava sua indignação.⁴⁷⁶ Imerso nesse clima adverso de tensões dissimuladas, Tácito retoma um pensamento que teria sido de Augusto. Em suas últimas conversas enquanto vivo, o *princeps* Augusto teria comentado sobre alguns tipos de senadores, que sendo uns merecedores do império, o recusariam, outros sendo incapazes, o aspirariam, e outros que teriam não só talentos, mas

⁴⁷² Para a genealogia da família de Marco Lépido, ver SYME, R. (1955), pp. 22-33. (“High command and military renown intrude Marcus Lepidus”).

⁴⁷³ SYME, R. *The Augustan Aristocracy*. Oxford University Press, 1989, p. 128.

⁴⁷⁴ BALMACEDA, C. “Virtus Romana bajo la dinastia Julio-Claudia: la visión de Tácito em sus *Annales*”. *Onomázein* 24. (2011/2), p. 372.

⁴⁷⁵ Como Tácito nos diz, “[...] e tal era Tibério, que ainda nas coisas que de caráter, empregava sempre expressões mais obscuras e equívocas: e por consequência agora que se esforçava por encobrir profundamente seus pensamentos, muito mais confuso e inteligível se fazia”. (Tac. *Ann.*, I, 11, 2: *Tiberioque etiam in rebus quas non occuleret, seu natura sive adsuetudine, suspensa semper et obscura verba: tunc vero nitenti ut sensus suos penitus abderet, in incertum et ambiguum magis implicabantur*).

⁴⁷⁶ Tac. *Ann.*, I, 12, 3: “*etenim vultu offensionem coniectaverat.*”

também a coragem de conquistá-lo. Tácito retomou a fala em discurso direto. Desta maneira, Augusto se expressava da seguinte maneira: “De Marco Lépido diria que era capaz, mas arredo; que Galo Asínio era ávido e inferior; e que Lúcio Arrúncio não era índigo, mas se lhe desse alguma oportunidade, a tomaria.”⁴⁷⁷

Deste modo, Lépido se constituía como um senador digno de se tornar *princeps*, um *capax imperii*, porém, ele não aspirava ao poder.⁴⁷⁸ Como já prenunciava o comentário de Augusto, o comportamento de Lépido passaria ao largo das disputas pelo poder imperial, no entanto, como Tácito deixaria bem claro, soube ele servir à República, ao mesmo tempo em que evitava conflitos diretos.

A próxima passagem que nos interessa sobre Marco Lépido acontece no livro III dos *Anais*, capítulo 35. Nela, em meio a uma reunião do Senado, foi lida uma carta de Tibério na qual o *princeps*, curiosamente, queixava-se indiretamente dos pares “fazerem recair sobre o *princeps* todo o peso do governo”.⁴⁷⁹ Tibério designava na missiva que fossem escolhidos entre Marco Lépido e Júnio Bleso o procônsul da África.⁴⁸⁰ Lépido, ciente do rival que lhe concorria ao cargo, recusou-se a competir. Tácito narrou que Lépido “muito mais sinceramente se desculpava, apontando as suas enfermidades, os poucos anos de seus filhos, e a idade de uma filha que já estava em tempo de casar”.⁴⁸¹ A inteligência política de Lépido se apresentava em não querer disputar com Bleso, pois como apresentou Tácito no final da passagem, era ele cliente de Sejano e, portanto, preferido (*praevalidus*). Os aduladores (*adulatio*) que participavam da reunião, por sua vez, conscientes do contexto que se estabelecia por debaixo das aparências, não perderam a oportunidade de encorajar (*adutus*) Bleso a aceitar o proconsulado. Como frisou Tácito, era tudo o que Bleso desejava, mas “recusava com aparente relutância”.⁴⁸²

⁴⁷⁷ Tac. *Ann.*, I, 13, 2: “*M. Lepidum dixerat capacem sed aspernantem, Gallum Asinium avidum et minorem, L. Arruntium non indignum et si casus daretur ausurum.*”

⁴⁷⁸ Outro *capax imperii* foi o imperador Sêrvio Galba: “Superior em aparência à condição de súdito enquanto foi apenas um simples cidadão, era da opinião de todos digno do império, antes de ter reinado”. (Tac., *His.*, I, 49, 4: “*maior privato visus dum privatus fuit, et omnium consensu capax imperii nisi imperasset*”).

⁴⁷⁹ Tac. *Ann.*, III, 35, 1: “*quod cuncta curarum ad principem reicerent.*”

⁴⁸⁰ Sobre *Junius Blaesus*, ver Tac. *Ann.*, I, 16, 2.

⁴⁸¹ Tac. *Ann.*, III, 35, 2: “*intentius excusante se Lepido, cum valetudinem corporis, aetatem liberum, nubilem filiam obtenderet*”.

⁴⁸² Tac. *Ann.*, III, 35, 3: “*specie recusantis sed.*”

A próxima participação de Lépido aconteceu em contexto bastante curioso do ano 21. Ainda no livro III, no capítulo 49, Tácito nos diz que um cavaleiro chamado Clutório Prisco fora condenado por escrever versos “de despedida” à Druso, filho de Germânico. Havia o mesmo Prisco composto anos antes um poema que lamentava a morte de Germânico e, por isso, havia ganhado de Tibério uma gratificação em dinheiro. Mantendo as esperanças de conseguir ser novamente generosamente premiado (*praemium*), Prisco havia lido sua obra poética na Casa de Petrônio e em presença de ilustres mulheres.⁴⁸³ Após ser acusado, porém, todas as testemunhas presentes na ocasião da leitura ficaram amedrontadas e confessaram tudo, menos Vitélia, que jurara nada ter ouvido. Tácito explicou que os presentes no tribunal senatorial deram mais créditos aqueles acusavam o réu, e então o voto do cônsul designado, Hatério Agripa, fora para que se impusesse a pena de morte à Prisco.⁴⁸⁴

No capítulo seguinte, Tácito apresentou a fala de Lépido no julgamento, que não aprovava tão rigorosa sentença. Vejamos a intervenção do senador:

Padres conscritos, se atendermos à impiedade com que Clutório Prisco maculou o seu entendimento e os ouvidos de quem o escutava, é certo que não há cárceres, nem forças, nem tormentos, ainda os mesmos que se dão aos escravos, os quais possam ser suficientes para o castigar. Mas quando os crimes ou os atentados são tão atrozos que excedem todos os limites da perversidade humana, na clemência (*moderatio*) do *princeps*, nos exemplos dos nossos maiores, e na vossa mesma prática em julgar casos semelhantes podeis muito bem achar fundamentos para diminuir a severidade dos castigos. É preciso distinção entre as indiscrições e os crimes, entre as simples palavras e as ações horrorosas: portanto, é fácil descobrir ainda um meio pelo qual nem fique impune o delito, nem sejamos ainda acusados ou de extrema piedade (*clementia*) ou de extremo rigor (*severitas*). Ao nosso *princeps* por muitas vezes tenho ouvido lamentar-se quando algum indivíduo por uma morte voluntária o impede de manifestar a sua clemência (*miser cordia*): Clutório está pois ainda em tempo de a merecer; pois que a sua vida nem pode causar perigo algum à República, nem sua morte produzir grande exemplo (*exemplum*). As suas obras, cheias de vaidade e de inépcias, nunca serão prejudiciais; nem poderá jamais ser temível um indivíduo, que é o primeiro em revelar seus delitos não a homens prudentes (*gravis et serius*) mas a mulheres ignorantes (*muliercula*). A minha opinião é pois, que seja expulso de Roma; que se lhe

⁴⁸³ Tac. *Ann.*, III, 49, 1. Petrônio foi cônsul em 19 (Tac. *Ann.*, VI, 45, 2), procônsul da Ásia de 29 à 35 e sogro do futuro imperador Vitélio.

⁴⁸⁴ Tac. *Ann.*, III, 49, 2.

confisquem todos os seus bens; e se lhe neguem a água e o fogo como se fosse réu de lesa majestade (*lex maiestas*). (Tac. *Ann.*, III, 50).⁴⁸⁵

O raciocínio de Marco Lépido em Tácito nos apresenta alguns pontos fundamentais para a compreensão da representação desse senador. Contra os que condenavam Prisco, Lépido prezava pela moderação da pena. Lépido argumenta no sentido de procura na *moderatio* do *princeps*, nos costumes dos ancestrais e nos julgamentos semelhantes uma forma de abrandar pena. O senador sugeria uma pena que seguisse um caminho equilibrado, que não fosse, por um lado, nem extremamente severa (*severitas*), nem, por outro, deveras clemente (*clementia*). Semelhante à postura de Lépido encontramos, como visto anteriormente, a de Trasea Peto no julgamento de Antístio, que havia sido condenado a pena capita por escrever poemas contra Nero.⁴⁸⁶ Lépido, para reforçar ainda mais seu argumento, destacou a *miser cordia* de Tibério. Em seguida, aponta para a irrelevância da matéria sob a qual era Prisco acusado, pois seus escritos nunca seriam prejudiciais, por serem de qualidade baixa.⁴⁸⁷ Outra evidência da irrelevância de seus escritos é que apresentou seu poema para mulherezinhas, e não para homens de importância e seriedade (*gravis et serius*). Por esses motivos, não haveria com o que se preocupara. Sugeriu portanto, devido a falta de

⁴⁸⁵ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, III, 50: “*si, patres conscripti, unum id spectamus, quam nefaria voce Clutorius Priscus mentem suam et auris hominum polluerit, neque carcer neque laqueus, ne serviles quidem cruciatus in eum suffecerint. sin flagitia et facinora sine modo sunt, suppliciis ac remediis principis moderatio maiorumque et vestra exempla temperat et vana a scelestis, dicta a maleficiis differunt, est locus sententiae per quam neque huic delictum impune sit et nos clementiae simul ac severitatis non paeniteat. saepe audivi principem nostrum conquerentem si quis sumpta morte misericordiam eius praevenisset. vita Clutorii in integro est, qui neque servatus in periculum rei publicae neque interfectus in exemplum ibit. studia illi ut plena vaecordiae, ita inania et fluxa sunt; nec quicquam grave ac serius ex eo metuas qui suorum ipse flagitiorum proditor non virorum animis sed muliercularum adrepiat. cedat tamen urbe et bonis amissis aqua et igni arceatur: quod perinde censeo ac si lege maiestatis teneretur.*”

⁴⁸⁶ Tac. *Ann.*, XIV, 48, 3-4. Trasea destaca pontos semelhantes: 1) elogia o equilíbrio do *princeps*; 2) defende que penas de extrema crueldade foram já abolidas em outros tempos; 3) sugere que o réu fosse exilado, sendo tomado seus bens e assim vivesse uma miserável vida privada; 4) desta maneira, isso seria tomado como *clementia* máxima do exemplum público.

⁴⁸⁷ Outro paralelo pode ser traçado, quatro anos depois, em 25, com julgamento do historiador Cremúcio Cordo, ainda sob Tibério (Tac., *Ann.*, IV, 34 e 35). Cremúcio havia sido condenado por elogiar Bruto e Cássio, sendo Cássio na qualidade de “o último dos romanos” (*Cassium Romanorum ultimum*). Seus acusadores foram Sátrio Secundo e Pinário Nata, clientes de Sejano. Tibério estava presente na corte senatorial quando ele foi julgado, mas como nos diz Tácito, o imperador nada falou. Cremúcio fala em sua própria defesa, cita o exemplo Augusto, que com sua *moderatione magis an sapientia*, não repreendeu seus difamadores, pois as coisas que você rejeita, diz Cordo, caem no esquecimento, as que te enfurecem são reconhecidas (*namque spreta exolescunt; si irascare, adgnita videntur*). E reafirma a lógica de que as palavras deveriam ser combatidas com palavras (*aut si quis advertit, dictis dicta ultus est*).

gravidade do caso, que o réu fosse então banido de Roma e seus bens confiscados, já que “nem pode causar perigo algum à República, nem a sua morte produzir grande exemplo”.⁴⁸⁸

A resolução do julgamento vem no capítulo seguinte. Tácito apresenta que, dos consulares ali presentes, apenas Rubélio Plauto seguiu o voto de Lépido. Todos os demais aprovaram o parecer do acusador Agripa. Prisco foi então levado a uma prisão e, em seguida, morto. Tácito apresentou a resposta de Tibério ao veredito, com “suas ambiguidades de costume, repreendendo o Senado por este procedimento”.⁴⁸⁹ O imperador “pediu para o futuro menos precipitação nos castigos de simples discursos; fez o elogio de Lépido, mas não arguiu Agripa”.⁴⁹⁰ Sem procurar conflito com nenhuma das partes, Tibério apenas comenta a forma pela qual deveriam ser tratados os próximos casos como estes. Derivado do caso de Clutório Prisco, mandou-se então lavrar um *senatus consultum* determinava um prazo de dez dias até serem validados os decretos dos senadores. Durante esse tempo ficava suspensa a morte dos réus. No entanto, tal conduta moderada determinada por Tibério não se faria presente 4 anos mais tarde, quando o historiador Cremúcio Cordo seria condenado e morto por elogiar Bruto e Cássio.

O próximo caso que destacamos, mais uma vez, diz respeito à atuação de Marco Lépido em um julgamento, agora no ano de 24. Nessa corte, C. Sílio e sua esposa Sósia Gala foram acusados no Senado. Tácito explicou os motivos que levaram a tais acontecimentos. C. Sílio, além de ser amigo de Germânico, foi general de um poderoso exército, e recebeu as honras triunfais devido a sua vitória na Germânia.⁴⁹¹ Tácito ainda comentou que muitos, na época, acreditavam que o ódio de Tibério contra Sílio fora devido à intemperança (*intemperantia*) do general, que gabava-se imprudentemente de ser o seu exército o único a se manter fiel ao imperador enquanto todos os outros haviam se revoltado. Nessa conjuntura, portanto, a posição de Tibério só havia se mantido devido aos serviços

⁴⁸⁸ Tac. *Ann.*, III, 50: “*vita Clutorii in integro est, qui neque servatus in periculum rei publicae neque interfectus in exemplum ibit.*” Trasea Peto, contra a punição severa desejada à Antístio, argumentou: “Por que não, então, tendo lhe tomado seus bens, deixá-lo vivendo, numa ilha, uma vida longamente tanto infame quanto mais miserável privadamente e que seja isso a clemência máxima do exemplo público.” (Tac. *Ann.*, XIV, 48, 4: “*quo longius sontem vitam traxisset, eo privatim miserior[em] et publicae clementiae maximum exemplum futurum.*”).

⁴⁸⁹ Tac. *Ann.*, III, 51, 1: “*id Tiberius solitis sibi ambagibus apud senatum incusavit.*”

⁴⁹⁰ Tac. *Ann.*, III, 51, 1-2: “*deprecare tam praecipitis verborum poenas, laudaret Lepidum neque Agrippam argueret.*”

⁴⁹¹ Tac. *Ann.*, IV, 18, 1.

de Sílio. A *sententia* taciteana que finaliza o capítulo 18 resume bem a questão: “porque os benefícios se estimam só enquanto se podem pagar; mas quando excedem toda a recompensa, em lugar de agradecimentos só geram inimizade”.⁴⁹²

No capítulo seguinte, Tácito passa para a esposa de Sílio, Sósia Gala. A mulher tinha os ódios do *princeps* por ser amiga de Agripina. Foram acusados então os cônjuges, sendo o cônsul Varrão. Tácito narrou que o réu, Sílio, e o acusador, Varrão, travaram grandes debates. O historiador explicou que se os réus fossem condenados aos crimes de peculato ou concussão, as acusações não poderiam ser negadas, no entanto, eles foram condenados à *lex maiestas*. Nessa tentativa forçada de condenação dos réus é que se encontrava a atrocidade de tudo, destacava Tácito. Vendo Sílio que sua condenação já era certa, preveniu-se da sentença retirando a própria vida.⁴⁹³

O remate do caso, portanto, se deu com os bens de Sílio sendo confiscados. Tácito deu relevo a postura de Tibério quanto a resolução, pois foi “a primeira vez em que Tibério se mostrou sequioso das riquezas alheias”. Sósia Gala, a esposa do réu, teve a sentença de desterro pelo voto de Galo Asínio. Da mesma forma, esse senador argumentou que metade dos bens de Gala fosse, por conseguinte, tomados. E foi neste momento que falou Marco Lépido, dizendo: “que se desse a quarta parte aos *accusatores*, como a lei prescrevia, e o resto ficasse para os filhos”. Interferindo diretamente contra a posição defendida por Asínio, Lépido agiu em defesa de que fosse aplicada uma lei já existente para o evento, sem que assim houvesse abuso. Em seguida, vem o comentário que mais nos interessa, que revela o que Tácito pensa sobre o comportamento de Lépido naquela situação:

Sobre Lépido, tenho notícia de que foi um homem circunspecto e sábio naqueles tempos: muita coisa corrigiu das exageradas adulações dos outros, e entretanto pôde manter sua autoridade e crédito perante Tibério. Isso me leva a pôr em dúvida se a benevolência dos príncipes para com outros é determinada, como tudo mais pelo destino ou acaso do nascimento, ou se depende de nós mesmos, estando a nosso alcance achar entre a contumácia repentina e a subserviência disforme um caminho isento de ambições e de perigos. (Tac. *Ann.*, IV, 20, 2-3).⁴⁹⁴

⁴⁹² Tac. *Ann.*, IV, 18, 3: “*nam beneficia eo usque laeta sunt dum videntur exolvi posse: ubi multum antevenere pro gratia odium redditur.*”

⁴⁹³ Tac. *Ann.*, IV, 19.

⁴⁹⁴ Trad. de Joly (2004). Tac. *Ann.*, IV, 20, 2-3: “*hunc ego Lepidum temporibus illis gravem et sapientem virum fuisse comperior: nam pleraque ab saevis adulationibus aliorum in melius flexit. neque tamen temperamenti egebat, cum acquabili auctoritate et gratia apud Tiberium vigerit.*”

O comportamento de Lépido descrito por Tácito vem reforçar o que o autor assiduamente chamou atenção na *Vida de Agrícola*:⁴⁹⁵ o comportamento extremado era nocivo, tanto a contumácia repentina (*abrupta contumacia*) quanto a servidão disforme (*deformis obsequium*) são vistos pelo historiador como formas desequilibradas de comportamento e que, logo, deveriam ser evitadas. Portanto, caberia aos aristocratas encontrarem uma razão entre as duas pontas, um caminho centrado, útil à República e seguro ao aristocrata. Lépido foi *exemplum* desse homem público possuidor da *moderatio* e da *sapientia*. Tácito se mostrava então admirador dessa postura, pois Lépido soube manter sua *auctoritas* perante Tibério. Isso significava dizer que o senador, como ressaltou Tácito nessa passagem, corrigiu muitas exageradas adulações e com isso servia à República. E seu posicionamento contra Asínio, em certa medida, também ia de encontro com as afeições de Tibério, visto que tanto o esposo condenado, Sílio, quanto a esposa exilada, Gala, não possuíam o apreço do *princeps*.

Como vimos destacando, contra aquele argumento finleyniano do encerramento da política no Principado, as atuações de Lépido no mundo público nos apresentavam justamente a possibilidade de ação pragmática, isto é, do fazer político. A capacidade de atuação de Lépido, então, nesse anfiteatro da política romana, como bem elogiado por Tácito, pode ser percebido em sua capacidade de discernir e interferir em casos realmente importantes, pois no que corresponde às polêmicas de pouco valor, estabelecer uma zona de conflito não valia a pena. Exemplo disso está no ano 26, em que se discutia entre os deputados da Ásia, qual seria a melhor cidade para que fosse construído um templo.⁴⁹⁶ Depois de defendidas as qualidades e os defeitos de cada cidade, por fim decidiram-se pela cidade de Esmirna. Lépido, que era procônsul da Ásia na ocasião, foi destinado para que escolhesse alguém para cuidar particularmente da construção do templo. Todavia, devido a sua *modestia*, Lépido recusou-se a indicar um nome, entregando os desígnios à sorte.

unde dubitare cogor fato et sorte nascendi, ut cetera, ita principum inclinatio in hos, offensio in illos, an sit aliquid in nostris consiliis liceatque inter abruptam contumaciam et deforme obsequium pergere iter ambitione ac periculis vacuum."

⁴⁹⁵ Por exemplo, em Tac. Ag., XLII, 3: "*moderatione tamen prudentiaque Agricolae leniebatur, quia non contumacia neque inani iactatione libertatis famam fatumque provocabat.*"

⁴⁹⁶ Tac. Ann., IV, 55.

Marco Lépido não apenas tinha autoridade perante Tibério, mas também essa qualidade era reconhecida por grande parte dos senadores. No capítulo 5 do livro sexto, o senador Cota Messalino, amigo de Tibério, acusou Marco Lépido e L. Arruncio de serem protegidos pelo Senado. Como Tácito destacou, Messalino era um homem nada equilibrado, “era sempre autor das opiniões mais atrozes”.⁴⁹⁷ Ao contrário desse senador, Tácito, ao narrar o momento em que Marco Lépido veio a falecer em 33, diz: Morreu no mesmo ano Marco Lépido, de cuja *moderatio* e *sapientia* já falei nos livros antecedentes”.⁴⁹⁸ A necrológio do senador, portanto, põe em evidência nada menos que duas das qualidades mais celebradas pelo historiador latino: *moderatio* e *sapientia*. Logo, essas foram qualidades representativas do comportamento Lépido. Como vimos nos elogios taciteanos ao senador, ele bem soube atuar dentro do palco da política taciteana.

*

Júlio Agrícola e Marco Lépido foram, portanto, dois *exempla* da virtude taciteana, virtude essa amparada em um novo ideal de comportamento político da aristocracia. Trata-se de uma aristocracia que construía as novas regras do jogo político, as novas formas de representar nesse anfiteatro, que mesmo sendo um espaço mais arriscado e dissimulado, ainda assim era competitivo e deliberativo.

Como destacamos ao longo do segundo capítulo, era necessário ao aristocrata se arriscar em público. Ainda havia espaço para a política, no entanto, as formas de atuação seriam modificadas no Principado. Tácito sugere que aquele que buscasse seguir o *cursus honorum* deveria inevitavelmente integrar e participar do mundo público romano. Como agente, suas ações seriam avaliadas e, em conjunturas específicas, provocariam reações diversas. A virtude, como podemos perceber nesses *exempla* analisados, seria então uma medida latente, no entanto tendo sempre em vista o benefício público, a República. Senadores como Trasea Peto e Helvídios Prisco, como observamos, ultrapassaram os limites que seriam determinados pela moderação, cada qual atuando dentro de seu contexto.

⁴⁹⁷ Tac. Ann., VI, 6 [.5], 1: “*saevissimae cuiusque sententiae auctor.*”

⁴⁹⁸ Tac., Ann., VI, 27: “*obiit eodem anno et M'. Lepidus de cuius moderatione atque sapientia in prioribus libris satis conlocavi.*”

Morreram, no entanto, como grandes homens que serviram à República, coerentes cada qual com a doutrina política que os constituía. Júlio Agrícola e Marco Lépido atingiram o auge daquelas qualidades taciteanas, foram participativos e precavidos, sem recuarem diante do que parecia injusto.

A política ainda acontecia, porém novas habilidades eram exigidas ao aristocrata virtuoso. Seus papéis deveriam ser desempenhados acima de tudo com cuidado, mas, ativamente. Agir dentro desse espaço público, como buscamos destacar, requer novos modos de comportamento. Dessa forma, a dissimulação, o silêncio, a prudência, a moderação e a ação eram qualidades raras, mas existentes. Cada imperador daria o tom dessa performance senatorial, em parte. Isso nos sugere uma consciência política dos atores sociais, que deveriam se manter vivos e atuantes mesmo sob *principes* como Tibério e Domiciano.

Porém, aristocratas como esses elencados até aqui eram raros. Em Tácito fica claro a heterogeneidade da aristocracia de Roma. Muitos perfis podem ser traçados, muitos interesses foram colocados em jogo e interferiam na atuação política. Frente aos *exempla* positivos da literatura taciteana, um outro grupo, muito maior que o primeiro, tinha proeminência no Principado. Iremos tratar agora dos delatores e dos aduladores.

3.3. Terceiro Grupo

Para iniciarmos esta última seção do terceiro capítulo, chamamos atenção para o seguinte raciocínio: dentro do sistema legal romano, qualquer indivíduo poderia iniciar uma acusação contra outro indivíduo, seja a partir de um processo público ou privado. Assim, argumenta a historiadora Leanne Bablitz, em obra intitulada *Actors and audience in the Roman Courtroom*. Segundo Bablitz, esse procedimento de acusação, que poderia ser aberto por qualquer cidadão por meio de um magistrado, colocava em destaque o importante papel do acusador e, juntamente, a função do tribunal na história romana. Sem tal processamento, como

sublinha a autora, “não haveria caso para o juiz considerar, nenhum argumento para os advogados pressionarem e nenhum teatro para a audiência desfrutar”.⁴⁹⁹

Desse modo, sem o tribunal romano, grandes nomes como Cícero, Quintiliano, Plínio e o próprio Tácito, nada seriam, ou pouco teriam o que narrar acerca do fazer político na *urbs*. Em outras palavras, os atores da audiência romana desempenharam um papel respeitável na constituição e na consolidação do espaço público. Acusadores, defensores e juízes davam forma e sentido aos espaços dessa atuação política. Pensamento esse que reforça ainda mais a lógica que viemos tentando circunscrever ao longo dessa dissertação, isto é, de um espaço público de atuação dos senadores efetivo mesmo durante o Principado.

Vale a pena notar, como destaca Steven Rutledge, que houve mudanças estabelecidas nos procedimentos dos tribunais a partir de Augusto. Tais alterações são importantes para a constituição de nossa hipótese. Por exemplo, casos que antes foram julgados estritamente em cortes individuais (*quaestiones*), passaram a ser executados também dentro do Senado. Tal modificação acarretou concomitantemente em uma alteração dos indivíduos envolvidos no procedimento jurídico. Antes dessa mudança, dependendo da acusação, o juri era composto entre senadores, *equites* e *tribuni aerarii*, ou mesmo por meio de um *iudicium populi*. No entanto, o advento do Principado tranferiu dessas outras cortes para dentro do Senado a responsabilidade de avaliar uma série de processos. Isso não significa dizer que o Senado passou a assumir todos os encargos dos outros tribunais. *Quaestiones* individuais continuaram a existir para certas ofensas pessoais, porém, *quaestiones* destinadas às pessoas *inlustres*, isto é, senadores, suas esposas e outros indivíduos de alto ranque, começaram a ser realizadas no Senado. Delitos como o adultério, por exemplo, apesar da existência de uma *quaestio* específica para o caso, delimitada pela *lex Julia de adulteriis* criada no tempo augustano, passaram a ser avaliados pelo Senado.⁵⁰⁰

A política no Principado era realizada por meio de novas configurações. Dentro do Senado, como observamos até aqui através do relato taciteano, os *exempla* de Trasea Peto, Helvídio Prisco, Júlio Agrícola e Marco Lépido nos

⁴⁹⁹ BABLITZ, Leanne. *Actors and Audience in the Roman Courtroom*. Taylor & Francis e-Library, 2007, pp. 71. (“there would be no case for the judge to consider, no arguments for the advocates to press, and no theatrics for the audience to enjoy”).

⁵⁰⁰ RUTLEDGE, Steven H. *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. Taylor & Francis e-Library, 2001, pp. 16-7.

apresentavam todos eles com comportamentos virtuosos. Tais senadores tiveram presença em tribunais senatoriais, seja como defensores ou acusadores. No entanto, ao lado desses homens, outros senadores faziam o contraste negativo. Por sinal, esses eram homens viciosos e em número bem maior do que os virtuosos.

Sob o Principado de Tibério, Tácito afirmava que foram “aqueles tempos tão escandalosos por uma sórdida e torpe adulação”.⁵⁰¹ E mesmo o *princeps*, que segundo o historiador latino, não gostava da liberdade pública, enjoava (*taedeo*) dos homens de abrupta e rasteira apatia servil (*proiectae patientiae servitum*), frequentemente dizendo em grego após sair do Senado: ‘que homens estes tão bem prontos para serem escravos!’.⁵⁰² Junto a esses homens dispostos à servidão, vis aduladores, Tácito também nos apresentava aqueles cuja atuação era extremamente prejudicial ao mundo público, isto é, “assim os *delatores*, uma espécie humana destinada a ruína pública”.⁵⁰³

Trataremos agora dos infames retratados por Tácito e os dividiremos em dois tipos específicos, mas que possuem laços estreitos entre um e outro. Delatores e acusadores, de um lado; bajuladores e aduladores, do outro. Amplamente negativo foi o olhar taciteano sobre tais indivíduos. No entanto, o historiador latino não excluía a importância de narrá-los. Ao contrário disso, como foi observado anteriormente, Tácito afirmou justamente a necessidade de narrar não apenas os *exempla* virtuosos, mesmo porque esses eram escassos em seu tempo, mas também aqueles viciosos. Retomamos a justificativa taciteana sobre as personagens que integrariam sua narrativa:

Resolvi que não deveria expor opiniões, senão as mais insígnies por seu caráter louvável (ou por notável opróbrio), pois creio ser esse o principal benefício destes meus *Anais*: que as virtudes não sejam silenciadas e que, mediante os fatos e ditos viciosos aqui lembrados, causemos temor à posteridade e à própria infâmia. (Tac. *Ann.*, III, 65, 1).⁵⁰⁴

⁵⁰¹ Tac. *Ann.*, III, 65, 2: “*ceterum tempora illa adeo infecta et adulatione sordida fuere.*”

⁵⁰² Tac. *Ann.*, III, 65, 3: “*o homines ad servitutem paratos!*”

⁵⁰³ Tac. *Ann.*, IV, 30, 3: “*sic delatores, genus hominum publico exitio repertum et ne.*”

⁵⁰⁴ Tac. *Ann.*, III, 65, 1: “*Exsequi sententias haud institui nisi insignes per honestum aut notabili dedecore, quod praecipuum munus annalium reor ne uirtutes sileantur utque prauis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.*” Semelhante postura foi assumida por Tácito em outra passagem, do livro 14, após narrar a morte da irmã de Nero, Otávia: “nunca deixarei ainda de referir qualquer outro *senatus consultum* que se fizer notável ou por alguma nova espécie de adulação, ou por algum exemplo de excessiva paciência”. (Tac. *Ann.*, XIV, 64, 3: “*neque tamen silebimus, si quod senatus consultum adulatione novum aut paenitentia postremum fuit.*”)

Chegamos no momento de nos atermos então aos ditos viciosos, “haja vista que poucos, por prudência, são capazes de discernir as coisas honestas das vis”.⁵⁰⁵ Como Tácito incisivamente defendia, os homens aprendem mais com os eventos alheios, mesmo que estes fossem negativos. Dessa maneira, comportamentos corrompidos foram importantes para operar sua historiografia.⁵⁰⁶ Neste sentido, o Principado decadente tomava forma como um reflexo, em larga medida, da atuação desses homens degenerados. Essa afirmativa nos conduz às duas interrogações opostas em seus princípios: Homens corrompidos eram formados a partir do Principado? Ou o Principado ganhava forma a partir da proeminência de homens de baixa moral?

Mais certo nos parece que, para Tácito, o comportamento vicioso não funcionava nem como a alavanca de transformação social, nem como o espelho passivo, resultado de um novo contexto político. O comportamento senatorial abjeto, mas que deveria ser narrado, operava, ao mesmo tempo, como elemento modificador e estruturante dessa nova realidade histórica do Principado. Todavia, os Principados foram vários, dificilmente homogeneizado em sua forma, sofrendo ao longo dos anos diversas mudanças. A atuação de cada imperador e cada senador reconfigurava a todo momento o anfiteatro da política, pois, como vimos, a ação é um elemento caro ao entendimento da mudança política e social para a historiografia romana.

Com a primazia do *princeps* no centro de poder do Estado romano, junto de uma competição política violenta instaurada em um clima ambíguo e dissimulado, uma *forma vitae* particular foi ganhando cada vez mais proeminência. Novos atores sociais ganharam papel de destaque no mundo público romano a partir do século I. *Delatores* e *accusatores* denunciavam e acusavam seus pares no Senado,

⁵⁰⁵ Tac. *Ann.*, IV, 33, 2: “*quia pauci prudentia honesta ab deterioribus, utilia ab noxiis discernunt.*”

⁵⁰⁶ Foi essa uma opinião taciteana, o que não significa dizer que era consensual para a historiografia de sua época. Como o próprio Tácito afirmou sobre os exemplares viciosos que preenchiam sua narrativa: “His origin I have not discovered, nor am I unaware that the perils and punishments of many men have been neglected by numerous writers, who tire of their plentifulness or are afraid that what was excessive and sorrowful to themselves might affect their readers with an equal aversion; but I have come across numerous matters worthy of recognition, though uncelebrated by others.” (Tac. *Ann.*, VI, 7, 5: “*neque sum ignarus a plerisque scriptoribus omissa multorum pericula et poenas, dum copia fatiscunt aut quae ipsis nimia et maesta fuerant ne pari taedio lecturos adficerent verentur: nobis pleraque digna cognitu obvenere, quamquam ab aliis incelebrata*”).

tendo por objetivo o benefício privado e o prejuízo alheio.⁵⁰⁷ *Adulatores* buscavam se aproximar de seus pares e, em geral, do *princeps* com o intuito de angariar riquezas, frequentemente também cumprindo o papel de delatar seus concidadãos. A competição aristocrática se mostrava cada vez mais desonesta. Ambos visavam, segundo Tácito, o interesse privado e, conseqüentemente, promoviam grande prejuízo à República.

3.3.1. Delatores e acusadores

De início, chamamos atenção para a semelhança lexical com o português dos nomes *delator* e *accusator* em latim. Ambos são conceitos que podem gerar confusões. Devem ser compreendidos por meio das fontes antigas, não a cargo de nossas definições modernas, por mais próximas que possam parecer. Na própria história de Roma, os termos já foram empregados de maneiras diversas. Em obra intitulada *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*, Steven Rutledge destaca que Tito Lívio usou o termo *delator* para oficiais romanos enviados à Grécia com intuito de reunir informações.⁵⁰⁸ Neste sentido, delator teria aparentemente um sentido neutro. Todavia, depois de Lívio, a palavra deixa de ser usada pelos literatos do tempo de Augusto, reaparecendo nos fins do governo de Domiciano com Marcial, Quintiliano, Tácito, Plínio, Suetônio e Juvenal.⁵⁰⁹ Sinônimos como *prosecutor*, por exemplo, também foram comuns durante a República e o Principado. Neste caso, o *prosecutor* era,

⁵⁰⁷ Em 68, logo após a morte de Galba, Tácito relata que muitos se aproveitaram do fato para tentar angariar benefícios com o novo *princeps*. Delatores e bajuladores buscaram obter lucros com a situação eufórica e confusa do momento. Vitélio agiu da seguinte maneira: “Vitélio recebeu a seguir mais de cento e vinte pedidos de recompensas de pessoas que diziam ter realizado qualquer feito notável, nessa ocasião [a morte de Galba]. E ele [Vitélio] mandou procurar todos os autores e os fez executar, não para prestar homenagens à memória de Galba, mas seguindo a política tradicional dos *principes*, que assim garantem a segurança para o futuro”

⁵⁰⁸ Em Tito Lívio: This they did for two reasons, first because they thought the Achaeans had more confidence and more pride to make them refuse obedience and perhaps also Callicrates and the other informers and purveyors of charges might be endangered. (LIV. *Ab Urb.*, XLV, 31, 10: “*id duabus de causis factum, una, quod fiducia plus animorumque esse Achaeis ad non parendum credebant et forsitan etiam in periculo fore Callicraten et ceteros criminum auctores delatoresque*”)

⁵⁰⁹ RUTLEDGE, Steven, pp.10.

geralmente, encargo assumido por um jovem que tentava ganhar renome público agindo como acusador em algum tribunal.⁵¹⁰

Em Tácito, como destaca Rutledge, *delator* e *accusator* eram sinônimos, utilizados em diversos contextos, no entanto, sempre de forma negativa.⁵¹¹ Podem ainda ser encontrados, para o historiador latino, outros sinônimos ligados à semântica dos tribunais. Assim acontece com “*condemnator* (um procurador de condenações), *criminator* (difamador), ou *calumniator* (falso acusador)”.⁵¹² Tanto *delator* quanto *accusator* foram tipos representativos em sua literatura, com destaque especial para os *Anais*, as *Histórias* e o *Diálogo dos Oradores*.

Retomamos a passagem 74 do primeiro livro dos *Anais*, anteriormente utilizada para argumentar sobre o paradoxo do mundo público, agora, para apresentar o *delator* no texto taciteano.

Não muito depois, Granio Marcelo, pretor da Bitínia, foi acusado de traição por seu questor, Caesio Crispino, auxiliado pelo testemunho de Romano Hispo: Esse homem erigiu uma *forma* de *uita* cujas misérias dos tempos e ousadia dos homens depois ficariam famosas. Pois necessitado, desconhecido e inquieto, enquanto inflamava a crueldade do *princeps* por cartas secretas, ele logo colocava em perigo os homens mais ilustres. Tendo obtido poder com o *princeps*, ele ganhava ódio entre todos. Ele deu um *exemplum*, que depois muitos seguiram; os quais, de pobres passando a serem ricos, e de gente vil e desprezível a serem temidos, fizeram a desgraça dos outros e, no fim, a deles mesmos. Mas acusando Marcelo de ter feito comentários sinistros sobre Tibério, crime inevitável, pois o *accusator* escolheu os aspectos mais vís do *princeps* para lançar contra o réu. (Tac. *Ann.*, I, 74, 1-3).⁵¹³

⁵¹⁰ *Idem*, pp. 16. Em Tácito, podemos ver tal impeto reservado ao jovem, tanto no que diz à acusação quanto à defesa: “E, por Hércules, aquele jovem sobre o qual falamos, sob preceptores de gabarito, discípulos de oradores, ouvinte do fórum, assíduo nos julgamentos, conhecedor e habituado aos experimentos alheios; desse jovem, enquanto ouvinte diário, todas as leis são conhecidas, não estranhos lhe são os semblantes dos juízes, nos seus olhos já estavam gravados os hábitos das assembléias; muitas vezes, conhecedor dos ouvidos do povo, se esse jovem assumisse uma *accusatio*, ou uma *defensio*, logo estaria a altura de qualquer causa.” (Tac. *Dial.*, XXXIV, 6: “*atque hercule sub eius modi praeceptoribus iuvenis ille, de quo loquimur, oratorum discipulus, fori auditor, sectator iudiciorum, eruditus et adsuefactus alienis experimentis, cui cotidie audienti notae leges, non novi iudicium vultus, frequens in oculis consuetudo contionum, saepe cognitae populi aures, sive accusationem susceperat sive defensionem, solus statim et unus cuicumque causae par erat.*”)

⁵¹¹ RUTLEDGE, Steven H. *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. Taylor & Francis e-Library, 2001, pp.10-1.

⁵¹² RUTLEDGE, E., pp. 14. [*condemnator* (a procurer of condemnations), *criminator* (slanderer), or *calumniator* (false accuser)] Para *condemnator*, ver Tac. *Ann.*, IV, 66, 1; para *criminator*, ver Tac. *Ann.*, IV, 12, 6; e para *falsus accusator*, ver Tac. *Ann.*, XII, 59.

⁵¹³ Trad. de Rutledge (2001). Tac. *Ann.*, I, 74, 1-3: “*Nec multo post Granium Marcellum praetorem Bithyniae quaestor ipsius Caepio Crispinus maiestatis postulavit, subscribente Romano*

Essa passagem reúne de maneira bastante consistente três pontos importantes para a nossa argumentação. Em primeiro lugar, o destaque dado por Tácito a uma nova forma de vida (*forma vita*) nas figuras dos acusadores Caesio Crispino e Romano Hispo.⁵¹⁴ Comportamento que “se fez notoriamente comum pela miséria dos tempos e pela audácia dos homens”.⁵¹⁵ Em segundo lugar, necessitados (*egens*), desconhecidos (*ignotus*) e inquietos (*inquiés*), esses indivíduos eram célebres. Ao se aproximarem do *princeps*, ganhavam poder, por um lado, e o ódio dos demais homens ilustres, por outro. No entanto, como exemplos, eram seguidos por muitos que tinham os mesmos objetivos, ou seja, tornarem-se ricos e temidos. Em terceiro lugar, o *accusator* era participante desse mundo público do Principado, o que nos ajuda a delinear os espaços de atuação política desses homens. Eles atuavam em tribunais e a ação dos senadores nestes locais era ao mesmo tempo delicada e acirrada.

Acusar alguém no Senado amiúde implicava perdas e ganhos. Havia interesses claros por parte do acusador ao levar alguém ao tribunal. Esse foi o caso que apresentamos na seção sobre Marco Lépido, onde C. Sílio e sua esposa Sósia Gala foram acusados no Senado. Tácito destacou que os interesses privados e passionais envolvidos na acusação eram gritantes. Sílio, por ser um general de sucesso e ter sido amigo de Germânico, sua esposa por ter sido amiga de Agripina. Todos esses pretextos incomodavam Tibério. Se aproveitando desses motivos, os *accusatores* levaram os dois ao tribunal. Sílio, ao ver que seria condenado por traição (*lex maiestas*), cometeu suicídio, deixando sua mulher à

Hispone: qui formam vitae iniit, quam postea celebrem miseriae temporum et audaciae hominum fecerunt. nam egens, ignotus, inquiés, dum occultis libellis saevitiae principis adrepiit, mox clarissimo cuique periculum facessit, potentiam apud unum, odium apud omnis adeptus dedit exemplum, quod secuti ex pauperibus divites, ex contemptis metuendi perniciem aliis ac postremum sibi invenere. sed Marcellum insimulabat sinistros de Tiberio sermones habuisse, inevitabile crimen, cum ex moribus principis foedissima quaeque deligeret accusator obiectaretque reo.”

⁵¹⁴ A ambiguidade provocada pelo pronome relativo *qui*, mantendo-o no singular, não especifica qual dos acusadores (Crispino ou Hispo) Tácito estaria se referindo na sentença: “*qui formam vitae iniit, quam postea celebrem miseriae temporum et audaciae hominum fecerunt.*” Desta forma, poderia designar tanto Caepio Crispino quanto Romano Hispo. Ou, em uma terceira hipótese, se referindo aos dois. Nesse último caso, Tácito manteria a ambiguidade para justamente especificar um comportamento característico de pessoas do Principado. Nesse sentido argumenta Fábio Joly, pois Tácito estaria preocupado em circunscrever a existência de uma forma de vida (*formam vitae*) típica do seu momento político. (JOLY: 2001, pp. 41). Ver também em SYME, R. *Tacitus*, 1967, pp. 326.

⁵¹⁵ Tac. *Ann.*, I, 74, 1-2: “*quam postea celebrem miseriae temporum et audaciae hominum fecerunt.*”

mercê da fortuna. Logo em seguida, após serem confiscados os bens do réu, os delatores se voltaram para sua esposa. Gala foi condenada ao desterro, como cúmplice do marido, e seus bens seriam tomados se não fosse a interferência de Marco Lépido como defensor da viúva.

Lépido foi direto e argumentou servindo-se da lei em vigência: “que se desse a quarta parte aos *accusatores*, como a lei prescrevia, e o resto ficasse para os filhos”. Isso nos mostra o quão lucrativo poderia ser a função de *delator*, pois a lei romana garantia a quarta parte dos bens apreendidos aos seus delatores. Logo, quanto mais rico fosse o réu, maior a fortuna poderia ser conquistada pelo delator. Sobre a personalidade de C. Sílio, Tácito relatou que ele fora homem abastado, pois mesmo “Tibério mostrou sequioso das riquezas alheias”.⁵¹⁶ O réu foi condenado e, como prescreviam as leis, um quarto da riqueza de Sílio fora distribuída aos delatores e, graças a Lépido, o resto ficou para os seus filhos.

Desta maneira, a delação promovia a ascensão social. Um nome proeminente que fez uso dessas artimanhas foi Élio Sejano. Apesar de Sejano não ter sido senador, o prefeito do pretório de Tibério foi personagem bastante significativo nos livros tiberianos. Uma série de outros tribunais foram criados a partir de denúncias de acusadores que eram clientes de Sejano (*clientes Seiani*).⁵¹⁷ Para Tácito, a atuação de Sejano teve peso importante para as transformações negativas no governo de Tibério. O primeiro capítulo do livro IV marca essa virada política, pois o *princeps* a partir de então passava “a mostrar-se cruel e a animar a crueldade dos outros”.⁵¹⁸ Tácito explicou tal guinada do ano 23 de forma direta: “Mas o princípio e a causa de todas estas desgraças foi Élio Sejano, prefeito das cortes pretorianas, a quem já me referi antes”.⁵¹⁹

Em Sejano, a figura do acusador e do adulator se mostravam drasticamente interdependentes. Tácito, que não poupava críticas ao prefeito da guarda de Roma, disse que, na época de Augusto, *rumores* indicavam que Sejano “se prostituía por dinheiro ao rico e pródigo Apício”.⁵²⁰ Depois ainda, repetiu os mesmos artifícios

⁵¹⁶ Tac. *Ann.*, IV, 20, 1: “*Tiberio erga pecuniam alienam diligentia fuit.*”

⁵¹⁷ Por exemplo, na acusação de Marcelo Grano, em Tac. *Ann.*, I, 74; no julgamento do historiador Cremúcio Cordo, em Tac. *Ann.*, IV, 34 e 35;

⁵¹⁸ Tac. *Ann.*, IV, 1, 1: “*saevire ipse aut saevientibus viris praeberere.*”

⁵¹⁹ Tac. *Ann.*, IV, 1, 1: “*initium et causa penes Aelium Seianum cohortibus praetoriis praefectum cuius de potentia supra memoravi.*”

⁵²⁰ Tac., *Ann.*, IV, 1, 2: “*Apicio diviti et prodigo stuprum veno dedisse.*”

com Tibério, “com tais artes soube agradar Tibério que, sendo para todos excessivamente reservado, só para ele era franco e sincero”.⁵²¹

Robusto de corpo, audaz de espírito, e muito recatado, ao mesmo passo que acusava os outros era ele mesmo baixo adulator e insolente. Modesto no público, internamente ambicioso, e por este motivo algumas vezes liberal, e amigo do fausto, porém quase sempre industrioso e vigilante, tinha as qualidades que, de ordinário, são as mais perigosas quando se fingem para melhor subir ao supremo grau de poder. (Tac. *Ann.*, IV, 1, 3).⁵²²

Sejano se constituía como um tipo de *delator* perspicaz para Tácito: possuía equilíbrio (*modus*) ao se comportar em público e ao mesmo tempo uma ambição de um espírito atroz. Sabia jogar tanto com a *accusatio* quanto com a *adulatio*. Como apresentamos no capítulo 2, a dissimulação era uma característica geral do Principado, consequência de um paradoxo sociopolítico que emergia com a consolidação da posição de *princeps* em meio ao ranque aristocrático. Desta maneira, a *dissimulatio* também servia ao delator.

Outro caso que damos destaque foi narrado por Tácito entre os capítulos 68 e 69, do mesmo livro quatro dos *Anais*. Nele, os protagonistas de acusação foram ex-pretos e, como nos diz Tácito, todos ambiciosos de conquistarem o consulado. Latínio Laciáris, Pórcio Catão, Petílio Rufo e M. Ópsio viram então na oportunidade de delatar Tício Sabino, distinto cavaleiro e amigo de Germânico. Esse era um caminho certo para a promoção social. Mais uma vez percebe-se aqui o forte vínculo entre certos personagens, a delação, a adulação e a promoção social.

Viu-se atacado ao mesmo tempo por quatro ex-pretos Latínio Laciáris, Pórcio Catão, Petílio Rufo, e M. Ópsio, os quais todos agora aspiravam ao consulado, emprego, que ninguém podia ganhar senão por indicação de Sejano, cuja boa vontade ninguém podia ganhar, exceto por algum crime. Entre eles se ajustou que Laciáris, o qual tinha algumas relações com Sabino, teceria laços em que o obrigaria a cair; que os outros serviram

⁵²¹ Tac. *Ann.*, IV, 1, 2: “*mox Tiberium variis artibus devinxit: adeo ut obscurum adversum alios sibi uni incautum intectumque efficere*”.

⁵²² Tac. *Ann.*, IV, 1, 3: “*corpus illi laborum tolerans, animus audax; sui obtegens, in alios criminator; iuxta adulatio et superbia; palam compositus pudor, intus summa apiscendi libido, eiusque causa modo largitio et luxus, saepius industria ac vigilantia, haud minus noxiae quotiens parando regno finguntur*.”

de testemunhas; e que depois lhe formaria a *accusatio*. (Tac. *Ann.*, IV, 68, 2-3).⁵²³

A ligação entre os acusadores e Sejano é forte. Tácito destacava um momento crítico pelo qual passava o governo de Tibério, isto é, a forte interferência de um homem desprezível como Sejano no governo. O plano traçado pelos acusadores foi então executado por Laciáris, o mais próximo da vítima entre os quatro. A *dissimulatio* foi o traço fundamental que arquitetou a emboscada contra Sabino. Laciáris se aproxima de Sabino e, em primeiro lugar, busca não fazer com que ele desconfiasse de suas intenções: primeiramente, deixa “escapar certas expressões que pareceriam casuais”;⁵²⁴ em seguida, faz elogios à *constantia* de Sabino. Fazendo elogios também à família de Sabino, e o respeito tido por ele a Germânio e a Agripina. Logo a vítima foi sensibilizada por Laciáris.

Sentindo-se confiante na dissimulada amizade de Laciáris, Sabino desabafa:

Sabino, dotado de toda a sensibilidade que é natural às almas infelizes, principiava a derramar algumas lágrimas e a mostrar-se queixoso, voltou-se então já mais desembaraçadamente a dizer mal de Sejano, da sua crueldade e soberba, e de todos os seus projetos ambiciosos, tratando do mesmo modo a pessoa de Tibério. Mas como estas conversações já começavam a tomar o caráter de perigosas, foram elas também logo tomando toda a aparência de uma estreita amizade. (Tac. *Ann.*, IV, 68, 3).⁵²⁵

Foi o fim para Sabino. Incapaz de desvelar as verdadeiras intenções por detrás da aparente amizade de Laciáris, Sabino se expõe à perfídia dos delatores. Havia motivos suficientes para a atuação deles. A comprovação da amargura de Sabino contra Sejano e Tibério viria por uma astúcia ainda maior por parte dos quatro indivíduos. Os três senadores restantes se esconderam entre o teto e o forro da casa, e através de buracos e aberturas escutariam os desabafos de Sabino com Laciárias. Seduzido por Laciárias na rua, que dizia ter fatos recentes importantes

⁵²³ Tac. *Ann.*, IV, 68, 2-3: “*hunc Latinius Latiaris, Porcius Cato, Petilius Rufus, M. Opsius praetura functi adgrediuntur, cupidine consulatus ad quem non nisi per Seianum aditus; neque Seiani voluntas nisi scelere quaerebatur. compositum inter ipsos ut Latiaris, qui modico usu Sabinum contingebat, strueret dolum, ceteri testes adessent, deinde accusationem inciperent.*”

⁵²⁴ Tac. *Ann.*, IV, 68, 3: “*iacere fortuitos primum sermones.*”

⁵²⁵ Tac. *Ann.*, IV, 68, 3: “*Sabinus, ut sunt molles in calamitate mortalium animi, effudit lacrimas, iunxit questus, audentius iam onerat Seianum, saevitiam, superbiam, spes eius; ne in Tiberium quidem convicio abstinet; iique sermones tamquam vetita miscuissent speciem artae amicitiae fecere.*”

para revelar, Sabino entra no recinto e então cai na cilada.⁵²⁶ Tácito narrou a resolução da trama em seguida:

Feito isso, cuidaram logo em acelerar a *accusatio*, e escreveram uma carta ao César em que lhe expunham todas as perfídias de que se tinham valido, e por consequência as suas próprias infâmias. Nunca Roma sentiu tanto horror, e concebeu tantos sustos como nesta ocasião; vendo-se cada um obrigado a desconfiar e acautelarse de quantos se lhe aproximavam; a fugir de todos os ajuntamentos e de todas as conversações; e a evitar tanto os conhecidos como os estranhos! Os mesmos objetos inanimados e mudos causavam receio e pavor; e para se poder contar com alguma segurança até era preciso escrupulosamente examinar os próprios tetos, e as paredes da casa! (Tac. *Ann.*, IV, 69, 3).⁵²⁷

A éfrase taciteana de uma Roma amedrontada é clarividente. Uma cidade sitiada de delatores, nas qual se viam obrigados a desconfiarem de tudo e de todos: aglomerados de pessoas, conversas, conhecidos e estranhos. Nem mesmo o recanto privado da *domus*, menos visível, se mostrava seguro neste momento do governo de Tibério. Isso tudo causava grande receio (*magis anxius*) e pavor (*paveo*) nos cidadãos.⁵²⁸

No capítulo seguinte, Tibério endereça uma carta ao Senado tratando de Sabino: “e não havia obscuridade em sua vontade de vingança”.⁵²⁹ Talvez fosse a dissimulação um dos maiores atributos de Tibério para Tácito: “mas nenhuma de suas virtudes, como supôs, fez Tibério assim aliviar sua *dissimulatio*”.⁵³⁰ No entanto, mesmo assim, Tácito nos diz que, após Sabino ter sido levado à

⁵²⁶ Tac. *Ann.*, IV, 69, 1-2.

⁵²⁷ Trad. de Carvalho (1957). Tac. *Ann.*, IV, 69, 3: “*properata inde accusatio missisque ad Caesarem litteris ordinem fraudis suumque ipsi dedecus narravere. non alias magis anxia et pavens civitas, tegens adversum proximos; congressus, conloquia, notae ignotaeque aures vitari; etiam muta atque inanima, tectum et parietes circumspectabantur.*”

⁵²⁸ Ver também na *Vida de Agrícola*, onde Tácito relatava sua própria experiência em meio ao ambiente hostil dos delatores: “Demos sem dúvida grande demonstração de paciência; e se os tempos antigos viram o que havia de extremo em liberdade, nós o tivemos quanto à servidão, porque até o uso do falar e do oiuvir, por espionagem (*inquisitio*), nos tiraram.” (Tac. *Ag.*, II, 3: “*Dedimus profecto grande patientiae documentum; et sicut vetus aetas vidit quid ultimum in libertate esset, ita nos quid in servitute, adempto per inquisitiones etiam loquendi audiendique commercio.*”)

⁵²⁹ Tac. *Ann.*, IV, 70, 1: “*et petitum se arguens, ultionemque haud obscure poscebat.*”

⁵³⁰ Tac. *Ann.*, IV, 71, 3: “*nullam acque Tiberius, ut rebatur, ex virtutibus suis quam dissimulationem diligebat.*”

condenação, o imperador ousadamente diz: “Eis aqui os bons auspícios com que se principia o ano novo; eis aqui estão as vítimas que se sacrificam a Sejano!”.⁵³¹

Roma se mostrava tomada por homens de baixa moral, infestada de delatores e aduladores em 28. Esse contexto de medo e insegurança perpassa muitos momentos nos *Anais*, tendo suas curvas de maior e menor tensão. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que, mesmo sob acusações e traições, o campo público do Senado ainda continuava sendo o ambiente das resoluções, o palco aberto e visível onde oficialmente se deveria levar alguém a julgamento. Agora, interferir e modificar tais processos, como vimos nos exemplos anteriores, iria depender de uma série de fatores: *constantia*, *moderatio* e *sapientia* seriam elementos importantes para a sobrevivência e continuidade da atuação dos senadores em espaços públicos, segundo o testemunho de Tácito.

As *Histórias* também nos proporcionam medir tais níveis de medo e insegurança. A imagem taciteana da guerra civil foi bastante representativa quanto à presença e à atuação dos delatores em Roma. Vejamos um trecho do capítulo dois, no primeiro livro das *Histórias*:

[...] Roma presa das chamas, templos antiquíssimos destruídos. O Capitólio incendiado pelos próprios cidadãos, a religião profanada, adultérios escandalosos; os mares cobertos de exilados, os rochedos machados de sangue. Na cidade, violências ainda mais terríveis: a nobreza, os bens, as honras, a própria recusa destas, eram considerados como crimes e a morte assegurada à virtude; os *delatores* encorajados com recompensas tão abomináveis quanto o seu delito, partilhando entre si, como despojos, uns o sacerdócio e os consulados, outros o governo das províncias, o poder no interior, assaltando tudo; os escravos armados contra seus senhores, por ódio ou por temor; os libertos contra seus patronos e os que não tinham inimigos eram sacrificados pelos próprios amigos. (Tac. *His.*, I, 2, 2-3).⁵³²

⁵³¹ Tibério envia a carta nas Calendas de Janeiro, isto é, dia primeiro de janeiro do ano 28. Tac. *Ann.*, IV, 70, 1: “*clamitans sic inchoari annum, has Seiano victimas cadere.*”

⁵³² Trad. de Xavier (1937). Tac. *His.*, I, 2, 2-3: “*haustae aut obrutae urbes, fecundissima Campaniae ora; et urbs incendiis vastata, consumptis, antiquissimis delubris, ipso Capitolio civium manibus incenso. pollutae caerimoniae, magna adulteria: plenum exiliimare, infecti caedibus scopuli. atrocius in urbe saevitum: nobilitas, opes, omissi gestique honores pro crimine et ob virtutes certissimum exitium. nec minus praemia delatorum invisa quam scelera, cum alii sacerdotia et consulatus ut spolia adepti, procurationes alii et interiorem potentiam, agerent verterent cuncta odio et terrore. corrupti in dominos servi, in patronos liberti; et quibus deerat inimicus per amicos oppressi.*”

Novamente, explorando os recursos efrásticos, Tácito potencializa a imagem do caos completo que assolava a cidade de Roma: “os mares cobertos de exilados, os rochedos machados de sangue”.⁵³³ Os *delatores*, por sua vez, são encorajados pelas recompensas. Eles estão em todos os cargos, sacerdócios (*sacerdotium*), consulados (*consulatus*) e governadores de províncias (*procurator*), dentro ou fora de Roma.

Como argumenta Rutledge, as atividades dos delatores em Tácito tem relação com os desastres mais horríveis da História de Roma, portanto, o delator “é descrito como uma força destrutiva no geral”.⁵³⁴ Também se configura como uma manifestação servil que procura o favor imperial, traço inerente ao início do Principado, onde “muitos que atuaram como *delatores* e *accusatores* sob os primeiros imperadores não foram puramente instrumentos da tirania; outros fatores estavam em jogo”.⁵³⁵

Entendemos que a presença dos *delatores* e dos *accusatores* na historiografia taciteana se dava, justamente, em razão da crítica lançada pelo historiador a uma elite fraca e submissa. No entanto, se por um lado, grande parte dos que compunham o governo eram tipos corruptíveis, por outro, a presença de poucos grandes homens fazia claro contraste. Dessa maneira, a crítica taciteana vai mais além do que criticar o mau *princeps*, mas juntamente aquela elite viciosa que compunha o Principado. É exatamente isso que procuramos destacar nas duas seções anteriores do capítulo, delatores como, por exemplo, Marco Éprio, que estivera envolvido diretamente na condenação de Trasea Peto, participava ativamente do jogo político em Roma.

Se nos recordarmos dos *Anais*, Éprio, que foi junto de Cossuciano o acusador de Trasea Peto e Helvídio Prisco, recebeu cinco milhões de sestércios como prêmio.⁵³⁶ Ele reaparece nas *Histórias*, dessa vez sofrendo as investidas de Prisco, que buscava vingar seu sogro. A figura de Éprio, que perpassa uma série de *principes* até o momento em que é acusado por Prisco no Senado, é de grande

⁵³³ Tac. *His.*, I, 2, 2: “*plenum exiliis mare, infecti caedibus scopuli.*”

⁵³⁴ RUTLEDGE, Steven H. *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. Taylor & Francis e-Library, 2001, pp. 14. (the *delator* is portrayed as a destructive force in general).

⁵³⁵ RUTLEDGE, Steven H. *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. Taylor & Francis e-Library, 2001, pp. 4 (“many who acted as delatores and accusatores under the early emperors were by no means purely the instruments of tyranny; other factors were at work”).

⁵³⁶ Tac. *Ann.*, XVI, 33, 2:.

relevância para podermos entender essa nova *forma vitae* e também os laços que enredavam os protagonistas da política taciteana. Isso apresenta a heterogeneidade dos homens que compunham o Senado, e destaca um complexo jogo de interesses financeiros e conflitos políticos apresentados nesse palco senatorial. Tácito nos diz que Helvídio Prisco, após retornar do exílio, empreendeu uma *accusatio* contra Marcelo Éprio. Vejamos o trecho:

Exilado depois da ruína de seu sogro, ele retornou sob Galba e empreendeu a *accusatio* contra Marcello Éprio, o *delator* de Trasea. Essa vingança, tão grande quanto justa, dividiu o Senado, porque Marcello, ao cair, devia arrastar na sua queda uma multidão de culpados. (Tac. *His.*, IV, 6, 1).⁵³⁷

Uma vingança tão grande quanto justa (*ea ultio, incertum maior an iustior*), nos diz Tácito. Uma *ultio* que poderia por em risco uma série de outros tipos iguais a Marcelo Éprio. Essa tensão gerada diante de uma iminente condenação dividiu o Senado, pois os demais senadores se viam, a partir do *exemplum* de Éprio diante do tribunal, uma possibilidade de sofrerem as mesmas penas. Nos capítulos seguintes da *Histórias*, Tácito relatou que ambos, Prisco e Éprio, travaram grandes duelos no Senado.⁵³⁸ No entanto, foi em uma das réplicas do senador Marcelo Éprio à Prisco que o comportamento de delação e de adulação se relaciona de forma mais direta ao servilismo:

Admirava o passado e submetia-se ao presente; desejava que Roma tivesse imperadores virtuosos, mas havia de tolerá-los, quaisquer que fossem. Não fora o seu discurso, e sim o julgamento do Senado, que perdera Trasea. A crueldade de Nero servia-se dessas manobras hipócritas e a amizade de um tal senhor custara-lhe uma angústia igual a que o exílio custara aos proscritos. Por sua firmeza e coragem, Helvídio podia igualar-se aos Catões e aos Brutos, mas ele, Marcello, era apenas um membro desse Senado que com ele, aceitara a servidão. (Tac. *His.*, IV, 8, 1).⁵³⁹

⁵³⁷ Tac. *His.*, IV, 6, 1: “*ruina soceri in exilium pulsus, ut Galbae principatu rediit, Marcellum Eprium, delatorem Thraseae, accusare adgreditur. Ea ultio, incertum maior an iustior, senatum in studia diduxerat: nam si caderet Marcellus, agmen reorum sternebatur*”.

⁵³⁸ Tac. *His.*, IV, 7, 1: “*paulatimque per altercationem ad continuas et infestas orationes proveci sunt*”.

⁵³⁹ Trad. minha. Tac. *His.*, IV, 8, ?: “*se meminisse temporum quibus natus sit, quam civitatis formam patres avi que instituerint; ulteriora mirari, praesentia sequi; bonos imperatores voto expetere, qualiscumque tolerare. non magis sua oratione Thraseam quam iudicio senatus afflictum; saevitiam Neronis per eius modi imagines inlusisse, nec minus sibi anxiam talem*”.

Encerramos esse segmento sobre os *delatores* e *accusatores* com esta passagem, justamente, com o intuito de provar a oposição feita por Tácito entre os comportamentos elevados e os baixos. Tácito arquitetou um contraste entre Helvídio Prisco e Marcelo Éprio. O primeiro foi elogiado pela sua firmeza (*constantia*) e coragem (*fortitudo*); o segundo menosprezado por aceitar a servidão (*servio*). A fissura entre bons e maus indivíduos construída por Tácito foi bastante sugestiva. O historiador antigo assim sugeria que mesmo sob imperadores hipócritas e cruéis como Nero, bons homens poderiam existir, mesmo que prevalecessem os maus. A ação do delator e bajulador foi apresentada por Éprio como fruto de seu tempo, por meio da influência de seus superiores. Seria esse um comportamento geral, independente dos indivíduos. Éprio apenas seguiria os ventos soprados pela vontade de Nero. Poderiam ser esses ventos ditados por homens como Nero, ou mesmo por algum sujeito de grande influência junto ao imperador. Teria sido, por exemplo, o caso de Sejano, como apresentamos anteriormente. Mas Tácito não aceita essa tese de Éprio, que sob maus governantes os senadores todos deveriam assumir comportamentos desonrosos, adulando os poderosos e delatando seus pares. Os exemplos daqueles que sob maus governantes foram virtuosos mostram que havia grande heterogeneidade entre os senadores e, mesmo entre os delatores e senadores que julgavam e votavam as penas para suas vítimas, os comportamentos senatoriais eram variados: indo daqueles mais servis até simplesmente aqueles que, de fato, acompanhavam silenciosamente a maioria. Esses últimos não faziam outro mal a não ser permitir que o mal fosse perpetrado.

3.3.2. Aduladores

A adulação era tão pejorativamente vista por Tácito que o historiador destacou no prefácio das *Histórias*, no que diz respeito ao fazer historiográfico, que “desconfia-se do escritor que louva e ouve-se o que ataca e censura, porque a

amicitiam quam aliis exilium. denique constantia fortitudine Catonibus et Brutis aequaretur Helvidius: se unum esse ex illo senatu, qui simul servierit.”

adulatio está manchada de servilismo e a maledicência tem um falso ar de liberdade”.⁵⁴⁰ Essa tensão estabelecida entre aquele indivíduo que, por um lado, adula, e, por outro, aquele que contesta drasticamente, adota o mesmo juízo desenvolvido anteriormente pelo historiador latino para desqualificar os caminhos extremos. O comportamento de Marco Lépido foi elogiado, justamente, por encontrar uma razão entre a teimosia repentina (*abrupta contumacia*) e a servidão disforme (*deforme obsequium*). Logo, para Tácito, agir com *moderatio* era desejável, seja para um senador que pretende deliberar no Senado, seja para um historiador que busca narrar *sine ira et studio*.

O adulator peca pela servidão disforme, exagerada. No entanto, mesmo a adulação necessitava de certos limites para se fazer admissível. O tema foi de tão grande relevância nos tempos imperiais que Plutarco destinou um tratado específico relativo ao tema: *De adulatore et amico*.⁵⁴¹ O aristocrata de Queronéia, contemporâneo de Tácito, destacava em seu tratado que os mais hábeis adultores são aqueles que sabem dissimular: “De fato, o verdadeiro bajulador, na maior parte do tempo, cultivava a abstinência ao mesmo tempo que a intriga: crê dever imiscuir-se em vossas atividades, quer compartilhar vossos segredos”.⁵⁴² *De adulatore et amico* integra uma obra filosófica intitulada *Moralia*, cujo o intuito era fazer uma grande síntese moral. O bajulador não poderia falar a essa tipologia. Com efeito, a imagem plutarquiana sobre o bajulador nos pode ser bastante proveitosa:

[...] assim como todas as sementes selvagens que, na peneira, se acham misturadas ao frumento, as mais difíceis de separar são as que se assemelham a ele por sua forma e seu tamanho (visto que não caem separadamente se os orifícios da peneira são muito estreitos, e que passam com o resto, se as malhas são demais flexíveis). (Plut. *Adul.*, IV).⁵⁴³

Desta forma, o mais perigoso dos adultores era aquele que fingia-se de amigo, dissimulava com maior talento. Buscando agradar, tece elogios visando a

⁵⁴⁰ Tac. *His.*, I, 1, 2: “*sed ambitionem scriptoris facile averseris, obtrectatio et livor pronis auribus accipiuntur; quippe adulationi foedum crimen servitutis, malignitati falsa species libertatis inest.*” Também encontramos uma lógica semelhante na própria justificativa que Tácito constrói para escrever o seu elogio de Agrícola; ver Tac. *Ag.*, I, 4.

⁵⁴¹ A tradução brasileira, feita por Isis Borges B. da Fonseca, não ao acaso, ganhou o nome de *Da maneira de distinguir o bajulador do Amigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁵⁴² Plut. *Adul.*, IV.

⁵⁴³ Plut. *Adul.*, IV.

ganhar a confiança necessária. Vimos anteriormente a emboscada armada pelo senador Laciáris contra Sabino.⁵⁴⁴ Isso nos mostra que todo elogio deveria também ser feito de forma verossímil. Sem a mesma verossimilhança persuasiva e a dissimulação dos sentimentos dos quais falamos no capítulo 2, o elogio promove um efeito contrário, muitas vezes ridículo. Tácito explorou tais controvérsias adulatórias. Por exemplo, os senadores, ao elogiarem Nero por matar sua mãe, indiscutivelmente, caíam em contradição com um certo *topos* ético, já que, dificilmente, o matricídio poderia ser visto com bons olhos, mesmo para romanos cruéis e sanguinários de Tácito. Curiosamente, talvez um parêntese possa ser feito aqui. O argumento taciteano de que “ordinariamente se cometem mais crimes quando se quer agradar do que quando se busca ofender”⁵⁴⁵ poderia facilmente ser aplicado ainda hoje. Por exemplo, o nosso sistema público de ensino serve bem ao paralelo que desejo construir: de *facto*, não há dúvidas quanto à precariedade da maioria de nossas escolas públicas no Brasil, no entanto, dificilmente você verá uma propaganda, ou uma fala de um governante, desvelando tais problemas; na televisão ou na boca de um político eleito, as escolas são modelos de qualidade, desenvolvimento e investimento. Minas Gerais é exemplo categórico dessa adulação disforme. Para um exemplo em nossa fonte, Tácito nos apresenta o elogio fúnebre de Nero ao seu pai adotivo, o *princeps* Cláudio. Segundo o historiador latino, o discurso de Nero destacou a prudência (*providentia*) e a sabedoria (*sapientia*) de Cláudio, o que promoveu risos nos espectadores.⁵⁴⁶ O elogio se torna ridículo quando destoa completamente da realidade em voga.

Nos séculos I e II, a falta de ponderação dos sujeitos históricos provocava revolta semelhante em Tácito, pois adular era muitas vezes dissimular completamente os verdadeiros sentimentos e opiniões. Tratava-se usualmente de uma *dissimulatio* prejudicial, que visava a angariar, de forma menos trabalhosa, parte dos recursos junto àqueles que governavam. O prefácio dos *Anais* é um bom exemplo do olhar taciteano sobre a *adulatio*. Um atributo importante, mesmo que servil, para uma estratégia de governabilidade no Principado.

Mas em Roma corriam a precipitar-se na escravidão os cônsules, patrícios e cavaleiros. Quanto mais ilustres, eram mais

⁵⁴⁴ Tac, *Ann.*, IV, 68; *Ann.*, IV, 69; e *Ann.*, IV, 70.

⁵⁴⁵ Tac. *Ann.*, XV, 22, 3: “*plura saepe peccantur, dum demeremur quam dum offendimus.*”

⁵⁴⁶ Tac. *Ann.*, XIII, 3.

falsos e prontos se mostravam, estudando até sua fisionomia e seus gestos para nem parecerem demasiadamente alegres com a morte do príncipe, nem tristes com o novo governo: de maneira que a adulação tinha achado o segredo de equilibrar as alegrias com o pranto. (Tac. *Ann.*, I, 7, 1).⁵⁴⁷

No regime de governo do Principado, portanto, as sementes silvestres se confundiam com as de trigo. Todas se assemelhavam, possuindo a mesma forma e tamanho. Como Tácito destacou, o comportamento era um elemento crucial dessa nova política do Principado. A fisionomia (*uultus*) era estudada por seus atores para não parecerem excessivamente felizes (*excessus laetus*) e nem tão pouco tristes (*tristis*) em demasia. A *adulatio* foi a medida encontrada então por grande parte desses aristocratas criticados por Tácito. A mesma preocupação com o *uultus* foi apresentada por Tácito nas *Histórias*, no momento em que a guerra civil reforçava a insegurança e a instabilidade dos ânimos.

A cada boato que se espalhava, mudavam todos de opinião e de fisionomia, afim de não parecerem assustados pelas más notícias ou indiferentes às favoráveis. Nas assembleias do Senado não se sabia como conservar a justa medida e evitar que o silêncio parecesse hostil ou a liberdade sediciosa. (Tac. *His.*, I, 85, 2-3).⁵⁴⁸

O contexto dessa passagem das *Histórias* foi o da morte de Galba. Logo após o assassinato do *princeps*, pouco se poderia prever sobre o novo estado de governo, sobre o novo *princeps* de Roma. Oto ou Vitélio? O primeiro, escolhido por Galba para lhe suceder; o segundo, mandante do assassinato do virtuoso, porém ancião, Galba. Os senadores, tendo em vista o dilema da sucessão, não sabiam como se comportar em público. A atitude mais sábia talvez fosse a de conservar a justa medida (*modus*), a moderação: *ne contumax silentium, ne suspecta libertas*. Neste clima político instável, o primeiro passo se mostrava

⁵⁴⁷ “But at Rome there was a rush into servitude from consuls, fathers, equestrians. The more illustrious each was, the more false and frantic, and, with their looks composed to avoid delight at the passing—and too much gloom at the commencement—of a princeps, they blended tears with joy and mourning with sycophancy”. (Trad. de A. J. Woodman): Tac. *Ann.*, I. 7. 1: “*At Romae ruere in servitium consules, patres, eques. quanto quis inlustrior, tanto magis falsi ac festinantes, vultuque composito, ne laeti excessu principis neu tristiores primordio, lacrimas gaudium, questus adulationem miscebant.*”

⁵⁴⁸ Trad. de Xavier (1937). Tac. *His.*, I, 85, 2-3: “*ut quemque nuntium fama attulisset, animum vultumque conversis, ne diffidere dubiis ac parum gaudere prosperis viderentur. coacto vero in curiam senatu arduus rerum omnium modus, ne contumax silentium, ne suspecta libertas.*”

sempre muito arriscado. Como Tácito relatou, ambos candidatos ao cargo, Oto e Vitélio, já haviam se mostrado grandes *adulatores*.

Sob o Principado de Nero, Tácito narrou que Vitélio, em meio aos demais senadores, era “um dos mais prontos às *adulationes*, que nunca perdia a ocasião de injuriar os homens de bem, e sempre se calava frente à mais pequena resposta, como fazem todos os covardes”.⁵⁴⁹ Oto, por seu turno, “outrora simples cidadão, entendia bem de *adulationes*, porque ele próprio adulara”.⁵⁵⁰ Isso nos mostra o quão expandido se configurava o comportamento adulatório, visto que os *principes* destinados à sucessão de Galba foram considerados por Tácito também como *adulatores*. Desta maneira, também reforçamos a crítica àquela dicotomia, um tanto ilusória, que tende a separar categoricamente o *princeps* dos demais senadores. Afinal, todo *princeps* antes de se tornar imperador foi um aristocrata, e, por sinal, jamais deixaria de sê-lo.

São inúmeros os exemplos que poderíamos listar aqui para justificarmos a presença e a atuação política dos bajuladores na literatura taciteana. Eles atravessam todas as esferas sociais do Principado, de senadores a escravos. Como nos restringimos ao Senado e seus membros, nosso último exemplo deixa clara a importância do papel desses homens no mundo público, e destacar como, frequentemente, da adulação prontamente se passava à delação. Em meados do Principado de Tibério, ano 22, Tácito destacava a presença marcante de aduladores no governo, o que desagradava mesmo a um *princeps*, obscuro e dissimulado,⁵⁵¹ como Tibério.

Foram, com efeito, aqueles tempos tão escandalosos por uma sórdida e torpe *adulatio*, que não só as pessoas principais de Roma, cujo próprio brilho teve que ser protegido por meio da subserviência, porém todos os consulares, a maior parte dos antigos pretores, e até muitos simples senadores, quase com à porfia disputavam entre si qual voto seria o mais servil e abjeto. É tradição constante, que o mesmo Tibério, todas as vezes que saía da cúria, exclamava em grego: ‘que homens estes tão bem azados para serem escravos!’ De sorte que aquele mesmo, que

⁵⁴⁹ Tac. *Ann.*, XIV, 49, 1: “*in quibus adulatione promptissimus fuit A. Vitellius, optimum quemque iurgio lacessens et respondentem reticens, ut pavida ingenia solent.*”

⁵⁵⁰ Tac. *His.*, I, 85, 3: “*et privato Othoni nuper atque eadem dicenti nota adulatio.*”

⁵⁵¹ Um comportamento em público característico de Tibério pode exemplificado a partir das acusações promovidas contra Pisão no ano 20, no Senado: “nada tanto o aterrou como ver Tibério indiferente, sem mostrar piedade nem ódio, e absolutamente inflexível e silencioso para não dar os segredos do seu coração.” (Tac. *Ann.*, III, 15, 2: “*nullo magis exterritus est quam quod Tiberium sine miseratione, sine ira, obstinatum clausumque vidit, ne quo adfectu perrumperetur.*”).

tanto procurava aniquilar a liberdade pública, até se chegava a enjoar da rasteira paciência dos homens servis. (Tac. *Ann.*, III, 65, 2-3).⁵⁵²

Nessa passagem, Tácito nos apresenta um quadro generalizado. A adulação tomava parte em todos os cantos, dos altos consulares aos baixos senadores. Os principais de Roma (*primoris civis*) se curvavam à subserviência (*obsequium*) da adulação. A crítica feita por Tácito se faz extrema nas palavras do próprio Tibério. O *princeps*, que procurava aniquilar a *libertas*, ainda assim se incomodava com o comportamento torpe dos adultores, qualificando-os de escravos (*seruus*). Nesta passagem, há a recorrente oposição entre *libertas* e *servitus*.

Como argumenta Fábio Joly, em sua obra *Tácito e a Metáfora da Escravidão*, os conceitos de *libertas* e *servitus* estruturam parte da narrativa tacitena e conferem unidade conceitual a sua obra. O par *libertas/servitus* opera na narrativa de forma a qualificar condutas coletivas ou individuais, seja por meio do Senado com um todo, seja por meio da atuação individual de algum senador.⁵⁵³ Porém, como foi ressaltado anteriormente, o entendimento de Tácito sobre tais conceitos é mais complexo. Joly chama atenção para a polissemia desses termos. *Libertas*, por um lado, pode ter conotação positiva quando associada à *constantia*, *sapientia* e *moderatio*, todavia, conotação negativa quando relacionada à *licentia*, *discordia* e *ambitus*. Da mesma forma *servitus*, que negativamente poderia associar-se a *dominatio*, *adulatio* e *patientia*, positivamente poderia ligar-se à *fides*, ao *obsequium*, e à *pax*.⁵⁵⁴

Quando Tibério diz ‘que homens estes tão bem azados para serem escravos!’, a crítica estabelecida pelo historiador antigo é clara. O comportamento de tais indivíduos é servil e extremado, logo, condenável. Mesmo Tibério se incomodava com a desmesurada bajulação. Na medida em que a adulação se estabelece sob tais parâmetros servis, Tácito vai nos apresentar o próximo passo: o crime. É o

⁵⁵² Adaptado da trad. de Carvalho (1952). Tac. *Ann.*, III, 65, 2-3: “*ceterum tempora illa adeo infecta et adulatione sordida fuere ut non modo primores civitatis, quibus claritudo sua obsequiis protegenda erat, sed omnes consulares, magna pars eorum qui praetura functi multique etiam pedarii senatores certatim exsurgerent foedaque et nimia censerent. memoriae proditur Tiberium, quoties curia egrederetur, Graecis verbis in hunc modum eloqui solitum 'o homines ad servitutem paratos!' scilicet etiam illum qui libertatem publicam nollet tam proiectae servientium patientiae taedebat.*”

⁵⁵³ JOLY, Fábio. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*. São Paulo: EDUPS, 2004, pp. 110-11.

⁵⁵⁴ Idem., pp. 111.

que o historiador argumenta na passagem seguinte, capítulo 66 do terceiro livro dos *Anais*.

Pouco a pouco, assim iam passando tais homens das indignidades para os crimes mais atrozes. Mamerco Escauro, de uma família consular, Júnio Oto, pretor, e Brutídio Níger, edil, conspiraram ao mesmo tempo contra C. Silano, procônsul da Ásia, já de antemão acusado pelos aliados de muitas concussões; e o denunciaram de ter violado a divindade de Augusto, e de tratar com desprezo a majestade de Tibério. (Tac. *Ann.*, III, 66, 1).⁵⁵⁵

Cada acusador, Mamerco Escauro, Júnio Oto e Brutídio Níger, ganha uma breve justificação sobre os motivos que os levaram a acusar Silano. Todos ensejos baixos. Mamerco seguia antigos exemplos, quando outrora L. Cota fora acusado (*accusatio*) por Cipião Africano, Sérgio Galba e Catão. Contudo, Tácito ironicamente comenta que Mamerco foi um opróbrio para seus antepassados (*obprobrium maior*). Oto, antigo professor público (*literarius ludus*), chegara ao Senado por meio de Sejano e tentava encobrir suas origens com esse tipo de artifício (*ars*). Por último, Brutídio Níger, a quem Tácito tece elogios pelo seu brilhantismo (*clarissima*), mas que, por não seguir um caminho reto, foi conduzido para a perdição.

Brutídio, como muito estudo e talentos, e a quem só faltavam virtudes para poder aspirar aos mais brilhantes empregos, entrava nisto pela sua muita ambição, que não só o levava a querer passar adiante dos seus iguais e dos seus superiores, porém ainda mesmo das suas próprias esperanças: ambição esta, que tem feito a desgraça de muitos homens honrados, que preferiram expor-se a ganhar muito cedo com risco o que mais tarde poderiam obter com segurança. (Tac. *Ann.*, III, 66, 3-4).⁵⁵⁶

A partir do exemplo de Brutídio, Tácito novamente constrói um *sententia* final generalizante. Com o objetivo de configurar assim um novo tipo de indivíduo que ganhou forma no Principado: “*quod multos etiam bonos pessum*

⁵⁵⁵ Trad. de Carvalho (1952). Tac. *Ann.*, III, 66, 1: “*Paulatim dehinc ab indecoris ad infesta transgrediebantur. C. Silanum pro consule Asiae repetundarum a sociis postulatam Mamercus Scaurus e consularibus, Iunius Otho praetor, Brutedius Niger aedilis simul corripunt obiectantque violatum Augusti numen, spretam Tiberii maiestatem.*”

⁵⁵⁶ Trad. minha. Tac. *Ann.*, III, 66, 3-4: “*Brutedium artibus honestis copiosum et, si rectum iter pergeret, ad clarissima quaeque iturum festinatio extimulabat, dum aequalis, dein superiores, postremo suasmets ipse spes antire parat: quod multos etiam bonos pessum dedit, qui spretis quae tarda cum securitate praematura vel cum exitio properant.*”

dedit, qui spretis quae tarda cum securitate praematura vel cum exitio properant".⁵⁵⁷ A conexão entre a *adulatio* e a *accusatio* se fazia marcante. Além do caso de Brutídio, ao longo desse terceiro capítulo conseguimos observar uma série de indivíduos qualificados de adutores na literatura taciteana. Tanto nos *Anais* como nas *Histórias*, a quantidade de exemplos citados por Tácito é enorme, característica, portanto, de uma nova *forma vitae* que ocupava o mundo público romano, interferindo nas questões deliberativas na política da *urbs*. Como Tácito bem frisou, "ordinariamente se cometem mais crimes quando se quer agradar do que quando se busca ofender."⁵⁵⁸ E a partir dessa adulação, sinônimo de *seruitus* e de *dominatio*, o segundo passo mais certo seria a delação. Sobre os *delatores*, eles eram "a human species existing with a view to public ruin."⁵⁵⁹

*

De fato, tomando o que foi visto até aqui, não se poderia negar que tanto para o delator como para o adutor, ambos precisariam se expor para cumprirem seus objetivos. Precisariam agir nos espaços políticos, isto é, tornarem-se visíveis e arriscarem-se no mundo público. Dessa maneira, Tácito levantava a crítica sobre os oradores contemporâneos, pois a arma de ataque fundamental dessa contenda no tribunal era o discurso, o saber falar em público e para o público. Assim, entendemos que o *Diálogo dos Oradores* é uma obra que condensa uma tensão constante entre duas forças que perpassam a literatura taciteana.

Por um lado, o historiador antigo ressaltava, através das palavras de Materno, o uso negativo dessas novas armas da competição política, pois: "Com efeito, é recente o uso desta eloquência lucrosa e sanguinária, uso nascido dos maus costumes e, como tu dizias Áper, inventado no lugar do dardo".⁵⁶⁰ No entanto, por outro lado, a carreira aristocrática de todo romano passava pelo fórum e, dificilmente, poderia ele ascender socialmente sem a participação nos tribunais. E é neste sentido que argumenta Áper, ao questionar o poeta Materno acerca da importância da oratória jurídica: "Abandona, portanto, a desculpa da quietude e da

⁵⁵⁷ Tac. *Ann.*, III, 66, 4: "*quod multos etiam bonos pessum dedit, qui spretis quae tarda cum securitate praematura vel cum exitio properant*".

⁵⁵⁸ Tac. *Ann.*, XV, 22, 3: "*plura saepe peccantur, dum demeremur quam dum offendimus*".

⁵⁵⁹ Tac. *Ann.*, IV, 30, 3: "*sic delatores, genus hominum publico exitio repertum et ne*".

⁵⁶⁰ Tac. *Dial.*, XII, 2: "*Nam lucrosae huius et sanguinantis eloquentiae usus recens et ex malis moribus natus, atque, ut tu dicebas, Aper, in locum teli repertus*".

segurança, quando tiveres que assumir contra ti um adversário superior. Seja-nos suficiente cuidar de causas particulares e relativas ao nosso tempo, nas quais, se em favor de um amigo em risco, for necessário ofender os ouvidos dos muito poderosos, então se aprove a lealdade e se dê como desculpada a liberdade”.⁵⁶¹

⁵⁶¹ Tac. *Dial.*, X, 7-8: “*Tolle igitur quietis et securitatis excusationem, cum tibi sumas adversarium superiorem. Nobis satis sit privatas et nostri saeculi controversias tueri, in quibus [expressis] si quando necesse sit pro periclitante amico potentiorum aures offendere, et probata sit fides et libertas excusata.*”

Considerações finais.

Como deveria se comportar um senador romano no Principado? Questão de difícil resolução, pois, antes de qualquer delimitação teórica, a ação humana pode trazer à tona o inesperado, o imprevisível, a confrontação com as normas. Não esperamos com essa dissertação desconstruir modelos antes erigidos pela historiografia para, enfim, substituí-los por novas formas rígidas. O objetivo desse trabalho foi lançar alguns limites e hipóteses para pensarmos o comportamento político dos senadores na era dos imperadores. Cornélio Tácito foi o filtro pelo qual nosso olhar necessariamente esteve retido. Dessa forma, a questão em torno do comportamento político traz consigo, indiscutivelmente, traços taciteanos de análise.

A escolha do ilustre historiador e, sobretudo, senador Tácito, foi com o objetivo de destacar a estreita relação entre o homem público e o autor. A linguagem taciteana, portanto, carrega consigo as marcas de um momento histórico particular. O Principado romano, como buscamos defender, existia em meio a uma sobreposição – frequentemente conflituosa – de duas temporalidades distintas: uma antiga, herança ainda de um passado republicano; e outra nova, derivada da necessidade de permanência de um novo agente político, o *princeps*, para dar estabilidade ao regime.

Procuramos discutir como a historiografia veio pensando, desde o final do século XIX até os dias atuais, a importância dada a um espaço de atuação pública típico do mundo romano: o Senado. Como os agentes que nele atuavam, em especial senadores, se comportavam nesse momento histórico que, por diversas vezes, se mostrava um cenário ambíguo, obscuro e, principalmente, arriscado. O risco, como destacado inúmeras vezes, se constituía como um elemento crucial da vida política na antiguidade romana. Com o Principado, esse risco aumentou.

A antiga competição interaristocrática pela *honos*, que sempre fora obrigatória em tempos republicanos, pois esse era um pressuposto encarado pelo aristocrata, ao iniciar-se no *cursus honorum*, sob o Principado, passa a contar com novas variáveis, antes inexistentes.

Em primeiro lugar, precisaria estar de olhos abertos para que suas ações não desagradassem o *princeps*. Como chamamos a atenção, cada Principado - e seu *princeps* correspondente - remodelava os limites da atuação política. Logo, agir nesse ambiente era tomá-lo como um anfiteatro. Era preciso que o aristocrata virtuoso soubesse representar, de maneira que ele pudesse interferir em favor do bem público, mas sem cavar a sua própria ruína. A metáfora do anfiteatro nos fornece elementos para descrevermos essa sensibilidade política da época. Era preciso sempre escolher com cuidados as palavras, fazer com cautela os discursos em meio ao palco senatorial. Tarefa árdua, pois, como pudemos observar nos exemplos de Marco Lépido, Trasea Peto, Helvídio Prisco e Júlio Agrícola, boas ações na vida pública fornecem ao indivíduo *fama* e *gloria*. Esses indivíduos de grande *sapientia*, como Tácito por vezes os qualifica, foram *exempla* selecionados pelo historiador latino para compor sua *narratio*. Sob o crivo taciteano, eles foram modelos de conduta moral para o presente e para posteridade. Parece-nos que Tácito, que escreveu suas obras sob o governo do *princeps* Trajano, fazia questão de enumerar tais bons *exempla*, por mais que a maior parte de suas personagens mostrassem um comportamento avesso à virtude.

Se o contexto taciteano era de *rarissima felicitas*, mesmo assim não deixaram de existir homens viciosos que compunham o cenário público, pois como bem utilizou Tácito da metáfora da medicina, os remédios são mais lentos que a doença. Logo, homens indignos que viveram em tempos de outrora ainda viviam sob o mesmo bom *princeps*, Trajano. Esses indivíduos constituíam uma nova *forma vitae* com o advento do Principado. Essa era mais um baliza que o aristocrata virtuoso precisaria lidar. Para além do cálculo para com *princeps*, era, indiscutivelmente necessário saber lidar com os pares, isto é, com os demais aristocratas que compunham o Senado.

Nesse domínio do vício não faltaram exemplos elencados pela literatura taciteana. O autor, frequentemente visto pela historiografia como um crítico ao regime e defensor da liberdade, tece duras críticas à própria aristocracia, o que nos remete a desconstruir um pouco o foco sempre voltado para o embate promovido pela historiografia moderna entre *princeps* vs aristocratas. Parece-nos bastante coerente em Tácito a formulação aristocratas vs aristocratas, ou melhor, aristocratas virtuosos vs aristocratas viciosos. Como vimos, a historiografia romana atribui grande importância à personalidade de suas personagens na

caracterização da ação individual e essa, conseqüentemente, estava relacionada diretamente aos feitos históricos. Não seria estranho pensar, contudo, que a visão negativa de Tácito sobre o momento em que narra era derivado da péssima qualidade de seus aristocratas. Esses aristocratas eram responsáveis tanto pelos seus próprios comportamentos reprováveis quanto pela própria existência dos *principes* que condenavam.

Procuramos, então, apresentar como o historiador antigo descrevia retoricamente suas personagens. Se a verossimilhança era uma característica fundamental da persuasão do discurso antigo, logo, para que Tácito pudesse narrar sua história convincentemente, ele precisaria descrever com excelência suas personagens. E ele o fez. Por meio do estudo de sua *narratio*, apresentamos algumas estratégias retóricas utilizadas por Tácito para fazer surgir aos olhos de seus leitores/ouvintes a cena em movimento e as emoções vividas em uma época pretérita. A *écfrase* e a *enargéia* foram, assim, estratégias fartamente utilizadas em sua literatura para compor *retracti* de sua narrativa.

Em meio às faces e dissimulações de Tibério, às encenações exageradas e inescrupulosas de Nero, às intrigas promovidas por Sejano e Vitélio, ao ódio que compunha a natureza de Domiciano, ao sangue, insegurança e terror diante da guerra civil de 68 e 69, havia uma narrativa sempre preocupada em construir de forma consistente os argumentos. De maneira habilidosa, o decoro da cena sempre fora construído com cuidado. Representações da narrativa taciteana que, como buscamos argumentar, precisariam lidar com uma característica fundamental dos tempos no principado: a ambiguidade e a *dissimulatio*. A primeira delas era derivada da coexistência de uma ordem antiga junto de outra nova. A segunda, por derivação, estabelecia-se no momento em que as ações se mostravam distantes dos atos de fala, ou seja, havia uma disjunção entre *actus* e *verbum*. Nesse sentido, a *dissimulatio* se constituía como um sintoma desse momento, pois o que realmente se sentia dificilmente poderia ser expresso por palavras sem desagradar terceiros.

Essa estratégia retórica da sobrevivência, como apontamos, era uma ferramenta necessária tanto para os aristocratas virtuosos, quanto para aqueles viciosos, sendo que, para esses últimos, a *dissimulatio* se mostrava uma arma letal quando associada à *adulatio*. Característica torpe do comportamento aristocrático, a adulação era enfaticamente condenada por Tácito. Homens dessa estirpe eram

responsáveis pela degradação da *res publica romana*. Adjacente a tais comportamentos viciosos, vinham o *delator* e o *accusator*, igualmente condenados por Tácito quando relacionados aos interesses privados dos cidadãos.

Os agentes que atuavam nesse palco, ou seja, imperadores, adutores, delatores, acusadores e homens virtuosos, formavam o enredo da narrativa taciteana. Um anfiteatro arriscado, onde a todo momento personagens aristocráticos se defrontavam. Portanto, quando pensamos na interrogação proposta - “Como deveria se comportar um senador romano no Principado?” – temos que ter em mente que havia muitas formas de se comportar. E derivado dessa multiplicidade de formas conseguimos vislumbrar, por meio de Tácito, uma aristocracia bastante heterogênea em sua composição. Sendo assim, um de nossos objetivos era justamente iluminar, ao mesmo tempo em que pontuamos os diversos comportamentos políticos, a composição heterogênea dessa elite da cidade de Roma.

O conflito era quase um pressuposto da existência política no Principado. Essa fórmula um tanto generalizante nos parece ainda hoje efetiva. Quando Tácito constrói *exempla* dignos de emulação e outros de reprovação. Ele não se remete apenas ao passado em que foram compostas suas histórias, ele atua em meio aos seus pares, em meio ao mundo público e diante dos riscos semelhantes àqueles por ele narrados. Relembrando uma das epígrafes dessa dissertação, cremos poder afirmar que o pressuposto para aquele que quisesse adentrar na vida pública era estar disposto a arriscar a própria vida. Poderíamos dizer que Tácito sempre esteve imerso nela, seus escritos nos mostram, portanto, algumas dessas formas de comportamento e ação por meio de suas personagens. Talvez isso fosse o resultado de um efetivo espaço político experienciado por um senador romano do Principado.

Referências Bibliográficas

Fontes

Cornélio Tácito

- TACITE. *Annales*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 3vol. Paris, Les belles Lettres, 1953.
- TACITE. *Histoires*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer. 2vol. Paris, Les belles Lettres, 1951.
- TACITE. *Vie d'Agricola*. Texto estabelecido e traduzido por Jacques Perret. Paris, Les belles Lettres, 1949.
- TACITE. *Dialogue des Orateurs*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Goelzer e traduzido por Henri Bornecque. Paris, Les belles Lettres, 1936.
- TACITI. *De Vita Agricolae*. Texto estabelecido e comentado por R. M. Ogilvie e Sir Ian Richmond. Oxford: Oxford University Press, 7ª ed., 1992.
- TACITUS. *Annals*. Tradução de John Jackson. 5ª vol. Havard University Press. Loeb Classical Library, 2006.
- TACITUS. *Agricola, Germania, Dialogus*. Tradução de M. Hutton and W. Peterson. Havard University Press. Loeb Classical Library, 2006.
- TACITUS. *The Annals*. Tradução, introdução e notas de A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004
- TACITUS. *Annals: Book IV*. Texto estabelecido e comentado por Rh. Martin e A. J. Woodman. Cambridge: Cambridge University Press. Cambridge Greek and Latin Classics. 6ª ed., 2006.
- TÁCITO. *Diálogo dos Oradores*. Tradução de Antônio M. de Rezende e Júlia B. C. de Avellar. Belo Horizonte: Editora Autêntica. Coleção Clássica, 2014.
- TÁCITO. *As Histórias*. Tradução de Berenice Xavier. 2 vols. Rio de Janeiro: Editora Athena, Coleção Biblioteca Clássica, 1937.
- TÁCITO. *Anais*. Tradução de J. L. Freire de Carvalho e prefácio de Breno Silveira. São Paulo: Editora Brasileira. Coleção Clássicos Jackson, 1957.

TÁCITO. *Obras Menores: Diálogo dos Oradores, Vida de Agrícola, A Germânia*. Tradução e nota prévia de Agostinho da Silva. Lisboa: Editora Horizontes. Coleção Horizontes-Clássicos, 1974.

Outras fontes

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Biblioteca de autores clássicos, 2005

[CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CÍCERO. *De Inventione, De Optimo Genere Oratorum, Topica*. Tradução de H. M. Hubbell. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1968.

HORÁCIO. *Arte Poética*. Tradução de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Texto, tradução, notas, apêndices e ensaio de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

MARCIAL. *Epigrammata*. Tradução, comentários, mapas e estudo de N. E. Lemaire. Bibliothèque Classique Latine ou Collection des Auteurs Classiques Latins. vol. 1. Seconde Souscription. Paris: Didot, 1837.

PLINY, The younger. *Complete letters*. Tradução de P. G. Walsh. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PLUTARCO. *Como tirar proveito de seus inimigos*. Tradução de Isis B. B. da Fonseca; prefácio e notas de Pierre Maréchaux. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1998.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria - Book 12*. Tradução de Harold Edgeworth Butler. Harvard University Press. Loeb Classical Library, 1922.

SUETÔNIO & AUGUSTO. *A Vida e os Feitos do Divino Augusto: Suetônio e Augusto*. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo S. Vasconcellos e Antônio M. de Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SUETÔNIO. *As Vidas dos Doze Césares*. Tradução de Sady-Garibaldi. São Paulo: Editora Athena. Coleção Biblioteca Clássica, 5ª ed., 1956.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Edição Bilíngue; tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

Obras de Referência

GLARE, P. G. W (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LIDDELL, Henry G.; SCOTT, Robert. *Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

HORNBLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony (ed.). *The Oxford Classical Dictionary*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 2ª ed. Porto: Edições Marânus, 1937.

Livros e artigos

ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AZEVEDO, Sarah F. L. *História, retórica e mulheres no Império Romano: um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem de Nero na narrativa de Tácito*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BABLITZ, Leanne. *Actors and Audience in the Roman Courtroom*. Taylor & Francis e-Library, 2007.

BENNETT, Julian. *Trajan - Optimus Princeps*. Taylor & Francis e-Library, 2005.

BALMACEDA, C. "Virtus Romana bajo la dinastia Julio-Claudia: la visión de Tácito em sus Annales". In *Onomázein*, vol. 24, 2011/2, p. 363-89.

- CANFORA, Luciano. *Ideologias de los estudios clásicos*. Madrid: Akal Editor, 1991.
- CHASSIGNET, Martine. *L'Annalistique Romaine*. Paris: Les Belles lettres, 2003
- CHAUI, Marilena. "Público, privado, despotismo". In NOVAES, Adauto (orgs.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 488-557.
- DAITZ, Stephen G. "Tacitus' Technique of Character Portrayal." In *The American Journal of Philology*, v. 81, 1960, p. 31.
- GELZER, Matthias. *The Roman nobility*. Oxford: Blackwell, 1969.
- FAVERSANI, Fábio. *Estado e Sociedade no Alto Império Romano. Um estudo das obras de Sêneca*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.
- FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio. D. "Tácito, sua Vida de Agrícola e a competição aristocrática no Alto Império Romano." In *Mnemonise Revista*, v.4, p. 133 - 147, 2013
- FAVERSANI, Fábio. "Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a amplitude desta fronteira". In *Mare Nostrum*, ano 2013, n. 4, pp. 100-11.
- FAVERSANI, Fábio. "Ékphrasis e as fronteiras da descrição em Tácito." Texto no prelo.
- FINLEY, Moses. *Usos e Abusos da História*. São Paulo: Martins Fontes. 1989.
- FINLEY, Moses. *A Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1985.
- GUARINELLO, Norberto. *O imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- GUARINELLO, Norberto. "Uma morfologia da História: as formas da História Antiga". In *Politeia: História e Sociedade* 3, 2003, n.1, p. 41-62.
- GUARINELLO, N. & JOLY, F. "Ética e Ambiguidade no Principado de Nero". In BENOIT, Hector & FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.) *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP/FAPESP, 2001
- GUARINELLO, Norberto. "Império e Imperialismo: realidades antigas e conceitos contemporâneos." In: Adriana Campos; Gilvan Ventura; Sergio Feldeman. (Org.). *Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor e Cultura, 2008, v., p. 1-202.
- GRUEN, E. S. "Augustus and the Making of the Principate". In: Karl Galinsky (ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*, Cambridge, 2005, pp. 33-51.

- GRIFFIN, Miriam T. "Tacitus as a historian." In WOODMAN, A. J. (ed.). *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press. New York: Cambridge University Press, 2009, pp. 168-83.
- HANSEN, João Adolfo. "Categorias epidídicas da ekphrasis". In *Revista USP*, São Paulo, n. 71, 2006, pp. 85-105.
- HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- JOLY, Fábio D. "Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito." In *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, pp. 25-50, 2001.
- JOLY, Fábio D. "Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero" In *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v. 24, N. 2, P.111-127, 2005
- JOLY, Fábio D. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.
- JOLY, Fábio D. *Libertate opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.
- LONDON, J. E. *Empire of honour*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- MARINCOLA, John. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Contraponto, 2012a.
- KOSSELECK, Reinhart. *Historias de conceptos*. Madrid: Editorial Trotta, 2012b.
- LIEBESCHESCHUETZ, W. "The Theme of Liberty in the Agricola of Tacitus". In *The Classical Quarterly*, Cambridge, 1966, v.16, pp. 126-139
- MARTIN, Ronald H. *Tacitus*. London, Bristol Classical Press, 1989.
- MARTIN, R. H. & WOODMAN, A. J. *Tacitus. Annals, book IV*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MARTINS, Paulo. *Imagem e Poder. Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- MARTINS, Paulo. *Pictura loquens, poesis tacens. Limites da representação*. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.
- MELLOR, R. *Tacitus*. London: Routledge, 1994.
- MILLAR, Fergus. *The emperor in the Roman world*. London: Routledge, 1977.
- MILNOR, Kristina. *Gender, domesticity, and the age of Augustus*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- MOLES, John. "Cry Freedom: Tacitus Annals 4.32-35." In: *Histos* 2, 1998, pp. 95-184.
- NOBRE, Ricardo. *Intrigas Palacianas no Annales de Tácito. Processos e tentativas de obtenção de poder no Principado de Tibério*. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos Edição: 1ª/2010. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras
- POLO, Francisco Pina. "Public Speaking in Rome: a question of auctoritas." In PEACHIN, Michael. *Social Relations in the Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 286-303.
- MOMMSEN, Theodor. *A history of Rome under the emperors*. Edited, with an introduction by Thomas Wiedemann: English translation by Clare Krojzl. Based on the lecture notes of Sebastian and Paul Hensel, 1882–86, edited by Barbara and Alexander Demandt. London: Routledge, 1992.
- RICHARDSON, John. *The Language of the Empire. Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ROSTOVZEFF, Michael. *The social and economic history of the Roman Empire*. 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- ROLLER, M. *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton, 2001.
- ROWE, Gregory. *Princes and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002
- ROWE, Gregory. "Reconsidering the Auctoritas of Augustus". In *Journal of Roman Studies*, vol. 103, 2013, pp. 1-15.
- RUDICH, Vasily. *Political Dissidence Under Nero: The price of dissimulation*. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2005.
- RUTLEDGE, Steven H. *Imperial Inquisitions: Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. Taylor & Francis e-Library, 2001.
- SALLER, R. *Personal patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SAILOR, Dylan. *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge University Press, 2008.
- SHOTTER, D. C. A., 'Principatus ac libertas'. In *Ancient Society* 9, 1978, pp. 235-55.

- SYME, R. *The Augustan Aristocracy*. Oxford University Press, 1989
- SYME, Ronald. *The Roman revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1960.
- SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 vols. London: Oxford University Press, 1967.
- SYME, R. "Marcus Lepidus, capax imperii". In *Journal of Roman Studies*, 1955.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "Civilis Princeps: Between Citizen and King." In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 72 (1982), pp. 32-48.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "The Emperor and His Virtues." In *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 30, No. 3 (3rd Qtr., 1981), pp. 298-323.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "Mutatas Formas: The Augustan Transformation of Roman Knowledge." In: GALINSKY, Paul. *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge University Press, 2007, p. 58.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "The imperial court." In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.), *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 285.
- WELLESLEY, Kenneth. *The year of the four Emperors*. Routledge, 2000.
- WIEDEMANN, Thomas. Reflections of roman political thought in latin historical writing. In: ROWE, Christopher (Ed.) *The Cambridge history of greek and rome political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 517-531.
- WINTERLING, Aloys. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- WINTERLING, Aloys. "Loucura Imperial na Roma Antiga." In: *Historia*, São Paulo. v. 31, n. 1, jan/jun, 2012. pp. 4-26.
- WINTERLING, Aloys. *Caligula. A Biography*. California: University of California Press, 2011.
- WIRSZUBSKI, M. A. *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*. Cambridge University Press, 1968.
- WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Portland: Aeropagitica, 1988.

Anexo 1: Quadros de referências

TRASEA PETO | *PAETUS THRASEA*

<i>Agr.</i>	1	II. 1. 1.
<i>His.</i>	5	II. 91. 18-20; IV. 5. 11; IV. 6. 4; IV. 7. 12; IV. 8. 12.
<i>Ann.</i>	19	XIII. 49. 3-13-15; XIV. 12. 6; XIV. 48. 13; XIV. 49. 1-15-17; XV. 20. 6; XV. 21; XV. 22; XV. 23. 16-19; XVI. 21. 2-4-7-14; XVI. 22. 1-12-22-29; XVI. 24. 2-6; XVI. 25. 1; XVI. 26. 2-8-15; XVI, 27; XVI. 28. 4-10; XVI. 29. 5; XVI. 33. 6; XVI. 34. 1-10; XVI, 35.

HEVÍDIO PRISCO | *HELVIDIUS PRISCUS*

<i>Agr.</i>	1	II.1.
<i>Dial</i>	1	V, 6.
<i>His.</i>	10	II, 91; IV, 4; IV, 5; IV, 6; IV, 7; IV, 8; IV, 9; IV, 10; IV, 53; IV, 43.
<i>Ann.</i>	6	XII, 49; XIII, 28, 3; XVI, 28, 1; XVI, 29; XVI, 33; XVI, 35.

MARCO LÉPIDO | *MARCUS LEPIDUS*

<i>Ann.</i>	12	I, 13; II, 48; III, 11; III, 32; III, 35; III, 50; III, 51; III, 72; IV, 20; IV, 56; VI, 5; VI, 27.
-------------	----	---

JÚLIO AGRICOLA | *JULIUS AGRICOLA*

<i>Ag.</i>	16	4; 5; 6; 7; 8; 9; 18; 19; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46.
------------	----	---

Anexo 2: Tabelas de léxico

<i>Helvidius Priscus</i>	<i>Thrasea Petus</i>	Conceitos
His., IV, 5; His., IV, 8.	Ann., XVI, 25; Ann., XVI, 35.	<i>Constantia</i>
His., IV, 5.		<i>Constans</i>
His., IV, 5; His., IV, 6.	His., IV, 5; XIV, 49.	<i>Libertas</i>
His., IV, 10.		<i>Animus ultio</i>
His., IV, 8.		<i>Fortitudo</i>
His., IV, 6.		<i>Fama</i>
	Ann., XVI, 21.	<i>Virtus</i>
His., IV, 6.	His., II, 91; Ann., XIV, 49; Ann., XV, 23.	<i>Gloria</i>
His., IV, 5; His., IV, 43		<i>Bonus</i>
His., IV, 7.		<i>Infestus</i>
	His., IV, 5.	<i>Inlustris</i>
	His., IV, 4.	<i>Falsus absum</i>
	Ann., XVI, 21.	<i>Acuritas</i>
	His., IV, 5.	<i>Ingenium inlustre</i>
His., IV, 6.		<i>Sapiens</i>
	Ann., XVI, 26.	<i>Intermeratus</i>
	Ann., XVI, 26.	<i>Impollutus</i>
	Ann., XVI, 26.	<i>Continuus</i>
	Ann., XVI, 26	<i>Integra</i>
His., IV, 6.		<i>Moderatio</i>
	Ann., XVI, 24	<i>Libertatem insontis</i>
	Ann., XVI, 22	<i>Adsiduus</i>
	Ann., XVI, 22.	<i>Indefesus</i>
	Ann., XIV, 49.	<i>Firmitudo</i>
His., IV, 5	Ann., XVI, 25.	<i>Honestus</i>
	Ann., XVI, 22; Ann., XVI, 28.	<i>Contumacia</i>
	Ann., XVI, 22.	<i>Dux</i>
	Ann., XVI, 22.	<i>Auctor</i>
	Ann., XVI, 24.	<i>Spiritus</i>
	Ann., XVI, 22.	<i>Secessio</i>
	Ann., XVI, 22.	<i>Pars</i>

	Ann., XV, 20.	<i>Fides</i>
	Ann., XIV, 12; Ann., XVI, 28.	<i>Silentium</i>
	Ann., XIII, 49; Ann., XIII, 49.	<i>Dissimulatio</i>
	Ann., XVI, 29	<i>Venerabilis</i>
	Ann., XV, 23.	<i>Immotus</i>
	Ann., XV, 23.	<i>Periculum</i>
Ann., XVI, 28.	Ann., XVI, 28.	<i>Furor</i>
	Ann., XVI, 28.	<i>Ambitio</i>

<i>Marcus Lepidus</i>	<i>Julius Agricola</i>	Conceitos
	Ag., IX; Ag., XLII.	<i>Prudentia</i>
Ann., IV, 20.		<i>Auctoritas</i>
	Ag., V; Ag., VI; Ag., XL.	<i>Fama</i>
	Ag., IX; Ag., XL.	<i>Virtus</i>
	Ag., XLIV; Ag., XVIII; Ag., XL.	<i>Gloria</i>
Ann., VI, 27.	Ag., XLIV.	<i>Bonus</i>
Ann., IV, 20	Ag., XLIV.	<i>Gratia</i>
	Ag., IX.	<i>Misericors</i>
	Ag., XLII.	<i>Modestia</i>
	Ag., IX.	<i>Facilitas</i>
	Ag. XVIII; Ag., XLIV; Ag., XLII.	<i>Magnus</i>
	Ag., XVIII.	<i>Clarus</i>
Ann., IV, 20; Ann., VI, 27.		<i>Sapiens</i>
Ann., I, 13; His., I, 49.		<i>Capax</i>
	Ag., IX.	<i>Intentus</i>
Ann., IV, 20.	Ag., IX.	<i>Grauis</i>
	Ag. XVIII.	<i>Labor</i>
Ann., VI, 27.	Ag., VII; Ag., XLII.	<i>Moderatio</i>
	Ag., XLIV.	<i>Modus</i>
	Ag., XL.	<i>Modicus</i>
	Ag., XLII.	<i>Obsequium</i>
	Ag., IX..	<i>Seuerus</i>
	Ag., XL	<i>Otium</i>
	Ag., IX	<i>Amor</i>
	Ag., VI, 4	<i>Silentium</i>

	Ag. XVIII	<i>Dissimulatio</i>
	Ag. XVIII	<i>Periculum</i>

<i>Delatores et accusatores</i>	<i>Adulatores</i>	<i>Conceitos</i>
Ann., I, 74.		<i>Audacia</i>
Ann., I, 74.		<i>Periculum</i>
Ann., I, 74.		<i>Potentia</i>
Ann., I, 74		<i>Odium</i>
Ann., I, 74.		<i>Egens</i>
Ann., I, 74		<i>Ignotus</i>
Ann., I, 74.		<i>Inquies</i>
His., IV, 8.		<i>Anxius</i>
Ann., I, 74.		<i>Crimen</i>
Ann., IV, 68; His., I, 2.	Ann., IV, 68.	<i>Scelus</i>
Ann., IV, 1; Ann., IV, 68	Ann., IV, 1.	<i>Saevio</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1.	<i>Audax</i>
Ann., IV, 1	His., I, 85; Ann., I, 7; Ann., III, 65; Ann., IV, 1; Ann., XIV, 4.	<i>Adulatio</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1.	<i>Superbia</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1.	<i>Tolerans</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1.	<i>Fingere</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1.	<i>Largitio</i>
	His., II, 91.	<i>Commotus</i>
Ann., IV, 1	Ann., IV, 1	<i>Luxus</i>
Ann., IV, 68		<i>Soberba</i>
His., I, 2		<i>Inuisus</i>
Ann., IV, 69		<i>Dedecus</i>
Ann., IV, 69		<i>Paueo</i>
His., IV, 6; Ann., IV, 70.		<i>Ultio</i>
Ann., IV, 71		<i>Dissimulatio</i>
His., IV, 6		<i>Justus</i>
His., IV, 8.	His., I, 1; His., IV, 8; Ann., I, 7; Ann., III, 65	<i>Seruitus</i>
	His., I, 1	<i>Malignitas</i>
	Ann., III, 65	<i>Infectus</i>
	Ann., III, 65	<i>Sordida</i>
	Ann., III, 65	<i>Obsequium</i>

